

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NO E
PELO TRABALHO: A GINÁSTICA LABORAL EM
QUESTÃO**

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2008**

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NO E PELO
TRABALHO: A GINÁSTICA LABORAL EM QUESTÃO**

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Profª. Drª. Maria Lúcia Machado Aranha.

**SÃO CRISTÓVÃO - SERGIPE
2008**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237r Santos, Roger Carlos Ferreira Alves
Reflexões sobre a educação do corpo no e pelo trabalho : a
Ginástica Laboral em questão / Roger Carlos Ferreira Alves
Santos. – São Cristóvão, 2008.
208 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-
Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE,
2008.

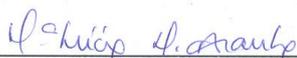
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Machado Aranha.

1. Educação – Trabalho – Qualidade de vida. 2. Ginástica
Laboral – Educação física. 3. Educação do corpo. 4. Impacto da
tecnologia – Trabalho – Educação corporal. I. Título.

CDU 37:796.012.1:331.101.5

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NO E PELO
TRABALHO: A GINÁSTICA LABORAL EM QUESTÃO**

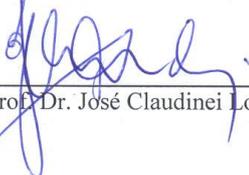
APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM
30 de junho de 2008



Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Machado Aranha – Orientadora



Prof^ª. Dr^ª. Dilma Maria Andrade de Oliveira



Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena Santana Cruz – Suplente

Dedico este trabalho às duas mulheres de minha vida: minha mãe Djanira e minha noiva Thaise, amores distintos, mas incondicionais.

À memória do meu avô João Vitor dos Santos, exemplo de dignidade.

Aos trabalhadores de todos os lugares que, diante da labuta e obrigação a que são submetidos, não deixam de sonhar e lutar por dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui não foi nada fácil. Felizmente, nesse percurso pude contar com a companhia, auxílio e incentivo de muitas pessoas. Cada uma, a sua maneira, contribuiu para tornar o caminho mais tranquilo e agradável. Ergueram-me quando o tombo era inevitável e lembraram-me, por vezes, que em meio ao rigor e recolhimento que uma pesquisa exige, as coisas simples são as mais importantes. Agradecer é sempre essencial.

Aos meus pais, que nunca mediram esforços para assegurar a formação de todos os membros de nossa família. Minha eterna gratidão.

A minha mãe, estrela guia, norte e referência de vida. A pessoa mais honrada e guerreira que conheci. Sua perseverança e força são um exemplo a ser seguido. Amo-te.

À Thaise, minha noiva, namorada, amiga e confidente que compartilhou e participou intensamente de todas as etapas desse processo. Muito obrigado, amor da minha vida. Juntos nós vamos longe.

A minha família, irmãos, avó, tios, primos e cunhados. Especialmente aos sobrinhos: ao pequenino Miguel que irradiou a todos com sua alegria, vivacidade e inteligência, e a Lucas e Lara, que me proporcionaram, por vezes, um retorno ao mundo das crianças, enfim, a catarse essencial quando era preciso desligar-me das preocupações do mundo dos adultos.

À família Melo de Almeida, Senhor Murilo, Dona Djalma, Igor, Renata, Larissa que me acolheu com carinho e consideração.

À Professora Dr^a. Lúcia Aranha, orientadora, amiga e grande intelectual que tem o meu profundo respeito e admiração, pela seriedade, coerência em todo percurso de construção deste trabalho. Mesmo diante de situações atribuladas em sua vida, orientou-me de maneira magistral, sempre atenta e segura nos seus posicionamentos, sugestões, conselhos e convicções, que tornaram possível esse resultado. Esse trabalho tem a sua marca.

À Professora Dr^a. Dilma Maria, grande mestra e amiga, que acompanha de perto o meu desenvolvimento, a partir da nossa convivência harmoniosa, fraterna e atuante no Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação. Sua atenção, paciência e lições diárias de vida jamais serão esquecidas. Sou grato por tudo o que a senhora representa.

Ao Prof. José Claudinei Lombardi, pela participação e significativas contribuições e provocações, que enriqueceram a defesa deste trabalho. Foi uma grande honra contar com sua presença nesse momento. Muito obrigado.

Aos professores do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS, e em especial à Professora Dr^a. Maria Helena, pelas pertinentes observações e encaminhamentos que clarearam a delimitação deste objeto de estudo.

Aos funcionários da UFS, em particular aos amigos Edson e Geovânia, que participaram de forma marcante do meu cotidiano durante o curso, não medindo esforços para auxiliar-me em várias situações.

Tudo tem um começo e neste sentido os professores do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe iniciaram o processo que me levou a este momento, dentre os quais destaco o amigo Sérgio Dorenski, pela iniciação à pesquisa. Recorda as intervenções no Armindo Guaraná? Lembra o nosso trabalho de basquetebol e as discussões sobre o marxismo? Jamais esquecerei. Randeantony Nascimento, pela amizade, conselhos e aprendizado. Sei que mesmo distante torceu por mim.

Ao grande Hamílcar, professor, orientador e amigo. Um exemplo a ser seguido, pela seriedade, competência e intelectualidade que empreende em suas ações. Com os seus incentivos você também é responsável por eu ter chegado até aqui. Não posso esquecer da sua linda família: Eliane, Maria Clara e Guilherme, que sempre me acolheu de braços abertos.

Ao inesquecível Jurinha Lobão, que acompanhou de perto o meu crescimento, a todo tempo pronto a ajudar. Você foi e sempre será um grande mestre. Muitas saudades.

À grande mestra Professora Dr^a. Marta Vieira Cruz, cujo rigor e sabedoria durante a disciplina Sociologia da Educação proporcionaram-me uma outra dimensão do que é universidade, do que é conhecimento, do que é pesquisa, e a importância do educador em formar pessoas.

Ao Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação e a todos que o fazem, pela relevância à minha formação como pesquisador, educador e pessoa. Abro um parêntese para Maria José do Nascimento, professora, filósofa e amiga, que sempre de forma atenciosa dirimiu minhas incipientes dúvidas filosóficas, quando, em nossos debates, demonstrou-me várias vezes o sentido e a importância do ato de filosofar. *Sapere aude*.

Ao compadre e amigo Carlos Antônio (Júnior), que trilhou comigo toda esta trajetória. Os caminhos levaram-nos a direções distintas, mas nossas horas de estudo, de debate acadêmico e de descontração e amizade foram enriquecedoras sob vários aspectos. Valeu garoto.

À grande amiga Angélica de Jesus, mulher batalhadora que, em meio a sua luta diária para conciliar as tarefas de mãe, com o “pequeno” Marco, e as de mulher e companheira, com o “grande” Marco, sempre esteve disposta a compartilhar dúvidas e a ouvir minhas lamentações sobre as dificuldades da pesquisa. Admiro sua perseverança e força.

À grande amiga Marisa Guimarães, pelo auxílio luxuoso a mim proporcionado com a elaboração dos gráficos. Muito obrigado por ter-me recebido em sua casa. Sabes que pode contar comigo para o que precisar. Parabéns futura mamãe.

À Professora Conceição, exemplo de educadora e profissional, comprometida e preocupada com a aprendizagem e formação de seus alunos. Suas aulas são momentos inesquecíveis; eram muito mais do que aulas de *español*. *Muchas gracias*.

Ao Professor Osvaldo, mestre de Judô, amigo, pai, conselheiro, que está em minha vida desde os meus 10 anos de idade. O senhor me ensinou bem mais do que lutar no Dojô, aprendi contigo a lutar no mundo, com respeito e dignidade aos meus semelhantes.

Aos amigos do Mestrado, turma 2006: Ana Luiza, Artur, Augusto, Carla, Christine, Cida, Dennyse, Evelyn, Jeremias, José Carlos, Jussara, Luís, M^a Conceição, M^a do Socorro, M^a José, Martha, Núbia, Oliveira, Rosicler, Sérgio, Sheila, Simone, Suzana...Quantas diferenças...algumas semelhanças...e tanto aprendizado mútuo.

Aos amigos de sempre: Antoniel (Zinho), Marco Arlindo, Welington (Leto), Jadson, Ricardo Martins, Diogo, Ana Cristina (Tita), Marcelo, Cindi...etc. Felizmente são muitos...peço desculpas aos que não foi possível de mencionar o nome, mas sei que todos torceram e vibraram por mim. “Amigo é coisa pra se guardar no lado esquerdo do peito...”

Aos alunos do Colégio Estadual Dr. Alcides Pereira, pelos incentivos. À colega Professora Tânia Maria que me substituiu durante minha ausência, e a todos que fazem esse colégio.

À jovem e competentíssima Cristiane Nogueira, cuja visão ampla possibilitou a realização desta pesquisa.

À Professora Adriana Nogueira, pelos ensinamentos com relação à Ginástica Laboral, além do auxílio essencial num momento crucial da pesquisa: a coleta de dados. Muito obrigado.

A todos que compõem a empresa X, pelo acesso e solicitude, especialmente aos trabalhadores do setor de produção desta, pelo acolhimento e participação imprescindíveis à concretização deste trabalho. Obrigado pela confiança.

Ao Professor Adilson Oliveira Almeida, pela criteriosa revisão de texto.

Aos pensadores que, através de suas obras e idéias, mostram-nos possibilidades de intervenção e compreensão do real.

Por fim, aos que ajudaram gratuitamente, aos que se negaram a prestar alguma forma de colaboração e a todos aqueles que cotidianamente contribuíram de forma direta ou indireta para a concretização desta pesquisa, que, embora leve o nome de um único autor, nela inscreve-se a coletividade dos seres sociais com os quais convivi até este momento de minha existência.

O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-de-pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o objeto real conserva sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro (KARL MARX).

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não é uma coisa qualquer e, na verdade, não é nem mesmo uma coisa: a “coisa em si”, de que trata a filosofia, é o homem e o seu lugar no universo, ou (o que em outras palavras exprime a mesma coisa): a totalidade do mundo revelada pelo homem na história e o homem que existe na totalidade do mundo (KAREL KOSIK).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
I. TRABALHO E SER SOCIAL NO CAPITALISMO.....	29
1.1 O trabalho e a ontologia do ser social: considerações pontuais.....	31
1.2 O trabalho alienado e o ser social	41
1.3 A centralidade do trabalho questionada <i>versus</i> a defesa da centralidade do trabalho.....	47
II. SOCIEDADE, TRABALHO, CORPORALIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS.....	74
2.1 Taylorismo e fordismo: notas preliminares.....	75
2.2 Acumulação flexível: “novo” paradigma produtivo.....	81
2.3 Novas exigências para a qualificação do trabalhador.....	86
2.4 A Educação Física frente às novas tecnologias.....	93
2.5 Ergonomia e modernização: as intervenções sobre o corpo que trabalha.....	98
2.6 Em cena: a Ginástica Laboral.....	112
III. A EDUCAÇÃO DO CORPO NO E PELO TRABALHO.....	125
3.1 Conhecendo o trabalhador/usuário de um programa de Ginástica Laboral.....	126
3.2 O corpo no e pelo trabalho: a Ginástica Laboral em questão.....	154
3.3 Repercussões da Ginástica Laboral no tempo liberado do trabalho.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	198
ANEXOS.....	208

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão da ergonomia.....	100
Tabela 2 – Descrição do processo de trabalho na empresa X.....	122
Tabela 2 – Descrição do processo de trabalho na empresa X (continuação).....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Trabalhadores da empresa X por sexo.....	126
Gráfico 2 – Média de idade geral dos trabalhadores.....	127
Gráfico 3 – Faixa etária masculina.....	128
Gráfico 4 – Faixa etária feminina.....	129
Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos trabalhadores.....	130
Gráfico 6 – Indicação sobre a existência das aulas de Educação Física.....	131
Gráfico 7 – Indicação sobre a frequência às aulas de Educação Física.....	133
Gráfico 8 – Estado civil dos trabalhadores.....	135
Gráfico 9 – Área de trabalho.....	136
Gráfico 10 – Tempo de trabalho na empresa X.....	138
Gráfico 11 – Tempo de exercício na função atual.....	139
Gráfico 12 – Forma de ingresso na empresa X.....	144
Gráfico 13 – Jornada de trabalho na empresa X.....	146
Gráfico 14 – Faixa salarial dos trabalhadores da empresa X.....	147
Gráfico 15 – Existência dos momentos de intervalo.....	148
Gráfico 16 – Indicação de doenças contraídas no trabalho.....	149
Gráfico 17 – A utilização do tempo de pausa para a Ginástica Laboral.....	154
Gráfico 18 – Sensação de bem-estar após a Ginástica Laboral.....	164
Gráfico 19 – Disposição dos trabalhadores no início da jornada de trabalho.....	174
Gráfico 20 – Disposição dos trabalhadores ao final da jornada de trabalho.....	175
Gráfico 21 – Tipo de desgaste percebido ao final da jornada de trabalho.....	178
Gráfico 22 – Indicação dos espaços freqüentados para o desenvolvimento do lazer.....	184
Gráfico 23 – Adesão dos trabalhadores à prática de atividades físicas fora do trabalho.....	187
Gráfico 24 – Indicação sobre a influência da Ginástica Laboral na prática de atividades físicas fora do trabalho.....	188

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para a região do pescoço.....	119
Figura 2 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para o dorso.....	120
Figura 3 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para os membros superiores.....	161
Figura 4 – Sessão de Ginástica Laboral pela tarde na empresa X. Alongamento para o tronco.....	162
Figura 5 – Sessão de Ginástica Laboral pela tarde na empresa X. Massagem em grupo.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CONFED – Conselho Federal de Educação Física

CREFs – Conselhos Regionais de Educação Física

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EUA – Estados Unidos da América

FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe

GL – Ginástica Laboral

HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LER – Lesões por Esforços Repetitivos

LTC – Lesões por Traumas Cumulativos

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NPGE – Núcleo de Pós-Graduação em Educação

NPSE – Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação

NR – Norma Regulamentadora

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PIB – Produto Interno Bruto

PNSST – Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESI – Serviço Social da Indústria

SEST – Serviço Social do Transporte

SIPAT – Semana Interna de Prevenção e Acidentes do Trabalho

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi desvendar quais os impactos de um programa de Ginástica Laboral na corporalidade de trabalhadores da indústria de confecções, no que tange à efetividade desta prática enquanto uma educação do corpo preparadora/reparadora das exigências qualificacionais do componente manual do trabalho necessárias nesse tipo de função. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, a fim de verificar se a Ginástica Laboral promove uma educação do corpo, ou se a rotina dos movimentos específicos do trabalho numa linha de produção do setor industrial de confecções é o *habitus* corporal – educação do corpo – que vigora. O campo empírico da pesquisa foi uma indústria de confecções especializada na produção de camisas – empresa X –, que possui um programa de Ginástica Laboral para os trabalhadores. Foram empregados os seguintes instrumentos durante a coleta dos dados: observação, questionários e entrevistas. Para atingir os intentos do estudo, elegeu-se uma população que abrangeu três grupos de sujeitos: a) gerentes e/ou coordenadores; b) professora de Educação Física, que orienta a prática da Ginástica Laboral; c) trabalhadores, que são usuários do programa de Ginástica Laboral. O eixo da discussão buscou aproximar-se do entendimento do corpo *no e pelo trabalho*, partindo das mudanças significativas que delinearão um novo quadro em escala mundial a partir da década de 1970, no bojo de mais uma crise estrutural do capital. Com efeito, o trabalho passou a ter sua centralidade questionada no processo de produção/reprodução da existência humana. Considerando a assertiva do trabalho como princípio educativo e elemento fundante da sociabilidade humana, os postos de trabalho hoje exigem atributos qualificacionais que requerem cada vez menos o componente manual do trabalho. Porém, são crescentes as exigências do componente intelectual, as quais impõem a necessidade de um novo tratamento à dimensão corporal. Desta forma, empresas cujos processos de gestão atendem a princípios modernos e universais adotam programas de Ginástica Laboral, a fim de estabelecer a mediação adequada ao uso do intelecto e do corpo no trabalho. A implantação desses programas demonstra uma preocupação com a diminuição dos males ocasionados pela intensificação do trabalho, pois, no que se refere à educação formal, a disciplina curricular Educação Física não contribui com a formação/preparação corporal dos sujeitos, que mais cedo ou mais tarde tornar-se-ão trabalhadores. Assim, para compensar essa carência da escola, as empresas realizam o seu próprio investimento relacionado ao corpo. Mas, quais os verdadeiros interesses subjacentes a esse investimento na dimensão corpórea do trabalhador? Ainda que prevaleça o componente intelectual, o proprietário da força de trabalho não vai para a sua respectiva atividade laborativa somente com o seu cérebro. Constatamos que a influência da Ginástica Laboral não é capaz de suplantar a construção do *habitus* corporal proporcionado pelas exigências do trabalho repetitivo da indústria de confecções, não obstante constituir-se num momento paradoxal para o trabalhador, sob o ponto de vista da sua experiência social.

Palavras-chave: Trabalho, Educação, Educação do Corpo, Corporalidade, Ginástica Laboral.

ABSTRACT

Revealing the impacts of a Laboural Gymnastic program in the corporality of clothing industry workers was the objective of this research, according to the affectivity of this practice, while there is some corpus education which is the preparing/repairing of the qualitative demanding of the work manual component, necessary for this kind of function. For reaching this, a qualitative research, like a case study, was delineated, in order to verify if the Laboural Gymnastic promotes some body education, or if it is the routine of the work specific movements, in a production line of the clothing industrial sector is the corporal *habitus* – education of the body – which invigorates. The empirical field of the research was a clothing industry, specialized in the production of t-shirts – company X -, which has a Laboural gymnastic program for the workers. The following tools were used during the data collecting: observation, questionnaires and interviews. For reaching the intentions of the study, A population was elected and reached three groups of individuals: a) managers and/or coordinators; b) teacher of Physical Education who orientates the practice of the Laboural Gymnastic; c) workers who are users of the program of Laboural Gymnastic. The main point of discussion searched for approaching the understanding of the body *in the and for the work*, starting from the significant changings which delineated a new frame in worldwide scale from 1970, within one more structural crises of the capital. Therefore; the work started having its centrality questioned in the process of production/reproduction of the human existence. Taking the work assertive into consideration like educative principle, and founding element of the human sociability, the work positions today require qualitative attributes, which also require, less and less, the work manual component. However; it is been raising the demands of the intellectual components that oblige them to the need of a new treatment related to the physical dimension. So, enterprises whose administrative process follows the modern and universal rules, adopt programs of Laboural Gymnastic, with the purpose of doing the right intervention appropriate to the use of the intellect and the body at work. The implantation of these programs demonstrates some worry about the decreasing of harm caused by the intensification of work, because of what refers to the formal education, the subject Physical Education, it does not contributes to the body formation/preparation of the individuals, who, later or sooner will became workers. Then, to compensate this short of school, companies carry on their own investment related to the body. Although; which are the real interests parallel to this investment in the worker corporal dimension? Even if, still the intellectual component prevails, the owner of the labor force will not practice his respective laboural activity only with his brain. We realized that the influence of the Laboural Gymnastic is not able to build up the construction of the corporal *habitus* proportioned by the requirements of repetitive work of the clothing industry, not only being responsible for constituting itself in a paradoxal moment for the worker, on the point of view of his social experience.

Key-words: Work, Education, Body Education, Body Activity, Laboural Gymnastic.

INTRODUÇÃO

Diante de nós os fenômenos manifestam-se na realidade humano-social, contudo, não são facilmente apreendidos ao olhar, para captá-los são requeridos esforços a fim de alcançar à compreensão da sua essência. Paulatinamente as camadas aparentes que o reveste devem ser removidas com o fito de atingir o seu âmago.

É necessário enveredar por estradas vicinais. Algumas servem apenas para que nos percamos, outras vão nos conduzindo passo a passo rumo à clareza e à essência do objeto investigado. Em certos momentos perdemos-nos em meio ao percurso, porém, teoria e método iluminam a escuridão que por vezes se abate sobre o pesquisador, impulsionando-o com um novo fôlego, rumo ao cerne da questão; ou seja, em busca da verdade do e no próprio real.

Inicialmente partíamos do seguinte questionamento: em que a Educação Física – disciplina curricular – contribui com a preparação do trabalhador no momento marcado pelo processo de reestruturação produtiva, caracterizado, entre outros aspectos, pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais? Sem precisar ir fundo à questão, a empiria demonstra-nos, por um lado, que essa disciplina não contribui com a preparação corporal do trabalhador, pois o componente manual do trabalho vem sendo paulatinamente menos exigido em alguns postos de trabalho. Por outro lado, a crescente exigência do componente intelectual do trabalho gera a necessidade de um novo tratamento à dimensão corporal do trabalhador.

Tomando como eixo balizador a assertiva do trabalho como princípio educativo, observamos que, apesar de a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96¹, ter elevado a Educação Física ao *status* de disciplina curricular, o princípio educativo e as exigências a ele inerentes impõem dificuldades para essa área, que trata de um conhecimento *não-conceitual*², legitimar-se pelo discurso da preparação para o mundo do trabalho³. Contudo, o corpo, perante o aclamado contexto das novas tecnologias, manifesta as

¹ A Lei 10.793, de 1º de dezembro de 2003, altera a redação do art. 26, § 3º, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional" e dá outras providências. Assim, o artigo 26º foi redigido expressando o novo texto a seguir: "A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é **componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno**: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole" (BRASIL, 2003, p. 1 Grifos Nosso).

² Corroboramos com Soares *et al* (1992) quando dizem que o movimento corporal humano é o objeto de intervenção sobre o qual incide a prática pedagógica e social da Educação Física. Portanto, essa disciplina expressa um conhecimento não-conceitual, por implicar uma experimentação, uma vivência, enfim, um fazer corpóreo que não acontece normalmente com as outras disciplinas escolares (BRACHT, 2001).

³ Embora concordemos com Lessa (2007) acerca do obscurantismo da expressão *mundo do trabalho*, assumimos os riscos da sua ambigüidade, de forma que em vários momentos do texto, essa expressão será empregada.

cisões orientadas pela divisão social do trabalho, em que o otimismo exacerbado na ciência, diante de um relativo espaço conquistado pelo componente intelectual do trabalho sobre o componente manual, estimula a falsa crença de que essa divisão foi superada.

Todavia, a perspectiva de tal deslocamento no que tange aos componentes humanos empregados no trabalho – materializada pelo grau de exploração da capacidade de trabalho – não modifica o estatuto dominante da racionalidade que preside a divisão social do trabalho, mas sim acentua a fragmentação peculiar ao capitalismo: mãos em oposição à inteligência.

Paradoxalmente não há como explorar a inteligência sem desgastar o corpo e muito menos exaurir o corpo sem afetar a mente. A suposição desse discurso, em que o componente intelectual está sobrepondo-se ao componente manual do trabalho, revela o caráter ideológico subjacente às festejadas transformações do mundo do trabalho nos horizontes do capital financeiro.

Entretanto, a maioria dos trabalhadores subordinados em caráter real à tutela da exploração da força de trabalho sofre em sua integralidade os efeitos desta, o que pode ser visualizado no processo de (re)modelagem da sua corporalidade, através de uma série de doenças como estresse, depressão, Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT)⁴, entre outras.

Sendo o corpo a instância totalizante do ser social que põe em evidência a atividade trabalho, indagamos: quais as conexões entre o novo paradigma produtivo e a dimensão corporal dos trabalhadores? Esta pergunta nos conduz diretamente à relação trabalho/educação no capitalismo contemporâneo.

Haja vista termos efetivado o nosso processo de formação/graduação num curso de Licenciatura em Educação Física, manifestou-se o interesse em articulá-la com as transformações pelas quais passa o mundo do trabalho na contemporaneidade, e principalmente com as repercussões que elas promovem ao corpo do trabalhador.

Ao visitarmos bancos de teses e dissertações digitais de algumas instituições como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a

⁴ Para Cañete (2001), a nomenclatura Lesões por Traumas Cumulativos (LTC) é mais adequada que Lesões por Esforços Repetitivos (LER), para designar aquele tipo de lesão adquirida em postos de trabalho que são alvo da intervenção por meio da Ginástica Laboral. Contudo, optamos por empregar a nomenclatura associada (LER/DORT) ao longo do texto por entendermos que há uma maior disseminação desta, sendo facilmente reconhecida quando mencionada. A denominação Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), por sua vez, baseia-se na expressão inglesa *work-related musculoskeletal disorders*, que foi proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e acatada no Brasil pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), através da *Norma Técnica de Avaliação de Incapacidade para fins de Benefícios Previdenciários*, de 1997. Para maiores esclarecimentos acerca do emprego das terminologias que se referem às doenças do trabalho, consultar: ALVES (2004), CAÑETE (2001), LIMA (2004) e LONGEN (2003).

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), etc., detectamos, num levantamento preliminar, um número limitado de pesquisas com esse enfoque na área da Educação Física. Conforme Nozaki (2007), existe um vazio teórico no que tange à existência de estudos que se debrucem sobre as conseqüências do mundo do trabalho e os impactos ocasionados na Educação Física.

Ressaltamos que deslocamos o foco da Educação Física Escolar (educação formal) e situamos o interesse desta pesquisa na educação do *corpo no e pelo trabalho* (educação informal), haja vista o espaço de trabalho ser repleto de tensões e contradições que engendram uma gama de implicações e reflexos na corporalidade do ser social.

Sem pretender contemplar a complexidade e abrangência que envolvem o corpo no sentido de sua historicidade, usos e configurações, costumes e discursos, optamos pelo entendimento deste a partir da corporalidade, pois “contemporaneamente pode-se afirmar que a dimensão corpórea do homem se materializa nas três atividades produtivas da história da humanidade: linguagem, trabalho e poder” (SOARES *et al*, 1992, p. 39).

Linguagem, poder e trabalho, uma tríade que permeia todos os âmbitos das relações sociais. Relacionada ao objeto de estudo que se apresenta, a linguagem – uma das marcas da nossa humanidade⁵ – não só diz respeito à verbalização da palavra como também às várias formas de manifestação do corpo ao expressar sentimentos e sensações, inclusive no cotidiano laboral. O trabalho é a atividade fundante da sociabilidade humano-social, embora historicamente tenha se constituído dupla e dialeticamente em fonte de alienação e libertação⁶. O poder impregna todos os espaços por onde transita o ser social, manifestando as contradições típicas da sociedade capitalista.

Nesse sentido, a abordagem que será feita ao corpo parte de uma perspectiva de concreticidade, em que as influências da organização do trabalho no capitalismo imprimem a corporalidade os aspectos ideológicos dominantes, via linguagem e poder, mas sobretudo através do trabalho.

Alertamos também que apesar de referirmo-nos a algumas dessas questões, não se trata de um estudo sobre saúde ocupacional e/ou saúde ambiental, muito menos sobre incidência de LER/DORT, análise dos efeitos de um programa de Ginástica Laboral, intervenção ergonômica, etc., embora inevitavelmente tenhamos a necessidade de fazer inferências sobre essas temáticas. A perspectiva adotada apreende o corpo dentro da trama das

⁵ Baseamo-nos em Eagleton (1998, p. 75).

⁶ A liberdade relaciona-se ao campo do devir, pois o trabalho explorado sob o capital representa a alienação do ser social, como será discutido adiante.

relações sociais, sendo este moldável – porém não exclusivamente de forma passiva –, pois o corpo é a expressão totalizante de um sujeito concreto que pensa e atua socialmente.

Aproximamo-nos da vertente analítica que busca compreender o *corpo no e pelo trabalho*, a qual, conforme observações de Herold Junior (2006), vem sendo secundarizada nos estudos da Educação Física e na área de Trabalho e Educação. Ao falarmos em aproximação, enfatizamos uma vez mais que a pesquisa ora apresentada não é um estudo detalhado sobre o corpo, mas sim que o relaciona à dinâmica societal que abrange em sua complexidade as várias esferas da sociabilidade humano-social. Isso porque

ao propormos a necessidade de se buscar uma unidade entre o **corpo no trabalho** e a análise do **corpo pelo trabalho**, sustentamos que uma consideração mais crítica sobre as questões do corpo na sociedade contemporânea, mesmo as mais “afastadas” (pelas numerosas mediações) do mundo do trabalho, tem no estudo do trabalho, um momento importante e que não deveria ser posto de lado. O mesmo podendo, assim, ser dito do caminho contrário: entender o trabalho requer uma clareza sobre a variada gama de questões que são discutidas sobre o corpo nas mais variadas dimensões da vida social, cultural e política da sociedade. Dessa maneira, no que tange ao corpo e ao trabalho, problemas de ordem sociológica e de ordem epistemológica são dificilmente discutidos de modo separado (HEROLD JUNIOR, 2006, p. 116 Grifos do Autor).

Isto posto, o objeto em questão – a Ginástica Laboral como representante de uma intervenção sobre o *corpo no e pelo trabalho* – está aqui sendo investigado através da mediação com a categoria ontológico-social trabalho – e as transformações do mundo do trabalho na atualidade – relacionadas também com a corporalidade dos trabalhadores sob a ordenação de um novo paradigma produtivo.

Quando nos propusemos a enveredar pelas sendas do conhecimento, balizamo-nos por um guia imprescindível: o método, fundamental para alcançarmos os fenômenos em sua essência.

A abordagem ao objeto ocorreu dentro de uma perspectiva que visa apreendê-lo em sua totalidade, e esta tarefa exige considerar a realidade concreta, visto que

o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 2003, p. 248).

O mundo do trabalho em sua singularidade comporta as múltiplas determinações do real, sendo um rico ponto de partida para refletirmos sobre o *corpo no e pelo trabalho*, articulando partes e todo, fenômeno e essência, unidade e diversidade, porque

a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 2002, p. 50).

O campo empírico desta pesquisa foi a realidade concreta cotidiana de trabalhadores de uma indústria de confecções. Os critérios para a escolha desse local foram: o fato de ter princípios organizacionais e de gestão, modernos, além de um programa de Ginástica Laboral operacionalizado e mantido há mais de um ano. A empresa X⁷ contemplou esses requisitos, além do fato de ter autorizado a realização da pesquisa junto aos seus trabalhadores, e o acesso às suas instalações e demais informações necessárias.

Essa indústria de confecções especializada na produção de camisas em larga escala⁸ e que nos subsidiou como fonte de observação, existe há 15 anos aproximadamente, sendo originária do estado de São Paulo. No ano de 2003 instalou uma filial em Sergipe, no município de Nossa Senhora do Socorro – Distrito industrial –, a princípio atuando exclusivamente com uma operação, a costura. Nesse período, as demais etapas componentes do processo de confecção de camisas aconteciam em São Paulo.

Posteriormente migrou até o Nordeste, trazendo toda a sua planta produtiva para Sergipe. Detectamos dois motivos para essa transferência: a) os incentivos fiscais do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial; b) a mão-de-obra barata.

A partir de então a empresa funciona em Nossa Senhora do Socorro com todas as etapas da produção de camisas, desde o recebimento da matéria-prima (tecidos de altíssima qualidade), corte, costura/acabamento, embalagem e expedição. Contudo, em São Paulo permanece o departamento comercial (vendas), responsável, entre outras atribuições pela distribuição dos produtos no Brasil e no exterior.

O período da coleta de dados compreendeu os meses de julho a outubro do ano de 2007, distinguindo-se as seguintes fases: a) primeiro contato com a gerência da empresa,

⁷ Inspiramo-nos em Kuenzer (2001). Esse nome fantasioso visa resguardar o anonimato da empresa e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

⁸ Os produtos de camisaria da empresa X são de elevada qualidade, superando até as exigências dos padrões internacionais. Isto porque, além de abastecer o mercado nacional com camisas finas, a fábrica também atende aos pedidos de clientes internacionais.

quando foi exposta a intenção de estudo; b) formalização do início da pesquisa com a entrega do ofício/carta de recomendação redigido por nossa professora-orientadora; c) observações às sessões de Ginástica Laboral (manhã e tarde); d) observações ao cotidiano do trabalho em geral (intervalo e jornada); e) aplicação dos questionários; f) realização das entrevistas; g) encerramento das atividades de campo.

A camisaria contava na época – segundo informações obtidas no Departamento de Pessoal – com 248 trabalhadores ativos, entre administração e produção, sendo que deste número, 200 trabalhadores estavam lotados exclusivamente na produção, distribuídos nos setores: corte, costura (acabamento, pré-preparação, montagem) de gola, punho, carcela, traseiro, frente, além da passadoria (passar ferro/engomar), embalagem, expedição e manutenção.

Ir a campo pressupõe seguir uma diretriz de procedimentos racionais, a fim de captar todas as nuances que permeiam o objeto. Portanto, na fase de coleta dos dados, valemo-nos dos instrumentos: observações, questionários e entrevistas. O emprego de três instrumentos⁹ teve por finalidade conferir uma maior profundidade ao entendimento dos fatos investigados, enriquecendo-os por meio da complementariedade entre os aspectos quantitativos e qualitativos coletados por cada um deles, enfim: buscou-se “[...] multiplicar as tentativas de abordagem” (MINAYO, 1996, p. 102).

Através das observações sistemáticas registramos no diário de campo todas as informações obtidas a partir de conversas informais com gerentes/coordenadores, trabalhadores da produção e a professora de Educação Física, bem como todas as impressões captadas durante as observações às sessões de Ginástica Laboral, das quais os trabalhadores participavam, em que estávamos atentos aos gestos, expressões e comportamentos manifestos.

Podemos classificar a observação como participante (MARCONI & LAKATOS, 2006; MINAYO, 1996), pois os trabalhadores foram informados sobre a razão de nossa presença na fábrica, quando passamos a acompanhá-los em algumas rotinas de sua jornada de trabalho.

Todos os dias de visita ao campo empírico, independentemente da aplicação dos outros instrumentais, eram fonte de registros no diário de campo; isso quer dizer que estávamos atentos a toda atmosfera daquele espaço, do primeiro ao último dia. No entanto, a limitação do olhar permitiu-nos perceber as informações que considerávamos importantes ao

⁹ Todos os dados coletados por meio dos instrumentos empregados na pesquisa resguardaram a identidade dos sujeitos envolvidos.

objeto, sendo que muitas outras situações, com igual ou maior teor de relevância, provavelmente passaram despercebidas.

A aplicação do instrumento questionário¹⁰ teve por finalidade abranger o maior número possível de respondentes, haja vista um universo de 200 trabalhadores. Foi elaborado e aplicado um questionário misto, com perguntas abertas e fechadas relacionadas diretamente à definição do perfil do trabalhador da produção e ao objeto de estudo (em anexo).

Fazíamos a entrega destes aos sujeitos durante o intervalo do almoço, das 11 horas às 13 horas, momento que consideramos o mais apropriado, pois durante a jornada produtiva não havia qualquer possibilidade de eles deixarem o cumprimento das metas para responder aos questionários¹¹. Muitos responderam imediatamente e devolveram logo em seguida; outros levavam para casa e traziam no dia seguinte, e alguns não retornaram com os questionários.

Com a aplicação desse instrumento alcançou-se, a quantidade de 125 respondentes, sendo 40 homens e 85 mulheres. A tomada de decisão de encerrar com a aplicação dos questionários foi consensual com a orientadora da pesquisa, a partir da considerável amostra obtida perante o número total da população investigada.

Elegemos três grupos de sujeitos para compor os depoentes: a) trabalhadores da produção; b) membros da equipe de planejamento; c) professora de Educação Física. O primeiro grupo satisfazia à necessidade de verticalizar as informações e aspectos que os questionários não contemplavam, no que tange à percepção destes como usuários de um programa de Ginástica Laboral. O segundo fez sentido à medida que poderiam expressar as expectativas e anseios da política da empresa com a adoção dos programas de Ginástica Laboral. O terceiro grupo – um único sujeito – dizia respeito ao prestador dos serviços de Ginástica Laboral que se encontrava numa função de mediação, entre os interesses patronais e as perspectivas dos trabalhadores com relação à intervenção corporal empreendida.

No tocante à entrevista, ela foi do tipo semi-estruturada, balizando-se por um roteiro-guia previamente elaborado. Para Minayo (1996, p. 109-10),

o que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações [...] é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as

¹⁰ Vale destacar que a professora de Educação Física teve importância capital para o êxito da aplicação desse instrumento, haja vista sua prestatividade em acompanhar-nos durante boa parte dessa fase, no corpo-a-corpo com os trabalhadores.

¹¹ Inclusive uma das condições para a realização da pesquisa era não interromper ou alterar o ritmo do trabalho.

representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Certamente as visões e percepções dos sujeitos entrevistados revelariam distintas posições sobre os aspectos que permeiam a implantação, aplicação e manutenção do programa de Ginástica Laboral na camisaria.

Como critério de significância da amostra estipulou-se num percentual entre 5% e 10% da população (MARCONI & LAKATOS, 2006). Foram realizadas 24 entrevistas ao total, das quais 21 foram feitas com os trabalhadores da produção (16 mulheres e 5 homens), cobrindo o percentual de 10% assinalado.

Outras duas entrevistas colheram respectivamente os depoimentos da Gerente Administrativa e da Coordenadora de Produção, membros do planejamento da fábrica. A última entrevista foi realizada colhendo o depoimento da professora de Educação Física, que ministrava as sessões de Ginástica Laboral.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um gravador compatível com fitas K-7 de 60 minutos que, armazenaram os depoimentos gravados. Todas as falas foram transcritas no mesmo dia em que eram coletadas.

Ao considerarmos quantidade e qualidade sob uma visão de totalidade, temos na pesquisa qualitativa o instrumental necessário para abordar o objeto, visto que o aspecto quantitativo não representa uma oposição ao aspecto qualitativo, mas se constitui na definição de um processo inacabado e perene, onde se busca uma aproximação paulatina e sucessiva do real, mediando/combinando teoria e dados (MINAYO, 1996).

Além de qualitativa, a pesquisa enquadra-se no tipo estudo de caso, que se caracteriza no empreendimento de uma análise unitária e em profundidade ao objeto de estudo (TRIVIÑOS, 1987). Justificando-se, pois numa breve sondagem feita a algumas indústrias de Sergipe, constatamos que tais programas ainda são pouco adotados. No entanto, diante da emergência do “velho/novo” discurso voltado para o corpo em diversas instâncias da vida social, não causará espanto se a Ginástica Laboral muito em breve tornar-se prática obrigatória nos postos de trabalho. Eis o motivo de buscar conhecer melhor certas nuances pouco visíveis de um fenômeno em franca expansão.

Como nos diz Gil (2006, p. 55), ressaltando as possibilidades exploratórias inerentes aos estudos de caso, “[...] os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma

visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados”.

Nesse sentido privilegiamos e selecionamos, entre os dados que foram coletados, especialmente aqueles que apreendíamos como subsídios que contemplariam a compreensão da Ginástica Laboral como uma intervenção sobre o *corpo no e pelo trabalho*. Assim, o eixo da discussão parte das seguintes categorias: o trabalho e suas relações com a corporalidade; a organização do trabalho no campo empírico; as perspectivas dos sujeitos envolvidos na implantação, aplicação e manutenção de um programa de Ginástica Laboral e o caráter ambivalente dessa intervenção corporal.

Cientes de que ao fundamentarmos-nos empiricamente numa situação particular – como a que se manifesta na empresa X –, evoca-se o problema peculiar aos estudos de caso, no que diz respeito à imprecisão das universalizações. Entretanto, por estabelecer a perspectiva de apreensão da realidade em sua totalidade, a fragilidade assinalada sofre um revés, visto que o particular apreendido sob tal perspectiva está contido no universal, pois o caso em questão trata de uma fábrica presidida pelas características inerentes ao capitalismo, o que quer dizer que em seus aspectos singulares e específicos, comporta todos os elementos antagônicos peculiares ao sociometabolismo do capital.

Então, quando afirmamos que iremos “[...] explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos [...]” (GIL, 2006, p. 54), temos por base que muitos estudos que abordam a Ginástica Laboral são realizados na área de Saúde Ocupacional e Engenharia de Produção, e normalmente analisam o desenvolvimento de LER/DORT nos trabalhadores, os efeitos benéficos da Ginástica Laboral no combate desses problemas, as formas mais eficazes para otimizar as intervenções ergonômicas, etc. Por este motivo tais estudos já são importantes, mas necessariamente pretendemos observar o fenômeno com outras lentes, a fim de captá-lo sob um olhar distinto, que somente outro ângulo de visão pode proporcionar. Isso porque nos lançamos de uma perspectiva analítica dialética¹², que aspira contribuir com o conhecimento que já foi produzido, mas também transcender as análises correntes sobre o assunto; afinal de contas, essa é a premissa básica de toda pesquisa científica. Para esse intento, partimos dos seguintes objetivos:

¹² Poder-se-ia afirmar que “a dialética *não é o método de redução: é o método de reprodução espiritual e intelectual da realidade* é o método do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico” (KOSIK, 2002, p. 39 Grifos do Autor).

Geral

Desvendar os impactos de um programa de Ginástica Laboral na corporalidade de trabalhadores da indústria de confecções, no que tange à efetividade desta prática enquanto uma educação do corpo preparadora/reparadora das exigências qualificacionais do componente manual do trabalho, necessárias nesse tipo de função.

Específicos

- Investigar quais os aspectos organizacionais e produtivos que norteiam os processos de trabalho na empresa X e suas relações com a corporalidade dos trabalhadores da produção;
- Analisar as concepções dos membros do planejamento (gerente/coordenador) da empresa X acerca dos motivos que levaram à implantação, aplicação e manutenção de um programa de Ginástica Laboral;
- Compreender as perspectivas da professora de Educação Física responsável pela aplicação/orientação do programa de Ginástica Laboral na empresa X, no que tange as suas repercussões no trabalho e fora do trabalho;
- Caracterizar o perfil dos trabalhadores da produção da empresa X;
- Compreender a posição dos trabalhadores da linha de produção da empresa X sobre a prática da Ginástica Laboral, articulada ao processo de assimilação e reconstrução da sua experiência como usuários desse programa.

Ultimamente são ampliados o interesse e o investimento de muitas empresas no Brasil com a implantação de programas de Ginástica Laboral. Em Sergipe, estado cujo setor industrial não é a principal alavanca de sua economia¹³, esse movimento ainda é tímido, embora seja verificável que tais programas venham ganhando aos poucos algum destaque no setor de serviços (bancos, repartições públicas, clínicas, etc.). Quais os interesses com tal investimento? Como se visualizam os resultados? O corpo continua a fadigar-se mesmo prevalecendo o uso do componente intelectual do trabalho, pois o trabalhador não vai para o seu posto de trabalho somente com o cérebro, mas com a sua totalidade humana.

¹³ Apesar desse fato, no decênio (1995-2005) o Produto Interno Bruto (PIB) de Sergipe registrado obteve uma taxa média anual de 3,3%, sendo superior às taxas nordestina e brasileira (FIES, 2007).

Para não mencionarmos o fato de que persistem ainda muitas formas de trabalhos em que prevalecem o uso e a exploração do componente manual, como foi visualizado no caso da empresa X. Isso ocorre pelas próprias características das operações, pois se trata de uma linha de produção altamente racionalizada, onde a divisão do trabalho é bem delimitada. Existem algumas funções que o trabalhador cumpre a meta/hora de algo em torno de 250 peças, portanto, o trabalho se enquadra como repetitivo, que, segundo a norma sueca de ergonomia, consiste no trabalho monótono, com a realização de poucas tarefas em que os movimentos são parecidos e repetem-se continuamente ao longo de toda a jornada de trabalho (ASSUNÇÃO, 2006).

Em situações como essa, será que a Ginástica Laboral promove uma educação do corpo, ou a rotina dos movimentos específicos do trabalho numa linha de produção do setor industrial de confecções é o *habitus* corporal – educação do corpo – que vigora?

Parece-nos que a influência da Ginástica Laboral não é capaz de suplantiar a construção do *habitus* corporal proporcionado pelas exigências do trabalho repetitivo da indústria de confecções, não obstante constituir-se num momento paradoxal ao trabalhador, sob o ponto de vista da sua experiência social.

Ao afirmar-se o fim do trabalho, como se justifica o sentido ascendente dos investimentos nas intervenções (projetos ergonômicos, Ginástica Laboral, etc.) que incidem sobre o corpo dos trabalhadores?

Entendemos que é renovado o processo de moldagem e docilização corporal dos trabalhadores diante da organização do trabalho no contexto das novas demandas produtivas, e que a corporalidade em seus aspectos fixadores e determinantes é um forte influenciador do processo mencionado, firmando os alicerces dos novos interesses relacionados à educação do corpo *no e pelo trabalho*, evidenciando a sua importância na esfera da produção num momento em que se afirma necessariamente a sua irrelevância.

Como podemos ver, o corpo e/ou componente manual não se subordina passivamente ao componente intelectual. Pelo contrário, poder-se-ia admitir que o corpo que labora faz parte dos interesses produtivos do capitalismo, visto que a força de trabalho materializa-se em ações que necessariamente passam por alguma forma de expressão da corporalidade dos trabalhadores.

Nesse sentido, o enquadramento desse projeto na linha de pesquisa *Novas Tecnologias, Educação e Trabalho*, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (NPGED/UFS), além de nossa inserção enquanto membro pesquisador do Núcleo de Pesquisa “*Sociedade e Educação*” (NPSE/UFS), vinculado ao

Grupo de Estudos e Pesquisas “*História, Sociedade e Educação no Brasil*” (HISTEDBR/UNICAMP), representa o *tour de force* da consciência com vista a compreender e intervir na realidade concreta e ir além da aparência fenomênica, posto que “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 2002, p. 20).

Engendrar esforços a fim de desvendar os aspectos multifacetados e contraditórios que se manifestam na configuração do mundo do trabalho na atualidade abre um espaço também para refletir-se sobre a corporalidade e a educação do corpo. No tocante à primeira, a perspectiva de assunção dos papéis sociais numa indústria de confecções, concebe o corpo como uma mera instância dotada de capacidade de trabalho. Já a segunda, diz respeito ao entendimento de uma educação do *corpo no e pelo trabalho*.

A relevância no empreendimento desta pesquisa reside no fato de ser um objeto pouco estudado. Cabe esclarecer que sobre os benefícios bio-fisiológicos (aparência do fenômeno) proporcionados pela Ginástica Laboral, a incidência de LER/DORT, os objetivos propagados e os objetivos reais obtidos com a implantação de um programa de Ginástica Laboral, etc.¹⁴, existem vários artigos, monografias, dissertações e teses; contudo, são pouco visualizados no Brasil, e inexistentes¹⁵ no estado de Sergipe, estudos que abordem esse fenômeno, buscando captar as múltiplas determinações que incidem sobre ele.

Então, merece aprofundamento o estudo desse objeto, com vistas a contribuir com entendimentos diferenciados acerca da relação trabalho/educação, e o lugar da qualificação do corpo¹⁶ e/ou (componente manual) do trabalho em tempos de processo de reestruturação do capital, mediado pelo permanente conflito entre capital e trabalho neste início de século XXI. Esta pesquisa também trará algumas contribuições à Educação Física, pois a Ginástica Laboral é um dos campos em que há a intervenção do profissional dessa área; e ainda que se restrinja ao ambiente de trabalho, existe todo um procedimento educativo no seu desenvolvimento.

¹⁴ Detectamos entre essas abordagens as pesquisas de KOSE (2005), LOGEN (2003), MARTINS (2005), MILITÃO (2001), MUROFUSE (2004) e OLIVEIRA (2001). Os títulos e demais indicações completas sobre esses trabalhos constam das referências bibliográficas.

¹⁵ Durante o levantamento bibliográfico feito para a pesquisa, era essa a situação.

¹⁶ Por qualificação do corpo expressamos o sentido referente aos atributos desejáveis ao corpo do trabalhador, pela ótica do capital; ou seja, tanto a destreza e habilidade para realização da tarefa, quanto as intervenções que são realizadas sobre o corpo, como os projetos ergonômicos e os programas de Ginástica Laboral. No entanto, nossa compreensão é que se trata de um equívoco falar em qualificação do corpo unilateralmente. Mas no capitalismo a dimensão corpóreo-motriz é desvinculada esquematicamente da dimensão espiritual, a fim de romper a unidade psicofísica do trabalhador e submetê-lo à organização do trabalho.

Além desta introdução onde expusemos a problematização, a caracterização do campo empírico, os procedimentos metodológicos, os objetivos gerais e específicos e a relevância da pesquisa, este trabalho é constituído de mais três capítulos e as considerações finais.

O capítulo um discute pontualmente os fundamentos ontológicos do trabalho sob as perspectivas marxiana/marxista, buscando articular os nexos do trabalho com a corporalidade. Ainda apresenta algumas posições que corroboram com o fim da centralidade do trabalho, acareando-as com posições críticas a favor da permanência da centralidade do trabalho. O objetivo desse capítulo é demonstrar que o trabalho permanece como elemento central, e diante das relações antagônicas entre capital e trabalho, continua repercutindo na conformação da corporalidade dos trabalhadores.

O capítulo dois expõe algumas questões referentes ao papel do corpo na produção, além de abordar as características dos processos de ordenamento produtivo, taylorismo, fordismo e acumulação flexível. Prossegue com uma discussão acerca das novas exigências qualificacionais do trabalhador, confrontando componente manual X componente intelectual. Discutimos ainda a corporalidade e a Educação Física escolar diante das novas tecnologias, ergonomia e modernização, encerrando com a exposição dos pressupostos da Ginástica Laboral. A finalidade é articular os elementos teóricos aos dados, situando a vinculação dos programas de Ginástica Laboral às novas necessidades da organização do trabalho.

O capítulo três apresenta o perfil dos trabalhadores da empresa X, usuários de um programa de Ginástica Laboral. Aprofunda o diálogo entre o consenso e dissenso dos sujeitos componentes do universo da pesquisa e suas percepções sobre os efeitos da ginástica no trabalho e fora dele. O seu intuito é explorar o caráter ambivalente da Ginástica Laboral, no que tange à apreciação dos trabalhadores, transcendendo os interesses patronais.

As considerações finais reiteram as principais conclusões obtidas com a pesquisa, as limitações do estudo e as indicações de possíveis objetos para ampliar o entendimento acerca das questões levantadas.

I. TRABALHO E SER SOCIAL NO CAPITALISMO

Prima facie apresenta-se uma desconexão, a saber, qual a relação entre trabalho e ser social com a corporalidade, e mais especificamente com uma intervenção que incide sobre o corpo dos trabalhadores, denominada Ginástica Laboral?

Ao buscarmos o âmago da questão, verificamos quão vinculada encontra-se a corporalidade com o conflito permanente entre capital e trabalho. Isso porque, apesar da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, todo trabalho humano caracteriza-se por uma ação e/ou intervenção do ser social, mediada pela atividade da consciência. Esta classificação/distinção é ocasionada por determinadas condições históricas e cumpre o papel de acentuar a exploração de uma forma *sui generis*: as mãos em detrimento da inteligência, ou esta suplantando aquela, como se o sujeito que trabalha usando predominantemente as mãos fosse destituído de atividade intelectual, e o trabalho cuja predominância seja o intelecto não requiera o emprego do corpo.

Ao exigir-se um trabalho mais braçal (considerado degradado, rotineiro e pouco qualificado), ou um tipo de trabalho mais intelectualizado (supostamente mais refinado e altamente qualificado), em ambos os casos o ser social que emprega sua força de trabalho o faz necessariamente com uso da sua totalidade corporal. Evidenciamos que “por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 2002, p. 197).

Isto posto, mesmo com o advento da modernização tecnológica proporcionado pelos avanços das diversas áreas do conhecimento – e principalmente da microeletrônica –, não há como negligenciar a dimensão corporal dos trabalhadores. Mas é típico do capitalismo o cultivo de visões dissociadas, que, ao desconsiderar essa dimensão, acaba negando o próprio ser humano, como se o corpo fosse uma entidade autônoma e cindida do ser social.

O corpo é a instância totalizante do ser social, que manifesta a sua corporalidade, através do qual esse ser se exterioriza, objetiva-se, enfim, realiza os planos ideais, tornando-os reais. No corpo também se inscrevem os aspectos antagônicos inerentes à sociedade capitalista e a corporalidade sofre as repercussões impostas pelos princípios produtivistas, utilitários e pragmáticos peculiares ao modelo societal em vigência.

Apesar de a especulação desempenhar um papel preponderante nos ganhos conquistados por transações financeiras, está patente que mesmo sob a égide do capital

financeiro em tempos de mundialização, é necessária a valorização do capital na produção, para a conseqüente valorização na circulação, pois todo acréscimo obtido na esfera da circulação tem seu nascedouro na ampliação oriunda da produção (NETTO; BRAZ, 2007).

Disso depreende-se que o corpo não deixa de ser reconhecido como uma importante engrenagem do sistema produtor de mercadorias, porque ainda “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza” (CHESNAIS, 1996, p. 15).

É necessariamente a crescente implementação de políticas para o corpo – especificamente aquelas que incidem sobre a corporalidade do trabalhador –, demonstradas através do impulso que vem tomando a adoção dos programas de Ginástica Laboral nos diversos setores, que revela a mais profunda articulação entre o capital, o trabalho e o corpo.

O sentido de buscarmos uma aproximação e articulação entre o *corpo no e pelo trabalho*

[...] se justifica pela forma como o trabalho, ao ser tomado em sua dimensão histórica específica e como relação entre homem-natureza que acontece em toda história, possibilita uma das chaves para o entendimento dos elos e das descontinuidades entre indivíduo e sociedade, entre inteligência teórica e prática, entre privado e público, entre razão e sensibilidade etc (HEROLD JUNIOR, 2006, p. 108).

Portanto, discutir e apresentar os pressupostos conceituais acerca da categoria trabalho e as suas conexões com a corporalidade consiste numa tarefa precípua para enveredar no caminho da construção do conhecimento. Não seria errôneo afirmar que toda pesquisa exige esforço. Então, ao evidenciarmos e abordarmos alguns elementos referentes ao trabalho – este aqui tomado numa acepção conceitual/categorial –, estamos dando um passo a fim de demonstrar a imbricação entre trabalho, ser social e corporalidade; ou seja, estar-se-á realizando o *trabalho do conceito*, pois

os pensamentos verdadeiros e a intelecção científica somente podem ser alcançados no trabalho do conceito. Somente esse trabalho pode produzir a universalidade do saber. Tal universalidade não é nem a indeterminação e indigência do senso comum, mas o conhecimento cultivado e acabado, nem a universalidade extraordinária da disposição da razão que se corrompe com a preguiça e a presunção do gênio, mas a verdade que cresce até alcançar sua forma ingênita, capaz de tornar-se a propriedade de toda razão consciente-de-si (HEGEL, 1980, p. 38).

Por esse motivo, preliminarmente se faz necessário evocar a indagação que permeia toda a tradição filosófica: *o que é o ser?* Em conseqüência, não há como elaborar de imediato uma resposta dada e/ou determinada, mas contra-argumentar com outro questionamento: *como o homem se faz a si mesmo?* Uma possível resposta a essa questão conduzir-nos-á à categoria trabalho, em que serão expostos alguns elementos teóricos essenciais para a sua compreensão como categoria ontológico-social no processo do fazer-se humano. Deve ser ressaltado que este perpassa pela constituição corporalidade, mediada pelo trabalho, pela linguagem e pelo poder.

Quando falamos de homem e/ou ser humano, estamos referindo-nos a um ser, mas não se trata de qualquer ser – posto que ser é o que é –, porém de um tipo específico, a saber, o ser social. A partir da acepção marxiana acerca do processo de produção/reprodução da existência, temos os indícios de uma ontologia do ser social¹⁷, que posteriormente recebeu a contribuição da tradição marxista com as elaborações de G. Lukács, explicitando e aprofundando os fundamentos ontológico-sociais presentes no pensamento de K. Marx.

Assim, este capítulo destina-se a expor algumas considerações de ordem ontológico-social, situar as vertentes analíticas que questionam o trabalho e a sua centralidade e apresentar, de forma sucinta, alguns posicionamentos teóricos que corroboram com a apreensão do trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana.

1.1 – O trabalho e a ontologia do ser social: considerações pontuais

Eis que segundo a acepção marxiana, o homem é um ser social. O que isso quer dizer? Os homens e os animais realizam atividades que asseguram suas necessidades vitais, mas tanto um quanto o outro têm atividades próprias que lhes conferem o *status* de homem ou de animal. Nessa senda somente é possível falar em história humana, pois até hoje nunca foi escrita uma história do mundo animal e/ou dos animais, então, o que parece óbvio, mas precisa ser reiterado, é que “a primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 10).

Partindo dessas bases, voltar-se-á ao questionamento: *Como o homem se faz a si mesmo?* Uma primeira abordagem a essa questão considerará o ponto de vista filosófico hegeliano ao admitir que

¹⁷ Cabe esclarecer que Marx não afirmou em nenhum momento no conjunto de suas obras o desenvolvimento de uma ontologia do ser social. A percepção de que existe essa ontologia é fruto do desenvolvimento de reflexões ulteriores realizadas por Lukács.

o subsistir ou a substância do existir do conteúdo é a igualdade consigo mesmo. Com efeito, sua desigualdade consigo seria a sua dissolução. Mas a igualdade consigo é a pura abstração, é o pensar. Quando digo qualidade, digo a determinidade simples. Por meio da qualidade um existir é distinto de outro, ou um existir é para si mesmo ou subsiste por meio dessa simplicidade consigo. Por essa razão é, essencialmente, o pensamento. É aqui que se compreende que o ser é pensar (HEGEL, 1980, p. 30).

Em Hegel o pensamento ocupa um papel fundamental na existência. De fato, o ser, o homem, pensa. Mas além de pensar e/ou até mesmo para pensar é preciso assegurar a condição *sine qua non* da história humana: engendrar os meios para se manter vivo. Não existe ser pensante sem os meios que asseguram a existência.

Então, ao partir desse pressuposto Marx avança o caráter abstrato¹⁸ da dialética hegeliana, no caminho de uma dialética concreta, ou como ele afirmou acerca da sua diferença metodológica em relação ao mestre:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sobre o nome de idéia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 2002, p. 28).

Tomando essas indicações que concebem o real como ponto de partida e com as quais corroboramos, entendemos que as ações dos homens no desenvolvimento histórico implicam o estabelecimento de uma série de relações sociais, uma teia densa de interesses às vezes convergentes e outras vezes antagônicos. Isso não é evidenciado no mundo da natureza; sendo assim, o ser não é unicamente pensar, embora essa seja uma das atividades essenciais desenvolvidas pelo ser social.

Em quais aspectos os homens diferem dos animais? Uns dirão que a diferença é a racionalidade e/ou o pensar; outros afirmarão que a divergência reside na cultura; ainda alguns defenderão a consciência, também o fato de o homem ser ciente da sua finitude poderia ser a resposta. Existem os que admitem essa discrepância na religião. Não faltam elementos para responder ao questionamento enunciado. Entretanto, é mister ponderar a partir da elucidativa explicação apresentada n'*A Ideologia Alemã*, onde os seus autores afirmam que

¹⁸ Deve ser esclarecido que tal caráter de abstração é considerado por Marx, e de maneira contrária ao que vulgarmente se veicula, essa consideração marxiana não é de rejeição à contribuição analítica de Hegel, mas de incorporação e avanços teóricos.

pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1998a, p. 10-1 Grifo dos Autores).

A corporalidade manifesta-se na prática social humana, e junto à atividade da consciência representa o passo além dado pelos seres sociais em relação aos outros seres da natureza. Contudo, a *organização corporal* e a consciência são condicionadas através da alienação do trabalho, que estrutura a produção/reprodução na sociedade capitalista.

De um ponto de vista ontológico-social, a questão da produção da existência antecedendo à própria consciência, à religião, etc., está em consonância com o fato de que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (MARX, 2003, p. 5).

A suposição do primado da produção dos meios de existência sobre a consciência não implica uma desconsideração nas elaborações de Marx sobre esta última; “[...] muito pelo contrário, mas o que está em questão aqui é a atribuição da prioridade ontológica que é dada ao ser, enfim, à objetividade do ser social” (ARANHA; DIAS, 2005, p. 41).

Por qual motivo se prioriza a objetividade do ser social? Qual o papel exercido pela consciência na atribuição dessa prioridade? Para deixarmos clara essa questão, vejamos a explicitação de G. Lukács sobre esse assunto:

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É algo semelhante à tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é (LUKÁCS, 1979, p. 40).

Isso quer dizer que não obstante a importância da consciência, ela é um produto social mediado pelas relações que os homens estabelecem entre si. Por este motivo “a consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 19).

Esse fazer-se da existência humana, ou a sua *vida real*, é engendrado através do intercâmbio das capacidades humanas, com os meios encontrados na natureza, e que mediante a atividade adequada a finalidades, produz a materialidade que mantém os homens vivos. A esse respeito cabe refletir que

os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis (LUKÁCS, 1979, p. 16).

Os homens produzem *coisas úteis* quando aplicam o correto conhecimento; e produção não pode ser entendida como um momento estanque que se encerra em si mesmo, pois a produção dos meios de existência e da vida material é também a sua reprodução. É preciso compreender o seguinte:

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX, 2001 p. 661).

Desde as sociedades com uma organização social primitiva, assim como as sociedades de base escravocrata e feudal, e também numa sociedade capitalista ou até numa configuração pós-capitalista, produção e reprodução serão processos vitais, essenciais à satisfação das necessidades; enfim, processo concreto na vida dos seres humanos expresso também por sua corporalidade. “Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção própria da vida material [...]” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 21).

Nesse sentido, o trabalho emerge como elemento fundante do ser social, sendo a atividade e/ou ação humana geradora do primeiro fato histórico anteriormente assinalado, pois através dele objetiva-se a produção dos meios que promovem a satisfação das necessidades humanas. Portanto, não seria equivocado afirmar a importância da dimensão corporal ao processo citado, isto porque *comer, beber, vestir, morar e outras coisas mais* requerem

também o emprego dessa dimensão na produção das *coisas úteis* essenciais à existência do ser social.

De um lado, o homem, do outro a natureza, numa constante mediação e emprego das capacidades físicas e espirituais do primeiro, atuando e interagindo com a segunda. Ou seja: o ser social precisa efetuar intercâmbio com a natureza, bem como estabelecer relações com outros seres sociais. Por conseguinte “[...] a consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 25).

Sendo a sociedade por assim dizer a natureza modificada, percebe-se que a atividade humana supera os aspectos naturais a ela inerentes, porque plasma características que são essencialmente sociais, nas quais

as formas de objetividade do ser social se desenvolvem, à medida que surge e se explicita a praxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, porém, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico do trabalho, não podendo ter nenhuma analogia na natureza. O fato de que esse processo, na realidade, seja bastante longo, com inúmeras formas intermediárias, não anula a existência do salto ontológico. Com o ato da posição teleológica do trabalho, temos em-si o ser social. O processo histórico da sua explicitação, contudo, implica a importantíssima transformação desse ser em-si num ser para-si; e, portanto, implica a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais mais puros, mais específicos (LUKÁCS, 1979, p. 17).

Através dessas indicações torna-se factível que o *salto teleológico* consubstancia-se na transcendência do homem em relação à natureza, e por esse motivo evidencia-se o caráter ontológico-social do ser dos homens. Ao manifestar a sua corporalidade, o ser social distancia-se da forma empreendida pelos animais nas suas ações corpóreas. Para estes últimos, estas ações não são fruto da prática social, mas ocorrem apenas para a satisfação de uma necessidade.

Dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, temos uma pertinente indicação a respeito da peculiaridade humana, pois, segundo a reflexão do seu autor,

o homem é um ser genérico (*Gattungswesen*), não somente quando prática e teoricamente faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante das coisas, o seu objeto, mas também – e isto é somente uma outra expressão da mesma coisa – quando se relaciona consigo mesmo [com] o gênero vivo, presente, quando se relaciona consigo mesmo como [com] um ser *universal*, [e] por isso livre (MARX, 2004, p. 83-4 Grifos do Autor).

O homem (ser genérico) e as demais espécies animais têm em comum uma vida no seio da natureza inorgânica, porém, graças à potenciação do caráter de universalidade superior do homem em relação às outras espécies, o primeiro exerce um domínio sobre a natureza inorgânica, fazendo desta o seu corpo inorgânico (MARX, 2004). Isto quer dizer que o ser social implica a consideração das dimensões inorgânica e orgânica da natureza, opondo-se ao equívoco antitético de boa parte da filosofia burguesa, ao excluir o ser social à parte do ser da natureza (LUKÁCS, 1979).

Mas o domínio no sentido de estar na natureza, de torná-la seu corpo inorgânico revela-se na discrepância da atividade vital e universal que é realizada pelo ser humano, posto que

o animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade vital é atividade livre (MARX, 2004, p. 84 Grifos do Autor).

Mas como isso é possível? O que faz o homem ir além da determinidade e da coincidência? Por que sua atividade vital é atividade livre? Não por acaso, o autor *d'O Capital* foi bastante elucidativo ao afirmar:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defrontando-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana (MARX, 2002, p. 211).

É esse metabolismo que se estabelece entre o ser social mediado pelo seu corpo orgânico (capacidades físicas e espirituais) e o seu corpo inorgânico (a natureza), que distingue os homens das demais espécies animais. São expostos os indícios de uma

compreensão de totalidade entre as faculdades físicas e as faculdades espirituais humanas, ou de uma concreta manifestação da corporalidade através do trabalho, ressaltando que não há nenhuma ligação/relação com as formas instintivas de trabalho.

Sobre a edificação de formas de objetividade inteiramente novas e sem analogia na natureza, fora observado que “tão somente sobre a base de um conhecimento pelo menos imediatamente correto das propriedades reais das coisas e processos é que a posição teleológica do trabalho pode cumprir sua função transformadora” (LUKÁCS, 1979, p. 19).

No entanto, ainda não satisfeito, alguém poderia contestar que os animais também modificam a natureza, tomando como exemplo os primatas superiores¹⁹, pois estes empregam suas capacidades físicas para satisfazer suas necessidades. Realmente, isso é um fato. Entretanto,

[...] o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species [sic] à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species [sic], e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (MARX, 2004, p. 85).

Destarte, a atividade humana é consciente; ou seja, não se trata de uma coincidência com a sua atividade vital (como nos animais), mas de uma transcendência em relação a essa coincidência. Nos animais, a sua atividade vital acontece da forma que lhe é peculiar por estar inscrita no seu código genético; não transcende o aspecto unilateral. O primado do trabalho como atividade específica e especial realizada pelo ser humano diz respeito à seguinte constatação:

[...] o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas

¹⁹ Não pretendemos um aprofundamento e/ou discussão sobre a ontogênese e filogênese evolutiva, até porque, sob o ponto de vista da ancestralidade, o homem classifica-se como um primata superior. No entanto, em relação à evolução da espécie, o antropóide homem deu um *salto teleológico* em relação aos símios como o chimpanzé, bonobo, gorila, orangotango e gibão, também primatas superiores.

aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 1979, p. 87).

Como se vê, a consciência não é negligenciada ou secundarizada por Marx, haja vista que para produzir os meios de existência e a vida material, os seres humanos realizam ações precedidas de uma elaboração mental e consciente. E essa elaboração especializada modificou todos os outros aspectos inerentes ao ser que se tornou social. Assim,

a atividade humana é, por conseguinte, atividade que se desenvolve de acordo com finalidades, e essas só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade, finalidade que se sujeita ao curso da própria atividade (VÁZQUEZ, 1977, p. 79).

Para deixar mais clara essa distinção no que concerne à atividade vital e ao intercâmbio que a espécie humana efetua com a natureza, examinemos a conhecida passagem a seguir e sua propriedade ao abordar o assunto:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 2002, p. 211-12).

De forma precisa, o salto teleológico do trabalho como atividade humana vital explicita-se, uma vez que as ações humanas visam alcançar um fim previamente estabelecido. O homem supera o domínio das necessidades imediatas, tornando-se livre no ato da produção. É capaz de realizar o que fora projetado em sua mente e concretizar esse projeto em realidade. O corpo tem um papel de extrema importância em Marx, porque é através dele que a subjetividade humana é constituída, por meio da relação estabelecida entre o ser humano e a natureza (SILVA, 2001).

Todavia, a submissão da sua vontade assume nuances pouco afinadas com a liberdade; isso porque na sociedade capitalista faz-se essencial ao processo de trabalho a aplicação de uma vontade adequada, uma vontade imposta, algo determinado por outrem. Assim, o que seria a *práxis* humana por excelência torna-se uma atividade que embrutece, animaliza, visto que “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (MARX, 2004, p. 84-5).

Por esse motivo, a manifestação da corporalidade (capacidades físicas e espirituais) no ato do trabalho, à maneira de outras fragmentações típicas da modernidade, acentua a distinção entre componente manual e componente intelectual do trabalho. Isso acaba por cindir o homem. Portanto, no exercício do seu trabalho o caráter de liberdade²⁰ esvai-se. O trabalho – atividade essencialmente humana – ao invés de libertar, aprisiona o ser social a uma única esfera, condenando-o ao reino da necessidade. Tal situação reflete-se na sua corporalidade, posto que a sua força de trabalho é relegada unilateralmente ao estigma do trabalho abstrato, ocultando a dimensão concreta que compõe o caráter duplo do trabalho.

Em outras palavras, a característica de liberdade é diluída porque essa sua capacidade distintiva não é teleologicamente direcionada para os seus interesses próprios, mas sim para interesses alheios ao ser social que trabalha. Isso ainda repercute nas formas de trabalho cada vez mais monótonas e enfadonhas, cujos processos degradantes acabam moldando a corporalidade do ser social, modificando e reduzindo suas potencialidades, visto que

todas as condições que cercam o trabalho, principalmente o trabalho operário, na sociedade industrial, trazem também graves conseqüências para o homem, no que diz respeito a sua integridade física e psíquica. São graves os problemas físicos que comprometem o corpo do trabalhador, pela realização de movimentos mecanicamente repetitivos, como atrofias e outros defeitos posturais e musculares (GONÇALVES, 1994, p. 115).

A ocorrência de tais circunstâncias é engendrada pela subordinação do trabalho útil/concreto ao trabalho abstrato para o atendimento às demandas do capital. Isso quer dizer que o aspecto concreto do trabalho na produção de valores de uso e/ou de *coisas úteis* subsume-se na dimensão abstrata do trabalho, revelando apenas um dos seus traços: dispêndio de energia corporal na produção de valor.

²⁰ No entanto, a liberdade não deixa de existir no capitalismo. Ainda que em opções restritas existe a possibilidade de escolha, por mais limitada que seja essa escolha, e isso é central para que haja liberdade.

Ao dispor de sua corporalidade – capacidades físicas e espirituais – restritamente à expressão abstrata do trabalho, esta atividade que é a responsável pela antropomorfização do homem acaba por materializar a degradação do humano, sua desantropomorfização, sua animalização, seu embrutecimento, enfim, o homem perdendo-se de si mesmo. As suas produções – frutos da atividade criativa realizada pela capacidade de antecipação na consciência – mediadas pelo trabalho aparecem como produtos alheios; e este fato ocorre porque

o capitalismo rompe este vínculo direto, separa o trabalho da criação, os produtos dos produtores e transforma o trabalho numa fadiga incriativa e extenuante. A criação começa além das fronteiras do trabalho industrial. A criação é arte, enquanto o trabalho industrial é ofício, é algo maquinal, repetitivo, e portanto algo pouco apreciado e que se autodespreza (KOSIK, 2002, p. 123).

Então, por se autodesprezar, por ser uma atividade fatigante e extenuante, evidencia-se o motivo pelo qual “na sociedade capitalista, o trabalho é a causa de toda degeneração intelectual, de toda deformação orgânica” (LAFARGUE, 1999, p. 64). O trabalho em sua forma abstrata (re)modela a corporalidade dos homens e mulheres trabalhadores ao longo da jornada de trabalho, plasmando o corpo útil e produtivo, necessário à manutenção do sistema sociometabólico do capital, mas também o corpo mutilado, doente e fatigado, como consequência dos processos de trabalho ordenados pelo capital.

Nessa senda, o trabalhador das sociedades capitalistas, no exercício da sua atividade vital, realiza-a com muito pouca satisfação, porque o metabolismo efetuado entre o ser humano e a natureza tem no capitalismo uma função exterior ao seu produtor; ou seja, o trabalhador produz para finalidades a ele exteriores, vinculadas a interesses que não são os seus. Essa inversão faz parecer natural a situação descrita a seguir:

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele [...] Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal (MARX, 2004, p. 83 Grifos do Autor).

A partir das indicações marxianas, tem-se a materialização do trabalho sob o jugo do sistema capitalista e da lógica do capital. Como ocorre essa inversão? Por qual motivo o que é singular em um sentido humano acaba por adquirir um caráter animal e vice-versa? Esta é justamente a face do trabalho no capitalismo, a saber, trabalho alienado. Tal característica é possível pelo fato de a força de trabalho ser uma mercadoria peculiar.

Portanto, no trabalho o homem desumaniza-se ao realizar uma *práxis fetichizada* não condizente com sua essência humano-social, e tal desumanização provocou sérias implicações à corporalidade, posto que no trabalho atividade na qual o ser social deveria sentir-se humano acaba por sentir-se animal, por ser obrigado a realizá-la como um mero impulso. Quando trabalha e põe em ação seus membros e sua mente, o homem expressa a alienação da sua corporalidade, porque vende – não há outra alternativa – a sua capacidade de trabalho; ou seja, vende-se a si próprio a fim de garantir sua existência.

1.2 – O trabalho alienado e o ser social

Como indica Manacorda (2000), a denominação trabalho não é dotada de boa reputação nas elaborações marxianas, sendo patente em Marx o trabalho caracterizado como uma expressão negativa, a ponto de endossar uma contundente crítica a Hegel, por concebê-lo num caráter positivo.

Vejamos o que na refinada reflexão dos *Manuscritos econômico-filosóficos* expunha seu autor a respeito do entendimento de Hegel sobre o trabalho, e as razões por sua veemente discordância:

Ele apreende o *trabalho* como a *essência*, como a essência do homem que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu [lado] negativo. O trabalho é o *vir-a-ser para si (Fürsichwerden) do homem* no interior da *exteriorização* ou como homem *exteriorizado* (MARX, 2004, p. 124 Grifos do Autor).

Tal concepção diz respeito à forma de apropriação da força de trabalho pela égide do capital, em que a antecipação mental, a atividade da consciência, está subordinada a outrem. Isto ocorre porque os produtores não são proprietários dos meios de produção, mas no circuito *circulação-produção-consumo* a sua corporalidade materializada através da sua força de trabalho consubstancia-se em mais uma mercadoria que alimenta o desenvolvimento do circuito assinalado.

Recordemos que o ciclo do capital envolve duas formas distintas: capital constante e capital variável. A primeira é convertida nos meios de produção, máquinas, matérias-primas, etc., e não são capazes de mudar o seu valor; mudam apenas no sentido que expandem o valor, exatamente porque incorporam trabalho objetivado, trabalho morto. A segunda é representada pela conversão da força de trabalho, sendo capaz de alterar seu valor durante o processo de produção (MARX, 2002).

A implicação que é ocasionada na corporalidade traduz-se no fato que está naturalizado e expresso na reificação do próprio homem ao ser concebido como capital variável, toda vez que necessita vender-se a si mesmo, pois a sua força de trabalho é o seu próprio ser social que se manifesta através da totalidade psicofísica do seu corpo.

Eis a razão que levou K. Marx a considerar que

no trabalhador existe pois, subjetivamente, [o fato de] que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, [o fato de] que o trabalho é o homem totalmente perdido de si. Mas o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, *carente* (*bedürftig*), que, a cada momento em que não trabalha, perde seus juros e, com isso, sua existência. Como capital, o *valor* do trabalhador aumenta no sentido da procura e da oferta e, também *fisicamente*, a sua *existência* (*Daisein*), a sua *vida*, se torna e é sabida como oferta de *mercadoria*, tal como qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total (MARX, 2004, p. 91 Grifos do Autor).

Não é tão natural quanto parece um trabalhador vender sua força de trabalho em troca de um salário. Foi necessário derrubar muitos entraves que impediam o capital expandir-se, entre eles era preciso retirar o trabalhador da esfera doméstica. O primeiro passo²¹ dado pelo capital para transpor essa barreira foi subordinar formalmente o trabalho ao capital; ou seja, o capitalista possuía os meios de produção (ferramentas, instalações etc), apropriava-se da força de trabalho e do produto final, mas o trabalhador ainda conservava o controle sobre o ritmo e a intensidade do processo de trabalho (ENGUITA, 1989).

Nesse patamar, tornou-se visível o objetivo do modo de produção capitalista, a extração da mais-valia absoluta. Poder-se-ia afirmar que

²¹ A acumulação primitiva corresponde a uma condição fundamental na constituição das relações de assalariamento, até então inexistentes nos modos de produção anteriores ao capitalismo. Nas relações de produção de base pré-capitalista em que predominavam a agricultura, o capital privou o camponês da terra. Portanto, “a separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria” (FINE, 2001, p. 2).

a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa [...] A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais (MARX, 2001, p. 578).

Fez-se necessário alterar a base técnica, retirando o controle humano no que concerne a ditar o ritmo e a intensidade do trabalho e substituí-lo por um controle mecânico, exterior, imputando à corporalidade o estranhamento diante do ser social que a manifesta. Dessa maneira, a subordinação formal do trabalho no capital e a extração da mais-valia absoluta constituíram as vias de acesso para o desenvolvimento da subordinação real do trabalho no capital e da extração da mais-valia relativa (MARX, 2001).

No entanto, não se trata de algo fortuito e natural; pelo contrário,

o sistema capitalista surge sobre um terreno econômico que é o resultado de um longo processo de desenvolvimento. A produtividade do trabalho que encontra e lhe serve de ponto de partida é uma dívida não da natureza, mas de uma história que abrange milhares de séculos (MARX, 2001, p. 581).

A título ilustrativo sobre esse processo histórico-social, Huberman (1986) relata que quando os mercados entre os séculos XVI e XVII atingiram níveis nacional e internacional, as corporações de ofícios perderam sua utilidade. O capital então lançou uma empreitada contra o monopólio destas até derrubar o que havia se tornado um entrave à sua expansão. Este exemplo expõe apenas um dos momentos dessa história secular.

O trabalho apresenta um duplo caráter que se materializa na mercadoria – célula promotora da acumulação de riquezas da sociedade capitalista. Ao efetuarem o intercâmbio com a natureza, os homens empreendem ações para modificar os elementos naturais e atenderem as suas demandas e carências orgânico-sociais. Para suprir a necessidade de saciar a fome, caçava, pescava; para vestir-se, costurava; para proteger-se das intempéries do tempo, construía abrigos, etc. Fica evidente que todas essas ações são úteis à manutenção da existência, logo, materializam a dimensão útil ou concreta do trabalho. Isso porque,

antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a

determinado fim e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem. O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2002, p. 64-5).

O trabalho útil ou concreto é capaz de criar *coisas úteis*, e “a utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo [...] O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 2002, p. 58).

Porém, as relações de produção vigentes no capitalismo diluem essa forma útil do trabalho à sua dimensão abstrata. Demonstrar-se-á como se manifesta a subordinação do valor-de-uso no valor de troca e do trabalho útil/concreto no trabalho abstrato, posto que o duplo caráter da mercadoria (valor-de-uso e valor) funda-se no duplo caráter do trabalho (útil/concreto e abstrato). Este fenômeno tem sua essência revelada da seguinte maneira:

se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso [...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2002, p. 60).

O próprio Marx é tão enfático em suas explicações que alguns pontos de vista que propagam o fim da centralidade do trabalho – que serão expostos adiante – parecem equivocados. Por exemplo, para esse pensador, o trabalho em termos genéricos é uma categoria fundante da hominização do ser social, completamente distinta das suas dimensões de trabalho útil/concreto e de trabalho abstrato. Por sua vez, trabalho útil/concreto é diverso da sua forma abstrata. Por isso afirma o autor *d’O capital*:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso (MARX, 2002, p. 68).

Sendo típica no capitalismo a confusão entre aparência e essência, considerando-se essa primeira como uma *pseudoconcreta* manifestação do fenômeno, percebe-se o discurso ideológico e hegemônico de legitimação de uma visão de mundo que dirime as potencialidades emancipatórias inerentes ao trabalho, justamente por ser uma atividade – em termos genéricos – livre.

Essa visão *fetichizada* que dilui o trabalho humano no seu aspecto abstrato promove um falseamento da realidade no que concerne ao verdadeiro estatuto do trabalho para a vida humana. Ao olharmos a realidade concreta, ver-se-á o investimento numa série de intervenções sobre a corporalidade do trabalhador, na qual a Ginástica Laboral constitui-se numa dessas investidas que visam incrementar os atributos corporais, em busca de um conseqüente desempenho otimizado da força de trabalho.

As prerrogativas que há algumas décadas estão confirmando veementemente o fim da centralidade do trabalho parecem edificar o projeto imanente às suas idéias de dominação ao colocarem em xeque o trabalho; ou seja, representam uma visão fatalista e determinante, que busca minar a caracterização do trabalho como o perene e necessário intercâmbio que o homem precisa estabelecer com a natureza a fim de assegurar a sua existência.

É verdade que da forma como fora analisado em *O Capital*, para a sua configuração atual, o trabalho passou e passa por uma série de metamorfoses. Mas seriam essas transformações/mutações suficientes para decretar a sua iminente extinção? Parece-nos que tais posicionamentos favoráveis ao fim da centralidade da categoria trabalho apenas ocultam a precarização e o desemprego estrutural ao qual são submetidos milhões de homens e mulheres em todo o mundo. Isto reafirma o fato de que

analisar o trabalho numa sociedade de ontem ou de hoje é, portanto, fazer o inventário minucioso e a análise, por um lado, das relações dos membros dessa sociedade com a natureza que os rodeia e lhes fornece os meios materiais de existência e, por outro lado, das relações desses indivíduos, homens e mulheres, a um tempo *no seio* dos diversos processos de trabalho e face às condições e aos resultados (produtos ou efeitos úteis) destes processos. Analisar o trabalho é, assim, antes de mais, analisar os indivíduos que participam directamente [sic] no seu processo, os trabalhadores, e todos os que, sem participar directamente [sic] no seu processo, têm algo a ver com o controlo [sic] e a apropriação das suas condições de exercício e respectivos resultados (GODELIER, 1986, p. 20-1 Grifos do Autor).

Evidentemente, as posições que corroboram com o fim da centralidade do trabalho buscam atenuar e/ou minar o acirrado conflito capital *versus* trabalho nesse princípio de um novo século. Não se deve confundir trabalho como categoria ontológico-social com trabalho,

emprego, ocupação profissional, enfim, a forma unilateral abstrata que se manifesta no capitalismo, pois, na realidade, a tão pregada extinção do trabalho é um equívoco do ponto de vista ofuscado que compreende trabalho e trabalho abstrato como sinônimos. Lembremos que

o trabalho abstrato é a relação social na qual é produzida mais-valia. Nesse sentido, todas as atividades humanas produtoras de mais-valia são trabalho no sentido de trabalho abstrato. O trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade (LESSA, 2002, p. 30).

Nessa configuração de complexo mediador da função social na realização do intercâmbio orgânico entre o ser humano e a natureza, o trabalho imprime nos corpos as marcas indeléveis da sociedade que o preside. Logo, o trabalho é o processo do ser humano *fazer-se a si mesmo*. Mas essa compreensão não se apresentou imediatamente ao olhar. Para chegar-se a essa constatação foi preciso realizar um esforço da consciência, percorrendo-se um longo caminho. Portanto, essa é a necessidade primordial na realização do *trabalho do conceito* a fim de adentrar na essência do fenômeno, visto que

o conceito da coisa é compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 2002, p. 18).

Em síntese, a verdade e/ou a compreensão da coisa a ser alcançada em seu estado ingênito deve partir do abstrato ao concreto, para que o pensamento, então, internalize o concreto, reproduzindo-o como concreto pensado (MARX, 2003).

Portanto, é nossa tarefa essencial buscar apreender a especificidade do processo de (re)modelagem corporal através da Ginástica Laboral, prática contemporânea que incide diretamente sobre a corporalidade dos trabalhadores no contexto das tecnologias de base microeletrônica, a fim de se chegar à compressão da essência desse fenômeno que vem se expandindo no mundo do trabalho, onde contraditoriamente cada vez mais se afirma a substituição do componente manual do trabalho. Enfim, a pouca importância atribuída ao

corpo que labora diante da reestruturação produtiva é a aparência do fenômeno e não a sua essência.

Agora, faremos uma breve exposição de algumas vertentes que estão na contramão do que pretendemos defender (ou somos nós que estamos na via contrária?), justamente porque elas estão em evidência e afirmam enfaticamente o fim da centralidade do trabalho. Por esse motivo, nada melhor do que buscar realizar o *trabalho do conceito* através do debate de algumas das teses antagônicas ao estatuto do trabalho no processo do homem *fazer-se a si mesmo*. Examine-mo-las.

1.3 – A centralidade do trabalho questionada *versus* a defesa da centralidade do trabalho

O sistema produtor de mercadorias tem recentemente recebido uma configuração que se caracteriza, entre outros aspectos, por um avanço sem precedentes das forças produtivas e dos meios de produção – em meio a uma série de adequações e modificações necessárias à manutenção do metabolismo do capital, com a finalidade de atenuar os reflexos de mais uma crise. Pode-se dizer que, aliado a esse avanço, o elevado desenvolvimento das inovações tecnológicas e organizacionais promoveu a certeza de que o trabalho estaria dando sinais de falência no que concerne a seu *status* de categoria ontológica central.

Não seria errôneo afirmar que desde a consolidação do capitalismo e da sua forma peculiar de produzir mais-valia a partir da exploração da força de trabalho humana, a dinâmica do trabalho sofre várias mudanças contínuas no desenrolar das relações sociais. No entanto, é observável que nas três últimas décadas do século passado, ampliou-se o interesse em torno dessa questão candente: a centralidade do trabalho.

Corroboramos com a reflexão de Organista (2006), quando diz que muitos dos autores que dirimem a importância da categoria trabalho equivocam-se ao confundir trabalho e emprego, esquecendo-se de que o emprego é algo construído historicamente, ao passo que o trabalho é o elemento fundante da sociabilidade especificamente humana, portanto, condição permanente e essencial à existência do ser social.

Então, vamos apresentar e dialogar com alguns pontos de vista de pensadores que nos últimos anos têm-se dedicado a fomentar o confronto de idéias em torno da dissolução da centralidade do trabalho, no processo de produção/reprodução da existência. Ressaltamos que o propósito de tal apresentação é apenas incitar o debate, tendo em vista que fugiria aos

objetivos estabelecidos empreender uma análise profunda e pormenorizada acerca dessa temática contundente e complexa²².

No entanto, o que aqui elencamos como prioridade para discutir as questões referentes ao trabalho e à corporalidade é a necessidade de avançar e confrontar as hegemônicas e recorrentes análises que abordam o corpo. Para alcançar esse intento, partimos do enfoque da problemática do corpo relacionando-a com as transformações nas esferas política, social e econômica que repercutem amplamente na sociedade (HEROLD JUNIOR, 2006).

Alertamos ainda que os autores chamados ao debate em seguida não desenvolveram suas argumentações em torno do objeto de estudo dessa pesquisa. Contudo, ao levantarem posições que questionam a centralidade do trabalho, engendram uma série de repercussões que incidem diretamente sobre a corporalidade e sua manifestação no mundo do trabalho, e também no mundo do não-trabalho.

O polonês Adam Schaff, autor reconhecido academicamente pela densidade de outros estudos, partiu para uma perspectiva mais conciliadora (com a lógica do capital) e superficial (em termos de compreensão das contradições do capitalismo) com o seu estudo encomendado pelo Clube de Roma. No livro, *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*, ele arrisca algumas previsões a respeito do futuro do trabalho, que são um tanto questionáveis. Conforme a sua análise,

a segunda revolução, que estamos assistindo agora, consiste em que as capacidades *intelectuais* do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços. A analogia com a primeira revolução industrial está no salto qualitativo operado no desenvolvimento da tecnologia de produção que acabou por romper a continuidade dos avanços quantitativos que se iam acumulando nas tecnologias já existentes; a diferença, porém, está em que enquanto a primeira revolução conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a segunda, por suas conseqüências, aspira à eliminação total deste (SCHAFF, 1995, p. 22 Grifo do Autor).

No seu entendimento, o mundo encontra-se em meio a uma nova Revolução Industrial – denominada por ele de segunda – cujas diferenças básicas em relação à primeira revolução, são: o salto qualitativo em termos de tecnologia e a conseqüente eliminação do trabalho vivo do processo de produção. Evidencia-se no seu discurso uma crença no avanço tecnológico que impulsionado por esse novo momento revolucionário, terá como finalidade a supressão do

²² ANTUNES (1999), FRIGOTTO (1999), LESSA (2002, 2007), ORGANISTA (2006), entre outros, são autores que analisam com densidade e propriedade, os argumentos de Habermas, Kurz, Offe, Schaff, etc., e suas teses questionadoras da centralidade do trabalho.

trabalho humano. Será que a direção dessa eliminação relaciona-se com o alcance da emancipação humana no capitalismo? Emancipação nos horizontes do capital é pouco provável. Agora, a permanência da reificação à qual é submetido o ser social seria mais condizente com as características do sistema vigente.

Inevitavelmente a conseqüência do desenvolvimento tecnológico conduzir-nos-á ao iminente fim do trabalho, segundo o pensador polonês. Seriam as máquinas inteligentes as responsáveis pela causa do desemprego? Poderá a produção prescindir totalmente do trabalho humano?

Num exame à situação de países como o Brasil, a fila que engrossa é a do desemprego, de forma que grandes quantidades de homens e mulheres provavelmente não se insiram mais no trabalho assalariado formal. Em casos semelhantes aos do nosso país, creio não podermos afirmar que tal exclusão do mercado de trabalho seja exclusivamente conseqüência da automação tecnológica.

No estado de Sergipe, por exemplo, a fábrica Santista Têxtil fechou suas portas, deixando centenas de trabalhadores desempregados. O mais interessante é que essa empresa era uma das beneficiadas com os incentivos fiscais até o ano de 2014, previstos pelo Plano Sergipano de Desenvolvimento Industrial²³. Agora mais um grupo de trabalhadores (des)qualificados²⁴ na função específica do setor irá amargar o fantasma do desemprego. Teria sido culpa da automação esse caso?

A idéia de novas Revoluções Industriais – para Schaff uma segunda e muitos outros afirmam que uma Terceira Revolução Industrial está em andamento – parece desconsiderar que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998b, p. 8). O vapor, a eletricidade, o carvão, os combustíveis fósseis, o desenvolvimento dos computadores e *softwares*, a biotecnologia, a ergonomia, a Ginástica Laboral, etc., acontecem e desenvolvem-se por essa necessidade constante de revolucionar os meios de produção e todas as relações sociais a eles inerentes, como já haviam observado os autores do *Manifesto do Partido Comunista*.

Nos vem de uma pertinente reflexão histórica, uma possível compreensão em torno da questão sobre a ocorrência de novas revoluções industriais, ou de um perene processo

²³ Cf. http://www.emsergipe.globo.com/nesseinstante/exibir_noticia.asp

²⁴ São trabalhadores qualificados para o setor têxtil, mas que diante da dinâmica das exigências qualificacionais impostas pelo mercado de trabalho, logo se encontrarão desqualificados se a situação de desemprego persistir por um período longo, haja vista que os conhecimentos específicos da função poderão não ser utilizados por muito tempo. Assim, o desenvolvimento incessante das forças produtivas pode tornar esse conhecimento obsoleto.

revolucionário iniciado com o advento do capitalismo durante a instauração da subordinação real do trabalho no capital, quando a base técnica sofreu alterações substanciais. Observemos que

de fato, a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim. Não tem sentido perguntar quando se “completou”, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue [...] (HOBSBAWM, 2003, p. 51).

Não obstante sua positividade ingênua, Schaff acaba conduzindo ao dilema da agenda social, pois se a lógica do capital, ancorada nos investimentos e desenvolvimentos científico-tecnológicos, leva à eliminação do trabalho humano, disso decorrerá o aumento do desemprego estrutural em escala planetária. Qual a solução? Como resolver esse problema? O fato já está consumado, e a tendência é a ampliação dessa condição, a saber, a existência de uma massa de seres sociais desempregados em todo o mundo. Portanto,

o primeiro problema importante decorrente da nova revolução industrial é o de como assegurar a manutenção de um exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços (SCHAFF, 1995, p. 27).

Como milhões de pessoas desempregadas estruturalmente poderão alimentar-se ou vestir-se, enfim, ter acesso aos meios básicos de existência? Apresenta-se-nos uma solução:

Podemos dizer, em termos muito gerais, sem avançarmos nada de específico sobre o que terá de ser feito, que a solução deverá contemplar novos princípios de renda nacional, o que não poderá ser feito sem infringir, ou pelo menos modificar, o direito de propriedade até hoje dominante (SCHAFF, 1995, p. 30).

Enquanto não vem essa modificação no direito de propriedade, as alterações na base técnica seguem o seu curso “natural”, e esse avançar sem fim das forças produtivas carrega em seu bojo uma nova configuração à estrutura de classe. Com uma modificação no direito de propriedade, vislumbrar-se-á uma outra dinâmica das relações de classes?

As manobras que promoverão a extinção do trabalho, estão acontecendo, uma vez que

é um fato, por exemplo, que a chamada automação plena (que já pode ser observada no Japão não como mero experimento, mas como prática industrial nas chamadas *unmanned factories*, nas quais o processo de

produção se dá praticamente sem a participação do homem) eliminará inteiramente o trabalho humano, o que tem sido mais fácil de acontecer – como se tem podido constatar nos serviços que na produção. É pois um fato que o trabalho, no seu sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e com ele o homem trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora entendida com a totalidade dos trabalhadores (SCHAFF, 1995, p. 43 Grifos do Autor).

No entanto, a ressalva de que esse desaparecimento é mais visível no terceiro setor do que no segundo setor acaba fragilizando o argumento defendido diante do papel central que esse setor ocupa para a obtenção da mais-valia.

O desaparecimento do trabalho, do trabalhador e da classe trabalhadora trará na visão desse autor, o tão cultivado sonho da *poiésis*²⁵; ou seja, a abolição das diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual; e isto porque na nova atividade ainda a ser denominada prevalecerá o caráter intelectual e criativo. Na realidade, não se trata de uma equalização entre os tipos de trabalho citados, pois um deles será eliminado (SCHAFF, 1995).

Ainda vigora o trabalho pouco criativo. A questão que entendemos ser ignorada por Schaff trata do controle do processo de trabalho. Ele não diz quem será o responsável por este. Nada adiantará um trabalho intelectualizado e criativo, se o possuidor dessa capacidade não puder exercer o seu controle e vontade sobre a atividade.

Eliminando-se o trabalho manual, degradante, árduo, rotineiro, repetitivo e destituído de criatividade, o ser humano colocar-se-á à disposição de si mesmo, pois agora lhe estará assegurado o direito de ocupar postos criativos, onde será possível o cultivo das potencialidades humanas *omnilaterais*. Contudo, a eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual não é apenas uma indicação, visto que nos é apresentado o perfil do novo homem da sociedade informática e o destino a ele reservado:

Em minha opinião, a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, o do homem universal, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo (SCHAFF, 1995, p. 71).

²⁵ Segundo Nosella (2002), a *poiésis* é a possibilidade do usufruto do tempo que o ser social poderá dedicar-se ao cultivo do espírito através de atividades criativas, sociais e políticas. Em suma, é o ideal de transcendência da peculiar unilateralidade, imposta pelo capitalismo. Por isso Nosella reconhece que a *poiésis* está distante dos horizontes do trabalho sob o capital; o que permanece é o *labour*.

Se, conforme esse autor, será possível modificar o direito inalienável da sociedade capitalista, a propriedade privada, não é, portanto, difícil resolver o problema daqueles cujo acesso ao emprego será negado, e isto porque,

em primeiro lugar, a sociedade enriquecerá rapidamente como consequência do aperfeiçoamento da automação da produção. O fato de que este mesmo processo venha a ser a causa do desemprego estrutural não contradiz a correção das afirmações que acabamos de fazer: será uma sociedade rica que deverá enfrentar o problema do desaparecimento do trabalho no sentido tradicional, mas que, graças à sua riqueza, poderá resolvê-lo mais facilmente, pelo menos nos aspectos materiais (SCHAFF, 1995, p. 105).

Ao menos o exército dos desempregados estruturais terá assegurado os meios materiais para a satisfação de suas necessidades. Mas, desaparecendo o trabalho num *sentido tradicional*, qual o sentido da vida que irá vigorar na sociedade informática? Corre-se o risco iminente de perder-se o sentido da vida, pois não será fácil para a humanidade compreender que de uma vez por todas estará livre da ética do trabalho. Qual a solução para esse impasse? Como recuperar o sentido da vida? Para A. Schaff,

este perigo está ligado ao desemprego estrutural causado pela automação e pela robotização da produção e dos serviços. Em outras palavras: com o progresso desta revolução, massas humanas cada vez maiores serão liberadas do dever de trabalhar. Do ponto de vista humano-individual, isto significa que um número crescente de pessoas perderá para sempre a possibilidade do trabalho remunerado (isto é, do trabalho no sentido tradicional da palavra), não como resultado das perturbações temporárias do mercado de trabalho, mas pelo fato de que o trabalho humano será substituído em muitos setores por autômatos e robôs, tornando-se simplesmente supérfluo. Partindo da hipótese de que os homens assim “liberados” do trabalho recebam da sociedade os meios necessários de subsistência – já nos referimos a isto –, o fenômeno deve ser considerado positivo porque liberaria o homem da maldição de Jeová, segundo a qual foi condenado a ganhar o seu pão com o suor do próprio rosto. Este é apenas um aspecto do problema, importante e positivo. Há também o outro lado da moeda, a que devemos dar atenção: o homem que perde o seu trabalho perde ao mesmo tempo o sentido fundamental da vida, que é comum a todos (SCHAFF, 1995, p. 116-17).

Contudo, há uma saída para não se perder completamente o sentido da vida. A solução seria a ampliação do campo ligado ao lazer, pois “[...] o enorme aumento do tempo livre corresponderá ao crescimento do número de pessoas especializadas na sua organização no campo do turismo, do esporte etc” (SCHAFF, 1995, p. 119).

Sobre essa situação anunciada do lazer como um possível novo estatuto do sentido da vida, concordamos com o perspicaz posicionamento de S. Lessa, quando aborda esse ponto das elucubrações do pensador polonês, pois

a pobreza do texto de Schaff talvez tenha nesta tese seu momento mais espetacular. Pretender que o sentido da existência localizar-se-ia no lazer é digno da concepção de mundo predominante, digamos, na Rede Globo, segundo a qual o ser humano não é mais que uma criança imbecilizada (LESSA, 2007, p. 63).

O substituto do sentido fundamental da vida para Schaff seria o lazer, e disto depreendem-se duas conseqüências que poderão interferir na vida humana: uma positiva e outra negativa. A primeira significa a possibilidade de usufruir o tempo liberado do trabalho, não esquecendo, porém, de alertar sobre a garantia dos meios de subsistência; a segunda é que ao perder o trabalho, perde-se o sentido existencial de viver.

É visível na argumentação dele, um equívoco acerca dos termos trabalho e emprego. O que ele denomina de trabalho num sentido tradicional é emprego. De fato, estes estão tornando-se cada vez mais escassos, haja vista as manobras do metabolismo do capital para contornar suas crises, que deixam como rastro uma existência precarizada de milhões de trabalhadores. Marx & Engels (1998b) já alertavam que as crises do capitalismo não só destruíam grande quantidade de produtos como também uma parcela considerável das forças produtivas. Qualquer semelhança com a situação dos empregos hoje não é mera coincidência.

É idílico o futuro para o desaparecimento do trabalho e a forma que a sociedade encontrará para resolver o problema de sua substituição, do lugar do novo sentido da vida. As contradições sociais serão facilmente transpostas, de forma que há uma chance muito grande de o homem usufruir a positividade de estar liberado do trabalho. Liberado em dois sentidos: porque este tradicionalmente deixa de existir e pelo fato de poder experienciar todo o potencial do desenvolvimento criativo do tempo livre.

Sendo o trabalho extinto, conseqüentemente muitas pessoas estarão na fila do desemprego estrutural. E a luz no fim do túnel para resolver esse problema é enunciada por Schaff de uma maneira muito controversa: infringir ou modificar o direito de propriedade da sociedade capitalista.

Ora, o autor parece ignorar a lógica do capital e esqueceu-se de perguntar, por exemplo, aos duzentos homens mais ricos do mundo²⁶ se eles estão dispostos a abrir mão de

²⁶ Não seria difícil encontrar algum membro do Clube de Roma fazendo parte também deste seleto grupo.

seus direitos, dispondo das suas cifras bilionárias (em dólares ou em euros) para resolver o problema do desemprego, entre tantos outros que afligem milhões de pessoas em todo o planeta. Segundo “[...] a ONU, seriam suficientes 4% do patrimônio dos 225 mais ricos do planeta para acabar com a fome, a falta de água potável e garantir assistência médica, além de educação para toda a população mundial” (SILVA, 2001, p. 97).

Se o direito de propriedade é uma característica basilar do capitalismo, qualquer infração ou modificação dele, implicaria não mais uma configuração capitalista, enfim, manifestaria uma mudança profunda na base do Estado e na ordem das coisas, o que não vem ocorrendo. Porém, mais controversa ainda é a sua previsão de que algumas práticas no campo industrial já se processam sem a participação do homem – caso do Japão –, esquecendo-se, no entanto, de países como o Brasil onde ainda persistem formas de trabalho escravo e a exploração desmedida da mão-de-obra infantil.

Mesmo no Japão, parâmetro de planta produtiva com elevada implementação tecnológica pautada na microeletrônica, visualiza-se que

a nova fase do capital, portanto, retransfere o *savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando* envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Mas o processo não se restringe a esta dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual* é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, neste processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento e a alienação do trabalho*, amplia as formas modernas da *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada (ANTUNES, 2002, p.42-3 Grifos do Autor).

O trabalho hoje não possui mais a mesma configuração do tempo em que Marx o analisou no século XIX, mas sua pertinente constatação sobre o desenvolvimento da maquinaria ainda nos diz muito, resguardadas as proporções com o contexto das inovações tecnológicas (microeletrônica) e organizacionais (gestão). Ao referir-se à finalidade da máquina no alívio dos efeitos do trabalho, ele dizia:

Não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra

parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio de produzir mais-valia (MARX, 2002, p. 427).

Eis que as novas máquinas inteligentes preservam ainda essa finalidade de extração de mais-valia, mesmo sob os auspícios do capital financeiro. Ainda que a financeirização e/ou mundialização do capital engendrem a criação de mais-valia, a produção não deixa de ser requisitada para completar, com a circulação e o consumo, os pilares da sociedade capitalista; ou seja, Dinheiro (D) apenas se converte em Dinheiro' (D'), através da mediação com a produção (NETTO; BRAZ, 2007).

Outro autor que causou impacto sobre a temática acerca da não-centralidade do trabalho foi o alemão Robert Kurz, com o seu livro *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Não obstante a consistência e contundência dos argumentos empregados, trata-se, como sugere o prefácio escrito por Roberto Schwarz, de uma análise intrépida “[...] que arrisca uma leitura inesperada dos fatos” (SCHWARZ, 1996, p. 9).

Poder-se-ia afirmar que a empreitada de Kurz visa analisar o contexto mundial e as perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, a partir de acontecimentos marcantes do século XX, como a *Revolução de outubro* e o período compreendido entre 1989 a 1991, quando ocorrem, respectivamente, a queda do muro de Berlim e o desmanche da *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, que paulatinamente assumiu oficialmente uma economia de mercado.

No entanto, a sua *leitura inesperada dos fatos* corre o risco de sugerir modelos e/ou diretrizes do que está reservado ao futuro desses países e da humanidade. Com relação a esse aspecto teleológico equivocado do *vir-a-ser* do processo histórico (a história não apresenta teleologia), ressaltamos o cuidado para não se cair em armadilhas de previsões, que são bem distintas de se operar uma análise das possíveis conseqüências de um fenômeno por meio do emprego de leis tendenciais.

Para Kurz (1996), a falência do socialismo real não é a vitória da economia de mercado, mas sim o aspecto sintomático de uma crise sem precedentes da sociedade capitalista.

Tomar a derrocada do socialismo como o triunfo do capital é uma interpretação um tanto precipitada, “pois será mesmo que o Ocidente agiu com plena consciência e autoconsciência naquele terreno que agora presume pisar como vencedor?” (KURZ, 1996, p. 17).

Entre os elementos que sugerem uma cautela com relação aos prognósticos otimistas alardeados, faz-se necessário atentar para a crise aterradora do trabalho na sociedade capitalista, isto porque o autor compreende que

em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido, só faz parte da modernidade, e como tal foi aceito como pressuposto não questionado por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra, sem distinção. Mas o trabalho, nessa estranha forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse caráter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no “ponto de vista do trabalhador” e no *ethos* de trabalho abstrato aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjetivamente perceptíveis (KURZ, 1996, p. 21-2 Grifo do Autor).

Aqui, Kurz enceta uma reflexão crítica acerca da racionalidade moderna e sobre o papel ocupado pelo trabalho em seu caráter abstrato, tanto no capitalismo quanto no seu antagonista, o socialismo real, representado pelo movimento operário que igualmente supervalorizou a *maldição de Jeová*. Para ele, a idolatria e o *ethos* do trabalho abstrato, características fundamentais do capitalismo, foram levados a cabo com extrema rigorosidade de princípios pelo movimento operário no cerne do socialismo real²⁷.

Portanto, o mercado econômico e sua disputa pela concorrência dão início a um processo de crise real, de forma que o fracasso modernizador não pode mais ser visto como um modelo a ser seguido pelos países do leste europeu. O Chamado Terceiro Mundo já sucumbiu nas suas tentativas em modernizar-se, o que deve ser considerado um aviso de cautela nos países ex-socialistas no que diz respeito ao modelo modernizador, como um paradigma a ser adotado (KURZ, 1996).

Em suas palavras, a crise em andamento é irreversível, e suas conseqüências serão drásticas,

[...] uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do “trabalho”, da “classe trabalhadora”, ou da “luta das classes trabalhadoras” (KURZ, 1996, p. 227).

²⁷ Nesse ponto, Kurz (1996) fundamenta suas proposições na análise de Max Weber acerca do *ethos* protestante do trabalho abstrato, como traço ideológico e histórico do capitalismo.

Gradativamente o trabalho será eliminado em decorrência da crise que afeta o sistema produtor de mercadorias, sendo sua dimensão abstrata – peculiar a esse sistema – suprimida em um sentido negativo no seio do próprio capital. Assim, encontramos-nos diante de um impasse inconciliável, posto que a crise manifesta não tem saída e/ou possibilidade de superação aparente, pois o trabalho produtivo em sua forma abstrata se enfraquece, a classe trabalhadora dilui-se e a luta das classes trabalhadoras não passa de um espectro.

Isso porque a idéia de modernização firmou seu alicerce no fundamento do trabalho, e este, juntamente com a sua base estrutural fragilizada, está em pleno processo de colapso. Como fica visível, o ponto de vista desse autor é bem distinto do otimismo apresentado por A. Schaff, visto que se trata de uma análise determinista e determinante acerca do futuro das sociedades fundadas na exploração do trabalho, não obstante apresentar um posicionamento dotado de uma crítica à lógica do capital.

Com relação a Kurz, é pertinente sua constatação indicando que o socialismo real reproduziu em larga escala o modelo produtivista do ocidente, mas a questão é: Como uma crise cuja necessidade está calcada na eliminação do trabalho será superada? O autor apresenta uma leitura fatalista, desprezando a possibilidade do devir ao assumir uma postura teleológica sobre o futuro das sociedades lastradas no trabalho abstrato, ao mesmo tempo em que empreende uma postura crítica ao capitalismo.

O caráter mecanicista da inevitabilidade do colapso do capitalismo, em Kurz, ou do congelamento dos sujeitos sociais, e, portanto, da presença da ação política contra-hegemônica, fica patenteada na imagem que o autor usa para fazer entender a lógica do colapso. Kurz compara a lógica inexorável do colapso do capitalismo a um campeonato de futebol. No início há muitos times, mas, à medida que a competição se desenvolve, vão sendo eliminados, até que num determinado momento o campeonato inevitavelmente chega ao embate final. O time vencedor ao liquidar todos não tem mais com quem competir. Assim estaria se dando com o capitalismo (FRIGOTTO, 1999, p. 129).

Será que a crise enunciada por Kurz poderá prescindir da exploração do trabalho produtivo? Se o próprio trabalho abstrato está em vias de supressão, não estariam condenados ao mesmo fim a sociedade capitalista e o sistema metabólico do capital, fundados na sua exploração? O que concretamente acontece não é a abolição da exploração do trabalho produtivo em detrimento dos avanços científicos e tecnológicos, até porque o que estes podem proporcionar ao capital é tão somente abster-se diretamente do emprego da força de trabalho (ORGANISTA, 2006).

Lembremos que

o capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (HARVEY, 2006, p. 306).

Não há como inferir se o processo está chegando ao seu fim; apenas se pode dizer que a cada crise sua capacidade de contorná-la agride a condição e existência humanas. A força de trabalho não deixa de ser explorada, mas são criadas formas mais elaboradas de exploração; afinal uma das suas características marcantes é o dinamismo.

Kurz também negligencia a complexidade e a dinâmica sociais, pois se por um lado reconhece a subordinação do trabalho concreto no trabalho abstrato, por outro deixa de enxergar que “[...] as transformações nas formas de organizar a produção implica ‘novas velhas’ formas de exploração em busca de lucro e mais-valia” (ORGANISTA, 2006, p. 94).

Seguindo a esteira que discute e questiona a centralidade do trabalho, temos as análises de outro alemão, Claus Offe. Portanto, vamos expor alguns pontos da sua reflexão intitulada *Trabalho como categoria ontológica fundamental?*, componente do livro *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Esse material reúne vários olhares que abordam as temáticas, mercado de trabalho, crise de crescimento da economia e jornada de trabalho.

Esse autor parte da contestação da validade da categoria trabalho como categoria sociológica fundamental, questionando se seria cabível, diante das transformações ocorridas nos diversos setores da vida social, principalmente a partir da segunda metade do século XX, tomar o trabalho como ponto analítico de partida, pois

o modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim – configurando uma clara identidade, apesar das divergências na abordagem metodológica e nos resultados teóricos. O que temos a indagar é se hoje ainda podemos sustentar essa suposição – com todo cuidado designada como “materialista” – dos clássicos do pensamento sociológico (OFFE, 1989, p. 14).

É evidente que a sociedade hoje é bastante distinta da forma como estava configurada quando os *clássicos do pensamento sociológico* empreenderam suas análises, até mesmo pelo motivo dos profundos processos e alterações que impõem outra configuração ao trabalho. Portanto,

o trabalho assalariado, apartado da esfera doméstica e das formas comunitárias tradicionais, despido ainda da proteção política, inserido na organização capitalista do trabalho, e nos a ela inerentes processos da divisão do trabalho, da pauperização, da alienação e da racionalização, assim como as formas por ele desenvolvidas de integração social ou de resistência econômica, política e cultural, eram então o ponto de referência óbvio para o desenvolvimento da teoria e da pesquisa nas ciências sociais, a partir do qual todos os outros aspectos da sociedade – política e cultura cognitiva, família e sistema moral, formas de ocupação do solo e religião – deveriam ser desdobrados. É exatamente esse amplo poder macro-sociologicamente determinante do fato social do trabalho (assalariado) e das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda, que agora se torna sociologicamente questionável (OFFE, 1989, p. 16).

Buscando atestar o questionamento enunciado, o autor recorre ao arrolamento dos índices obtidos por documentos emitidos por instituições de pesquisa, constatando que o trabalho não mais se constitui no princípio organizador da sociedade. É oportuno ponderar se os dados apresentados referem-se à diminuição dos empregos e ao aumento do número de pessoas desempregadas ou em ocupações precarizadas, para não incorrer no equívoco de confundir emprego (construção histórica) e trabalho (categoria ontológica).

O quadro que se delineia no âmbito das pesquisas em ciências sociais é a desvalorização das abordagens macro-sociais. Assim, não seria exagero afirmar que os estudos e pesquisas em ciências sociais que focalizam seu eixo norteador no trabalho, acabam assumindo uma postura analítico-conservadora (OFFE, 1989).

Ao sair em defesa das suas posições acerca do questionamento da validade do trabalho para as análises sociológicas, Offe (1989) comenta as modificações pelas quais passa a classe trabalhadora, assinalando que, em vista de tais eventos e/ou mutações na esfera do trabalho cada vez mais se torna difícil sustentar a centralidade da categoria trabalho.

Isso porque devido à complexificação das relações atreladas ao trabalho, não seria coerente analisar essas mudanças a partir de modelos conceituais e hierárquicos como os dos *clássicos do pensamento sociológico*. O primeiro foco a confirmar suas convicções incide sobre o que define um trabalhador hoje, visto que

o fato de que alguém “trabalha”, ou seja, é “trabalhador” no sentido formal, se refere ao mesmo tempo a uma parcela continuamente crescente da

população (pelo menos até agora), e é por outro lado cada vez menos expressivo em vista do conteúdo da ação, da percepção de interesses, do estilo de vida, etc (OFFE, 1989, p. 19).

Tradicionalmente, o modelo que caracteriza o trabalho não é compatível para conceituar/definir um sujeito trabalhador, pois nem todos os sujeitos que trabalham são afetados da mesma forma pela racionalidade imanente à divisão social do trabalho. A diversificação das relações que permeiam o trabalho enfraqueceu as definições deste a partir dos seus laços unificadores.

Outro ponto situado pelo autor refere-se à questão da informalidade e/ou do setor terciário. Para ele, no setor secundário e especificamente na produção industrial de bens, o trabalho abstrato é o definidor, pois este tem como norte os princípios de produtividade técnica e organizacional. Porém, se esses princípios forem transpostos para analisar o setor terciário, acaba gerando uma imprecisão, porque o trabalho nesse setor está cada vez mais reflexivo (OFFE, 1989).

Essa situação impõe uma racionalidade própria à informalidade, onde a oferta do mercado de trabalho para o setor de serviços pode ser assim explicitada por uma outra análise que ele empreende a seguir:

De forma simplificada, a tese deste argumento é que nas sociedades capitalistas industriais desenvolvidas existe um excedente estrutural, embora latente, de mão-de-obra, porque o aumento da produção apresenta-se defasado em relação ao crescimento da produtividade. Uma vez que os vendedores da força de trabalho, desprovidos de propriedade, não podem voltar ao setor primário nem entrar no mundo dos economicamente autônomos, essa força de trabalho excedente é continuamente transferida para o setor terciário (OFFE, 1994, p. 147).

Offe enxerga, por um lado, que o processo de reestruturação produtiva reserva para a maioria dos trabalhadores a impossibilidade de jamais retornarem ao trabalho assalariado formal devido ao descompasso entre produção e produtividade; por outro lado, parece fazer vista grossa ao fato de que essa transferência para o setor terciário não significa o fim do trabalho, mas sim a diminuição na oferta de empregos e a conseqüente imposição a esse *excedente estrutural*, em ocupar-se com atividades cada vez mais precarizadas, bem como a constituição do essencial exército de reserva do capital.

Ao operar com essa perspectiva, mais uma vez o autor demonstra uma confusão conceitual entre trabalho e emprego, e justamente

esta identificação imediata entre trabalho e emprego, não apenas assume a identidade entre trabalho e trabalho abstrato, como também cancela irrevogavelmente o trabalho como categoria fundante do ser social. Indício eloqüente da inconsistência teórica deste tipo de reflexão são as dificuldades que encontra para distinguir entre o setor secundário, industrial, e o setor terciário, de serviços, mesmo nos termos da sociologia mais tradicional (LESSA, 2007, p. 65).

Diante de tantos argumentos e situações de xeque-mate ao trabalho, desenvolvidos por Offe, é evidenciado o caráter desnecessário da esfera do trabalho como referência à edificação de um ambiente de vida subjetivo, pelos fatores enunciados a seguir:

Em primeiro lugar, porque a continuidade entre formação e exercício profissional, assim como a continuidade na própria vida profissional [...] já representa mais uma exceção que uma regra. Em segundo lugar, devido à tendência secular de redução da parcela do tempo de trabalho no tempo de vida, especialmente na medida em que [...] se expande cada vez mais o tempo livre, no qual outras experiências, orientações e necessidades são determinantes (OFFE, 1989, p. 28).

O autor entende que a perda da relevância subjetiva e o significado valorativo da esfera do trabalho engendram uma crise na sociedade do trabalho, pois deve ser considerada a existência de outras esferas sociais que fornecem sentidos à vida e às relações estabelecidas entre os seres humanos. Aqui Offe demonstra certa aproximação com a perspectiva habermasiana da *Teoria do agir comunicativo*.

Portanto, em termos teórico-conceituais é insuficiente para as ciências sociais um modelo societal fundamentado no trabalho, até porque

o trabalho foi deslocado de seu *status* de fato vital central e óbvio, não apenas em termos objetivos, mas também perdeu tal *status* na motivação dos trabalhadores – em consonância com tal desenvolvimento objetivo, mas em discrepância com os valores oficiais e os padrões de legitimação da sociedade (OFFE, 1989, p. 33 Grifos do Autor).

Objetiva e subjetivamente o trabalho e sua centralidade chocam-se com os padrões oficiais e legítimos da sociedade. Para esse autor, o aspecto central da vida abrange outras esferas iguais e até superiormente dotadas de sentidos e significados – muito além do trabalho e da produção – para orientar a vida humana. Os argumentos de Offe são consistentes e críticos; não caem nem no otimismo de Schaff, tampouco no determinismo fatalista de Kurz. O que ele propõe é a constituição de uma nova categoria sociológica para dar conta da complexidade das relações sociais, que não podem mais se fundamentar no trabalho.

Offe expõe através de muitos pressupostos o questionamento acerca da validade categorial do trabalho e das análises macro-sociais para os estudos sociológicos, o que, segundo ele, devido ao acelerado processo de mudanças pelo qual passa a sociedade, não é possível mais se fundamentar nos *clássicos do pensamento sociológico* haja vista o anacronismo de suas análises diante da dinâmica social atual.

Será mesmo que o trabalho não pode mais ser considerado o elemento fundante do ser social? Não terão mais validade as análises que partem da dinâmica do trabalho? Essa desconsideração ontológica do trabalho mais se assemelha a uma expressão aparente do fenômeno, ocultando a essência histórica das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Na verdade,

a consequência imediata do abandono das relações de produção material da existência, enquanto relações sociais, relações, portanto, entre os homens, leva Offe a afastar-se da dimensão histórica e ontológica do trabalho e do trabalho enquanto valor de uso que, sob diferentes formas concretas, torna o homem artífice de seu devenir, e a fixar-se na forma do trabalho assalariado, forma mercadoria, ainda que criticamente (FRIGOTTO, 1999, p. 113).

Se, como afirma Offe, o trabalho não é mais válido como categoria sociológica – constatação obtida a partir de fontes jornalísticas e dados de periódicos –, por qual motivo a Europa ergue uma imensa barreira a fim proteger seus postos de trabalho e evitar a entrada maciça de imigrantes desempregados oriundos dos países em desenvolvimento? (FRIGOTTO, 1999).

A categoria trabalho continua a exprimir as formas e condições de existência determinadas. Em contrapartida, para assegurar o número decrescente de empregos aos seus compatriotas, os países desenvolvidos criam medidas e institucionalizam leis mais severas, a fim de conter a “invasão” dos “sem-emprego” provenientes dos países em desenvolvimento. No seio das relações sociais, a xenofobia expressa de certo modo essa situação, pois a aversão ao outro pode encontrar respaldo na acirrada competição para garantir a ocupação e/ou permanência dos postos de trabalho.

Em algum momento convergem os pensamentos de Schaff, Kurz e Offe, pois, com o desaparecimento do trabalho, esvaí-se também a classe trabalhadora. Esta nada pode fazer para transcender a eliminação tendencial do trabalho produtivo, haja vista que definir alguém como trabalhador é uma tarefa complicada a partir dos laços norteadores que determinavam se um sujeito é ou não trabalhador, conquanto o trabalho não mais figura entre as preocupações dos trabalhadores.

Novamente, uma perspicaz reflexão histórica esclarece-nos essa questão acerca do fim ou não dos trabalhadores e da classe trabalhadora ao admitir que “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, ao final, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1987, p. 12).

Os homens seguem fazendo a história, mesmo sendo difícil classificar quem pertence à classe trabalhadora hoje. Não há um perfil determinado para definir quem é ou não trabalhador, a exemplo da Inglaterra em fins do século XIX e início do século XX, quando o proletariado caracterizava-se externamente por usar um boné peculiar, além da adoção do futebol, como o esporte cultuado pelos representantes dessa classe (HOBSBAWM, 2002).

No entanto, mesmo com essa dificuldade de definição, o capital inevitavelmente expressa uma relação social antagônica entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho para tornar-se apêndices da maquinaria, inserindo-se também a outra parcela que não conseguem vender a sua mercadoria peculiar em troca de um trabalho assalariado formal, aumentando o necessário exército de reserva e o setor terciário.

Esse discurso de dissolução da classe trabalhadora parece estar comprometido em atenuar as gritantes contradições sociais persistentes no capitalismo, pois, apesar do alarde que se faz, milhões de seres humanos em todo o mundo ainda dispõem de um único bem, a saber, a sua força de trabalho, vendida em troca de um salário mínimo e em formas de trabalhos cada vez mais precarizados e rotineiros, além de inseguros do ponto de vista jurídico.

Os embates continuam, ainda que estejam sob um aspecto mais brando. A luta de classes pode não ser o único motor da história, mas sem dúvida é uma das turbinas que acionam esse motor. As classes sociais, não obstante o antagonismo expresso, não são excludentes entre si, mas dialeticamente fazem parte do mesmo movimento do real.

Tomemos como ilustração o posto da Gerente Administrativa (planejamento/gestão) da empresa X – campo empírico da pesquisa. Trata-se de um trabalhador sem dúvida, mas o conteúdo inerente à ação da sua atividade, seus interesses e o estilo de vida adotado – que pode ser garantido com a remuneração acima da média que ele recebe – são bastante distintos do conteúdo de trabalho na linha produtiva (chão da fábrica) do setor de confecções, onde os interesses desses trabalhadores (execução) – costureiros e costureiras, revisores e revisoras, encarregados e encarregadas, etc. –, são conseqüentemente outros, além do estilo de vida que levam, devido ao fato de historicamente lhes ser concedido um salário mínimo, suficientemente calculado para reparar a sua força de trabalho.

Indubitavelmente o mundo do trabalho passa por profundas mutações, mas isso não significa que as análises empreendidas pelos *clássicos do pensamento sociológico* – e especialmente a esse respeito, Marx – não têm mais nada a nos dizer sobre essa categoria que insiste em desaparecer, ou melhor, insistem que ela desapareça.

Ora, se no tempo de Marx estava bem delimitada a luta de classes pela oposição entre burgueses e proletários, hoje realmente tal distinção não é tão visível a olho nu porque assumiu uma complexidade inimaginável. Mas sendo o trabalho uma categoria fundante, não se pode negligenciar que “[...] as categorias exprimem portanto formas de existência, condições de existência determinadas [...]” (MARX, 2003, p. 255). Logo, um *complexo de complexos*, como afirma Lukács (1979), ou a *síntese das múltiplas determinações* do real segundo Marx (2003). E se isso é pouco significativo do ponto de vista da ação, dos interesses e das opções do estilo de vida de quem trabalha, afirma-se a complexidade que os *clássicos do pensamento sociológico* sempre reiteraram, a partir da realidade concreta inerente ao tempo em que viveram.

Em um extremo, muitas das reflexões desenvolvidas sobre o fim da centralidade do trabalho afirmam que a responsabilidade pelo desemprego estrutural é proveniente da automação, e isto gera a impossibilidade de retorno aos postos de trabalho agora ocupados por máquinas de última geração. No outro extremo, a maquinaria é vista com muita positividade no sentido de liberar os trabalhadores para exercerem outras atividades relacionadas ao tempo livre. Ambos os pontos de vista não correspondem à essência, primeiro porque a máquina é uma coisa inerte, não pode ser culpabilizada pelo desemprego; em segundo lugar, a incrementação tecnológica nos marcos das relações sociais capitalistas, longe de liberar o trabalhador da labuta cotidiana, aumenta o grau de exploração e subordinação deste ao capital.

A tecnologia promoveu avanços inclusive no campo social. A questão é que para a manutenção do sociometabolismo do capital, a maquinaria personifica uma relação social antagônica e não ultrapassa o seu *status* de veículo para obtenção da mais-valia relativa (MARX, 2002). O problema não é a tecnologia, as máquinas, enfim, os meios de produção. Apesar de os avanços contínuos trazerem ao trabalho um certo progresso, sua finalidade não é a liberação do trabalhador para o cultivo do tempo livre. Não podemos olvidar que a acentuação da exploração ocasionada acontece, pois as máquinas mantêm vínculos e compromissos políticos com o capital e não com a diminuição da jornada de trabalho, ou com a abolição das amarras que aprisionam os trabalhadores ao reino da necessidade (NOSELLA, 2002).

Supostamente existem dois aspectos para o fato de se estar desempregado: o ser humano estará liberado do *ethos* do trabalho, mas por outro lado perderá o sentido fundamental da vida. Talvez até não seja perdido o sentido fundamental da vida, porque tanto em Schaff quanto em Offe o tempo livre terá uma importância crucial na sociedade do não-trabalho. Esqueceram de dizer que hoje o lazer ou usufruto do tempo liberado do trabalho tem uma íntima ligação com o consumo. Como alguém que está desempregado poderá usufruir o tempo livre? Estar desempregado é dispor desse tempo liberado do trabalho?

O repouso (que alguns estudos denominam, significativamente, “desfadiga”) corresponde, mais ou menos, ao tempo necessário para a reconstituição da força de trabalho. Mais do que simples repouso, o ócio seria uma parte do tempo liberado, do tempo para si, enquanto o ócio de consumo fica como a imagem invertida do trabalho, cujas formas de alienação reproduz (BENSAÏD, 2000, p. 97).

Alienado no trabalho, igualmente alienado fora do trabalho, portanto, para que a vida seja dotada de sentido fora do trabalho, é necessário que o trabalho também seja dotado de sentido (ANTUNES, 2005). Mas essa premissa parece não coadunar com a lógica societal vigente, pois

o tempo constitui uma mercadoria rara, preciosa e submetida às leis do valor de troca. É o que se constata a respeito do tempo de trabalho, porque se vende e se compra. Mas, o tempo livre, para ser “consumido”, tende cada vez mais a ser directa [sic] ou indirectamente [sic] comprado (BAUDRILLARD, 1995, p.162).

O tempo liberado do trabalho para o capital, não se constitui num momento essencial para a catarse e o desenvolvimento humano em um sentido *omnilateral*. Fazer o homem alcançar o reino da liberdade não é o objetivo das inovações tecnológicas e organizacionais inseridas nos processos capitalistas de trabalho. Eis que o ideal do *homo ludens* é ainda uma utopia; e o *homo faber*, a concreta espécie humana da nossa sociedade.

É bem verdade que a sociedade possui uma gama multifacetada de valores e interesses de legitimação. Teria mesmo o trabalho perdido o seu caráter na motivação dos trabalhadores? Se como nos diz Offe, a vida comporta esferas objetivas e subjetivas, não obstante as diferenças que guardam entre si, essas esferas são menos antagônicas e mais dialeticamente relacionadas; ou seja, “por trás do trabalho imposto persiste, ainda que de forma débil, surda, essa ‘necessidade do possível’, que diferencia a atividade humana da plenitude simplesmente vegetativa” (BENSAÏD, 2000, p. 100).

De outro alemão, o sr. Jürgen Habermas, temos os mais elaborados constructos teóricos sobre a discussão em torno da centralidade do trabalho. Sem dúvida, Habermas é um dos maiores pensadores contemporâneos em atividade, com extensa produção teórica.

Percebe-se que essa temática está diluída em seus estudos de um determinado período²⁸, sendo sistematizada de uma forma mais específica na sua *Teoria do agir comunicativo*.

Limitar-nos-emos a expor prismas das suas proposições, haja vista a abrangência dos seus estudos. Não seria equivocado afirmar ao seu respeito que suas análises sobre a perda da centralidade da categoria trabalho não se ocupam diretamente do progresso científico e o aumento do desemprego. Habermas propõe filosoficamente uma outra categoria fundante do ser social e do mundo dos homens. Para ele, essa não pode ser o trabalho, e sim a linguagem.

Lessa (2002) situa que Habermas, em seu livro *Para a reconstrução do materialismo histórico*, erige a defesa da sua proposição sustentando-se no fato de o trabalho estar presente nos primatas superiores e homínídeos. Sendo assim, a articulação do trabalho com a fala – fundamento do agir comunicativo – seria o que distingue o homem das demais espécies animais.

Para defender sua afirmação em relação a essa articulação entre trabalho e fala, ele explica-nos: “o que nos arranca à natureza é o único estado de coisas que podemos conhecer segundo a sua natureza: a linguagem. Com a estrutura da linguagem é posta para nós a emancipação” (HABERMAS, 2001c, p. 144).

Para Aragão (1992), Habermas distingue-se de outros pensadores e mantém um caráter original porque apresenta um otimismo teórico fundamentado na possibilidade dialógica de as pessoas alcançarem o consenso social a partir da racionalidade inerente às ações. Tal circunstância fundamenta-se no *vir-a-ser*, pois o entendimento será proveniente da comunicabilidade.

Em Habermas (2001b), o trabalho é concebido como ação racional teleológica ou ação instrumental. Por sua vez o autor apreende a linguagem como a ação comunicativa que promove a mediação das interações simbólicas. Continua o raciocínio dizendo-nos que a primeira ação é regida por regras técnicas fundamentadas no saber empírico, enquanto a segunda orienta-se na comunicação lingüística do cotidiano.

²⁸ Lessa (2002; 2007) refere-se ao *último Habermas*, como uma forma de delimitar o direcionamento que os estudos e reflexões desse pensador tomaram a partir de uma fase determinada da sua produção intelectual.

Evidencia-se que para Habermas o trabalho não consegue comportar a complexidade das ações humanas. Por esse motivo, “[...] é necessário que reconheçamos existir também uma outra forma de agir [...] Para além do agir instrumental [...]” (LESSA²⁹, 2002, p. 227).

Nesses termos, o agir comunicativo produzido pelas interações subjetivas pode possibilitar o entendimento mútuo na coordenação das ações humanas, pela adoção de um agir estratégico, até porque

o conceito de agir comunicativo está formulado de tal maneira que os atos do entendimento mútuo, que vinculam os planos de ação dos diferentes participantes e reúnem as ações dirigidas para objetivos numa conexão interativa, não precisam de sua parte ser reduzidos ao agir teleológico (HABERMAS, 1989, p. 165).

Depreende-se que para Habermas (2001a) a concepção marxiana apresenta o equívoco acerca da relação estabelecida entre trabalho e interação, justamente pela redução da ação comunicativa ao mero aspecto de ação instrumental.

Por esse posicionamento crítico e elaborado, pode-se dizer que a teoria habermasiana de reabilitação da esfera pública representa “[...] a mais articulada tentativa, nas últimas décadas, de substituir, pela esfera da intersubjetividade, a centralidade do trabalho característica da tradição marxiana” (LESSA, 2002, p. 236).

A premissa Habermasiana é a substituição da categoria trabalho pela categoria *mundo da vida*, ou seja, o mundo da vida e não mais o trabalho é o elemento fundante da sociabilidade humana, posto que a comunicabilidade é o atributo distintivo dos seres humanos, tendo na linguagem o elemento responsável pelo processo de antropomorfização. Essa constatação baseou-se na teoria de *Mead*, em que a elevação do homem como ser social ocorreu através da transposição de um estágio de interação mediado por gestos para uma forma de interação mediada por símbolos (ARAGÃO, 1992).

Porém,

ao elaborar a *Teoria do agir comunicativo*, Habermas se converteu no autêntico filósofo da burguesia nesta época de crise, pois forneceu as bases para uma concepção de mundo em tudo compatível com o mercado e com as relações político-democráticas do capitalismo desenvolvido (LESSA, 2002, P. 205 Grifos do Autor).

²⁹ Aqui Lessa (2002) não está concordando com Habermas, mas analisa o argumento defendido por este autor sobre a ação comunicativa.

A crítica às premissas Habermasianas também é endossada por Antunes (1999), que busca demonstrar a partir de acontecimentos conflituosos entre a classe trabalhadora e o capital – conflitos estes peculiares ao capitalismo – que a esfera da comunicabilidade sofreu um certo abalo no que tange ao alcance de um entendimento na resolução dos impasses sociais.

A comunicabilidade dos interesses manifestos pelo capital não visa a um entendimento com o trabalho, até porque esses são antagônicos, embora estejam relacionados. O que ocorre é um acirramento das posições e dos interesses, pois como o capital poderia resolver os déficits sociais criados por sua própria lógica, essenciais à garantia de sua autopreservação?

Ora, no limite, o agir comunicativo desconsidera qualquer possibilidade de conflito e tensão dentro do próprio mundo da vida. Em outras palavras, Habermas homogeneiza os diferentes atores, tornando possível que os discursos provenientes de diversos setores sociais sejam, todos, reconhecidos como válidos (ORGANISTA, 2006, p. 125).

Por razões dessa natureza, refuta-se a possibilidade do consenso advindo da comunicabilidade proposta pelo pensador alemão, sem considerar as contradições do mundo da vida.

É a partir desta frágil concepção do “mundo da vida” enquanto categoria que funda a si própria que Habermas pretende demonstrar a possibilidade de consensos. E será apoiando-se nessa possibilidade que articula sua concepção “democrática” de uma sociedade mais justa e humana, na qual o consenso substituiria a coerção da mesma forma como a razão instrumental seria substituída pela razão comunicativa (LESSA, 2007, p. 78).

Entre a comunicabilidade ser reconhecida como válida e ser concretamente válida, a distância é muito grande. Vejamos se pelo diálogo, os Estados Unidos da América (EUA) reconhecem como legítimo o discurso dos países que tentam constituir o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O entendimento mútuo proposto é, na verdade, unilateral; ou seja, o do lado mais forte. Visualiza-se isso com a oposição dos EUA ao MERCOSUL, através da imposição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Não é difícil imaginar que entendimento irá prevalecer nesse diálogo entre os hemisférios norte e sul do continente americano.

Para o *modus operandi* do capitalismo, seguido pela empresa X, qual o diálogo que prevaleceu para sugerir a participação dos trabalhadores nas sessões de Ginástica Laboral? Quem acha interessante essa participação, o empregador ou o trabalhador? O trabalhador

participa obrigado ou voluntariamente? Caso se negue a participar, sujeita-se às penalidades administrativas cabíveis ou não há problema algum?

Não obstante a consistência das análises empreendidas por Habermas, o trabalho continua como categoria fundante do ser social, porque através do salto ontológico por ele engendrado, tornou possível aos outros determinantes humanos também “saltarem” e se desenvolverem. Isto porque a sociabilidade humana em sua gênese é um *complexo de complexos* que transcendem os limites do próprio trabalho (LESSA, 2002).

Como fora dito em outro momento, o homem é um ser genérico porque transpõe a coincidência imediata com a sua atividade, o que se torna possível, pois o seu agir é consciente e se dá de acordo com a disposição da sua vontade. Aos primatas superiores e hominídeos, ainda que apresentem ações – que não devem ser confundidas com trabalho específico humano –, nestas não há atividade consciente, visto que estes espécimes, não se distinguem delas.

Todas as visões anteriores (Schaff, Kurz, Offe e Habermas), *mutatis mutandis*, expuseram o fim da centralidade do trabalho na vida humana. São de fato as perspectivas hegemônicas em curso, mas na contramão da ideologia dominante levantaremos argumentos a favor da centralidade do trabalho, apesar do reconhecimento da crise pela qual passa a sociedade ancorada no trabalho assalariado formal.

A fé cega e ferrenha nos avanços tecnológicos exprime o mais delirante *sonho de Ícaro*³⁰ do capital: produzir sem a mediação da força de trabalho, abolindo definitivamente a necessidade de empregar trabalho vivo. Porém,

as máquinas inteligentes não podem *extinguir* o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo. Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho, mas a um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que dever ser explorada ainda mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos de maior incremento tecnológico (ANTUNES, 2002, p. 41 Grifos do Autor).

³⁰ Aqui fazemos uma alusão à mitologia grega, referindo-nos ao filho de Dédalo, que para fugir do labirinto de Creta usou asas fixadas com cera às costas. Ícaro elevou-se tão alto que o sol derreteu a cera, e ele caiu no mar. O capital financeiro atualmente supõe a eliminação da força de trabalho, e conseqüentemente do trabalho vivo que será substituído pelo trabalho morto objetivado nas máquinas inteligentes. Tal situação assemelha-se ao mito grego, em que o capital, na tentativa de fugir dos labirintos que são criados por sua própria lógica, tenta voar muito alto, porém, quanto mais alto se voa, o calor do sol se torna intenso fazendo a cera derreter, descolando assim as asas das suas costas.

Os entusiastas do fim da sociedade do trabalho parecem negligenciar a premissa básica de que a grandeza do valor contida nas mercadorias é manifesta pela quantidade de trabalho nelas corporificadas; ou seja, o trabalho morto (máquinas e demais meios de produção) não pode abrir mão do trabalho vivo (emprego da força de trabalho), até porque “o que determina a grandeza do valor [...] é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso” (MARX, 2002, p. 61).

Ao ser constatada uma redução no que concerne ao emprego do trabalho vivo no processo produtivo, pelo fato de ele estar reestruturando-se, a consequência direta é a exclusão sumária de milhões de trabalhadores ao redor do mundo, aumentando a fila do exército de reserva do desemprego estrutural, ou se inserindo em trabalhos extremamente precarizados. Sobre essa situação é pertinente compreender que

a redução do contingente de trabalhadores explica-se pelo formidável desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas, que exponenciaram a produtividade do trabalho; quanto ao extraordinário desemprego dos dias atuais, ele está diretamente ligado aos limites da sociedade burguesa, no interior da qual não há soluções que permitam inscrever todos os homens e mulheres aptos nos circuitos do trabalho – sempre foi própria à sociedade burguesa uma *população excedente*, agora levada a um extremo para o qual essa sociedade não tem outra proposta senão a do “terceiro setor” ou a pura e simples assistência social. E ambas as alternativas apenas sinalizam o quanto essa sociedade já não pode responder de forma progressista e humanizadora aos problemas que ela mesma engendra (NETTO; BRAZ, 2007, p. 50 Grifos dos Autores).

Todavia, devemos lembrar que a suposta intelectualização dos postos de trabalho, tão alardeada como um dos fatores para a redução dos empregos, parece indicar não uma superação da distinção entre trabalho das mãos e trabalho da inteligência, mas sim uma espécie de alienação da corporalidade do ser social que trabalha. Lembremos que a força de trabalho, independentemente da predominância do componente intelectual ou do componente manual, é consumida na sua totalidade. Não existe ainda a possibilidade de o capital explorar o corpo sem afetar a mente, ou exaurir as capacidades intelectuais sem desgastar o corpo.

Discorrendo sobre a distinção entre intelectuais e não-intelectuais, o pensador italiano A. Gramsci situa substancialmente a questão, pois essa classificação diz respeito à função social no que concerne a um maior emprego de uma capacidade ou da outra na atividade profissional. Para ele ,

isto significa que se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre

o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens* (GRAMSCI, 1995, p. 7 Grifos do Autor).

O que na realidade se observa a um só tempo é uma diversificação das formas de realização do trabalho no capitalismo, mas isso de longe exprime a extinção do perene intercâmbio entre o homem e a natureza, pois o trabalho permanece, ainda que em sua dimensão abstrata peculiar tenhamos a constituição de uma corporalidade alienada de si, o que implica o mesmo que o ser social perdido de si.

Assim, o trabalho vigora, persiste, resiste. O que ocorre na realidade, é uma crise da sociedade capitalista fundada na exploração do trabalho assalariado formal, e “[...] não significa o fim da centralidade do trabalho enquanto processo criador do humano na sua dupla e inseparável dimensão de liberdade e necessidade” (FRIGOTTO, 1999, p. 132). Ou nesse mesmo sentido, “o que está em crise é este trabalho específico, esse trabalho assalariado e esta relação de assalariamento, na qual o tempo de trabalho abstrato é a medida geral da riqueza social” (BENSAÏD, 2000, p. 88).

Para milhões de pessoas ao redor do mundo, trabalhar – ainda que no capitalismo apresente essa conotação negativa – é essencial, pois “a vida sem trabalho seria uma chatice, se a gente não trabalhasse, alguém precisaria trabalhar pra gente comer, e até pra fazer nossa comida teria que trabalhar³¹”.

Quem trabalha o faz para satisfazer as necessidades postas pela vida, e reconhece, por um lado, que a vida seria monótona e até sem sentido se ele não existisse; por outro, exprime o caráter de satisfação das necessidades humanas. No entanto, também é ressaltado o grau de sujeição do ser humano ao trabalho, com muito pouca ou até nenhuma possibilidade de auto-realização; ou seja, apenas se trabalha para suprir as carências, haja vista que “não é sonho de ninguém trabalhar numa fábrica ou no [...]”³², mas quando a coisa aperta a gente tem que pegar a primeira coisa que aparece pela frente³³. Ou ainda, “se eu disser que gosto do que faço não estou sendo completamente sincera, né. A gente trabalha mais pela sobrevivência³⁴”.

³¹ Comentário feito por um trabalhador da empresa X, no dia 26 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

³² Menciona o nome de uma rede de supermercados conhecida dos sergipanos.

³³ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 17 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

³⁴ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 20 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

Quiçá chegue o dia em que o trabalho seja a realização do ser humano para além da necessidade, enfim, que o seu caráter de liberdade seja evidenciado concretamente, assumindo o seu real estatuto. Mas essa mudança do trabalho será possível apenas mediante uma profunda transformação nos alicerces da sociedade vigente.

Está distante do horizonte dos trabalhadores sob a tutela do capital a proposição tentadora e utópica de Russell (1957), na redução da jornada de trabalho para quatro horas, pois este tempo, segundo o autor, seria suficiente para a reprodução das suas necessidades elementares, deixando-os livres para desfrutarem o restante do tempo nas atividades que lhes aproovessem a satisfação do espírito. De certa maneira, há uma aproximação com a perspectiva da *omnilateralidade*; ou seja, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas, de prazeres e consumos dos bens espirituais e materiais (MANACORDA, 2000).

Enquanto isso não ocorre, mesmo assim, negativamente, o trabalho persiste como elemento central do mundo dos homens, essencial ao fazer-se do ser social, repercutindo na corporalidade deste através das denominadas doenças do trabalho que afetam a integridade psicofísica dos trabalhadores, como conseqüência direta do esforço e repetição que prevalecem nos postos de trabalho, aliados à permanência da organização e racionalização que são peculiares a esses postos. Não obstante toda automatização alardeada, o trabalho não perde o seu teor exaustivo em muitas funções; pelo contrário, continua a ser impressa nos corpos uma educação no e pelo trabalho. Afinal de contas, por que estão em movimento ascendente os projetos ergonômicos e os programas de Ginástica Laboral, se o trabalho não é mais central? Qual o interesse de se investir na manutenção da força de trabalho? Tem pertinência a observação de Alves (2005, p. 417) quando afirma que “[...] o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade do coletivo humano, como elementos determinantes do complexo de produção de mercadorias”.

É patente que o *corpo no trabalho* continua sendo a força motriz do processo de produção capitalista. Por mais que a exploração da força de trabalho seja um dado indiscutível, não podemos achar que tudo está determinado. Enfim, não é possível desconsiderar e/ou ignorar as possibilidades de pensar a corporalidade dos trabalhadores num sentido amplo (HEROLD JUNIOR, 2006).

Com relação ao *corpo pelo trabalho*, este não perde sua importância diante das mudanças sofridas na base técnica, apesar da introdução das inovações tecnológicas e organizacionais. O corpo não pode ser descartado do processo produtivo, mesmo diante de

uma suposta acentuação no que diz respeito a uma maior incidência da exploração do componente manual (HEROLD JUNIOR, 2006).

O trabalho permanece como elemento central da sociabilidade humana, portanto o corpo também o é. Então, por mais avançados que se encontrem o desenvolvimento tecnológico e sua utilização no mundo do trabalho, não há como prescindir dos corpos, mas tão-somente lhes conferir outros sentidos e significados nessa esfera, não obstante presenciarmos,

[...] um momento extremamente propício a reduções simplificadoras, tais como as idéias de “fim do trabalho”, “sociedade do conhecimento”, “adeus ao corpo”, “trabalho imaterial”, “inteligência artificial”, “fim do homem”, o relacionamento estabelecido entre **corpo no e pelo trabalho** coloca base para que esses fatos sejam analisados de outra forma. Um primeiro ponto a ser levantado é a observação de que essas simplificações, sempre primando pelo fato de se poder construir e “desconstruir” tudo (o corpo humano, inclusive), só atribuem um caráter perene às relações sociais capitalistas (HEROLD JUNIOR, 2006, p.124 Grifos do Autor).

As ponderações desenvolvidas sobre aspectos do pensamento de Schaff, Kurz, Offe e Habermas necessariamente não apresentam qualquer discussão sobre o corpo, mas ao questionarem a centralidade do trabalho, colocam em evidência elementos para fomentar análises que consideram o *corpo no e pelo trabalho*, haja vista que a perda do *status* ontológico do trabalho afirmada por esses autores acaba por desconsiderar a corporalidade diante de um quadro de elevada intensificação e exploração da força humana de trabalho.

Como fora assinalado, discutimos pontualmente e de forma sucinta alguns aspectos referentes às posições questionadoras da centralidade do trabalho, que sem dúvida possibilitou, por meio desse incipiente cotejamento de perspectivas analíticas, assinalar como o mundo do trabalho está amplamente relacionado ao corpo e vice-versa, a fim de tentar compreender esses fatos *de outra forma*.

Agora vamos às questões do corpo no processo de produção capitalista, a partir das demandas dos métodos de racionalização e ordenamento da produção – taylorismo, fordismo e acumulação flexível –, e os desdobramentos na corporalidade do trabalhador. Também abordaremos as novas exigências qualificacionais clamadas atualmente, o papel da Educação Física frente às novas tecnologias e as implementações tecnológicas que incidem diretamente sobre os corpos produtivos, a ergonomia e a Ginástica Laboral. Ver-se-á que longe de petrificadas, as relações sociais estabelecidas no capitalismo movimentam-se na constante e complexa dinâmica societal.

II. SOCIEDADE, TRABALHO, CORPORALIDADE E NOVAS TECNOLOGIAS

Como expusemos no capítulo anterior, a crise que se apresenta não é necessariamente o indício da extinção do trabalho em termos de atividade humana genérica e vital – apesar dos argumentos que ratificam esse ponto de vista –, mas sim uma crise do capitalismo que expressa o modelo assalariado formal do trabalho. Sendo assim, um tipo de atividade exclusivamente humana, o trabalho está impregnado das contradições inerentes à sociedade, e ao nosso olhar não se pode compreendê-lo apartado da mediação com essa sociedade.

Observa-se a configuração do trabalho na realidade concreta do festejado contexto das novidades microeletrônicas, *pari passu* com as transformações que são experienciadas em todos os campos do tecido social. Vejamos com o pertinente aporte analítico abaixo o que significa o caráter das metamorfoses que incidem sobre o trabalho:

O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que ele se tornou realmente global. Na mesma escala em que se dá a globalização³⁵ do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a dinamização do mercado mundial, tudo isso amplamente favorecido pelas tecnologias eletrônicas, nesse âmbito colocam-se novas formas e novos significados do trabalho (IANNI, 2004, p. 123).

O século XXI não mais se anuncia; é o século em curso. Por conseguinte, se são colocados novos modelos e significados ao trabalho, também são colocados novos modelos e significados ao trabalhador, ao seu corpo e a sua corporalidade sob a égide do capital financeiro. A introdução das inovações tecnológicas e organizacionais aos processos de trabalho está exigindo uma suposta intelectualização da força de trabalho. Mas isso não quer dizer que o corpo deixe de ser exigido, porque

as mudanças qualitativas que são deflagradas pelo processo econômico apresentam o caráter de irreversibilidade, o que aumenta sua complexidade, com conseqüências importantes sobre todos os setores da vida, inclusive o corpo, que se situa na interconexão do mundo da Natureza com o mundo da cultura, e que sofre essas profundas alterações desencadeadas pela economia (SILVA, 2001, p. 60).

³⁵ Embora O. Ianni use os termos *global* e *globalização* na passagem citada, os sentidos destes se aproximam do conceito de *mundialização* definido por F. Chesnais, que será empregado ao longo do texto.

Entendemos as mudanças em andamento no que se refere ao corpo do trabalhador e as exigências que a economia promove à corporalidade como produto dos novos processos de trabalho que seguem as mudanças ditadas pela reestruturação produtiva em tempos de mundialização do capital. Esta circunstância é o resultado do longo período de acumulação ininterrupta do capital desde 1914, incluindo a sua crise nos anos 1970, quanto das políticas liberais empreendidas no início da década de 1980 por Thatcher e Reagan, com ações privatizantes, desregulamentadoras e desmanteladoras dos direitos sociais e democráticos conquistados historicamente (CHESNAIS, 1996).

Essas alterações significativas também foram proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico, que mergulhou o mundo do trabalho num novo paradigma produtivo, o paradigma da flexibilidade³⁶. Entretanto, é preciso situar algumas condições pouco aparentes a respeito desse “mergulho em um ‘novo’ paradigma produtivo”, para não parecer que uma mudança paradigmática nos métodos de organização e racionalização da produção ocorre de forma linear e estanque. Em outras palavras, nos países em desenvolvimento e mesmo nos desenvolvidos, essa modificação não acontece de maneira uniforme e nem da noite para o dia.

O que estamos dizendo é simplesmente que o novo não elimina o velho sumariamente, mas vai paulatinamente inserindo e conformando-se de acordo com a moldagem que lhe é requisitada. É notório que o Brasil – predominantemente – se alinha ao taylorismo/fordismo, ao mesmo tempo em que assimila alguns elementos do novo paradigma em evidência. Examinemos alguns aspectos predecessores à sua constituição, antes de adentrarmos em suas características inerentes.

2.1 – Taylorismo e fordismo: notas preliminares

A própria edificação do trabalho fabril no sistema produtor de mercadorias partia dos princípios de economia de tempo e energia a fim de obter-se um resultado satisfatório na produção. Embora empreenda uma perspectiva analítica distinta, M. Foucault e suas reflexões contribuem sobremaneira para compreender as mudanças que se processavam na racionalidade que se instaurava e a necessidade coercitiva de arregimentar voluntários para as demandas do trabalho fabril assalariado. A este processo, foi substancial a emergência das

³⁶ Esse novo paradigma no Japão recebe a denominação de toyotismo, e em outros parques industriais avançados como, por exemplo, na Itália, na Suécia, entre outros países, emprega-se a denominação neofordismo, pós-fordismo e acumulação flexível. No caso do Brasil, o paradigma da flexibilidade está presente nos setores de ponta, mas de forma seletiva. O taylorismo/fordismo predomina no processo produtivo do nosso país, apesar de assimilar algumas características do paradigma produtivo emergente.

disciplinas entre os séculos XVII e XVIII, impondo uma dinâmica econômica e utilitária aos usos dos corpos.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 2003, p. 119).

Contudo, foi com o advento da Revolução Industrial e a conseqüente subsunção real do trabalho no capital que a força de trabalho – o ser social – passou a sofrer mais acentuadamente os efeitos coercitivos da nova política corporal, pois era mister “[...] ensinar os indivíduos a adquirir forças, a adquirir também uma destreza geral que favorece não só o manejo de instrumentos no mundo do trabalho, mas também melhora a utilização das forças físicas e morais” (SOARES, 1998, p. 137).

Utilidade e obediência são qualidades essenciais tanto da personalidade quanto do corpo, para o ordenamento social que se estabelecia, até mesmo porque sob a vigência do trabalho assalariado, a disciplina corporal não se restringe à imposição de uma série de gestos definidos, mas sobretudo

[...] impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e rapidez. No bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto [...] Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente (FOUCAULT, 2003, p. 130).

O alcance desse objetivo de manipular e disciplinar os gestos e os comportamentos contou com a participação e influência de várias instituições, mas sem dúvida a escola representou o local mais adequado para levar os sujeitos – desde as idades mais tenras – a adaptarem-se às relações sociais inerentes às necessidades produtivas do capitalismo (ENGUITA, 1989). Segundo Thompson (1991), a escola foi uma instituição auxiliar fundamental para inculcar a mentalidade da economia do tempo.

Ainda assim o espaço fabril continuava a prover com eficiência uma disciplina corporal a partir da gestualidade requerida e a cultivar uma mentalidade econômica do tempo imposta pelas condições do trabalho.

Foi com essas bases relacionadas ao propósito de inculcar os valores que eram essenciais às demandas da produção, que no início do século XX o engenheiro e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) empreendeu estudos minuciosos a numerosas técnicas, entre elas a cronometragem do tempo de realização de movimentos pelos trabalhadores e a transmissão por correias, além de descobrir os aços de corte rápido, criando assim a organização científica do trabalho, ou uma “pedagogia do trabalho”.

Dessa mentalidade organizacional e altamente racionalizada, depreende-se que

a divisão e a especialização do trabalho – exigidas pelo próprio desenvolvimento técnico – convertem-se numa divisão do próprio homem, que põe todo seu ser a serviço de uma só e única atividade, que corresponde a uma das operações da máquina. A universalidade do trabalho, do ponto-de-vista do operário, desaparece e, em seu lugar, temos a especialização estreita e unilateral do trabalhador que se converte num apêndice da máquina. Êle [sic] fica limitado, assim, a uma só operação, com o que seu trabalho se transforma numa atividade que se repete monotonamente e que não exige – ou o faz em grau mínimo – a intervenção da consciência (VÁZQUEZ, 1977, p. 266).

Eis o maior desejo de Taylor: evitar que o trabalhador pensasse muito e apenas executasse a tarefa que lhe era exigida no posto de trabalho. Não seria errôneo entender os estudos de tempo e movimento empreendidos por esse engenheiro/empresário como uma forma latente de intervenção ergonômica, aliando os princípios de separação programada da concepção/planejamento das tarefas de execução, intensificação da divisão do trabalho e controle de tempos e movimentos, cuja finalidade era eliminar o tempo que não fosse destinado à atividade produtiva de trabalho (CATTANI, 2002).

A organização científica do trabalho se enquadra para a corporalidade dos trabalhadores, como sendo uma

nova tecnologia de submissão, de disciplina do corpo [...] gera exigências fisiológicas até então desconhecidas, especialmente as exigências de tempo e ritmo de trabalho. As performances exigidas são inteiramente novas, e fazem que o corpo apareça como principal fonte de impacto dos prejuízos do trabalho. O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários (DEJOURS, 1992, p. 18-9).

Estavam lançadas as bases científicas empenhadas na maximização da produtividade do trabalho e na submissão da vontade do trabalhador. Outro norte-americano, o Sr. Henry

Ford³⁷ (1863-1947), industrial pioneiro da indústria automobilística dos Estados Unidos da América, fez florescer a fabricação em série com a padronização das principais peças que compõem um conjunto; ou seja, incorporou a organização científica do trabalho de Taylor, a sua linha de montagem³⁸, daí derivando outro conhecido método de racionalização do trabalho denominado fordismo.

Poder-se-ia afirmar que, “como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalhador perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude contemplativa” (LUKÁCS, 2003, p. 204).

Realizar a atividade que deveria distinguir o homem das demais espécies acaba por igualá-lo a estas. A atividade que deveria ter um caráter ativo e criador resume-se a uma ação vazia. Sob as orientações propostas por Ford,

[...] o trabalho alcança o grau máximo de submetimento ao controle da direção, desqualificação e rotinização, e os trabalhadores vêem diminuído ao mínimo o controle sobre seu próprio processo produtivo e reduzida a zero ou a pouco mais que zero a satisfação intrínseca derivada do mesmo (ENQUITA, 1989, p. 17).

A gerência científica de Ford acentua o grau de submissão do trabalhador iniciado por seu compatriota Taylor, desqualificando e rotinizando a atividade dos trabalhadores responsáveis pela execução e ampliando a qualificação do trabalho de concepção.

O processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos, e, portanto, da porosidade. O trabalho nessas condições, torna-se repetitivo, parcelado e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, que o executa através de uma rígida disciplina. O trabalhador perde suas qualificações que são incorporadas à máquina (LARANGEIRA, 2002, p. 123-24).

Da associação dessas duas concepções – taylorismo e fordismo – tinha-se um modelo racional e econômico de intervir sobre o uso da força de trabalho, a fim de lhe extrair a maior eficiência possível; enfim, economia de tempo e esforço do corpo na realização de movimentos, que não poderiam ser gastos inutilmente, mas sim executados corretamente

³⁷ Proprietário e fundador da Ford Company e da Ford Motor Company no início do século XX.

³⁸ Essa incorporação foi possível com a descoberta da eletricidade – tecnologia da segunda Revolução Industrial que substituiu a mecânica pela eletromecânica.

dentro de um tempo e métrica adequados, pois “a energia, ‘moeda do universo’, não podia ser desperdiçada. Aprender a sua utilização com o corpo e no corpo era tornar-se senhor do seu gasto” (SOARES, 1998, p. 137).

A influência de tais processos sobre a totalidade corporal dos trabalhadores tem no cômico, expressivo e contundente filme de Charles Chaplin, *Tempos Modernos*³⁹, a representação cinematográfica da corporalidade sob o jugo do trabalho industrial nas primeiras décadas do século XX.

O operário Carlitos vivido por Chaplin nesse filme representa o trabalhador sob a égide do taylorismo/fordismo. Talvez seja a personificação da tão almejada conversão que Taylor gostaria de empreender no trabalhador, a saber, *gorila amestrado*, que de tão condicionado pelos movimentos repetitivos do trabalho, acaba por incorporá-los como movimentos realizados até quando não se está mais no trabalho⁴⁰; ou ainda o trabalhador (des)qualificado de Ford, mas “qualificado” na realização de movimentos curtos, cíclicos e repetitivos. De tanto apertar parafusos, a incorporação do *habitus* da sua atividade, aliada ao estresse por ela ocasionado, leva-o a querer apertar tudo o que lhe lembra um parafuso. Nada mais sugestivo para o cultivo do *habitus* proporcionado pela educação do corpo oriunda do trabalho; ou seja, moldar à sua maneira a corporalidade do trabalhador.

Qual o motivo dessa necessidade de moldar e retirar do ser social que trabalha a sua capacidade conceptual? Uma possível compreensão nos é dada a seguir:

Porque se a execução dos trabalhadores é orientada por sua própria concepção, não é possível [...] impor-lhes a eficiência metodológica ou o ritmo de trabalho desejado pelo capital. Em consequência, o capitalista aprende desde o início a tirar vantagem desse aspecto da força de trabalho humana, e a quebrar a unidade do processo de trabalho (BRAVERMAN, 1980, p. 104).

Era preciso superar as limitações impostas pelas barreiras naturais, e estas foram transpostas. O humano em sua totalidade – mãos e inteligência, execução e concepção, corpo e mente – foi cindido em partes, ficando relegado ao mero papel de uma peça empregada para efetuar trabalho. Lembremos que o trabalho deveria ser aquela atividade livre, criativa, mas que, sujeita ao capital, converte-se em liberdade cerceada e monotonia.

³⁹ *Modern Times* (Tempos Modernos) teve estréia em 05 de fevereiro de 1936, no Rivoli Theatre em Nova York.

⁴⁰ Comentando sobre as marcas da disciplina do taylorismo-fordismo na corporalidade, Alves (2005, p. 425) entende que, “[...] ao ter o surto nervoso, Carlitos baila na linha de produção, sugerindo que deseja subverter a disciplina psicocorporal imposta pela linha/posto de trabalho [...]”. Os trabalhadores não se rendem, mas criam formas de resistência à rigidez da disciplina produtiva imposta pelo taylorismo-fordismo.

Na acepção gramsciana, o trabalhador *amestrado* e/ou *domesticado* demonstra a finalidade da organização e da gerência científica do trabalho, em que o principal objetivo era,

[...] desenvolver ao máximo no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas no aspecto maquinal (GRAMSCI, 1991, p. 397).

O capital encetou uma ruptura drástica à essência humana ao promulgar a separação entre concepção e execução. Então, levando a cabo esse projeto necessário a sua expansão e manutenção, são confirmadas algumas das premissas marxianas desenvolvidas nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, pois a redução da ação da consciência humana em sua atividade vital aproxima o trabalho realizado pelo ser social sob essas condições, em atividade animal.

Assim, ao estabelecer relações sociais antagônicas de trabalho alienado, mão e cérebro tornam-se não apenas separados, mas divididos e hostis, e a unidade humana de mão e cérebro converte-se em seu oposto, algo menos que humano (BRAVERMAN, 1980, p. 113).

Sinteticamente, essas são algumas das características básicas do taylorismo e do fordismo; mas vale ressaltar que existem diferenças cruciais entre ambos os processos, não obstante ser comum referir-se a um associado ao outro, como expressa o binômio taylorismo/fordismo.

A respeito de tal distinção, é factível afirmar:

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada e populista (HARVEY, 2006, p. 121).

As linhas produtivas do fordismo, para atingir a produção em massa almejada, aplicaram formas diferenciadas de controle e gerenciamento das atividades do trabalho. Portanto, “a gerência científica [...] significa empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1980, p. 82).

No entanto, esse procedimento de incorporação dos princípios da gerência científica não era passivamente assimilado pelos trabalhadores, mas acabava por enquadrá-los pouco a pouco às novas formas de trabalho que se estabeleciam. De acordo com as palavras de H. Braverman,

nesta reação inicial contra a linha de montagem percebemos a repulsa natural do trabalhador contra a nova espécie de trabalho. O que torna possível perceber isso claramente é o fato de que Ford, como pioneiro do novo modo de produção, estava competindo com modos anteriores de organização do trabalho que ainda caracterizavam o restante da indústria automobilística e outras indústrias nesse campo. Nesse microcosmos há uma ilustração da regra de que a classe trabalhadora está progressivamente submetida ao modo capitalista de produção, e às novas formas sucessivas que ele assume, apenas à medida que o modo capitalista de produção conquista e destrói todas as demais formas de organização do trabalho, e com elas, todas as alternativas para a população trabalhadora. À medida que Ford, pela vantagem concorrencial que adquiria, forçava a linha de montagem ao restante da indústria automobilística, no mesmo grau os trabalhadores eram obrigados a submeter-se a ela pelo desaparecimento de outras formas de trabalho naquela indústria (BRAVERMAN, 1980, p. 132).

A longa passagem é elucidativa no entendimento acerca da gestação e a conseqüente incorporação dos trabalhadores com relação a novos modos de organização do trabalho; isso porque, por volta da década de 1970, esses modelos de racionalização produtiva – taylorismo/fordismo – tornavam-se anacrônicos diante das novas exigências vigentes. Começava a emergir um novo paradigma produtivo. Mas qual seu alcance? O fato de haverem se tornado anacrônicos, quer dizer que eles desapareceram?

Ponderando sobre essa questão, ver-se-á que não é possível negar o surgimento de um novo ordenamento produtivo, mas sua abrangência é relativa em um nível global, pois nem todos os países encontram-se num mesmo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, além de as mudanças sócio-econômicas não serem processadas linearmente.

2.2 – Acumulação flexível: “novo” paradigma produtivo

A ascensão de um novo paradigma produtivo é resultado da contrapartida do capital na sua marcha de expansão ampliada, a fim de assegurar seu poderio hegemônico e manter a sua estabilidade. O sistema produtor de mercadorias atingiu (e continua a atingir) avanços inimagináveis. Porém, a estratégia de resolução das suas crises periódicas, provocadas por sua própria lógica – superacumulação, superprodução, superconsumo, etc. –, tem que apelar por vezes a um dos elos que compõem essa cadeia.

Não poderia ser diferente, ocorre uma destruição massiva das forças produtivas, que como consequência acarreta uma diminuição dos índices de empregabilidade, o que leva ao equívoco outrora assinalado e sustentado por muitos intelectuais, acerca da perda da centralidade do trabalho.

Logo, como algo típico ao capitalismo, o que entra em crise ou descompasso com o seu ritmo precisa ser substituído, superado, surgindo assim uma nova saída capaz de adequar-se, rápida e eficazmente, às demandas produtivas em voga.

Sobre esse fato fora observado que

a reestruturação produtiva tem sua lógica derivada de um contexto social, político e econômico marcado por crises financeiras, de mercado (ou de concorrência intercapitalista) e social (conflitos capital-trabalho, relativos à organização e controle da produção e do trabalho, e distributivo) que emergem nos anos 60/70, e colocam para as empresas novas necessidades de integração (para dar saltos de produtividade, necessários devido tanto ao acirramento da concorrência quanto aos entraves sociais colocados às formas tradicionais de organização da produção e do trabalho) e de flexibilidade (como forma de fazer frente a um ambiente – especialmente a um mercado – pouco previsível e com alta instabilidade). Daí surgir o paradigma da empresa integrada e flexível, contrapondo-se àquele da empresa “taylorista-fordista” (SALERNO, 1996, p. 55).

A emergência de uma forma flexível de lidar com o período de crise estrutural do capital que se instaurava decorre de um abalo na estabilidade até então proporcionada pelo fordismo. E ainda que represente um processo de rápida transição, não se trata de um fenômeno facilmente compreensível (HARVEY, 2006). Nessa mesma direção, Aranha (1999) aponta que a erupção desse novo paradigma produtivo ocorreu a partir do esgotamento do padrão de acumulação fordista, representando mais uma crise estrutural do capitalismo, sendo a microeletrônica o elemento sustentador da sua base técnica.

Deve-se ponderar ainda que a edificação de um novo padrão de acumulação não significa a eliminação natural do seu antecessor⁴¹, mas tão-somente uma resposta à falência deste, diante de uma nova configuração. Isto quer dizer que “[...] a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (HARVEY, 2006, p. 173). Novas opções teriam que ser buscadas, e foram.

Distinguindo-se do taylorismo e do fordismo, a acumulação flexível

⁴¹ Ao tratar da permanência das corporações de ofícios mesmo com a emergência do sistema doméstico de produção no século XVII, Huberman (1986, p. 116) traz uma significativa contribuição ao afirmar que “o predomínio de qualquer estágio de desenvolvimento industrial não significa o desaparecimento do estágio precedente”. Parafraçando Huberman, podemos dizer que o predomínio da acumulação flexível não representou o desaparecimento do fordismo.

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados) (HARVEY, 2006, p. 140).

Todas as mudanças encetadas pela acumulação flexível que se apresentam como possíveis soluções para modificação do cenário de regiões subdesenvolvidas através do êxodo de novos empregos, têm para estas uma intencionalidade claríssima.

Analisando com pertinência que a compreensão da acumulação flexível possui um sentido *lato, para além* do confinamento da fábrica, convida-nos L. Aranha à seguinte reflexão:

[...] estendendo-se por toda a sociedade, implicando não só em alterações no mundo da produção, mas incidindo no cotidiano e na subjetividade dos distintos segmentos sociais, num tatear heterogêneo na reconstrução/destruição dos seus modos de viver, tentando construir, num universo extremamente fragmentado, formas diversas de consciência social. Se o confronto capital/trabalho se aprofunda, a maneira de enfrentamento não tem mais uma certa “homogeneidade” que caracterizou tanto a burguesia quanto o proletariado. O confronto contemporâneo se complexifica intra e extrapólos, intra e interclasses, exponenciado a partir das próprias características do padrão de acumulação que comporta formas de incorporação e exclusão bastante contraditórias e divergentes das anteriores (ARANHA, 1999, p. 112).

Acirram-se as disputas no seio do conflito capital *versus* trabalho, revelando um grau elevado de complexidade que traz no seu encaço alterações profundas em todas as esferas da realidade, em que as relações sociais determinadas revelam uma heterogeneidade diversa e difusa, sob o aporte discursivo do “novo”.

Nesse contexto multifacetado e complexo, permeado por modificações substanciais em todas as dimensões da sociedade e do ser social, é notório que

cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microcomputadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos

operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Torna-se interessante esclarecer o caráter da flexibilização e sua repercussão sobre os direitos dos trabalhadores – ainda que busquem meios de resistir –, de forma que “estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção” (ANTUNES, 2005, p. 24).

São ampliados o desemprego, os postos de trabalhos parciais, temporários e baseados em subcontratos, o enfraquecimento dos sindicatos e os restritos e até inexistentes aumentos salariais (LARANGEIRA, 2002). Também é observado pela autora o crescimento veloz da informalidade, inclusive nos países desenvolvidos, e o reaparecimento de formas retrógradas de exploração do trabalho.

Ao gerar insegurança e a própria flexibilização e superficialidade da identidade dos trabalhadores com sua atividade, *a corrosão do caráter* aflora como uma consequência dessa nova configuração do capitalismo, pois a volatilidade que lhe é característica ressalta o individualismo e indiferença e apaga o senso de comunidade, de pertencimento, cultivando um sentimento de que tudo e todos são descartáveis (SENNETT, 2006).

Cabe destacar ainda quanto à questão geográfica assinalada por D. Harvey, a fuga de grandes grupos e multinacionais do seu país de origem para países em desenvolvimento e populosos como a Índia e a China, em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata. Esse processo aparentemente natural por trazer investimento, progresso e crescimento a esses países, oculta seus reais interesses na exploração da força de trabalho. Por exemplo, a *Nike* explora em muitos continentes, os trabalhadores e sua mão-de-obra barata trocada por salários humilhantes (ANTUNES, 2002).

Esse fenômeno é ainda mais interessante e até misterioso, quando se circunscreve nos limites do espaço geográfico de um mesmo país, como no caso do Brasil – ainda radicado primordialmente no taylorismo/fordismo – mas que incorpora alguns elementos “promissores” da acumulação flexível. No entanto, deve ser ressaltado que “[...] a incorporação de conteúdos inovativos no trabalho industrial no Brasil tem sido marginal, em comparação com as tendências dominantes nos países de industrialização avançada” (CARVALHO, 1996, p. 115).

O campo empírico⁴² desta pesquisa é um exemplo crasso dessa situação relacionada ao espaço geográfico, pois desativou no estado de São Paulo (região Sudeste) sua linha produtiva e migrou para o estado de Sergipe (região Nordeste) em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata. É possível que as regiões Norte e Nordeste – historicamente pouco desenvolvidas – possam constituir-se dentro em breve num grande conjunto industrial, caso outras empresas adotem essa trajetória.

Essa é a característica que o novo paradigma engendra, uma nova racionalidade à dinâmica produtiva (trabalhador – força de trabalho – meios de produção – espaço geográfico – flexibilização dos direitos), posto que

a flexibilização dos processos de trabalho e produção implica uma acentuada e generalizada potenciação produtiva da força de trabalho. As mesmas condições organizatórias e técnicas da produção flexibilizada permitem a dinamização quantitativa e qualitativa da força produtiva do trabalho. Em lugar da racionalidade característica do padrão manchesteriano, taylorista, fordista ou sthakanovista, a racionalidade mais intensa, geral e pluralizada da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção (IANNI, 2004, p. 126-7).

A racionalização *intensa, geral e pluralizada*, característica do novo paradigma produtivo, está se expandindo⁴³ – relativamente – pelo mundo globalizado, sendo a repercussão do processo denominado de mundialização do capital “[...] que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar por conta própria, um enfoque e condutas ‘globais’” (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Esses *enfoques e condutas globais* representam uma defasagem ao trabalho, imposta pelo capital, no incessante combate travado entre eles. Como conseqüência, visualiza-se que

a passagem para mais horas de trabalho associadas com uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real dos trabalhadores ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários representa uma faceta da acumulação flexível do capital (HARVEY, 2006, p. 174).

⁴² A partir da pesquisa de campo, temos evidências que demonstram o fato de a reestruturação produtiva não seguir um único modelo, o que significa afirmar que a forma de sua manifestação é distinta em cada país. Não se trata de uma manifestação uniforme e linear.

⁴³ No Brasil persistem elementos dos paradigmas anteriores à acumulação flexível; ou seja, é comum uma assimilação de inovações tecnológicas por um lado, mas por outro lado é mantido o padrão de gestão anterior. O campo empírico investigado aproxima-se dessa perspectiva, a saber, máquinas de ponta para o padrão da indústria de confecções, mas formas de gestão enraizadas no taylorismo/fordismo.

Não obstante, vale indagar: qual o impacto desse processo global para os trabalhadores? O que realmente significa ser flexível? Seria a aptidão do espírito para a aplicação de diversas ocupações ou a docilidade para ceder à vontade alheia? Ainda é um desejo do capital aquele trabalhador capaz de aprender a lidar com várias operações no seu posto de trabalho, bem como ser dócil o suficiente para não questionar e aceitar tudo o que lhe for imposto.

Parece atraente o fato de que empresas como a *Microsoft*, por exemplo, proporcionem ao trabalhador/funcionário/colaborador/associado a possibilidade de trabalhar em casa e/ou onde quiser. Ledo engano acreditar que esse trabalhador livrou-se das normas rotineiras inerentes ao trabalho. É apenas aparente a suposta superação da rotina calcada na flexibilidade; ou seja, “na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder” (SENNETT, 2006, p. 69).

Imaginemos as marcas que a flexibilidade impigem à corporalidade do trabalhador, pois ser flexível é ser facilmente moldável e adaptável às condições que se impõem no mundo do trabalho. Trata-se de uma competência extremamente desejável ao enclausuramento imposto pelos novos controles emergentes.

Seria a introdução da Ginástica Laboral parte dessa capacidade estratégica que dita os rumos na esfera da produção? Porque sem dúvida trata-se de uma conduta de caráter global, haja vista que essa prática vem sendo amplamente adotada em indústrias nacionais como uma forma de mediar os males que o trabalho degradante e repetitivo pode ocasionar à saúde do trabalhador e/ou à capacidade produtiva da força de trabalho.

2.3 – Novas exigências para a qualificação do trabalhador

Da mesma forma como Marx e Engels questionaram em *A ideologia Alemã* a falsa consciência dos seus contemporâneos, M. Stirner, B. Bauer e L. Feuerbach, por creditarem à produção das idéias o estatuto de transformadora da realidade, hoje, muitos dos argumentos recebidos como a verdade plena e acabada a respeito do fim da centralidade do trabalho ocultam que cada vez mais a força de trabalho continua sendo explorada, sob o invólucro de formas aparentemente mais refinadas, que escondem o acentuado caráter de precarização vigente. Conforme a lúcida análise a seguir,

é agora claro que um dos aspectos mais decisivos da mundialização do capital, saída da liberalização, da desregulamentação e das privatizações, é permitir a prossecução a uma escala muito vasta de estratégias capitalistas de colocação em concorrência directa [sic] de país para país de assalariados, de proletários, no sentido de gente que é obrigada a vender a sua força de trabalho (arranjar um emprego) para viver (CHESNAIS, 2006, n.p.).

Como foi dito, milhões de pessoas em todo o mundo vendem a sua força de trabalho, o que significa que devem estar arrumando um emprego ou alguma outra ocupação. Se isto acontece, também é necessário investir na manutenção/recuperação da força de trabalho daqueles que ainda se mantêm como assalariados formais. A Ginástica Laboral é um crasso exemplo disso, porque

na verdade, o corpo não se emancipa da disciplina do capital, mas constitui-se uma nova relação psicocorporal, que busca preservar um componente essencial das sociedades do capital, sejam elas modernas ou pós-modernas: um corpo útil, produtivo e submisso (ALVES, 2005, p. 422).

Utilitarismo, alta capacidade produtiva e submissão, eis os pilares que representam as competências essenciais à qualificação corporal dos trabalhadores. Para alcançar esse intento, nada mais eficaz que uma intervenção sobre o seu corpo. Assim,

lado a lado com o processo de distanciamento entre a atividade do homem como expressão de sua totalidade e o produto de sua atividade, com a manipulação do corpo no trabalho e nas instituições, com o objetivo de discipliná-lo, caminham o racionalismo e a instrumentalização, que se revelam nas relações do homem com sua corporalidade (GONÇALVES, 1994, p. 24).

A racionalização alcançou patamares inimagináveis, que não podemos negligenciar e/ou ocultar, e que sem dúvidas proporcionaram algumas melhorias relativas à vida humana, e

nesse processo, a capacidade produtiva do trabalho humano inegavelmente atinge proporções ilimitadas. A produção automatiza-se, isto é, se torna autônoma, auto-regulável, o que permitiria liberar o homem para a esfera do não-trabalho, possibilitando o cultivo do espírito através das artes, das ciências, da filosofia e do desfrute do tempo livre (SAVIANI, 2002, p. 21).

Contudo, o mesmo autor prossegue ressaltando que tais potencialidades são coibidas pela lógica que preside as relações sociais sob o sistema metabólico do capital. O cultivo dessas potencialidades jamais poderia ser a finalidade da tecnologia no capitalismo em quaisquer configurações.

Comentando sobre uma padaria nova-iorquina e a sua passagem pela reestruturação produtiva, R. Sennett caracteriza a função da microeletrônica nos processos de trabalho desse estabelecimento da seguinte forma:

Em vez de hostis, as máquinas nesse local de trabalho se destinam todas a ser fáceis de usar; têm ícones visuais claros e janelas bem organizadas, que se assemelham às telas dos computadores domésticos. Um vietnamita que mal fala inglês, e que não tem um verdadeiro entendimento da diferença entre uma *baguette* e um *croissant*, pode operá-las. Há um motivo econômico para essas misturadoras, prensas e fornos fáceis de usar; permitem à empresa contratar trabalhadores com salários mais baixos que antes, quando eram os trabalhadores, e não as máquinas, que possuíam as qualificações – embora hoje todos tenham qualificações técnicas formais mais elevadas (SENNETT, 2006, p. 84 Grifos do Autor).

Se antes a subordinação real do trabalho no capital tirou do trabalhador o ritmo, intensidade e controle do processo de trabalho, na era das máquinas inteligentes as capacidades espirituais são o alvo do controle exercido por um comando externo. Logo, se o ser social é dotado de capacidades físicas e mentais, em tempos de flexibilidade da produção não só o trabalho como também o trabalhador em sua totalidade psicofísica subsumem-se no capital.

A ciência fruto da inventividade humana é empregada como força produtiva, portanto, hostil ao ser social. Ainda estamos muito distantes de resgatar, como desejava Lafargue (1999), o homem das *sordidae artes* e do trabalho assalariado, para conceder-lhe lazer e liberdade.

As inovações tecnológicas como expressão da ciência moderna estão pautadas nos preceitos da razão instrumental, imputando ao ser social o trabalho sob a manifestação de *labour*, que, segundo Godelier (1986), deriva do latim *labor*, cujo significado é dor, sofrimento, esforço, fadiga ou qualquer atividade penosa. Para a maioria dos seres sociais que trabalham, a conotação ainda é essa.

Reiteremos uma vez mais que a forma de manifestação do trabalho atualmente é bem diversa, por exemplo, da sua configuração na Inglaterra do século XIX. Mas o que reside em torno do trabalho ainda no século XXI são a avidez pela exploração da capacidade de trabalho do sujeito que a possui e uma busca desenfreada pela extração da mais-valia.

Ainda que seja evidenciado um deslocamento – relativo – do componente manual do trabalho para o componente intelectual, o corpo não pode deixar de ser requisitado: seja como mais um atributo da qualificação do trabalhador, em que é crescente o investimento de muitas

empresas na implementação de programas de Ginástica Laboral no tempo de trabalho, seja em atividades corporais experienciadas pelos trabalhadores durante o seu tempo livre.

A tônica segundo a qual “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2003, p. 118) está a pleno vapor em tempos de acumulação flexível, pois em se dominando os corpos, subjuga-se o ser humano. Assim, o corpo qualificado perante o capital financeiro é aquele pronto a responder com exatidão e eficiência às demandas dos postos de trabalho, onde o ser social e o seu corpo passam por um duplo processo de qualificação e docilização: por um lado, os movimentos repetitivos e as tarefas extenuantes peculiares ao trabalho; por outro lado, a prática da Ginástica Laboral.

Outrora a mão ocupava uma posição privilegiada se comparada com o caráter desvalorizado que lhe fora conferido, sobretudo na modernidade. Contudo, a *práxis fetichizada* que está condenada à força de trabalho sob o capitalismo separa as ações das mãos e da inteligência, relegando o que é proveniente da atividade manual a um *status* inferior, posto que ideologicamente essas atividades são consideradas como destituídas de consciência e reflexão.

O ser social, como já mencionado, é uma unidade psicofísica que comporta duas esferas distintas mas inseparáveis: uma mental e a outra corporal. Não obstante a articulação entre elas, a sociedade capitalista tem como marca patente da sua ideologia a dissociação entre o que é indissociável, como o corpo e a mente, as mãos e a inteligência, etc. Isto na realidade expressa o confronto ideológico que já havia sido alertado por K. Marx e F. Engels, quando afirmaram:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa sociedade é também o poder *espiritual* dominante [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época (MARX; ENGELS, 1998a, p. 48-9 Grifos dos Autores).

Portanto, a distinção/fragmentação imposta ao trabalho em componente intelectual e componente manual representa a visão dominante, que agora propaga a idéia de que o primeiro componente enunciado vem paulatinamente substituindo o segundo. Na realidade, a

reflexão de Poulantzas (1980) é elucidativa para essa questão, visto que em sua análise, para instaurar-se e manter o domínio de uma classe sobre a outra é necessário coagir os corpos, sendo a materialidade do Estado essencial para a renovação, disciplinamento e consumo dos corpos, a fim de impingir a violência do Estado na corporalidade daqueles que são subordinados pelas idéias dominantes.

Quando entra no processo de trabalho – vamos supor um certo tipo de atividade laborativa que exige um maior esforço *muscular-nervoso* – o ser social que dispõe da sua força de trabalho para essa ocupação o faz em sua totalidade apesar da predominância manual que a função lhe exige. Visualizemos um costureiro e/ou costureira do setor de golias da fábrica analisada que tem de produzir 75 peças por hora ao longo da sua jornada. Será que eles não pensam? Somos advertidos para o fato de que

esta divisão não pode ser concebida de maneira empírico-naturalista, como uma cisão entre os que trabalham com suas mãos e os que trabalham com sua cabeça: ela remete diretamente às relações político-ideológicas tais como ocorrem em determinadas relações de produção (POULANTZAS, 1980, p. 61).

Se for o caso da atividade exigir um maior esforço de caráter *intelectual-cerebral*, aquele que empreende essa função também o faz em sua totalidade. Suponhamos agora o Gerente de Produção da indústria em questão, o qual necessita pensar e planejar estratégias para manter a cadência das metas estabelecidas por setor e pelos trabalhadores lotados na produção, visando a uma vazão constante e elevada do ritmo de trabalho e das mercadorias produzidas – camisas.

Na realidade, essa dissociação entre o intelecto e o físico visa apenas a ocultar que

todo trabalho humano envolve tanto a mente quanto o corpo. O trabalho manual envolve percepção e pensamento. Nenhum trabalho é tão completamente rotinizado que possa ser executado sem que se tenha alguma forma de organização conceptual. Da mesma forma, todo trabalho mental envolve alguma atividade corporal, a qual é, em muitos casos, um aspecto vitalmente importante desse trabalho (BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP, 1991, p. 33).

Aqui é retomada a perspectiva gramsciana acerca dos limites e consideração sobre as esferas manual e mental envolvidas na realização do trabalho, pois elas podem exigir em um maior grau a mente ou ações manuais, mas tal exigência é relativa pelo simples fato de o ser que emprega a sua força de trabalho fazer isso com toda a sua integralidade. A distinção é

fruto das relações sociais antagônicas que estabelecem – precisam impor – essa divisão/cisão no que concerne ao ideal de qualificação.

De fato, o sentido de qualificação desejável conferido pelo capitalismo

[...] diz respeito à capacidade de realização das tarefas requeridas pela tecnologia capitalista. Esta capacidade pressupõe a existência de dois componentes básicos: um muscular e outro intelectual, que têm sido combinados de diferentes formas nas sucessivas fases do capitalismo e nos diversos tipos de processos de trabalho (BRUNO⁴⁴, 1995, p. 92).

Talvez por essa diferenciação no que tange à combinação do componente a ser explorado mais ou menos acentuadamente venha sendo alimentado o panorama de que a acumulação flexível engendrou uma intelectualização dos postos de trabalho equipados com o aparato das novas tecnologias microeletrônicas.

Cabe ressaltar que existe uma variedade de postos de trabalho e seus respectivos ramos, seja na agricultura e pecuária, na indústria, seja no setor de serviços. Então, ainda que seja incorporado o aparato tecnológico, o trabalho morto não pode prescindir do trabalho vivo – do trabalhador e seu corpo –, porque este põe a serviço do capital sua cabeça, seus braços e suas pernas, enfim, a sua totalidade. Os trabalhadores em suas dimensões corporal e mental são unos, mas as determinadas circunstâncias históricas e sociais fundadas na exploração do homem pelo homem são capazes de fragmentar, para fins de sua dominação, algo que é unitário, pois,

na sociedade capitalista, o processo de trabalho, alienando-se de suas raízes humanas, alienou também o homem em sua corporalidade. Sua atividade produtiva, criativa em que ele expressa seu ser total, é transformada em tempo de trabalho e absorvida pelo capital. Os seus próprios poderes físicos tornaram-se estranhos desvinculados do seu ser total. O corpo vivo, participante do ato criador de transformar a natureza, tornou-se um corpo mecanizado, que tem tarefas a cumprir de forma automatizada, com um mínimo de participação do espírito. O corpo do trabalhador não é somente um corpo alienado, mas é um corpo deformado pela mecanização e pelas condições precárias de realização de movimentos (GONÇALVES, 1994, p. 63).

Com isso queremos dizer que os ramos industriais não sofrem homogeneamente a tão alardeada intelectualização dos seus postos de trabalho. Em sua consistente análise sobre a rotina, Sennett (2006, p. 50) oferece-nos uma explicação satisfatória, pois “a nova linguagem

⁴⁴ Esta perspectiva de qualificação não é a defendida por Lúcia Bruno. Ao enunciá-la, a autora faz referência à perspectiva que vigora no capitalismo.

de flexibilidade sugere que a rotina está morrendo nos setores dinâmicos da economia. Contudo, a maior parte da mão-de-obra permanece inscrita no círculo do fordismo”.

Na indústria de confecções, por mais avanços que sejam incorporados em termos tecnológicos, esse tipo de trabalho ainda não pode prescindir da habilidade manual dos trabalhadores, mesmo que a tarefa a ser executada seja bastante simples, como no caso do estágio de montagem final de uma camisa, inscrevendo-se, portanto, no círculo mencionado.

Existe uma operação realizada nessa fase da confecção de camisas que se caracteriza pela costura de fechamento das laterais desse produto, com o uso de uma máquina de costura pneumática adaptada com um mecanismo denominado *embanhador*. A esse respeito, nas conversas registradas durante as observações da pesquisa de campo, expressou-se um trabalhador da seguinte maneira: “a máquina de costura lateral nem parece uma máquina de costura, parece mais uma nave espacial. Mas é uma das operações mais fáceis de fazer⁴⁵”.

Seu comentário dizia respeito ao aspecto avançado do maquinário, e ao mesmo tempo a pouca habilidade necessária e a facilidade do manuseio para essa operação. Por mais simplificada que seja, ocorre a intervenção humana – ainda que reduzida a gestos pouco expressivos – em associação com a máquina, materializando assim a permanência da rotina.

O ser humano tem uma coordenação óculo-manual especial, além de uma mobilidade específica das mãos, dedos e demais estruturas músculo-esqueléticas responsáveis pelos movimentos dos membros superiores, que ainda não conseguiram ser superados por máquinas avançadas e que, apesar de serem também denominadas de inteligentes, não desenvolvem a atividade da consciência (especificamente) humana, mencionada em outro momento.

Não obstante a separação entre planejamento (componente intelectual) e execução (componente manual), o ser social é superior à tecnologia com que opera. Se a tecnologia absorve as atividades mentais que lhes são transferidas por quem as operam, mesmo cerceados pelas finalidades restritas ao trabalho, os homens têm a capacidade de antecipar mentalmente suas ações; enfim, têm criatividade para modificar o plano ideal e adequá-lo às exigências do real. Sem dúvida, por mais inteligentes que sejam as máquinas microeletrônicas, criatividade é uma capacidade que não pode ser transferida do operador para a máquina.

O capital no seu confronto travado com o trabalho cria os mecanismos para apropriar-se do saber tácito dos trabalhadores; ou seja, aquele saber não regulável, não prescrito, que emerge diante das necessidades imediatas que afloram durante a realização do trabalho,

⁴⁵ Comentário feito por um trabalhador da empresa X, no dia 10 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

diferenciando-se do saber real, palpável e manipulável diretamente. Sobre essa situação, comenta Salerno (1996, p. 62) que “[...] o trabalho não é passível de ser totalmente formalizado, não podendo, portanto, ser totalmente prescrito e descrito”.

Contribui e reforça esse posicionamento Bianchetti (1999, p. 137), ao admitir que, “por mais que se tente cercear a criação dos trabalhadores, eles não deixam de imprimir o seu traço pessoal, de inserir sua ‘fisionomia’ própria, de manifestar suas idiossincrasias, seja nos produtos seja nos processos”.

Não seria exagero afirmar que no caso da indústria de confecções convivem as “antiquadas” formas de trabalho juntamente com as “novas”. Embora a estruturação da qualificação tenha sua incidência em função do componente intelectual do trabalho, alguns postos de trabalho requerem a qualificação, ainda que parcializada do componente manual. Como o capital tem que se preocupar com a rentabilidade da mercadoria força de trabalho, as empresas estão investindo num meio de recuperar – ou seria melhor falar em maquiagem – o desgaste físico e as enfermidades dos trabalhadores com a implantação de programas de Ginástica Laboral.

Tal prática causa uma série de repercussões no mundo do trabalho e cria um terreno fértil para refletir-se acerca dessa predominância do intelecto sobre o corpo, visto que muitas empresas cujos postos de trabalho supostamente exploram mais o componente intelectual (bancos, escritórios, etc.) também investem nesses programas, além do tradicional setor industrial e principalmente as empresas cujas características do trabalho ainda são repetitivas e rotinizadas. Parece-nos que, pelas avessas, a própria configuração do conflito capital *versus* trabalho no aclamado contexto das novas tecnologias demonstra quão imbricada e complexa é a totalidade humana expressa por suas capacidades físicas e espirituais.

2.4 – A Educação Física frente às novas tecnologias

A reestruturação do capital impôs ao mundo do trabalho uma nova tutela – o paradigma da flexibilidade – ocasionando um impacto a este por conta da introdução das inovações tecnológicas e organizacionais aos processos de trabalho. Conseqüentemente, esse impacto também engendrou uma série de repercussões na instituição escolar. Porém, para não sairmos do foco em questão, pontuaremos alguns aspectos dessas novas exigências

educacionais, pela ótica da disciplina e/ou componente curricular Educação Física⁴⁶, responsável na escola pela educação do corpo.

O trabalho como ordenador da sociedade constitui-se no princípio educativo conforme a acepção marxiana, aprofundada *a posteriori* por A. Gramsci. A Educação Física, ao longo de sua trajetória histórica, sempre apresentou claramente esse vínculo com o trabalho.

Embora partam de enfoques distintos, as reflexões desenvolvidas por Bracht (1992, 2001), Lenharo (1986), Taborda de Oliveira (2003), Soares (2001) tornam possível constatar as “roupagens” que a Educação Física assumiu – no bojo do movimento da educação –, articulada ora ao ideário médico-higienista, transitando pelas aspirações eugênicas, incorporando o discurso da preparação para o trabalho, ora vinculada ao esporte, à promoção da saúde, etc. Em todas essas perspectivas, a ligação com a manutenção da força de trabalho era evidente. Será que ela já cumpriu efetivamente esse propósito?

Conforme V. Bracht as funções sociais⁴⁷ da Educação Física são:

Compensatória, na medida em que a Educação Física colabora para compensar a insatisfação e alienação do trabalho intelectual em sala de aula. Uma atividade que compensa o desgaste na atividade séria e a implacável materialização do mundo contemporâneo (coisificação das relações humanas).

Utilitarista porque prepara para o trabalho (aptidão física e habilidades motoras), ao mesmo tempo que prepara o indivíduo para uma atividade que tem a função de recuperar a força de trabalho.

Moralista porque é uma atividade que ajuda a suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas [...] (BRACHT, 1992, p. 45 Grifos do Autor).

Essa classificação está agregada à Educação Física numa vertente *heterônoma* que, segundo a crítica de Bracht (1992)⁴⁸, é um dos modelos de legitimação da Educação física, cuja referência básica para a sua função social é o atendimento das demandas produtivas do mundo do trabalho.

⁴⁶ O nosso entendimento sobre essa disciplina corrobora com a definição de Soares *et al* (1992), segundo a qual a Educação Física trata, na escola, dos conhecimentos referentes à cultura corporal: jogo, ginástica, esporte, danças e lutas.

⁴⁷ Tais funções foram baseadas na classificação acerca do lazer, desenvolvida por: MARCELINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1987. Esse autor foi citado por Bracht (1992).

⁴⁸ Valter Bracht (1992), centra sua análise da Educação Física no âmbito escolar, relacionando-a aos problemas pedagógicos. Contudo, a perspectiva *heterônoma* por ele assinalada e questionada parece ressurgir sob novas bases, no que tange à predominância do discurso que afirma a necessidade de implementação de políticas para o corpo no mundo do trabalho. É nesse plano que emergem com certo vigor os apelos em favor da Ginástica Laboral.

E hoje, será que a Educação Física escolar mantém esse elo com a necessidade de incrementar a produtividade da força de trabalho? O próprio V. Bracht volta a analisar essa situação, chegando a afirmar que a justificativa dessa disciplina curricular torna-se difícil de defender porque no contexto das novas tecnologias “[...] a aptidão física é cada vez menos importante como determinante para a produtividade no trabalho” (BRACHT, 2001, p. 73).

O que então está destinado ao componente manual na escola, se a Educação Física – denominação que indica sua limitação e ao mesmo tempo sua estreita relação com o corpo, o físico, o manual – não prepara para o trabalho os corpos dos sujeitos que frequentam a escola? O componente intelectual pode prescindir do componente manual? Vejamos que há uma certa precipitação na afirmação sobre a diminuição da importância da aptidão física na produtividade, pois, mesmo nos postos de trabalho caracterizados por uma maior exploração do componente intelectual, não se negligenciam os atributos físicos.

Os trabalhos considerados mais intelectualizados requerem de alguma forma ações corporais. Considerando a Gerente Administrativa da empresa analisada, ela pode não realizar movimentos repetitivos como uma costureira na linha de produção, mas há um desgaste do seu ser social em sua totalidade ao final da sua jornada de trabalho. A carga psíquica inerente às atividades desta função também reflete em seu corpo⁴⁹.

O discurso da saúde e do cultivo de hábitos saudáveis que hoje invade o mundo do trabalho parte do entendimento expresso abaixo:

A aptidão ou condição física é conhecida, vulgarmente, pela famosa *boa forma* e corresponde à capacidade de desempenhar e resistir, sem fadiga excessiva, a ações diversas (como tarefas profissionais, ocupações diárias, de lazer, imprevistos...) que implicam esforço físico. De maneira geral, a aptidão física seria traduzida pela capacidade de executar as mais variadas tarefas com vigor, vivacidade, entusiasmo, alegria e prontidão (DELLA FONTE, 1996, p. 38 Grifos da Autora).

Até mesmo nos postos de trabalho cuja qualificação incide predominantemente sobre a exploração do componente intelectual, *vigor, vivacidade, entusiasmo, alegria e prontidão* serão qualidades essenciais. O ponto sobre a legitimidade da Educação Física que nos preocupa, embora não seja o nosso interesse principal de análise, permite-nos deduzir que a aptidão física tem relevância na produtividade, tanto nos trabalhos que exigem mais o componente manual, quanto nos que requerem o componente intelectual. Se a Educação Física na escola não cumpre e/ou assume esse papel utilitarista, esta é outra questão.

⁴⁹ A Ginástica Laboral não fazia parte da rotina diária dos trabalhadores lotados no setor administrativo da empresa X.

Isso para não mencionarmos que a flexibilidade acaba por exigir a boa aparência como um atributo necessário – principalmente no setor de serviços –, criando novos sentidos às atividades que o trabalhador desenvolve no tempo liberado do trabalho. Assim

também o lazer do trabalhador se modifica, pois o seu tempo livre é cada vez mais utilizado em atividades que visam incrementar seus atributos qualificacionais e/ou reconstituí-los. Não só proliferam as academias de ginástica onde se busca exercitar o físico cada vez menos solicitado⁵⁰ nos locais de trabalho, mas também enquadrá-lo dentro de um modelo estético padronizado [...] (BRUNO, 1995, p. 96).

Conforme Bracht (1992), a Educação Física deveria ter como aporte referencial o mundo do não-trabalho, dentro do que ele denomina de perspectiva *autônoma*. No entanto, a referência sugerida também é afetada pela dinâmica do mundo do trabalho, haja vista que “[...] a um trabalho empobrecedor está ligado um lazer também empobrecedor e vice-versa” (MARCELLINO, 1996, p. 15).

Depreende-se que na realidade o corpo mantém sua hegemonia, seja como objeto de exploração essencial ao processo produtivo, seja como objeto de consumo. A esse respeito é contundente a reflexão a seguir ao demonstrar que

[...] as estruturas actuais [sic] da produção/consumo induzem no sujeito uma dupla prática, conexas com a representação desunida (mas profundamente solidária) do seu próprio corpo: o corpo como *capital* e como *feitiço* (ou objecto [sic] de consumo. Em ambos os casos, é necessário que o corpo, longe de ser negado ou omitido, se *invista* (tanto no sentido econômico [sic] como na acepção psíquica do termo) com toda determinação (BAUDRILLARD, 1995, p. 137 Grifos do Autor).

Poderíamos fazer uma pequena mudança às considerações de Eagleton (1998), dizendo que os corpos, sejam eles libidinosos (fetiche) ou laboriosos (capital) estão *in*⁵¹.

Os corpos como “embalagem” da mercadoria peculiar força de trabalho não perdem sua importância no atual contexto do mundo do trabalho, pois são de extrema necessidade para a acumulação de capital. Não esqueçamos que o corpo/força de trabalho é capital, ou melhor, a parte variável deste. Por conseguinte, sobre ele recaem investimentos a fim de assegurar o bom funcionamento dessa “coisa”. Tais investimentos são injetados num momento em que se fala de superação do trabalho manual a partir dos avanços conquistados

⁵⁰ Esse não era o caso dos trabalhadores da produção que trabalhavam na empresa X; pelo contrário, o físico era muito solicitado.

⁵¹ Segundo Eagleton (1998, p. 74), “para a nova somatologia, nenhum corpo velho serve. Se o corpo libidinoso está *in*, o corpo laborioso está *out*”.

nas diversas áreas das ciências e sua aplicação no mundo do trabalho. É nesse alvo que incide a aplicação da Ginástica Laboral, representando um tipo de intervenção na corporalidade dos trabalhadores.

Enquanto o componente intelectual do trabalho sobrepõe-se relativamente ao componente manual, a escola organizada pela base material da sociedade vem modificando o sentido e a importância da Educação Física em seu seio. Nesses termos fica claro, no que concerne à preparação do trabalhador, que o componente intelectual tem uma certa autonomia, podendo prescindir dessa disciplina curricular, sendo a sua presença questionável sob o ponto de vista pedagógico e injustificável sob o prisma pragmático utilitário que outrora a sustentava.

Então, qual o lugar e papéis destinados à Educação Física diante das novas tecnologias? Educar para os momentos de trabalho ou de não-trabalho? Ressaltamos que não temos a pretensão de responder aos questionamentos enunciados, haja vista a pouca coerência em tomar precipitadamente uma solução para um problema complexo, além de não ser o propósito desta pesquisa.

Apenas concordamos que na escola a educação do corpo através da Educação Física deveria considerar importante que os sujeitos se apropriem das práticas corporais construídas historicamente.

A esse respeito concordamos que

[...] é preciso considerar a educação estética ou da sensibilidade como elemento importante do que poderíamos chamar de criticidade [...] Isso significa que a recuperação do corpo como sujeito pode fazer com que reformulemos o nosso conceito de criticidade, ampliemos o nosso conceito de razão, englobando as dimensões estéticas e éticas (BRACHT, 2001, p. 77).

As dimensões *estéticas* e *éticas* fazem parte da cultura corporal de movimento, por isso, a recuperação do corpo pode estar “[...] na sua capacidade de transformar a si próprio durante o processo de transformar os corpos materiais à sua volta” (EAGLETON, 1998, p. 75). Enquanto essa transformação de si não ocorre dentro de uma perspectiva emancipatória, a natureza (corpo inorgânico) que nos circunda continuará a ser modificada pelo que nos distingue dela, a saber, atividade da consciência e vontade, mas sob a constituição de uma corporalidade reificada.

Prescindir da Educação Física escolar não significa abolir a necessidade de uma educação corporal. O corpo, ainda que não seja preparado na escola para atender às demandas do mundo do trabalho, constitui-se em fator essencial ao processo produtivo.

Portanto, as próprias empresas – que não abrem mão do fornecimento de uma educação do corpo – estão cuidando do componente manual do trabalho que recebe os cuidados devidos através da implantação dos programas de Ginástica Laboral, a fim de atenuar os males ocasionados por ações motoras repetitivas, posturas incorretas e demais fatores estressores do trabalho.

Confirmando que mesmo sob a vigência do capital financeiro não se pode eliminar o trabalho vivo⁵², pois o capital que se amplia valoriza-se e se reproduz nessa esfera, ainda é gestado na produção (CHESNAIS, 1996; NETTO; BRAZ, 2007).

Sendo assim, o ato de produzir remete necessariamente ao emprego da força de trabalho, portanto à exploração de quem precisa vender essa mercadoria peculiar. Quando pensamos em força de trabalho, irremediavelmente estamos falando de um ser social, cuja corporalidade através da manifestação alienada de sua atividade essencialmente humana – o trabalho – constitui-se numa das engrenagens essenciais ao processo de produção capitalista e ao ciclo de expansão do capital.

2.5 – Ergonomia e modernização: as intervenções sobre o corpo que trabalha

As preocupações do capital com o corpo, no sentido de imprimir neste uma racionalidade que o torne mais útil e produtivo, não são recentes. O advento da Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX, demarcando as características do capitalismo nos interstícios das relações sociais, inseriu os valores de produtividade e rendimento como ideais para serem cultuados.

Era preciso garantir o uso pleno e econômico das energias provenientes dos corpos dos trabalhadores. Assim, para assegurar o elevado nível de exploração da força de trabalho, as ciências biomédicas, sob o aporte da matriz positivista, voltaram os holofotes para os estudos referentes ao corpo (SILVA, 2001; SOARES, 2001). Não por acaso⁵³,

⁵² O trabalho vivo sempre implicará a utilização/consumo em tempo real da força de trabalho e sua conseqüente exploração.

⁵³ Apenas a fim de traçar um panorama histórico, no mote dessas preocupações com o corpo, típicas da racionalidade que se instaurava – em fins do Setecentos e início do Oitocentos, eclode por toda Europa o movimento ginástico (Inglaterra, França, Alemanha, Suécia), bem como nasce a Educação Física. Sugerimos para um maior aprofundamento dessa questão, consultar: SOARES (1998, 2001).

com a utilização progressiva e cada vez mais específica de máquinas no mundo do trabalho, a força física teve sua importância bastante reduzida para a população. O relevante passou a ser a obtenção e sustentação de uma outra qualidade física, a resistência e, sobretudo, a resistência ao desgaste nervoso, a fadiga. Desponta então uma nova ciência, a ergonomia, ciência da fadiga, das relações entre o homem e a máquina no processo de trabalho (SOARES, 1998, p. 86).

Novas formas de relações entre a maquinaria e a força de trabalho estabeleceram-se ao longo do século XX e prosseguem sua marcha no florescer do século XXI. Os interesses no que diz respeito ao aprimoramento de técnicas de resistência à fadiga continuam avançando através dos estudos e pesquisas ergonômicos.

Por ergonomia compreende-se o estudo racional da organização do trabalho, com a finalidade de adaptar o trabalho ao homem, a fim de obter resultados globais de todo o sistema, definindo-se “[...] como o conjunto de conhecimentos científicos relativos ao homem e necessários para a concepção de ferramentas, máquinas e dispositivos que possam ser por ele utilizados com o máximo de conforto, segurança e eficácia” (OLIVEIRA, 2002, p. 89).

O período Pós-Guerra foi crucial para o desenvolvimento da ergonomia na Europa e nos Estados Unidos da América. Notadamente existem duas grandes escolas ergonômicas: a *Ergonomia Tradicional Anglo-saxônica* e a *Ergonomia Situada Francesa*. Para Longen (2003), a primeira não se preocupa com o envolvimento dos trabalhadores, mas sim com o fornecimento de instruções sobre posturas corretas e pausas durante o trabalho. A segunda, por sua vez, parte da consideração do comportamento humano durante o trabalho e dos determinantes que o rodeiam nesse espaço.

Conforme Alves (2004), a escola anglo-saxônica, lastrada nos conhecimentos básicos da fisiologia e da psicologia, formula regras norteadoras de projetos ergonômicos dos postos de trabalho, privilegiando uma diminuição dos riscos ergonômicos através da concepção de equipamentos adaptáveis às necessidades de realização do trabalho.

Opondo-se à ergonomia tradicional, para a escola francesa,

a perspectiva é de que melhorias ergonômicas são sempre relativas, devendo ser contínuas, dado o caráter dinâmico e complexo das situações de trabalho. Nesta abordagem, uma intervenção ergonômica implica necessariamente na participação dos trabalhadores tanto na análise quanto na implementação e controle dos resultados do estudo (ALVES, 2004, p. 129).

Depreendemos que a escola ergonômica tradicional apresenta fundamentos limitados ao fixar-se detidamente na questão da diminuição dos riscos ergonômicos, como um fato

meramente exterior; ou seja, bastam equipamentos projetados especificamente para as características físicas dos trabalhadores e o problema estará solucionado.

Por sua vez, a escola ergonômica situada não se prende no aspecto exterior, mas sim considera a atividade de trabalho como um todo, no sentido de buscar compreender os riscos ergonômicos desvinculados causalmente do mobiliário e demais equipamentos de trabalho.

Existem outras classificações para a ergonomia (Tabela 1), agora não mais no sentido dos fundamentos e/ou tendência, mas nos desdobramentos no que concerne a sua aplicação e intervenção nos postos de trabalho.

DEFINIÇÃO	CONCEITO	CARACTERÍSTICAS
ERGONOMIA FÍSICA	Diz respeito à relação da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica, com a atividade física.	Relaciona-se à postura no trabalho, manuseio de materiais, movimentos repetitivos, distúrbios músculo-esqueléticos, projeto de trabalho, segurança e saúde.
ERGONOMIA COGNITIVA	Estuda os processos mentais, como percepção, memória, raciocínio e resposta motora, e a maneira como eles interferem nos trabalhadores durante o trabalho.	Relaciona-se à carga mental do trabalho, tomada de decisão, performance especializada, interação homem-computador, estresse e treinamento.
ERGONOMIA ORGANIZACIONAL	Refere-se à otimização dos sistemas sociotécnicos, estruturas organizacionais, políticas e processos.	Relaciona-se ao gerenciamento de recursos de tripulações, projetos de trabalho, organização temporal do trabalho, trabalho em grupo, projeto participativo, ergonomia comunitária e trabalho cooperativo, cultura organizacional, organizações em rede, teletrabalho e gestão da qualidade.

Tabela 1 – Divisão da ergonomia. Elaborada pelo Autor. Fonte: OLIVEIRA, 2002.

No Brasil, a Norma Regulamentadora 17 – Ergonomia (NR-17), editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)⁵⁴, normaliza os

[...] aspectos referentes ao levantamento, transporte e descarga individual de materiais, mobiliário, equipamentos dos postos de trabalho e condições ergonômicas para o exercício da atividade com computadores, para o trabalho intelectual e organização do sistema de trabalho, determinando a obrigatoriedade da análise das normas de produção, o modo operatório, a exigência de tempo, o ritmo de trabalho e o conteúdo das tarefas dos trabalhadores (OLIVEIRA, 2002, p. 91).

⁵⁴ Editada em 23 de novembro de 1990 pela Portaria nº 3.751/90.

Parece-nos que a essência dessa NR é calcada nos preceitos da ergonomia física, a exemplo do que captamos também na empresa X, no que tange à natureza dos projetos ergonômicos desenvolvidos.

Durante as observações da pesquisa de campo, dois trabalhadores conversavam sobre o cumprimento das metas estipuladas, um dos quais dizia o seguinte: “tempo, qualidade e prazo de entrega, é isso que fazemos⁵⁵”. Porém a colega ao lado questionava que as metas eram muito rígidas, difíceis de serem alcançadas; ou melhor, eram atingidas ao custo de muito esforço físico, e segundo a sua visão, eles eram exigidos como máquinas. Ele respondeu que “as metas são feitas com base em cálculos, o número que eles dizem pra atingir é estudado o quanto a gente pode atingir⁵⁶”.

Fora observado que

os estudos de movimentos e tempos podem chegar a calcular a maneira teoricamente mais adequada de realizar uma operação simples com um detalhe de até um centésimo-milésimo de hora (*time-motion unit*) ou menos. Não importa agora se esses cálculos são corretos ou não ou se realmente permitem aumentar a produtividade do trabalho; coisas bastante discutíveis. O que realmente importa é o empreendimento sistemático de decompor e calcular o trabalho, distribuí-lo entre os trabalhadores em conjuntos de tarefas mínimas e ditar-lhes a forma de levá-lo a cabo (ENGUITA, 1991, p. 234 Grifos do Autor).

Os trabalhadores expressaram tanto o entendimento do rigor estabelecido para o cumprimento das metas quanto a compreensão de que os objetivos estavam enquadrados em um estudo científico e racional acerca da potencialidade das ações que estes deveriam efetuar. Em síntese, perceberam que o número de peças exigidas individualmente como meta não era fortuito, mas fruto de um rigoroso parâmetro ancorado no estudo ergonômico dos postos de trabalho, cuja finalidade maior é imprimir o ritmo de trabalho adequado pela vontade da produção.

Sabe-se que a ergonomia dos postos de trabalho é o estudo minucioso do número de ações que os trabalhadores podem executar, a fim de atingir um nível produtivo satisfatório para as empresas. Mas será que esse número de ações é interessante para o trabalhador e para a conformação de sua corporalidade?

As avaliações por meio de análises ergonômicas realizadas por médicos e engenheiros da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de São Paulo detectaram que o surgimento das

⁵⁵ Comentário feito por um trabalhador da empresa X, no dia 10 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

⁵⁶ Idem.

LER/DORT estava condicionado aos fatores a seguir: “o pagamento de prêmios de produção, a ausência de pausas, a prática de horas-extras e a dupla jornada de trabalho, dentre outros” (BRASIL, 2002, p. 7).

A fábrica que nos subsidiou como realidade concreta para investigação científica produziu no mês de setembro de 2007 um total de 46.000 camisas⁵⁷. Supondo que em média cada trabalhador dessa fábrica produza diariamente algo em torno de 500 a 2.000 peças (a depender da função), nesse mês necessariamente sua produção pessoal atingiu aproximadamente os valores entre 10.000 a 40.000 peças, que equivalem ao mesmo número em termos de movimentos corporais específicos.

Visualizemos um costureiro ou costureira do setor de punho, em sua atividade enfadonha e rotineira, realizando esse número de movimentos ao longo do dia, da semana e do mês. Imaginemos agora a quantidade de repetições anuais dessa operação e o seu impacto na corporalidade dos sujeitos partícipes desse processo.

Contudo, a fim de atenuar tais impactos, neste local de trabalho a NR-17 é seguida à risca. Conforme foi exposto a esse respeito:

Como eu lhe falei, a gente tem uma médica e engenheiro, todos eles têm por obrigação anualmente elaborar um programa, né, e esse programa, é, ele está de acordo com a NR, a médica PCMSO e o engenheiro PPRA, né. O PCMSO que é o Programa de Controle Médico Ocupacional e o PPRA é o Programa de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Enfim, eles seguem rigidamente esse programa que é protocolado na DRT/Ministério do Trabalho, e dentro desse programa, onde o engenheiro faz essas atividades semanalmente, tem o SIPAT, que é a Semana de Prevenção, tem a questão da CIPA, tem essa questão dos exames admissionais, das cadeiras ergonômicas ele fornece a orientação. Enfim, eles seguem rigidamente, porque não só é uma questão de cumprimento da lei, nós somos fiscalizados, né. A questão da climatização tá diretamente ligada à questão da saúde e segurança. A médica também como eu lhe falei desse novo programa que a gente tá ampliando com o Dr. E, enfim, segue rigidamente, não tenha dúvida, tudo de acordo com as NRs, e temos também, recentemente a gente fez uma contratação de uns ergonômicos que não são daqui de Sergipe, vieram de São Paulo, a gente fez um [...] tipo um programa ergonômico, como é que chama [...] na verdade ele é superior ao do engenheiro do trabalho. O engenheiro do trabalho, ele tem obrigação de preparar o PPRA e o ergonômico na verdade, que tá direcionado tanto ao médico, quanto ao engenheiro é tipo um programa ergonômico, eu vou ali ver o nome ali do programinha, eu lhe passo direitinho, mas é tipo um projeto ergonômico, ele faz um estudo das atividades, da produção, de números, de postura, de tudo e faz uma avaliação de uma forma geral, ambiente, tudo. É tipo um programa ergonômico, é um projetinho ergonômico que chama, eu esqueci o nome, mas depois eu lhe falo. Enfim, a gente tá sempre preocupado, trazendo

⁵⁷ Informação obtida junto ao Gerente de Produção, no dia 10 de outubro de 2007, e registrada no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

profissionais de fora pra estudar a atividade, justamente pra acompanhar de perto esses afastamentos no INSS. Enfim! (GA⁵⁸)⁵⁹.

Expondo um ponto de vista mais próximo do “chão da fábrica⁶⁰”, a Coordenadora de Produção posiciona-se a respeito das medidas ergonômicas adotadas, informando o seguinte:

olha, o que eu aponto é assim, a gente quando as pessoas chegam, elas recebem um treinamento de como utilizar a cadeira, é, porque até a própria regulagem pra que ela se sinta confortável, a própria máquina, a gente orienta ela. Se ela não tiver se adaptando na máquina, que ela tem regulagem. Então eu acredito que isso seria uma intervenção ergométrica⁶¹, pra ajudar a pessoa a se adaptar melhor no trabalho. Porque a pessoa que não tá devidamente sentada e com a máquina numa altura boa, ela já vai ter 50% de dificuldade de se desenvolver no trabalho. Então a primeira coisa que a gente faz quando a pessoa chega, é adaptar ela na máquina, na cadeira pra que ela se sinta confortável, antes mesmo de ensinar o trabalho a ela, e se em algum momento a gente notar que por mais que a pessoa fale, é, diz que ela tá bem, que tá confortável, pelo conhecimento que a gente é treinado pra ver se a pessoa tá bem, se a gente notar que ela tá dizendo que tá bem, mas ela não tá, a gente vai intervir e vai orientar ela de acordo com o que a gente quer (CP⁶²).

A diretriz ergonômica é seguida com rigor na empresa, incluído-se em algumas tarefas o rodízio de funções, principalmente na passadoria⁶³. Mas qual a premissa norteadora: adaptar o trabalho ao homem, ou o homem ao trabalho? Em ambos os casos o trabalhador é um objeto.

Segundo a professora de Educação Física⁶⁴, na fábrica há uma rotatividade muito grande de pessoal, devido à não-adaptação às exigências de produtividade do trabalho solicitadas por essa empresa. Portanto, aqueles que não se enquadram ao trabalho não permanecem por muito tempo.

A adoção de programas de Ginástica Laboral – compreendida como uma espécie de medida relacionada à ergonomia – não pode ser considerada uma iniciativa isolada, mas faz parte de uma série de adequações necessárias à realidade do mundo do trabalho, em busca de proporcionar melhores condições ao trabalhador, e que vem ganhando reforço através de

⁵⁸ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

⁵⁹ Pouco depois a entrevistada informou-nos que o nome do projeto era *Apreciação Ergonômica do Posto de Trabalho*.

⁶⁰ A Coordenadora de Produção exerce seu trabalho junto à linha produtiva da fábrica.

⁶¹ Talvez a entrevistada tenha se confundido, e sua intenção era dizer *ergonômica*.

⁶² Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

⁶³ A função de passador é uma das que mais provocam problemas de LER/DORT neste tipo de atividade profissional.

⁶⁴ Informação obtida junto à professora de Educação Física, no dia 28 de agosto de 2007, e registrada no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

algumas ações de órgãos governamentais brasileiros como os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social.

A Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST) apresenta as proposições que visam

[...] garantir que o trabalho, base da organização social e direito humano fundamental, seja realizado em condições que contribuam para a melhoria da qualidade de vida, a realização pessoal e social dos trabalhadores e sem prejuízo para sua saúde, integridade física e mental (BRASIL, 2004, p. 3).

Não que a PNSST ou a NR-17⁶⁵ obriguem as empresas a implantarem a Ginástica Laboral – pelo menos isso não consta nos seus textos –, mas, por exemplo, uma determinação legal expressa pelo Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) proposto pela NR-7⁶⁶ sugere que as empresas adotem medidas preventivas de rastreamento e diagnóstico antecipado aos agravantes relacionados ao trabalho, incluindo-se doenças do trabalho. Todas essas medidas não deixam de exprimir a faceta do antagonismo peculiar ao conflito entre capital e trabalho.

Na empresa investigada há uma adequação às necessidades que o contexto vigente exige, mesmo para o setor de confecções, que ainda não pode prescindir exclusivamente da mão humana⁶⁷. A partir do que expressou uma das ocupantes dos postos de planejamento, a modernização nos aspectos tecnológicos que a fábrica vem introduzindo é assim definida:

É, na verdade tudo se resume a equipamentos, máquinas de costura, né. É, hoje ele trabalha com uma linha completamente avançada, inclusive são máquinas italianas [...] Enfim, eu acho que tá tudo direcionado mais à parte de costura industrial, tanto máquina de costura, quanto pregador de botão, que é uma máquina superavançada, recentemente. Tem a parte da caldeira também, a máquina de corte, não sei se você percebeu que é uma máquina bem, né, é, bem moderna, que é uma máquina italiana. Enfim, é tudo direcionado à parte de máquina de indústria mesmo, de camisaria, confecção, ele sempre tá participando de feiras pra renovar, ver o que tem fora do país, na Itália, normalmente essas máquinas vêm da Itália. Enfim, resume a todas as máquinas (GA⁶⁸).

⁶⁵ Maciel *et al* (2005, p. 81) admite que “[...] em nenhum momento, em seus artigos, a NR17 se refere a programas de ginástica laboral como uma exigência legal na prevenção de LER/DORT. Aliás, a NR17 não se refere de modo algum a programas de ginástica laboral”.

⁶⁶ Editada em 8 de outubro de 1978 pela Portaria nº 3.214/78.

⁶⁷ Nenhum posto de trabalho pode abrir mão da força humana de trabalho (vivo). O sentido que pretendemos realçar é aquele relacionado a algumas funções de determinados tipos de trabalho em que prevalece uma maior exploração do componente manual, onde se insere a indústria de confecções. No dia 16/10/2007, registramos o comentário de um trabalhador que dizia o seguinte: “mesmo as máquinas mais modernas não trabalham sem a coordenação do ser humano”. O trabalho vivo é essencial ao processo produtivo.

⁶⁸ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

A empresa citada tem uma demanda produtiva muito elevada. Portanto, nada mais sensato para seus interesses do que um aparato tecnológico compatível com produção em larga escala. Quando falamos disso, sustentamo-nos no dado informado pelo Gerente de Produção⁶⁹, quando revelou que os trabalhadores do setor que atingisse o número de 2.200 peças por dia seriam os trabalhadores agraciados com um bombom⁷⁰ para premiar o êxito. Isso quer dizer que se a função exigir uma meta/hora de 300 peças, por exemplo, o trabalhador pode ter realizado, ao longo da jornada, aproximadamente 2.400 movimentos repetitivos equivalentes ao número de peças produzidas⁷¹.

O potencial modernizador dos equipamentos da fábrica é endossado por outro depoimento de um dos componentes da equipe de planejamento, ao afirmar que

[...] nossas máquinas, elas são, é, o que tem de mais moderno no mercado em questão de costura a gente utiliza, tanto em máquinas, como a própria cadeira ela é ergométrica⁷² também, é, o corte da camisa todo feito, é, com modernização. É, é isso! Eu acredito que o investimento que foi feito na modernização, teve assim, um, um ganho muito grande, tanto pra pessoas, como pra empresa. Pra empresa na questão da produtividade, né, e pra o pessoal na questão do [...] é, como é que eu posso dizer assim, que o equipamento é mais acessível, mais fácil de manusear, mais leve, é isso (CP⁷³).

Modernizar o capital constante é imprescindível para ampliar a produção, o que concretamente foi visualizado na empresa investigada, que possuía máquinas de costura pneumáticas, algumas informatizadas, como a do corte, outra bastante interessante, chamada por eles de “robô”, e responsável (em combinação com o trabalho humano) por uma tarefa da passadoria, além de cadeiras ergonômicas mais confortáveis e adaptáveis às necessidades e características físicas dos trabalhadores, conforme o item 17.3 da NR-17 sobre o mobiliário dos postos de trabalho.

⁶⁹ O depoimento deste não foi colhido, pois percebemos que ele não estava se sentindo muito à vontade, devido ao seu retorno recente para a empresa, em substituição ao Gerente de Produção anterior, que havia saído há pouco tempo para a filial que seria aberta em Natal, no Rio Grande do Norte. Contudo, enquanto estávamos observando, ele sempre foi atencioso para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

⁷⁰ Informação obtida junto ao Gerente de Produção, no dia 19 de setembro de 2007, e registrada no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

⁷¹ Destacamos que não se pode generalizar o cumprimento de metas em um caráter linear. No período da manhã, por exemplo, o trabalhador pode atingir ou superar a sua meta prevista para o horário, já no período da tarde pode ter o seu ritmo diminuído, pois a fadiga é algo que nem sempre pode ser combatido. Isso quer dizer que no horário da tarde sua produção pode ser aquém do previsto, mesmo com a organização do trabalho buscando evitar isso.

⁷² Mais uma vez a entrevistada se confundiu, e sua intenção talvez fosse dizer *ergonômica*.

⁷³ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

Esse investimento tem retorno garantido no que concerne ao aumento da produtividade, bem como na facilidade e “leveza” do manuseio. É um ponto em que a fábrica aproxima-se das regras ditadas pelo padrão da flexibilidade em alguns aspectos, não obstante, como já fora mencionado, alinhe-se por vários pontos observáveis ao taylorismo/fordismo.

Equipamentos mais leves são a garantia de extração ampliada de mais-valia relativa, pois sua leveza não implica necessariamente amenizar a exploração do trabalho; pelo contrário, o trabalhador leva menos tempo para reproduzir sua força de trabalho, aumentando assim a parcela de trabalho que lhe é expropriada.

No que concerne aos aspectos modernizantes na gestão, houve uma diferença no foco das entrevistadas ao abordar o assunto. A Gerente Administrativa preocupou-se em relatar o que estava sendo realizado no sentido da adequação da empresa às NRs do MTE, informando-nos que,

atualmente, tem implantado um programa com uma pessoa especialista do INSS, na parte de, como é que eu posso lhe explicar [...] de um recepcionamento, mais humano, vamos dizer, do pessoal que recorre ao INSS. A gente tem atingido um, um, a gente tem alcançado alguns resultados excelentes. É no título de, a título de, é, um acompanhamento mesmo, como é que a gente tá recebendo esse trabalhador que se afastou por uma determinada doença. Passa por um tratamento de, uma certa atenção na verdade, né, um acompanhamento médico, inclusive de um especialista. Enfim, hoje atualmente a gente tem esse, esse inovador, que é essa questão do acompanhamento desse especialista. É, na parte também de relacionamento, porque vem uma pessoa que em tese, ela tá, é, recuperada, digamos de alguma lesão ou alguma coisa parecida, é de como as pessoas vão recepcionar ela na fábrica, de não haver nem um tipo de exclusão na verdade né, que mais, é, já tem mais ou menos uns quatro meses que a gente tá com esse, essa pessoa né, um especialista na área. Antigamente a gente tinha um qualificador profissional, que era o seu P, ele vinha de São Paulo e dava palestras também na área de psicologia, relacionamento com as pessoas, é, como lidar com a gerência, com os encarregados. Enfim, a gente sempre tá inovando nesse sentido. Atualmente a gente tem esse contrato com esse Dr. E (GA⁷⁴).

É visível uma ênfase na exposição das ações implementadas para atender aos trabalhadores que são afastados do seu posto de trabalho em virtude de algum problema de saúde contraído no ambiente de trabalho, e como eles são encaminhados novamente para este, após sua recuperação. Fica patente também toda uma série de medidas relacionadas à busca de um melhor relacionamento entre as pessoas que compõem a empresa, sejam eles da

⁷⁴ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

gerência ou da produção, através de palestras com especialistas no assunto para essa finalidade.

De tudo isso se infere que é necessário investir na manutenção da força de trabalho a fim de prolongar sua “vida útil” e assegurar a produtividade. Nesse sentido, a empresa analisada está em consonância com as determinações legais impostas. Mas deve ser ponderado que

o inconveniente da intervenção ergonômica é sua ação limitada. Em todo caso, ela só consegue aliviar parcialmente os trabalhadores e este é provavelmente, o limite último da ação ergonômica. Isto pode explicar, em parte, a apreciação ambivalente dos trabalhadores em relação à ergonomia (DEJOURS, 1992, p. 56).

Uma trabalhadora questionada sobre dores que eventualmente sentia durante o trabalho, com bom humor⁷⁵, apresenta-nos o outro pólo da sua apreciação à ergonomia, ao relatar: “é, meu amigo, você tá por fora [...] aí é peso pesado como diz a história, trabalho mesmo, ninguém fica ali pra brincar não. Dói é tudo! Tem às vezes que essas cadeiras que é fofinha, eu procuro onde está o fofo e não acho [...]” (T21⁷⁶).

O equipamento da fábrica, segundo as informações obtidas e as observações efetuadas, eram ergonômicos, mesas, cadeiras, etc. Mas o relato anteriormente registrado reafirma a parcialidade do alívio que a ergonomia pode promover, frente às exigências repetitivas e maçantes do trabalho realizado.

No entanto, a modernização da empresa nos aspectos organizacionais e de gestão não se restringe aos programas ergonômicos. A resposta da Coordenadora de Produção foi mais objetiva e revestida de uma outra perspectiva sobre o assunto. Para ela,

a primeira coisa que modernizou na questão de gestão é a questão da valorização da pessoa, e não mais só de ver a pessoa como máquina, e sim a pessoa como ser humano e a valorização dele. Eu acho que o que mais tem de moderno hoje é a valorização do ser humano, e a gente aqui na empresa valoriza muito essa questão da pessoa, desde a hora do contrato, de mostrar pra ela a importância dela, que ela vai ser na empresa, entendeu (CP⁷⁷).

Valorizar a pessoa tem um sentido próprio diante da organização do trabalho. Primeiro porque se pressupõe que até então as pessoas não eram valorizadas, passaram a ser recentemente. Em segundo lugar, quem nunca ouviu a expressão “não há trabalhadores

⁷⁵ Ela estava muito descontraída e sorria enquanto relatava uma situação não muito agradável.

⁷⁶ Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

⁷⁷ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

insubstituíveis”. Ora, a pessoa e/ou o trabalhador passam a ser mais valorizados como resultado das conquistas históricas ocasionadas por certos momentos de distúrbios sociais que possibilitaram alcançar algumas concessões. Nesses termos, qual o sentido de uma pessoa valorizada? O trabalhador não é uma máquina; mas contraditoriamente aquele que é mais valorizado é ainda o que trabalha feito máquina, e que até aja como uma. Ou seja, não reclama, não “quebra” (ou melhor não adoce) e cumpre ou ultrapassa suas metas.

Apesar dos avanços conquistados, a valorização que persiste tem sua ilustração demonstrada a seguir:

Eu já trabalhei em duas máquinas, isso foi quando eu era mais rápida e terminava o meu serviço, e ia ajudar a minha colega do lado. Eles viram isso e me colocaram nas duas máquinas. A minha produção era 100%, 101%, saía até nos quadros⁷⁸. Quando eu adoeci e precisei ficar afastada pra me recuperar, então quando eu voltei, a empresa disse que eu não era mais necessária. Fui demitida, mas o INSS me mandou de volta, eu estava com problemas de doença. Acho que hoje eles só não me demitem porque não podem⁷⁹.

É inerente ao sociometabolismo do capital apresentar certos impasses aparentemente inconciliáveis. Opondo-se às posições das representantes do planejamento, esse relato retratou qual a perspectiva que preside a valorização dos trabalhadores no capitalismo contemporâneo. Quando o trabalhador molda-se de acordo com os anseios da empresa, ele é o melhor, o mais valorizado, mas basta um contratempo ocasionado inclusive por ter contraído uma doença do trabalho – o que demonstra a limitação da ergonomia – para sua valorização não valer mais nada.

No entanto, existe um retorno para a empresa e até para os trabalhadores com os procedimentos pautados na introdução das inovações tecnológicas e nas novas diretrizes de gestão/organização. Segundo fomos informados,

[...] Bom, na parte do Dr. E a gente sente um ótimo retorno, inclusive são pessoas que não têm nos dado trabalho a título de jornada de trabalho, enfim, elas têm estimulado até pessoas que já estão na fábrica, que vêm revigoradas, que se sentem, é, como é que eu posso dizer, não é aptas! [...] se sentem gente mesmo, trabalhando, que não tão inúteis, né. Sentem uma certa atenção, a gente vê um retorno muito bom. E quanto às máquinas, é, acredito que facilita bastante a vida deles, porque tipo, uma máquina que prega botão,

⁷⁸ Os quadros a que ela se refere, pelo que nós constatamos, dizem respeito a um trabalhador da produção, e que de hora em hora, mais ou menos, divulga através de um microfone conectado a caixas de sons espalhadas por toda a fábrica, o nome do trabalhador que produziu mais, o seu setor, o número de peças, etc.

⁷⁹ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 4 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

prega não sei quantos botões a cada segundo, a cada minuto. Eu acredito que reduza bastante, tanto a parte física, quanto a qualificação da máquina, enfim, na verdade a climatização também foi um retorno muito bom, o ambiente de trabalho, o calor, enfim, sempre tem um retorno excelente, tanto da parte dos funcionários, quanto da equipe, a gente também, enfim, sempre tem um retorno bom. Eu acredito que eles consigam perceber essa intenção da empresa de proporcionar isso, tanto na parte de máquina, quanto de ambiente, quanto de relacionamento, eu acredito que eles consigam visualizar, até porque a gente tá sempre batendo na mesma tecla, né. Tem a questão do engenheiro também, que toda semana está aqui fazendo as palestras, informando a parte de segurança do trabalho. Eu acredito que é um retorno positivo (GA⁸⁰).

Em síntese, essa é uma demonstração das medidas ergonômicas que a empresa vem aplicando a fim de manter a organização do trabalho em adequação com as características psicofisiológicas dos trabalhadores, conforme prevê o item 17.6 da NR-17.

Seria válido questionar: as modificações são feitas, para atender aos anseios dos trabalhadores ou às exigências da legislação? Pode-se dizer que é para ambos os lados. Os interesses dos trabalhadores são contemplados à medida que a sua força de trabalho “flexibiliza-se” com máquinas de manuseio mais leve e seguro, e com alguns aspectos introduzidos na forma de gerir a empresa. A legislação também é cumprida, como no caso da elaboração e implementação de projetos ergonômicos dos postos de trabalho.

Com o olhar mais direcionado para os impactos na produção, a outra entrevistada relacionada ao gerenciamento diz-nos:

é, a primeira mudança assim, é a questão da, o tempo de assimilar o conteúdo. Por a máquina, ela ser mais, mais inteligente, já ajudar a costureira, a pessoa assim, aprende com mais facilidade, e na questão até do próprio treinamento, a pessoa, quando é uma pessoa valorizada e ela se sente valorizada no trabalho dela, ela tem motivação pra aprender mais rápido, entendeu. Eu acredito que se você tem um bom equipamento e tem uma pessoa motivada pra trabalhar, é um conjunto perfeito pra que uma fábrica vá em frente, em qualquer empresa (CP⁸¹).

Tempo, tempo, tempo...Eis a tônica do papel da maquinaria para o capitalismo: economia dos gestos necessários para as funções de trabalho. Ou seja, o fato de ser mais leve e/ou “flexível” implica uma exigência menor de tempo e até habilidade para dominar o seu funcionamento. Assim, ela facilita, potencializa a execução do trabalho, porque a máquina é inteligente, e o trabalhador nesse caso será o apêndice físico-mecânico de que ela precisa para

⁸⁰ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

⁸¹ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

funcionar. Entretanto, o diferencial não é esquecido: valorizar a pessoa. Maquinário e valorização, garantia de sucesso e produtividade no trabalho.

Porém, recordemos que a tecnologia aplicada numa indústria – embora não se restrinja a esse aspecto – torna-se visível através das máquinas que essa ostenta, e nunca foi sinônimo de uma diminuição da labuta para o trabalhador. Por sua vez, a valorização da força de trabalho sempre teve um caráter intrigante no capitalismo. Seria a pessoa valorizada porque é passível de exploração? Qual o valor que cada trabalhador tem?

Ao nosso olhar, todo discurso de valorização e humanização elaborado no seio da ordem vigente – por mais bem intencionado que seja – esbarra nos próprios limites do capital e os seus tênues compromissos com o bem-estar geral em detrimento de sua auto-expansão.

Mesmo com o seu caráter inovador, as iniciativas “positivas”, a exemplo da implementação de programas ergonômicos, parecem restringir-se aos cuidados corporais do trabalhador em termos pragmáticos, almejando garantir o exercício das funções fisiológicas e sociais que cabem ao corpo que labora sob o ritmo do capital.

Ao ser indagado a respeito das habilidades que aprendeu na empresa, um trabalhador da fábrica destaca o papel importante da moldagem/modelagem desejada, e nos diz:

aprendi como passar, com a marcação e o modo como pegar o ferro. Eu não pego o ferro, o peso do ferro e sim deixa na mesa, para não colocar esforço excessivo no braço e sim, é levar o ferro. Levar e trazer e não levantar o ferro, sempre levando o ferro (T14⁸²).

Em seguida, questionado se havia obtido algum aprendizado relacionado ao corpo, respondeu: “sim, como se comportar, a forma física, a postura. Quando se abaixa, não se abaixa com a coluna e sim, se abaixa reto e com as pernas flexionadas. Como sentar e várias outras coisas” (T14⁸³).

Moldar e docilizar corpos continuam sendo essencial à conformação dos sujeitos para adentrarem e permanecerem no mutável mundo do trabalho. Temos aqui a representação da educação do corpo que se processa no e pelo trabalho, no sentido do cultivo do *habitus* corporal necessário ao trabalhador. Mas é preciso lembrar que

tornar dócil um corpo não é coisa simples, pois ele, normalmente, está submetido a seu chefe natural, chamado “personalidade”. A desapropriação do corpo só é possível graças a uma operação específica sobre a estrutura da

⁸² Trabalhador n° 14, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

⁸³ Idem.

personalidade, cujos efeitos, duráveis ou reversíveis segundo o caso, fazem parte integrante da carga de trabalho. Assim, a “carga psíquica” de trabalho não seria apenas um efeito acessório do trabalho, mas resultaria, exatamente, de uma etapa primordial, da qual dependeria a submissão do corpo, etapa cujo sucesso seria assegurado pela própria organização do trabalho (DEJOURS, 1992, p. 136).

Indubitavelmente, a organização do trabalho é obtida pela submissão da personalidade e com ela, o corpo sucumbe à docilização almejada, pois se trata de uma unidade indissociável. Moldar um corpo à maneira da fábrica é submeter a totalidade humano-social, em suma sua corporalidade, à lógica do trabalho sob a égide do capital, porque a visão que norteia esse processo compreende, de forma limitada, “o corpo que trabalha [...] como o local da conversão, ou troca, entre a natureza e a sociedade – meio através do qual as forças da natureza são transformadas na força que impulsiona a sociedade” (ALVES, 2004, p. 36).

Portanto, a corporalidade obtém sua conformação a partir das premissas subjacentes aos projetos ergonômicos e discursos de modernização, típicos da configuração atual do capitalismo, que se pauta numa concepção anacrônica de corpo, em que a valorização almejada diz respeito à capacidade fisiológica que este pode liberar para a realização de trabalho abstrato. Qual o valor de uma pessoa? Acima de tudo se valoriza a mercadoria peculiar que esta possui, sua força de trabalho, a mola mestra do circuito D-M-D’.

O trabalho útil/concreto permanece subordinado ao trabalho abstrato. Por exemplo, a camisaria produtora de grifes famosas, com qualidade e padrão internacionais, confecciona em Sergipe esses produtos. Posteriormente, estes são comercializados não apenas no Brasil mas também em vários outros países. Ao chegarem às lojas na forma em que se apresentam aos olhos, ocultam em si o trabalho social empregado e a relação antagônica entre capital e trabalho.

Quando uma dessas camisas é adquirida⁸⁴, não é possível enxergar o fato de tantas mãos terem sido responsáveis pela confecção do produto, e de tantos corpos terem sido submetidos e moldados para a realização desse trabalho, além dos impactos na corporalidade dos produtores dessas camisas. Isto ocorre porque

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos

⁸⁴ Não estamos aqui censurando a aquisição de produtos sejam eles quais forem, pois consumir é inerente à vida. O exemplo citado com as camisas tem a ver com o campo empírico da pesquisa, mas poderia ser qualquer outro. Sua finalidade é apenas para ilustrar como o fetiche da mercadoria esconde as características sociais do trabalho.

produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtores do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho tornam-se mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (MARX, 2002, p. 94).

É imperceptível aos sentidos humanos associar o crescimento das doenças do trabalho – entre elas LER/DORT – que afetam a corporalidade dos trabalhadores aos processos capitalistas de trabalho, os quais concebem o corpo como uma mercadoria passível de ser exaurida até atingir a integridade do ser social que a possui, o que faz o trabalhador não passar de um mero objeto, desconsiderando-se que há o dispêndio de sua totalidade humana, mediada pela atividade do seu cérebro, dos seus músculos e membros enquanto trabalha.

Com essa breve exposição, buscamos situar alguns aspectos sobre a ergonomia atrelada às medidas modernizantes do trabalho, a partir das especificidades do campo empírico desta pesquisa. O intuito foi explicitar algumas das características organizacionais da empresa X, além de incitar o debate através de elementos que muitas vezes são negligenciados nas questões e estudos que abordam o *corpo no e pelo trabalho*.

De forma preliminar foram apresentados alguns dos sujeitos reais que participam tanto da política de planejamento quanto da execução do trabalho no caso singular de uma camisaria, a fim de evidenciar que os antagonismos existentes em suas perspectivas são a expressão particular da universalidade dos muitos homens e mulheres que se submetem ao trabalho assalariado formal no Brasil.

Enfim, buscou-se olhar o fenômeno com outras lentes, a fim de alcançarmos paulatinamente elementos para sua compreensão. Vamos tratar a seguir de uma das “protagonistas” desta pesquisa: a Ginástica Laboral.

2.6 – Em cena: a Ginástica Laboral

A gênese da Ginástica Laboral⁸⁵ guarda uma íntima ligação com a busca de alternativas que minimizem os efeitos desgastantes e fatigantes causados pelos processos de trabalho. A realização desta atividade está condicionada ao próprio ambiente de trabalho.

⁸⁵ O primeiro registro de uma “ginástica de pausa” no ambiente de trabalho data de 1925 na Polônia, sendo observada ocorrência similar na Rússia, Bulgária, Alemanha e Estados Unidos. Mas sem dúvida foi no Japão que a Ginástica Laboral – num modelo mais próximo do que hoje é difundido em todo o mundo – passou a ser praticada em grande proporção pelos trabalhadores. Também se questiona a inadequação de sua denominação, tornando-se comum que o nome do pacote oferecido seja Ginástica na Empresa, Ginástica Preventiva, etc. Mudam-se os nomes, mas os objetivos são os mesmos. Para aprofundar, sugerimos consultar: CAÑETE (2001); LIMA (2004).

É mister considerar que o desenvolvimento tecnológico não se restringe às máquinas de última geração nem às novas formas de gerenciamento. A esse respeito verificamos que a

tecnologia pode ser definida genericamente, como um conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizado na produção de bens e serviços (BAUMGARTEN, 2002, p. 311).

Isso quer dizer que a ergonomia e a Ginástica Laboral são frutos dos avanços tecnológicos, haja vista expressarem um conhecimento racional, resultado de estudos científicos sobre o corpo no ambiente de trabalho.

Eis que para recuperar os danos provocados durante a atividade de trabalho, as empresas, cujos processos de gestão atendem aos preceitos universais e modernos em voga, estão investindo em programas de Ginástica Laboral, o que, segundo Cañete (2001), não se trata de mais um modismo por parte das empresas, mas sim de uma iniciativa que veio para ficar.

No eixo Sul-Sudeste do Brasil, zona mais industrializada, a Ginástica Laboral já faz parte da rotina de algumas empresas há muitos anos. Em Sergipe, ainda se pode dizer que é uma iniciativa tímida, mas que paulatinamente vem ganhando espaço.

Isso é evidenciado no *marketing* de muitas empresas dos diversos setores, que, por meio dos seus *websites*, divulgam os investimentos na qualidade de vida dos trabalhadores e nas condições de trabalho, através dos programas de Ginástica Laboral.

Uma conceituada empresa sergipana da indústria da construção civil oferecia em um dos seus empreendimentos, a Ginástica Laboral para cerca de 100 trabalhadores, duas vezes por semana⁸⁶.

A Ginástica Laboral também é exposta em diversos anúncios de entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI)⁸⁷, o Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), etc., que oferecem pacotes desse serviço para as empresas que tenham interesse em implantá-los. Academias também se apresentam como prestadoras desse serviço, além de professores de Educação Física e fisioterapeutas que atuam muitas vezes de forma autônoma.

⁸⁶ Cf. <http://www.cosil.com.br/conteudo.php>

⁸⁷ Segundo Longen (2003, p. 58), “um grande incentivador e promotor da GL é o Serviço Social da Indústria (SESI), coordenando vários programas e ações nesta área”. Contactamos o SESI local, mas nos foi vetado o acesso a qualquer informação referente aos seus programas de Ginástica Laboral.

Como fica visível, a Ginástica Laboral passa por um momento de destaque, em meio à introdução de aparato tecnológico pautado na microeletrônica, cultivando no imaginário social o entendimento acerca da sua importância como uma atividade redentora dos problemas ocasionados pelo trabalho. Seria a Ginástica Laboral suficiente para atenuar os problemas de saúde adquiridos no trabalho? Poderá a Ginástica Laboral constituir-se numa forma de reencontro do trabalhador com a sua corporalidade? Não estaria a Ginástica Laboral limitada aos vínculos que toda tecnologia mantém com o capital?

É questionável se a Ginástica Laboral realiza todos os efeitos “miraculosos” que são propagados e descritos a seguir, referendados pela opinião de professores de Educação Física: “os profissionais que desenvolvem essa atividade garantem que resultados como diminuição da tensão, impacto, sedentarismo, melhoria do bem estar físico e mental, aumento da qualidade de vida e saúde, maior disposição e sociabilização são confirmados” (CORREIO ESPORTIVO, 2007, p. 4).

Tais confirmações são colocadas em xeque, porque não há registros de pesquisas que comprovem, num sentido epidemiológico, os reais efeitos atribuídos à Ginástica Laboral, na prevenção de LER/DORT (LONGEN, 2003; MACIEL, *et al*, 2005).

Mesmo assim, o entusiasmo é tão grande que 2007 foi instituído, segundo o Conselho Federal de Educação Física/Conselhos Regionais de Educação Física (CONFED/CREFs)⁸⁸, como o ano da Ginástica Laboral, pois esta é importante para o trabalhador na prevenção de doenças e na promoção de sua saúde⁸⁹.

A postura dessa entidade carece de uma reflexão aprofundada sobre o problema, pois se alinha exclusivamente ao olhar “biologicista” que impregna a Ginástica Laboral, em que “[...] o desenvolvimento da aptidão física significa uma melhoria *orgânica* e da destreza geral que, por sua vez, representa um aumento do rendimento” (DELLA FONTE, 1996, p. 67 Grifo da Autora).

Subjacente a todas essas atribuições delegadas à Ginástica Laboral, percebe-se como se limita à aparência do fenômeno, sendo sua principal função combater a fadiga músculo-esquelética e mental a que são submetidos os trabalhadores. Porém, uma reflexão contundente esclarece-nos a questão:

⁸⁸ Tanto o Conselho Federal de Educação Física, quanto os respectivos Conselhos Regionais não gozam de unanimidade e plena adesão dos professores de Educação Física, devido ao processo pouco discutido de sua constituição, bem como a falta de clareza do que propõe como atuação política.

⁸⁹ A Revista EF – Ano VI – nº 22, dezembro de 2006, divulgadora das propostas e ideário do Sistema CONFED/CREFs, intitulou um artigo de **2007 ano da Ginástica Laboral**.

Mas, não é aí que está o essencial: e eis o motivo por que [sic] não se curará a fadiga <<patológica>> por meio do desporto e do exercício muscular, como afirmam os especialistas ingénuos [sic] (como também não por meio de tranqüilizantes ou de estimulantes). A fadiga é uma contestação larvada, que se volta contra si mesma e se <<encrava>> no próprio corpo, já que em certas condições é a única coisa a que o indivíduo desapossado consegue prender-se (BAUDRILLARD, 1995, p. 195).

Estar cansado e/ou fadigado é o estado permanente daqueles que trabalham cotidianamente para garantir sua sobrevivência, bem como dos que se encontram abalados psicologicamente por estarem desempregados. Não há tecnologia, ergonomia, Ginástica Laboral, remédios, terapias e outros meios que resolvam esse problema. Afinal, a fadiga é o inevitável complemento que se fixa no seu corpo cuja capacidade de trabalho é exaurida a cada hora, a cada dia, a cada ano trabalhado pelo ser social, seja nos postos de trabalhos ocupados ou na (des)ocupação imposta por determinadas relações e contextos sociais.

No entanto, para Lima (2004), há uma maneira eficaz para combater a fadiga proveniente do trabalho. Tal solução é a promoção da recuperação e/ou reequilíbrio fisiológico ao término da jornada de trabalho. Ainda segundo essa autora, para prevenir o surgimento da fadiga e a queda de produtividade é necessária a recuperação no ambiente de trabalho, durante a pausa na produção – Ginástica Laboral – bem como no período das férias. Prossegue sua argumentação afirmando que essas ações aliadas a uma dieta, à prática de exercícios físicos e a um sono tranqüilo garantem a prevenção da fadiga e a manutenção do ritmo produtivo do trabalho.

Sob esse prisma, a Ginástica Laboral enquadra-se nas funções: *compensatória*, pois é preciso minimizar a insatisfação dos trabalhadores com a rotina do trabalho; *utilitarista*, porque atenua os males à saúde, garantindo a produtividade, e *moralista*, visto que culpabiliza o trabalhador pelo aparecimento de problemas de saúde, haja vista que a adoção de programas de Ginástica Laboral, aliada à adesão do trabalhador a esses, é a garantia plena do bem-estar no trabalho e de uma vida saudável fora dele.

A visão explicitada negligencia que muitas situações impostas pelas condições do próprio trabalho acabam conduzindo inevitavelmente as pessoas que trabalham para hábitos “sedentários”. Por exemplo: quem cumpre uma jornada diária de oito horas de trabalho pode não estar disposto a praticar atividades físicas quando termina tal jornada. Isso sem falar que no caso das mulheres que trabalham nessas circunstâncias, quando retornam ao lar iniciam outra jornada como trabalhadora desse espaço, a jornada oculta da dona-de-casa.

A pressa (economia do tempo) também condiciona a preferência por alimentos “rápidos” e pouco saudáveis que fazem parte do cardápio dos trabalhadores e do seu tempo sempre corrido.

Ainda pode ser ressaltado que o salário mínimo pago aos trabalhadores mal cumpre o papel ao qual se destina, pois como estes poderão ter um sono tranquilo com os credores batendo à sua porta? Guardadas as devidas proporções contextuais, não seria errôneo dizer que, “terminada temporariamente a exploração do operário pelo industrial, na medida em que recebe o seu salário em dinheiro, logo o proletariado torna-se presa de outros setores da burguesia – o senhorio, o merceiro, o penhorista etc” (MARX; ENGELS, 1998b, p. 14).

Então resta aos trabalhadores depositarem suas possibilidades de recuperação e repouso no tempo livre. Mas bem observou Dejours (1992, p. 46) que fora do trabalho o trabalhador toma o tempo como produtivo, porque “é o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça”.

É notório que diante das profundas transformações em todas as esferas do ser social, e principalmente aquelas provocadas pela reestruturação produtiva, faz-se necessário tornar a atividade de trabalho menos fatigante, porque contraditoriamente à tão aclamada exploração do componente intelectual em detrimento do manual, observa-se que

[...] a sociedade que se considera e se contempla em progresso contínuo para a abolição do esforço, para a resolução das tensões, para maior facilidade e automatismo, surge na realidade como sociedade de <<stress>>, de tensão, de <<doping>>, em que o balanço global de satisfação acusa um <<deficit>> cada vez maior, em que o equilíbrio individual e colectivo [sic] se vê cada vez mais comprometido precisamente na medida em que se multiplicam as condições técnicas da sua realização (BAUDRILLARD, 1995, p. 193-94).

O tão proclamado avanço tecnológico imputa aos trabalhadores não a possibilidade de alcance do reino da liberdade, mas sim um desequilíbrio individual que se manifesta sob a forma de lesões ocasionadas por atividades laborais repetitivas, denominadas LER/DORT, e de doenças como depressão, estresse, etc.

Investir num programa de Ginástica Laboral denota uma preocupação com o ser social ou simplesmente com as possibilidades de ampliar a produtividade da força de trabalho? Recordemos que a Ginástica Laboral é uma atividade física que ocorre durante a jornada de

trabalho, após uma pausa que varia de 10 a 15 minutos aproximadamente, normalmente⁹⁰ orientada por um profissional da Educação Física ou da Fisioterapia. O objetivo dessa atividade é promover benefícios pessoais no trabalho e minimizar os impactos oriundos do sedentarismo na vida e saúde do trabalhador. Enfim, sua premissa é reduzir os problemas de saúde⁹¹ no trabalhador para que este aumente sua produtividade na empresa (CARVALHO, 2003).

A racionalidade da reestruturação produtiva expressa através da Ginástica Laboral a finalidade de integrar a

[...] classe operária pela ação dos aparelhos de hegemonia, criando o novo tipo de trabalhador, essa ação hegemônica não separa a fábrica da sociedade. Não há hegemonia na fábrica se não houver hegemonia fora dela; isto significa que a hegemonia na fábrica vem acompanhada de um conjunto crescente de limitações novas e ideológicas ao nível da sociedade, com o objetivo de regular o modo de vida do trabalhador, disciplinando seus instintos (KUENZER, 2001, p. 52).

O quadro delineado no mundo do trabalho no Brasil hodierno demonstra esse caráter hegemônico do capital sobre o trabalho a partir de aspectos “flexíveis”. A hegemonia do trabalho busca, através da Ginástica Laboral, imprimir ao corpo as características maleáveis desejadas à corporalidade do trabalhador.

O trabalho abstrato, mesmo com a automatização relativa de alguns postos de trabalho, fornece a educação do corpo mediada por uma “pedagogia da fábrica”; ou seja,

à medida que o trabalhador repete inúmeras vezes a mesma operação⁹², vai aperfeiçoando-se de tal modo que ela o leva a atingir o efeito desejado com o mínimo de esforço. Assim, a manufatura produz realmente a “virtuosidade do trabalhador mutilado”, ao reproduzir e levar sistematicamente ao extremo, dentro da oficina, a especialização natural dos ofícios que encontra na sociedade (KUENZER, 2001, p. 40).

Essa especialização “natural” do gesto gera, por consequência da repetição, a ocorrência de danos à corporalidade e à saúde do trabalhador. Por sua vez, a Ginástica Laboral apresenta-se como um recurso da “pedagogia do corpo” no trabalho, essencial à

⁹⁰ Em certas empresas, alguns dos trabalhadores, após passarem por um certo treinamento, tornam-se os multiplicadores responsáveis pela orientação da Ginástica Laboral.

⁹¹ A saúde, nessa acepção, restringe-se à capacidade de realizar com eficiência as atividades requeridas no posto de trabalho.

⁹² Essa característica peculiar ao fordismo assemelha-se aos tipos de operações efetuadas pelos trabalhadores da produção da empresa X.

formação/coerção do trabalhador no que concerne ao estabelecimento da funcionalidade de sua capacidade de trabalho.

As rotinas enfadonhas e estressantes do trabalho têm levado a um grande número de licenças e pedidos de afastamento por parte dos trabalhadores – capital variável que precisa recompor-se. O investimento em um programa de Ginástica laboral visa também cuidar deste problema, a saber, a redução dos gastos com despesas médicas. O MTE assinala que as doenças relacionadas ao trabalho são a principal causa dos pedidos de afastamento que dão entrada no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (BRASIL, 2004).

Contribuindo com pertinência sobre essa questão, Alves (2005, p. 423), ao analisar os benefícios de um programa de Ginástica Laboral numa determinada empresa, constatou que “[...] a suposta saúde dos operários significou um menor índice de absenteísmo, diminuindo o índice de licenciados em decorrência de tal doença”.

De fato, as ações empreendidas para cuidar e/ou evitar o adoecimento do trabalhador têm como base as estatísticas de órgãos como o INSS, que registrou no período compreendido entre 1999 a 2003 em nosso país, “[...] 105.514 casos de doenças relacionadas ao trabalho” (BRASIL, 2004, p. 7).

Ao assumirem a educação do *corpo no trabalho*, as empresas engendram uma espécie de higienismo fabril, que visa, entre outras coisas, se não evitar, pelo menos atenuar o número de afastamentos e licenças. Os dados apontam que as LER/DORT estão entre as doenças mais frequentes adquiridas no trabalho (BRASIL, 2004).

No entanto, não se pode afirmar que investir em um programa de Ginástica Laboral resolveria esse problema. Considerando o caso do campo empírico da pesquisa, a educação do corpo proveniente do próprio trabalho parece-nos mais propícia a fixar um *habitus* relacionado ao movimento exigido pelo trabalho, devido ao número de repetições – peculiares à organização científica do trabalho vigente –, as quais o trabalhador tem que realizar durante sua jornada diária. A Ginástica Laboral aplicada nesta empresa ocorre duas vezes por dia, de segunda-feira a sexta-feira⁹³, e equivale a aproximadamente uma pausa de 30 minutos por dia. Pela manhã é a atividade que abre a jornada, às 6 horas (15 minutos de pausa inicial), e pela tarde, entre o meio e o fim da jornada, às 14 horas (15 minutos de pausa).

A questão é que, sendo uma atividade realizada no próprio ambiente de trabalho e com as finalidades em consonância com as características do trabalho abstrato, a adoção de

⁹³ A oferta da Ginástica Laboral na empresa X é um caso diferenciado e específico em todo o estado de Sergipe, pois nas empresas que foram sondadas a fim de comporem o campo empírico da pesquisa, a frequência do serviço chegava ao máximo a três vezes por semana, sendo uma única sessão.

programas de Ginástica Laboral não estará confinada aos vínculos do capital? Tudo se encaminha para o entendimento de que essa prática contribui verdadeiramente para a realização e fixação – no caso específico analisado – de gestos dotados de pouco sentido.

Na linha de montagem, a intensidade do ritmo de trabalho e a simplicidade de operações não permitem a expressão da imaginação, gerando um conflito. De um lado, o pequeno leque de possibilidades de criação; de outro, a intensidade da atividade motora requerida. Sob esse ritmo, o trabalhador fica exposto, ao mesmo tempo, à insuficiência de estimulação e à hipersolicitação de movimentos (ASSUNÇÃO, 2006, p. 180).



Figura 1 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para a região do pescoço. Foto: Roger Carlos Ferreira Alves Santos. Fonte: Acervo pessoal/Observações.

O ramo industrial de confecções enquadra-se numa linha de montagem com as características citadas: de um lado a elevada solicitação de movimentos repetitivos para uma determinada operação (como costurar pé de gola), e de outro a insuficiência de estimulação e recuperação que os exercícios propostos pela Ginástica Laboral apresentam, pois o tempo de sua ocorrência acaba se tornando irrelevante diante do tempo de realização dos movimentos específicos do trabalho (Figura 1).

Lembremos que “os corpos são educados por toda realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimentos” (SOARES, 2004, p. 110).

A educação do corpo que prevalece na empresa X é aquela proveniente do trabalho (atividade/função específica) ou a ocasionada pelas sessões de Ginástica Laboral?

Pode-se dizer que a educação corporal que se processa em todas as esferas da vida social tem uma interferência objetiva na corporalidade, pois, para quem passa em média oito horas diárias e cinco dias por semana sentado na frente de uma máquina de costura, tendo que produzir um certo número de peças a cada hora, não se pode esperar mais que uma educação do corpo limitada pelo teor da atividade e pela relação de dominação inerente ao conflito capital *versus* trabalho. Embora essa seja a tônica, também há o reverso da situação, a saber, como os trabalhadores assimilam a experiência da Ginástica Laboral no seu cotidiano.

Para Cañete (2001, p. 229) “a Ginástica Laboral poderá representar uma fonte de prazer a saúde ou de dor e contrariedade dependendo do seu uso e aplicação pelos profissionais, empresas e pelos próprios trabalhadores”.

Ainda que os objetivos propostos por essa prática estejam relacionados aos fins pragmáticos de busca elevada de produtividade, economia de tempo e gestos, além de um rendimento otimizado nas operações de trabalho, não deve ser ignorado o potencial da Ginástica Laboral, como uma relação corpóreo-motriz diferenciada em termos de sensações e percepções para os trabalhadores usuários dessa atividade (Figura 2).



Figura 2 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para o dorso. Foto: Roger Carlos Ferreira Alves Santos. Fonte: Acervo pessoal/Observações.

Não estamos querendo dizer com isso que o trabalhador deveria ter mais tempo destinado à Ginástica Laboral do que a sua função específica de trabalho, mas que toda iniciativa por mais “bem intencionada” que seja esbarra inevitavelmente nas próprias barreiras e antagonismos que o capital imprime ao trabalho. As sessões dessa atividade ocorrem no galpão da produção talvez para o trabalhador não esquecer, mesmo por alguns minutos, do seu compromisso com a máquina que descansa, enquanto ele alonga os músculos e relaxa o corpo, visto que a rotina interrompida aguarda com avidez o retorno da força de trabalho, agora “renovada” corporalmente, a fim de dar tudo de si no transcorrer da jornada.

Sendo um componente da educação do *corpo no e pelo trabalho*, a Ginástica Laboral não pode ser compreendida em sua essência sem a consideração aos distintos e diversos determinantes que pairam sobre a produção e,

embora seja legítimo o objetivo de reduzir as doenças ocupacionais, o que se oculta é a intensificação e a superexploração do trabalho [...] Preserva-se um corpo útil, disciplinado e submisso – não apenas no local de trabalho, mas também em casa (a lógica do capital invade o espaço doméstico) (ALVES, 2005, p. 423-24).

Alguns trabalhadores têm clara a percepção acerca dos interesses subjacentes a essa atividade corporal oferecida no trabalho. Tal consciência expressa-se nas afirmações:

Pra mim a ginástica serve pra aumentar a produtividade, eu vi até numa reportagem no jornal, que ela é pra isso. Tinha até uma empresa que tinha um local pra dormir. Eles acham que o funcionário descansando produz mais⁹⁴.

Como eu falei anterior, eles acham que deve aliviar a gente nas conseqüências do dia-a-dia, como o emprego se torna pesado pros funcionários, eles acabam atingindo horário a mais e vem tentando aliviar com a ginástica, sabendo que isso não acontece (T8⁹⁵).

Os trabalhadores, ao contrário do que se pensa, não são inertes, ingênuos ou passivos, demonstram lucidamente estar atentos às intencionalidades presentes às ações que os rodeiam. Porém, para apreendermos o que está implícito nesse condicionamento da corporalidade almejado pelo programa de Ginástica Laboral da empresa X, é mister conhecermos mais a fundo as características do processo de trabalho nesse local (Tabela 2), haja vista que

⁹⁴ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 5 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

⁹⁵ Trabalhador nº 8, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho (HARVEY, 2006, p. 119).

SETORES	DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES DESENVOLVIDAS
1 – Setor de modelagem	O início do processo, em que o cliente apresenta suas idéias para a confecção das peças-piloto. Nessa etapa também ocorre a aprovação do modelo, a criação e os ajustes solicitados pelo cliente.	Basicamente se trabalha com designe no computador e com desenhos no croqui.
2 – PCP (Planejamento e controle de produção)	O cliente faz o pedido, solicita o modelo, cor, quantidade, tamanho e outras especificações.	O PCP envia a O.C. (ordem de corte) para ser executada.
3 – Setor de corte	Realiza o corte do tecido de acordo com as especificações oriundas do Setor de modelagem. A máquina de corte é informatizada, o corte é previamente programado.	1º enfesto – corte automático; 2º etiquetagem – é especificada a identidade da peça e do lote, para garantir que as partes (gola, manga, etc) sejam enviadas corretamente para a linha de produção.
4 – Pré-preparação (1º setor de costura)	Realiza costuras detalhadas e pequenas costuras.	São costurados detalhes da gola, bolso, punho, manga, etiqueta, além de passar ferro na vista e no bolso.
5 – Preparação	Desmembramento das partes constituintes da camisa, separadas e costuradas de forma independente.	Ocorre uma fragmentação por setores, das atividades que correspondem à confecção das partes isoladas das camisas.
5.1 – Setor de punho	Costura especificamente o punho da camisa – quando manga longa.	São oito (8) operações que um punho sofre nesse setor.
5.2 – Setor de gola	Costura especificamente a gola da camisa.	São quatorze (14) operações ⁹⁶ que uma gola sofre nesse setor.
5.3 – Setor de frente	Costura especificamente a parte frontal da camisa.	São nove (9) operações que a parte da frente de uma camisa tem nesse setor.

⁹⁶ Apenas para ilustrar, descrevemos essas 14 operações só no setor de gola: 1ª fechar gola; 2ª refilar gola (tira o excesso de tecido e linha); 3ª virar a gola; 4ª prensar ou modelar o bico (extremidades da gola); 5ª pesponto de gola (costura aparente); 6ª conferência das partes (lados da gola); 7ª montar a gola; 8ª virar a gola e tirar a etiqueta que vem do corte; 9ª passar a gola; 10ª novo pesponto; 11ª refilar o pé de gola; 12ª dar pique (marcar com um pequeno furo a posição correta do local da gola que será fixado/costurado na camisa); 13ª caseado; 14ª controle de qualidade.

5.4 – Setor de carcela	Costura especificamente a carcela das camisas de manga longa. Parte de uma camisa situada próximo ao punho.	Não visualizamos muitas operações. Apenas uma costura específica.
5.5 – Setor de costas	Costura especificamente a parte de trás (traseira) da camisa.	Não visualizamos muitas operações, apenas uma costura. Mas nesse estágio, o produto inacabado passa pelo crivo de três controles de qualidade.
6 – Setor de pré-montagem	União das partes fragmentadas.	Bolsos são unidos com grampos, além do encontro entre a parte da frente com o punho e as costas.
7 – Setor de montagem	Menos complexo, pois há um menor número de operações. Aqui não se orienta mais pelo corte e sim pelas peças.	Divide-se em três (3) conjuntos com operações distintas.
7.1 – Montagem (início)	Costura que faz visualizar a camisa, pela união das partes separadas.	O produto sofre três (3) operações.
7.2 – Montagem (meio)	Idem.	O produto sofre três (3) operações.
7.3 – Montagem (final)	Idem.	O produto sofre cinco (5) operações.
8 – Setor de acabamento	Passar ferro, dobramento da camisa, aviamentos, acabamentos e embalagem.	São quatorze (14) operações nesse setor.
9 – Expedição	O produto final segue para distribuição de acordo com modelo e cliente.	As camisas são separadas por tamanho e por loja. Mesmo depois de encaixotadas/embaladas, elas passam por mais um teste de qualidade, podendo muitas vezes retornar para setores anteriores, a fim de corrigir o defeito.

Tabela 2 – Descrição do processo de trabalho da empresa X. Elaborada pelo Autor. Fonte: Observações.

Inferimos que os processos de trabalho empregados na empresa X encontram-se arraigados nos procedimentos inerentes ao taylorismo/fordismo, no que concerne aos seus aspectos organizacionais, sendo altamente dinâmico e racionalizado, levando *prima facie* a crer que os trabalhadores são objetos passivos. É verdade que sua corporalidade fica condicionada, como se vê, ao papel de executores de tarefas rotineiras e monótonas.

Entretanto, partindo da premissa de que também encenam o papel de sujeitos ativos, eles têm suas próprias idéias e representações sobre o trabalho e a repercussão deste em sua corporalidade, visto que não podem ser concebidos apenas como sujeitos determinados.

Serão expostos no próximo capítulo os aspectos componentes do perfil desses trabalhadores, a fim de compreender suas percepções e impressões como usuários de um programa de Ginástica Laboral, confrontando seus posicionamentos com as visões que expressaram os gerentes/coordenadores (planejamento) responsáveis pela organização e gestão da empresa e a professora de Educação Física (intermediária entre o planejamento e execução), profissional que ministra a intervenção corporal – Ginástica Laboral – na fábrica.

III. A EDUCAÇÃO DO CORPO NO E PELO TRABALHO

A corporalidade aqui apreendida como a função do corpo no mundo, no sentido da assunção dos papéis sociais, tem no trabalho um forte elemento conformador dessas atribuições através da educação do *corpo no e pelo trabalho*. Esta, por sua vez, processa-se tanto nas atividades corporais exigidas nos tipos de trabalhos em que prevalecem um maior *esforço muscular-nervoso* (trabalhadores da produção da indústria de confecções), quanto na *elaboração intelectual-cerebral* das atribuições que recaem sobre os que realizam atividades conceptuais (gerência/coordenação da indústria de confecções).

No que se refere à prevalência dos trabalhos cuja exploração incide predominantemente no componente manual/físico, as transformações ditadas pela reestruturação produtiva não abrem mão desse tipo característico de atividade, não obstante a introdução das máquinas inteligentes. Ao contrário: evidencia-a, visto que o corpo continua a ter um papel preponderante na produção. Isso é visualizado nas manifestações que recaem sobre o corpo dos trabalhadores por meio de projetos ergonômicos e programas de Ginástica Laboral.

Quando havíamos afirmado que a educação do *corpo no e pelo trabalho* também ocorre naquelas atividades que exploram mais o componente intelectual/espiritual do trabalho, é porque compreendemos o ser social como uma totalidade psicofísica. É claro que essa educação do corpo é diferenciada para ambas as situações.

Como ponto fulcral desta pesquisa, interessa-nos nesse momento conhecer alguns aspectos dos sujeitos que sofrem diretamente o impacto dessa educação em sua corporalidade, a saber, trabalhadores lotados no setor de produção de uma indústria de confecções.

Traçaremos o perfil dos trabalhadores envolvidos nessa situação, a partir dos elementos contidos nos dados coletados através do questionário aplicado para essa finalidade, além dos registros obtidos pelos demais instrumentos: observações e entrevista semi-estruturada.

O objetivo desse perfil é possibilitar um melhor entendimento sobre os aspectos singulares dos sujeitos que trabalham diretamente com produção racionalizada e cumprimento de metas, na fábrica que nos subsidiou como campo empírico, para em seguida analisar suas percepções como usuários de um programa de Ginástica Laboral e a forma como sua experiência social apreende essa intervenção corporal dentro e fora do trabalho.

Por fim, podemos dizer que muito da particularidade que será encontrada nesses sujeitos específicos integra a universalidade dos trabalhadores brasileiros do ramo industrial onde predominam atividades que lhes exigem um maior *esforço muscular-nervoso*, e que têm no seu cotidiano de trabalho a Ginástica Laboral no processo de educação do *corpo no e pelo trabalho*.

3.1 – Conhecendo o trabalhador/usuário de um programa de Ginástica Laboral

Historicamente, no ramo têxtil de confecções, a costura é uma atividade relacionada com uma maior exploração da mão-de-obra feminina. Seguindo essa perspectiva, dos 125 trabalhadores que responderam aos questionários, 40 eram homens, o que equivale a 32% da amostra, e 85 eram mulheres, apontando um percentual de 68% (Gráfico 1).

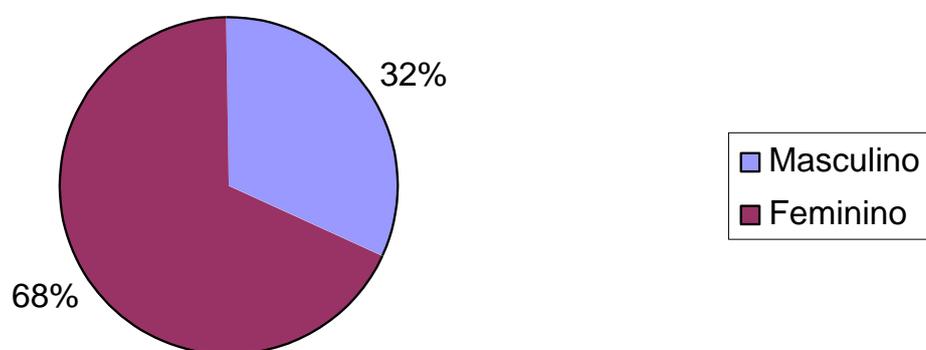


Gráfico 1 – Trabalhadores da empresa X por sexo. Fonte: Questionários.

Outro possível entendimento para esses percentuais é-nos dado pela análise de Cruz (1999, p. 124), ao admitir que “um dos fenômenos que marcam a cena brasileira contemporânea é o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres”.

Outro item que merece atenção para a composição do perfil dos trabalhadores é o aspecto da idade. A média apresentada pelos homens foi de 22,6 anos; enquanto a média das

mulheres foi um pouco maior, chegando a 28,1 anos. A média total ficou na casa dos 26,3 anos de idade (Gráfico 2).

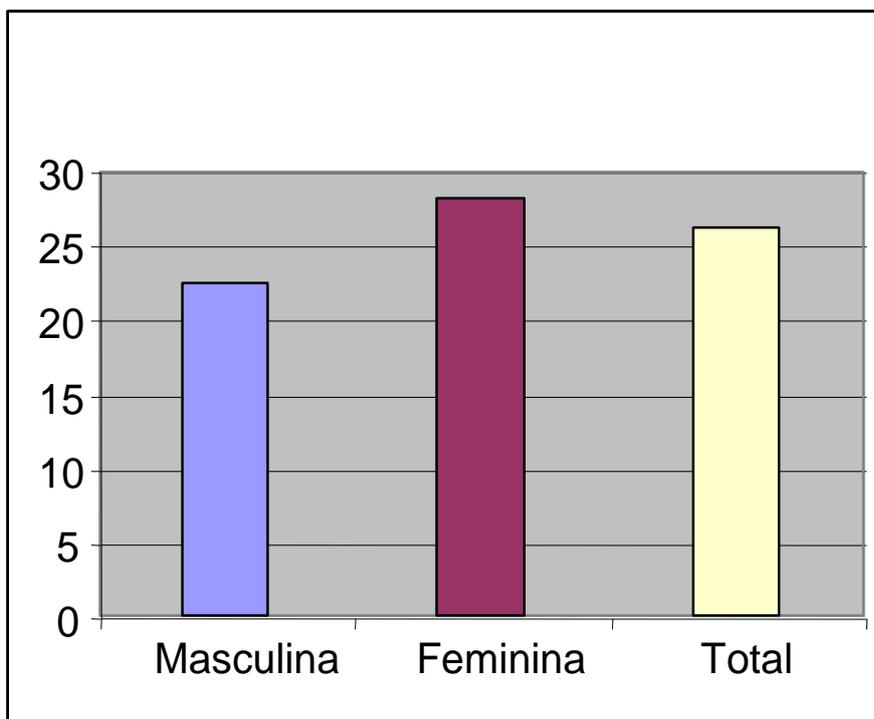


Gráfico 2 – Média de idade geral dos trabalhadores. Fonte: Questionários.

Partindo-se da faixa etária e cruzando-a com os dados relativos ao sexo, verificamos que os trabalhadores de ambos os sexos são jovens. No caso dos homens, mais de 80% destes encontravam-se entre os 20 e os 25 anos (Gráfico 3), possibilitando-nos uma indicação relativa de que os homens estão ocupando postos em que outrora predominava a força de trabalho das mulheres. Quando fazemos essa afirmação, sustentamo-nos na constatação de que, embora se dê num percentual numérico menor, se comparados às mulheres, estes não se restringiam às funções exclusivamente masculinas como o corte, a expedição, o almoxarifado e a manutenção. Havia muitos deles desempenhando a função de costureiros.

Sobre essa situação é visível um crescimento na participação masculina em atividades socialmente classificadas como femininas. Neste sentido foi relatado que “[...] no início a gente tinha um maior grupo de mulheres, mas hoje em dia os homens vão pra máquina de costura sem nenhum preconceito” (GA⁹⁷).

⁹⁷ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

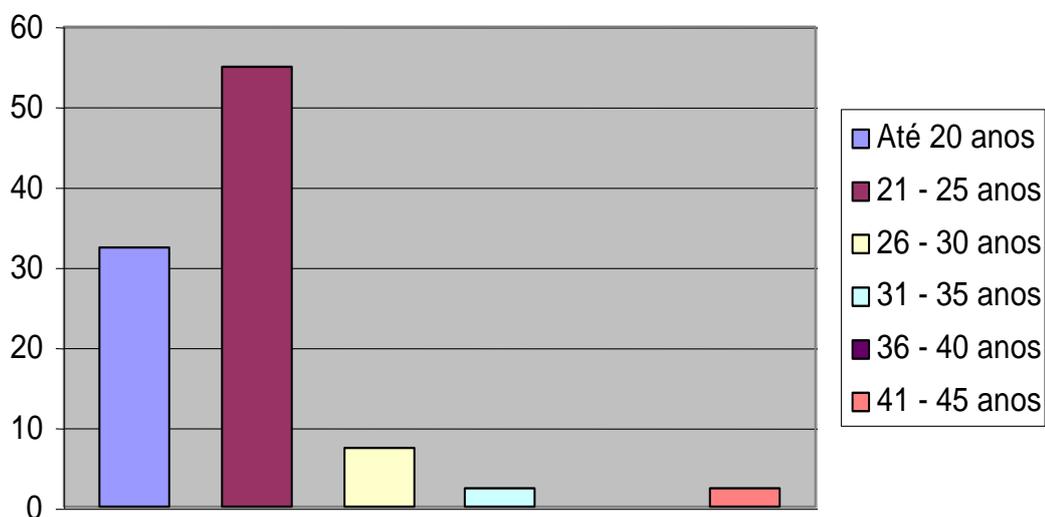


Gráfico 3 – Faixa etária masculina. Fonte: Questionários.

Isso pode estar relacionado ao reflexo das novas configurações que são ditadas aos postos de trabalho no sentido de que homens e mulheres passam a competir por atividades que eram mais relacionadas a um gênero apenas. Muitas funções – nos diversos setores – consideradas restritamente masculinas, aos poucos estão sendo ocupadas por mulheres: motoristas de táxi e ônibus, técnico em segurança no trabalho, etc., enquanto outras funções antes mais identificadas com o sexo feminino, como o caso da costura industrial, são ocupadas paulatinamente por homens.

Todavia, esta nova faceta do trabalho no capitalismo contemporâneo não significa a superação do sexismo e nem uma plena democratização na esfera do trabalho, e sim a flexibilidade do capital na exploração da força de trabalho, gerando, por um lado, uma ampliação na absorção da mão-de-obra nos postos de trabalho independentemente do sexo, por outro, um empreendimento de novas formas de dominação aos processos de trabalho.

No que diz respeito às mulheres – que são maioria numérica tanto na produção quanto na área administrativa⁹⁸ é patente também uma faixa etária jovem, com pouco mais de 50% dos sujeitos entre 20 e 25 anos (Gráfico 4).

⁹⁸ Constatamos através das observações, mas esse grupo não compõe a amostra da pesquisa.

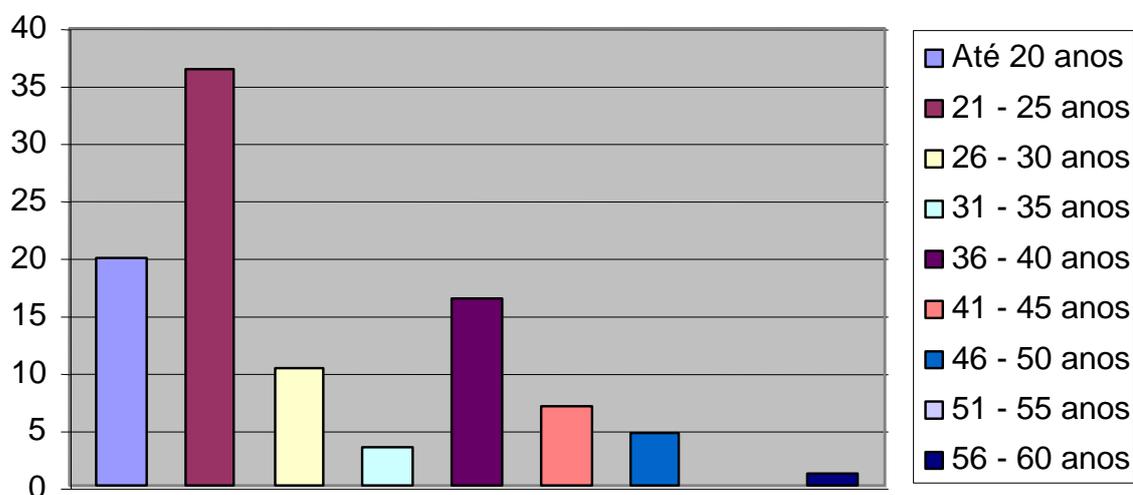


Gráfico 4 – Faixa etária feminina. Fonte: Questionários.

Porém, distintamente do que foi apresentado no grupo masculino, detectamos a presença de trabalhadoras com idade acima dos 45 anos. Nesse caso, considerando o tempo em que a fábrica está instalada no estado de Sergipe, o critério de admissão pode ter sido a experiência profissional ou a habilidade com a costura para a ocupação do cargo, haja vista que os trabalhadores com idade acima dos 30 anos normalmente são descartados e/ou têm poucas oportunidades no mercado de trabalho.

Uma senhora trabalhadora que se interessou em responder ao questionário durante a coleta de dados, e que aparentemente situava-se na faixa entre os 51 e os 60 anos, disse-nos que a condição para que ela respondesse seria que nós lêssemos e marcássemos suas respostas. O motivo era a sua baixa escolarização, admitindo com certa lamentação que não sabia ler e escrever muito bem, segundo a qual só havia conseguido empregar-se na empresa porque sabia costurar, pois se fosse pela escolarização não estaria empregada hoje, já que teve que parar de estudar na quarta série⁹⁹.

Adentraremos nessa questão aí evidenciada, o grau de escolaridade. Este item ficou assim distribuído: 10,4% têm o ensino fundamental incompleto; 12% o ensino fundamental completo; 21,6% o ensino médio incompleto, e 56% com o ensino médio completo, que

⁹⁹ Informação obtida junto a uma trabalhadora, no dia 6 de setembro de 2007, e registrada no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

representa um percentual considerável de um dos requisitos mínimos de qualificação exigidos na maioria dos postos de trabalho (Gráfico 5).

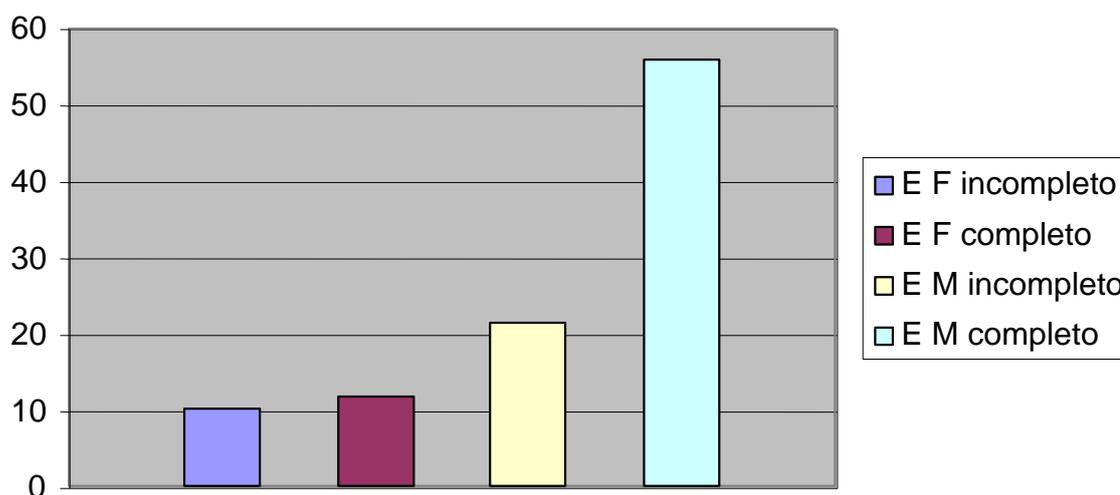


Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos trabalhadores. Fonte: Questionários.

Embora nenhum dos sujeitos tenha apresentado a resposta relacionada à universidade, tomamos conhecimento de que existiam alguns trabalhadores cursando o nível superior. Também não foi computada nenhuma resposta relacionada a curso técnico.

A educação/escolarização como critério de qualificação implica a possibilidade de obter um

[...] melhor desempenho técnico [...] para o desenvolvimento de “nova mentalidade” e atitudes mais favoráveis a mudanças. A passagem pela escola representa, para a empresa, não só a aquisição formal de conhecimentos, mas também a socialização fundamental para o mundo do trabalho, incluindo o desenvolvimento de atributos valorizados pelo mercado – como responsabilidade, disciplina e iniciativa (LEITE, 1995, p. 166).

A atribuição da escola em preparar homens e mulheres – força de trabalho – para o ingresso no trabalho assalariado formal continua sendo de extrema importância e não restringe a atuação dessa instituição ao papel de assimilação dos conhecimentos formais, mas sobretudo aquelas habilidades e atributos essenciais aos trabalhadores e clamados pelas empresas: *responsabilidade, disciplina e iniciativa*.

O grau de escolarização pode ter sido um dos fatores que contribuíram para êxito no cultivo das diretrizes técnico/produtivas do local investigado – o trabalho com metas¹⁰⁰ e a implantação de um programa de Ginástica Laboral –, até mesmo porque 71,6% dos respondentes contam com ensino médio (completo e/ou incompleto), embora também se apresentem 22,4% de sujeitos com ensino fundamental (completo e/ou incompleto).

Deve ser considerado que,

da perspectiva das empresas [...] escolaridade mais alta é exigida não só pelos conhecimentos que traz, mas também pela premissa de que propicia atitudes mais favoráveis à mudança e facilita o aprendizado contínuo – requisito fundamental da inovação organizadora (LEITE, 1995, p. 167).

Mas também “não se pode [...] tomar como indicador da qualificação do posto de trabalho as credenciais educativas exigidas ou possuídas pelo trabalhador” (ENGUITA, 1991, p. 232-33).

Vamos a um ponto específico da escolarização referente à disciplina curricular Educação Física, que se consubstancia num aspecto da educação do corpo na escola. Afinal de contas, ela deveria ser a responsável por propiciar as atitudes corporais clamadas pelas novas demandas produtivas.

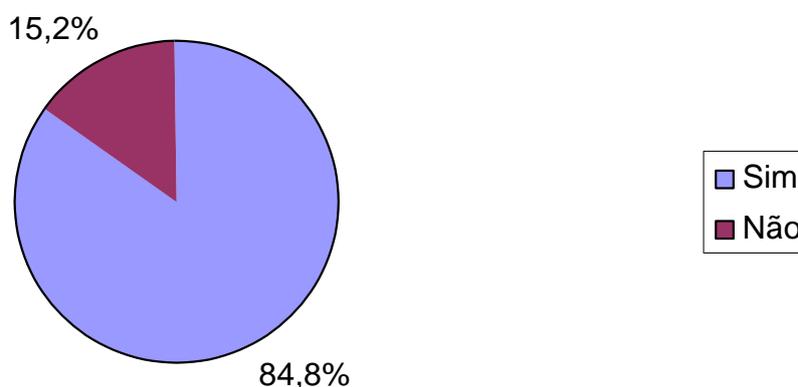


Gráfico 6 – Indicação sobre a existência das aulas de Educação Física. Fonte: Questionários.

¹⁰⁰ A rigidez da ordenação e racionalização dos processos de trabalho na empresa X era uma novidade até mesmo para muitos dos seus trabalhadores que tinham experiência anterior na área.

Do número total dos trabalhadores que responderam ao questionário, 84,8% afirmaram que existia essa disciplina na época em que estiveram e/ou, em alguns casos, ainda estão na escola, e 15,2% responderam que não havia essa disciplina (Gráfico 6).

Assim, pela média de idade, a maioria esteve (ou está¹⁰¹) na escola no período em que a LDB 9.394/96 já havia sido promulgada, normatizando essa disciplina como elemento constante do currículo. Então é criada uma dúvida: qual o motivo de as respostas indicarem que não havia essa disciplina? Temos um forte indício de que ela não ocupa papel central através do discurso da preparação corporal dos trabalhadores, pois se fosse relevante não seriam registradas respostas sobre a sua inexistência.

Não é esse o foco da análise, mas serve como reflexão para pensar-se o lugar da educação do corpo na escola, enfim, ponderar sobre a Educação Física escolar e a sua relevância no processo geral de formação humana. Sendo corpo e mente elementos situados na complexa totalidade humana, as atividades corpóreas/físicas interpenetram-se nas atividades espirituais/intelectuais. Mas essa interpenetração não é desejável ao processo educacional capitalista, e por esta razão na escola ordenada pelo princípio educativo lastrado no trabalho manifesta-se de forma análoga a este a divisão entre atividades da inteligência e das mãos, cabendo à escola qualificar exclusivamente a primeira.

No entanto, essa disciplina, que deveria ter uma função relevante no campo pedagógico, no sentido de uma influência diferenciada à corporalidade dos sujeitos, é negligenciada. Isto porque o aspecto da legitimidade conquistada através da legalidade que se apresenta por força da lei é bem distinto da legitimidade pedagógica; ou seja, do reconhecimento social acerca da importância de apropriação dos conteúdos inerentes à cultura corporal. Para Bracht (1992), há inconsistência no discurso legalista, que confunde legalidade com legitimidade.

Em um momento posterior, Bracht (2001) amplia essa discussão, afirmando que um dos motivos que contribuíram para a permanência dessa situação foi o fato de os saberes *não-conceituais* – o qual a Educação Física se inclui – não serem considerados legítimos. Tal circunstância expõe o caráter da racionalidade que preside a sociedade contemporânea, onde o valor é dado ao conhecimento de ordem intelectual devido a sua utilidade e *status*. Assim, na escola outro tipo de conhecimento – como o que expressa a Educação Física – aparenta revestir-se de um caráter pouco relevante.

¹⁰¹ Muitos dos sujeitos que assinalaram ensino fundamental e médio incompletos estão cursando estes níveis. Esse dado foi confirmado pelas observações e entrevistas, quando afirmavam que ainda frequentavam a escola a fim de concluir esses cursos.

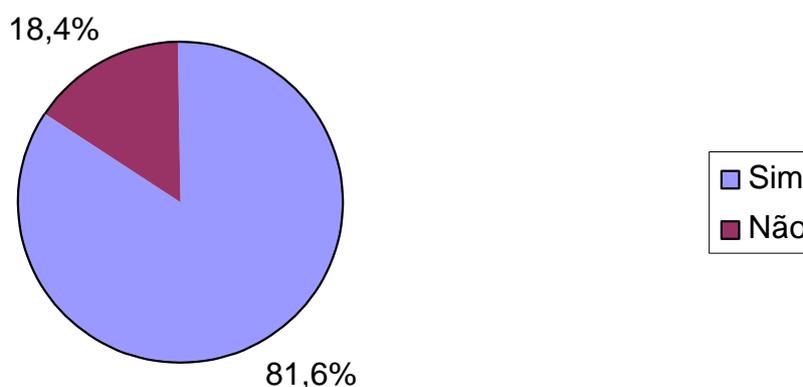


Gráfico 7 – Indicação sobre a frequência às aulas de Educação Física. Fonte: Questionários.

Porém, o fato de existirem ou não aulas de Educação Física não implicou a frequência do trabalhador/aluno a essa disciplina. Sobre esse aspecto 81,6% dos sujeitos afirmaram ter frequentado e/ou frequentar essas aulas, e 18,4% não frequentaram e/ou não frequentam (Gráfico 7).

A razão óbvia para essa ocorrência seria o fato de não existir essa disciplina em algumas escolas e colégios dos trabalhadores, como fora assinalado em alguns casos. Aparecem também as justificativas “não gostar dessa aula”, “estudar à noite”, “cursar o pedagógico”, “ter apenas aulas teóricas” e até “preguiça de frequentá-la”. Por não gostarem ou terem preguiça, os alunos são dispensados das disciplinas Português e Matemática?

Sobre essa questão da existência ou não existência da Educação Física em algumas escolas, foi registrada também uma situação comum, a exemplo do que ocorre principalmente em municípios do interior, quando o aluno que mora num povoado próximo à cidade-sede vai para a escola no horário regular, mas na aula de Educação Física – que normalmente é no horário oposto – não comparece por causa do transporte, da incompatibilidade de horário, etc.

Outro respondente explicou que essa disciplina não fazia parte do currículo do curso pedagógico que concluiu a pouco tempo.

Também foi computada a falta de criatividade do professor no envolvimento dos alunos nos atos esportivos, além de que, atualmente, os professores da área optam apenas por

aulas teóricas. A confusão instaurada entre o que é teórico e prático leva em muitos casos à negação do objeto de intervenção da disciplina Educação Física – o movimento corporal humano.

Assim o entendimento acerca do que é teórico e prático confunde-se numa cisão metodológica dessa aula. A aula teórica é aquela em que os alunos ficam confinados numa sala convencional, anotando no caderno os assuntos que o professor escreve no quadro negro ou lousa. Já a aula prática é aquela que se manifesta na quadra, no pátio ou em quaisquer outros espaços físicos não-convencionais (ginásio poliesportivo, sala de dança, etc.), onde os alunos realizam atividades corporais com bolas e outros materiais para essa finalidade.

A assertiva do trabalho como princípio educativo parece ratificar o processo de intelectualização pelo qual passam alguns postos de trabalho. Mas a Educação Física não é negligenciada na escola; ela consegue manter seu caráter utilitário de atividade compensatória sob novas bases, e ao seu modo resguarda sua parcela de contribuição na incorporação dos requisitos: *responsabilidade, disciplina e iniciativa*.

A maioria dos sujeitos que confirmou freqüentar essa aula citou vários conteúdos e atividades da Educação Física. Os jogos e os esportes foram os mais mencionados no que tange às atividades praticadas. O futebol – fato culturalmente explicável – é a atividade mais experimentada segundo os respondentes, vindo em seguida o voleibol, o queimado e o handebol. Os esportes coletivos, talvez pela metodologia relacionada ao seu ensino, que permite uma participação de várias pessoas ao mesmo tempo, são, sem dúvidas, um dos conteúdos mais empregados nas aulas de Educação Física. Essa predominância pode assentar-se em virtude de o esporte – especialmente os coletivos¹⁰² – ser considerado um forte elemento formador do caráter, um estimulante do cultivo da disciplina, um meio de sociabilização no fomento de iniciativas viáveis ao trabalho em equipe, etc.

Ainda foram citados o futsal, o basquetebol, a ginástica (condicionamento físico, alongamento, etc.), a dança (street dance), o atletismo, a dama, a natação, o tae-kwon-do, a capoeira, o jiu-jitsu, o pólo aquático, o tênis de mesa, a ginástica rítmica, o dominó, o xadrez, a Educação Física e as aulas teóricas.

Uma grande variedade de conteúdos foi exposta, contudo mantemos a nossa posição; ou seja, essas atividades não tiveram nenhuma influência na preparação corporal desses trabalhadores para o posto que eles ocupam. Até mesmo porque, constando ou não essa

¹⁰² Esportes são aqueles cujos fundamentos básicos do jogo são distribuídos coletivamente para todos os componentes da equipe, além da responsabilidade das ações executadas, a exemplo do futebol, do voleibol, etc.

disciplina no histórico do aluno, não há interferência na sua contratação¹⁰³. Mas a contribuição da Educação Física continua a materializar-se através dos conteúdos ministrados, não fisicamente, mas cultivando os valores desejáveis à mentalidade do trabalhador. Afinal de contas – em tese – quem pratica esportes pode adquirir senso de *responsabilidade, disciplina e iniciativa*.

Essa situação acaba evidenciando que o corpo não é negligenciado em detrimento do intelecto. E mesmo com a fragmentação patente da racionalidade que preside a sociedade capitalista, qualquer intervenção na dimensão corpórea reflete-se na dimensão intelectual, e vice-versa.

Pode-se afirmar “[...] que a qualificação de um posto de trabalho é distinta da qualificação do trabalhador, pois este pode possuir – e normalmente possui – capacidades, conhecimentos e habilidades que não necessita nem pode aplicar em seu trabalho” (ENGUITA, 1991, p. 232). Ter sido hábil nos esportes ou um freqüentador assíduo das aulas de Educação Física implica a assimilação de um conhecimento que dificilmente será empregado na atividade desenvolvida no trabalho.

Voltando-nos agora para o aspecto relacionado ao estado civil dos trabalhadores, temos um percentual de 62,4% solteiros; 34,4% casados; 0,8% viúvos; 1,6% separado/divorciado e 0,8% em outra situação civil (Gráfico 8).

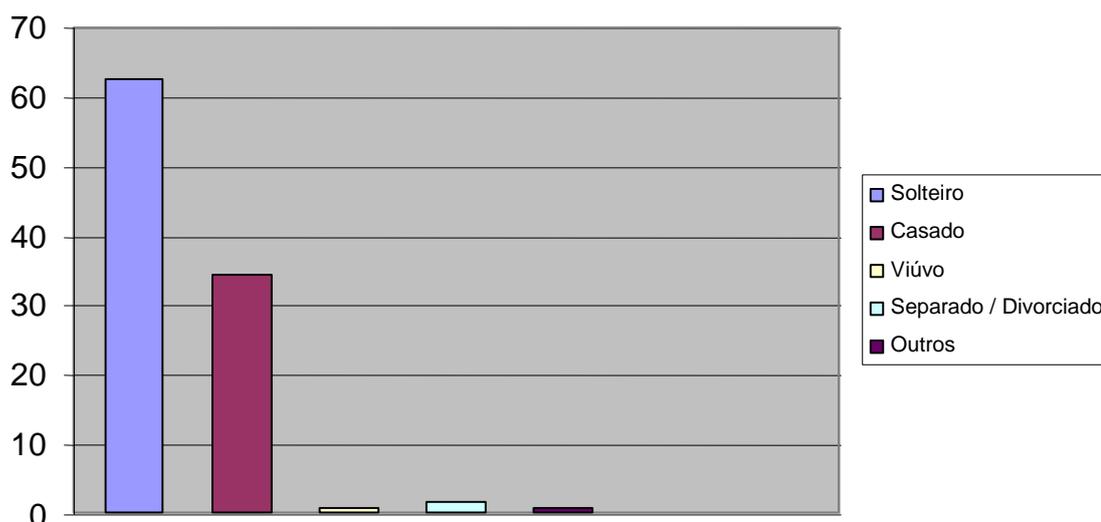


Gráfico 8 – Estado civil dos trabalhadores. Fonte: Questionários.

¹⁰³ Considerando que muitos trabalhadores tenham concluído o ensino fundamental ou médio no curso noturno, vale ser esclarecido que até o ano de 2006, pelo menos no estado de Sergipe, a disciplina curricular Educação Física não era ofertada regularmente nesse turno escolar, o que reforçar nossas análises.

É possível deduzir que o elevado número de solteiros – numericamente 78 sujeitos declararam encontrar-se nesse estado civil – está em consonância com a faixa etária; ou seja, muitos jovens que ainda não constituíram sua própria família.

As mulheres quantitativamente apresentaram os maiores índices na condição civil de casadas. Dos 43 sujeitos nessa situação, 30 eram do sexo feminino, indicando o que já havia sido assinalado sobre um número elevado de mulheres casadas que assumem também a função de chefes de família. Possivelmente muitas trabalhadoras investigadas encontrem-se no cumprimento dessa função no seio familiar.

Referente à inserção dos trabalhadores no campo/setor de trabalho, 91,2% dos sujeitos responderam que se situam na produção e 8,8% no apoio à produção (Gráfico 9). Devemos esclarecer que é tênue o limiar que distingue o trabalho na produção e o apoio à produção.

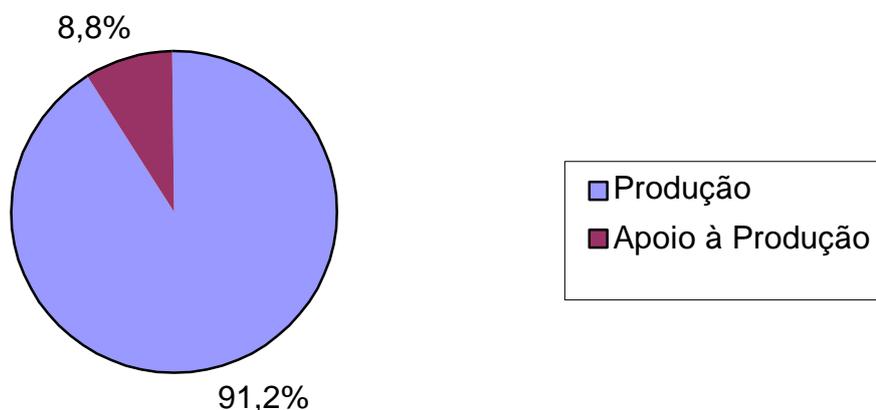


Gráfico 9 – Área de trabalho. Fonte: Questionários.

Considerando as funções existentes e visualizadas na investigação, todas eram ligadas à produção, mas algumas atuam diretamente nessa esfera no sentido de cumprimento de metas por hora¹⁰⁴. Nesse grupo destacam-se: costureiros, passadores, dobradores, auxiliares de costura, etiquetadores, ajudante geral, multifuncional A¹⁰⁵, multifuncional B¹⁰⁶,

¹⁰⁴ As metas variam de acordo com o setor. Existem metas/hora de 60, 75, 80, 125, 110, 150, 190, 275, 350 peças.

¹⁰⁵ Executa mais de uma operação no setor de trabalho.

¹⁰⁶ Executa mais de três operações no setor de trabalho.

multifuncional C¹⁰⁷, prensador, botoneiro, encarregados, ajudante de corte, infestador, refilador, auxiliar de corte, distribuidor, revisor e repositor.

No tocante às funções de apoio à produção, quer dizer, segundo o nosso entendimento, aqueles que trabalham na produção, mas não cumprem numericamente a exigência de metas, e sim fazem com que a cadência dos setores seja mantida a fim de atingir os objetivos. Entre esses se destacam: mecânicos, inspetores de qualidade, auxiliares de almoxarifado, líderes de produção, auxiliar de PCP, chefes de grupo e encarregados.

Os encarregados apresentam uma ambivalência situando-se nos dois grupos, pois, em nossas visitas, observamos trabalhadores dessa função com “as mãos nas máquinas”. É possível que isso ocorra em virtude da ausência de alguém no setor, ou até mesmo para manter o ritmo e fluência do trabalho sempre constantes.

Uma passagem ilustra essa afirmação. Quando questionada sobre o cumprimento de metas na função que ocupava, a entrevistada respondeu:

Bom, diretamente não há meta pra mim cumprir, mas pra fazer cumprir, né. Eu passo o tempo todo correndo de um lado para o outro, é, olhando a qualidade e a produção, e às vezes eu preciso também ajudar na produção, dando a meta que os outros funcionários também obtêm (T15¹⁰⁸).

Esses trabalhadores inseridos no apoio à produção, embora não cumpram um número fixo de metas, são afetados da mesma forma pelas exigências do trabalho fabril, visto que a racionalidade que preside o ordenamento produtivo da fábrica funciona como uma cadeia interligada e interdependente. No caso de algum atraso que ocorra no setor, os encarregados assumem as ocupações diretamente produtivas, a fim de fazer com que a meta estipulada seja aproximada, alcançada ou ultrapassada.

A lentidão e/ou erro de um auxiliar de almoxarifado, por exemplo, nos botões (tipo, cor, etc.) que deve selecionar para o setor que prega esses componentes, compromete toda a linha subsequente, podendo o produto, completamente confeccionado ao final, retornar para a substituição do ornamento errado pelo correto. Caso o erro seja detectado, implicará a repetição do mesmo trabalho dos pregadores de botões. Todos os botões no padrão errado serão substituídos. Portanto, se houver 1.000 peças com esse erro, todo o trabalho será refeito.

¹⁰⁷ Caracteriza-se como polivalente, pois executa todas as operações de um setor de trabalho. Para Salerno (1996), ser polivalente multifuncional não é sinônimo de qualificação, haja vista que ocorre na realidade uma adição de tarefas. E para o mercado de trabalho, o operador de várias máquinas é visto como semiqualficado. Seguindo o eixo das análises do autor, podemos afirmar que, no caso da empresa X, a multifuncionalidade significa uma intensificação do trabalho.

¹⁰⁸ Trabalhador nº 15, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

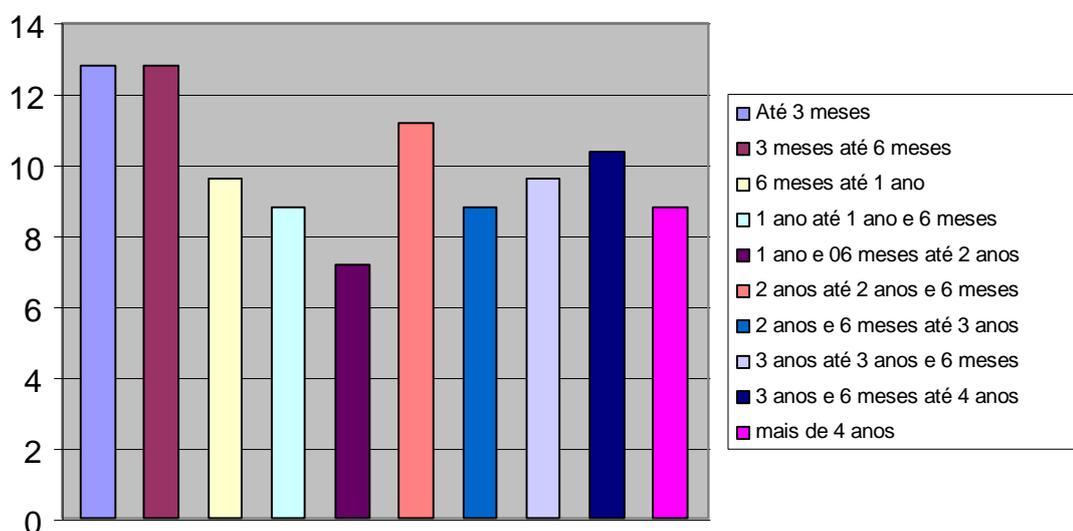


Gráfico 10 – Tempo de trabalho na empresa X. Fonte: Questionários.

A questão sobre o tempo que os trabalhadores têm na empresa foi bastante equilibrada. Dividimos as informações do Gráfico 10 em dois grupos: o dos novatos para o qual consideraremos aqueles que têm no máximo um ano de empresa; e o grupo dos veteranos, aqueles que têm o período de permanência na empresa superior a um ano. Respectivamente, os percentuais obtidos foram: 35,2% e 64,8%. Até o momento da realização desta pesquisa permaneciam nos quadros trabalhadores que iniciaram as suas atividades juntamente com a implantação da empresa no estado de Sergipe.

Outro indicativo diz respeito ao grande percentual de sujeitos recém-empregados, até a faixa dos seis meses, perfazendo um total de 25,6%. Que pode ter duas explicações: a) o período de intensificação do trabalho ocasionado pela proximidade do final do ano e o conseqüente aumento dos pedidos, que leva à necessidade de um maior número de trabalhadores para suprir a demanda; b) a confirmação da política da empresa com relação ao primeiro emprego, que será abordada adiante.

Segundo o explicitado a seguir, não obstante constatarmos que no período citado acontece uma ampliação das contratações para os postos de trabalho, realmente é concreto o fato do recrutamento de pessoal que necessariamente não precisa ter experiência anterior no ramo. Eis o motivo dessa opção:

Mas aqui em Sergipe você não tem muita mão-de-obra na área de indústria, você vê que são poucas indústrias que tem aqui em Sergipe. Então, desde o

começo a gente tem treinado pessoas, a gente tem um pessoal que você ver de uma certa idade na fábrica, que tem experiência, mas aí vieram de uma outra empresa, né, tipo a [...] ou a [...] ou coisa parecida, muitas delas já estão empregadas, são senhoras de idade. Enfim, é questão de mercado realmente, não tem muitas pessoas com experiência na área, até porque como eu falei as nossas máquinas são completamente modernas, elas não são acostumadas com isso. Quer dizer, a máquina de corte, jamais uma empresa tem uma máquina de corte daquela. A máquina que prega botão, por exemplo, que é uma máquina de ponta, também muitas empresas não tem esse tipo de máquina. Enfim, eu acho que é a título de mercado de trabalho mesmo, não tem muita experiência nessa área, e a questão de moldar de acordo com a empresa, o perfil da empresa, né, tudo isso facilita bastante. E acho que a garra também dos jovens, em querer aprender ali, tudo isso. Mas é como eu falei, nenhum preconceito, acho que talvez seja o mercado de trabalho mesmo, que não tenha tantas pessoas experientes, até porque o estado não tem tantas indústrias, principalmente na área de confecções (GA¹⁰⁹).

Tudo o que foi dito a respeito de a experiência anterior não ser determinante está relacionado com as máquinas modernas que a empresa X possui. Este aspecto implica facilidade de manuseio, não requerendo grande complexidade para o desenvolvimento e execução da atividade.

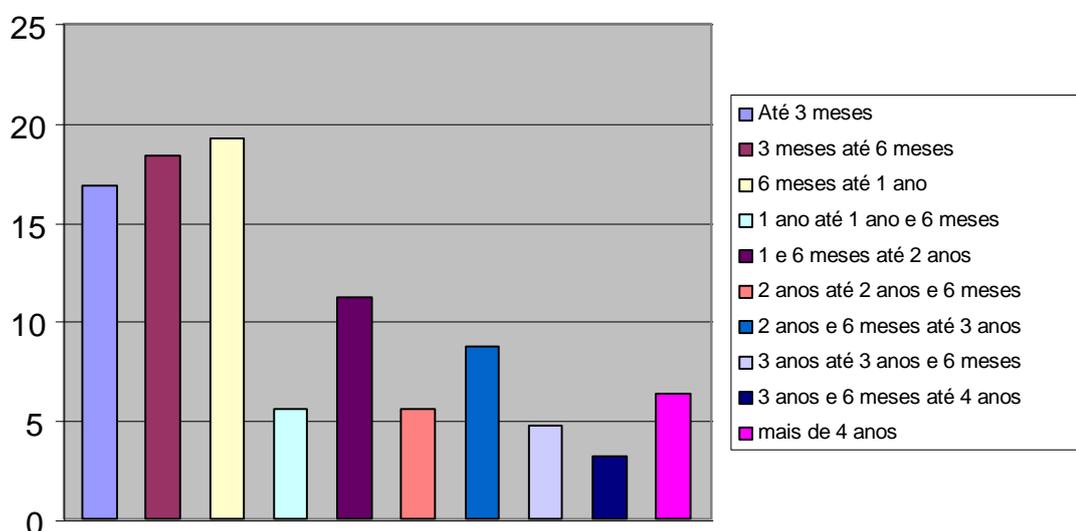


Gráfico 11 – Tempo de exercício na função atual. Fonte: Questionários.

No que tange ao tempo em que os trabalhadores estão exercendo a função que ocupam atualmente, houve uma pequena modificação nos dados, sugerindo que 54,4% dos sujeitos

¹⁰⁹ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

apresentam uma maior mobilidade quando se tem até um ano (Gráfico 11). Isto ratifica que tem fundamento a simplificação da mudança de função, quando de ajudante geral o trabalhador ascende para auxiliar de costura, e de auxiliar de costura a próxima escala é costureiro e/ou costureira.

Acima de um ano o percentual foi de 45,6%, sugerindo que após a maior possibilidade de progressão inicial detectada até o primeiro ano de trabalho, os avanços estabilizam-se, exceto nos casos em que o costureiro e/ou costureira avança para os cargos multifuncionais A, B ou C. Já em outras circunstâncias, ocorrem transferências de pessoas lotadas na produção para a área administrativa.

Sobre essa política de plano de carreira na empresa, é elucidativo este comentário:

Eles entram hoje como auxiliar de costura, né, aí, é, como eu lhe falei, eles entram sem experiência, a grande maioria. Eles entram como auxiliar de costura e quando vão aprendendo determinadas funções, ou operações como eles chamam, eles vão crescendo de acordo com o plano de carreira, aí passa a ser costureira, aí costureira ela aprende aquela determinada operação, sei lá, pregar manga, aí de repente ela aprende a pregar manga e a pregar gola, ela já passa para operador multifuncional A. Se ela já aprendeu a pregar manga, gola e outra operação, multifuncional B e C. Enfim, é, eles entram com um salário básico, conforme o acordo coletivo, né, aquele piso salarial, mas com certeza a tendência é crescer na empresa. A gente obedece o plano de carreira interno, nosso, né, e é intenção da empresa inclusive, que ele aprenda várias operações, né. Enfim, com certeza a gente tem esse plano de carreira, e é adotado com toda exigência possível, porque é um retorno que a empresa precisa [...] porque a gente tem interesse, tem interesse de investir no funcionário, tem interesse de que ele aprenda mais operações, até porque a grande maioria são mulheres, mulheres tem seus afazeres, faltam muito, né, e a gente precisa de pessoas que entendam várias operações, até pra suprir aquela produção no dia quando da ausência. Enfim, a gente com certeza dá esse incentivo ao crescimento do funcionário na empresa, não tenha dúvida (GA¹¹⁰).

Aqui é explicitada a característica desejável aos trabalhadores em todos os ramos de trabalho no capitalismo, dominar mais de uma operação, enfim, ser polivalente e capaz de substituir outros colegas de trabalho, caso surja essa necessidade. Também se evidencia no caso analisado que o treinamento da mão-de-obra masculina nas atividades ligadas antes ao sexo feminino afina-se ao fato de os homens não terem as responsabilidades domésticas que são delegadas às mulheres, fazendo-os ganhar espaço na costura industrial.

O aprendizado de novas operações restringe-se a uma certa diversificação na capacidade da força de trabalho para a realização de outras funções. Analisemos a situação

¹¹⁰ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

descrita por uma trabalhadora, quando indagada a respeito de sua função, e em seguida sobre o motivo de realizar tantas operações, enfim, ser polivalente. Assim expressou-se:

Eu, eu faço de tudo, de tudo. Só não faço duas coisas no setor, mas o restante eu faço tudo, costuro, refilo, e dou pique, caseado, tudo [...] É porque é assim [...] falta uma pessoa, aí eu tenho que cobrir, aí me botam no lugar que aquela pessoa que faltou [...] aí precisa de mim lá na frente, tem muita coisa pra fazer, aí me tiram de onde eu tô, se eu tiver costurando, me tiram, botam lá, aí depois eu volto a costurar [...] (T2¹¹¹).

Mas a polivalência indica o seu limite, pois saber realizar várias operações não indica necessariamente domínio pleno em todas elas, como explicita o depoimento a seguir:

Eu acho que pelo tempo que eu tô aqui, eu só não sei fazer uma função no meu setor, o resto, eu acho que não dá pra dar produção, não dá pra dar produção porque você sabe que cada um tem o seu próprio lugar, que a pessoa consegue dar produção, a pessoa trocou, não consegue dar a mesma produção que aquela outra pessoa, mas faz, entendeu? Então eu acho que depois que eu entrei aqui, eu aprendi várias coisas, principalmente no meu setor, outro setor não tive contato, que, sabe, cada um tem o seu setor, né. Mas no meu setor, graças a Deus aprendi muita coisa (T7¹¹²).

Temos por um lado a indicação de que tudo (ou quase tudo), em termos de conhecimento de operações em um determinado setor, foi aprendido, mas por outro lado também expressa a limitação; ou seja, o saber fazer tudo não implica conseguir imprimir elevada produtividade em todas as operações conhecidas.

Outros sujeitos assinalam um ponto de vista interessante acerca do que aprenderam na fábrica, demonstrando o papel que a política da empresa assume com relação ao treinamento e qualificação de trabalhadores para a ocupação dos postos disponíveis. Os atributos e habilidades aprendidos no local de trabalho são apresentados em seguida:

A habilidade em si primeiramente. A questão do cuidado, assim, do esforço físico, o cuidado com o corpo, a gente passa a ter, e a habilidade em primeiro lugar, quando a gente trabalha na área industrial, acho que é uma das primeiras coisas que a gente começa a adquirir é a habilidade (T1¹¹³).

Há várias coisas, eu aprendi é, eu prego etiqueta, eu faço orlamento, a minha é orlamento do punho, mas eu já faço de gola, eu já fixo pezinho. É, eu fecho punhos, não dou produção, mas já faço, né, já é um passo, já é um caminho andado, e todos eles eu gosto de fazer, gosto mesmo [...] Eu só não, não

¹¹¹ Trabalhador nº 2, depoimento colhido do dia 20/9/2007.

¹¹² Trabalhador nº 7, depoimento colhido no dia 26/9/2007.

¹¹³ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

pratico também a ginástica em casa, porque eu sou muito relaxada [...] (T3¹¹⁴).

Assim, o trabalho em equipe, porque assim, tudo é ligado, cada coisa é ligada à outra coisa, nada é separado. Então, se a sua equipe não vai bem, o seu trabalho também não vai bem, então, isso que eu aprendi e primo muito entendeu [...] Com relação ao sentar, a postura, entendeu, até como você deve andar, pra passar o dia todo, a Ginástica Laboral, entendeu. Então a empresa sempre pega muito no pé nessas questões, que é pra sempre, pra o nosso corpo tá ok (oquei), tá sempre ok (oquei) (T6¹¹⁵).

Eu acho que a agilidade, que eu era uma pessoa muito devagarzinho, sabe [...] Eu sempre era devagar nas coisas que eu fazia, mas agora não (T10¹¹⁶).

É, raciocínio rápido, tem que raciocinar rápido, porque a gente trabalha com produção e não pode demorar muito pra tomar uma decisão. Tem que ser de imediato, e se for esperar pra tomar uma decisão, tem que ser o mais rápido possível, não pode demorar mais que 5, que 10 minutos, tem que ser o raciocínio rápido e decisões rápidas também (T12¹¹⁷).

Esses depoimentos demonstram que na empresa X o treinamento não se restringe à realização de operações nem ao manuseio de máquinas. O aprendizado é, por assim dizer, mais profundo. A habilidade figura como algo essencial ao processo, dessa maneira, destreza e agilidade para desenvolver as tarefas exigidas são imprescindíveis.

A Ginástica Laboral também aparece como algo que foi incorporado pelo trabalhador. Sobre essa questão, especificamente, debruçar-nos-emos mais adiante.

É mister intervir na consciência do trabalhador, inculcando-lhe os valores desejáveis. Portanto, é essencial aprender a trabalhar em equipe, no sentido de compreender que a harmonia desta é o marca-passos do êxito ou do desempenho pífio no que tange ao alcance da produtividade. O corpo, no que se refere às posturas de andar, sentar, enfim, a forma de portar-se corporalmente no trabalho, não é negligenciado, eis o motivo pelo qual a educação do corpo não se limita a acontecer num espaço e tempo específicos.

O raciocínio também é afetado por essa forte influência. É necessário desenvolver pensamento rápido e ações mais rápidas ainda, visto que o *fator humano* materializado pela força de trabalho é o responsável pelos erros ou índices produtivos não alcançados. O trabalhador deve introduzir em sua dimensão psíquica a culpabilidade pelo processo.

¹¹⁴ Trabalhador nº 3, depoimento colhido no dia 20/9/2007.

¹¹⁵ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

¹¹⁶ Trabalhador nº 10, depoimento colhido no dia 28/9/2007.

¹¹⁷ Trabalhador nº 12, depoimento colhido no dia 28/9/2007.

Porém, chamam-nos mais atenção as marcas que a organização do trabalho impinge na corporalidade dos trabalhadores, entendendo esta como a conjunção unitária das capacidades físicas e mentais, pois o trabalhador torna-se dócil, mais apto, mais veloz, mais ágil. O seu corpo é subjugado e modelado de acordo com os interesses alheios; e o próprio sujeito compreende que até seu ritmo foi modificado, quando deixou de fazer as coisas “devagar” e passou a executá-las com agilidade.

É possível que tais repercussões não se restrinjam às ações do trabalhador ao ambiente de trabalho. O *gorila amestrado* de Taylor é uma metáfora, mas também um projeto de que o capital não pode abrir mão. Assim, em seu cotidiano fora do trabalho o corpo educado nessa instância não se desvincula da agilidade, retidão postural e raciocínio rápido, quando muitas vezes é preciso calma em vez de pressa, lentidão em detrimento de rapidez e tomada de decisões a partir de uma reflexão bem fundamentada, o que exige tempo e tranquilidade. Mas o trabalhador encontra-se impregnado de tal forma, que não consegue distanciar-se dos comportamentos e atitudes esperados no trabalho, reproduzindo-os em outras dimensões de sua vida, assumindo a todo tempo o tipo *homo faber*.

O hilário, mas concreto operário, representado por Chaplin em *Tempos Modernos* continua a ser produzido e reproduzido mesmo sob a tutela da acumulação flexível, afetado pela educação do *corpo no e pelo trabalho*. Estando despersonalizado no trabalho, manter-se-á o trabalhador despersonalizado fora dele (DEJOURS, 1992).

A forma de ingresso na empresa tem uma relação íntima com sua política em priorizar o primeiro emprego, e também tem uma característica intrigante, que é a indicação de uma pessoa por algum parente ou amigo que já trabalhe na fábrica. Esse conhecimento facilita o seu ingresso no posto de trabalho. Verificamos vários casos de irmãos, pais e filhos e pessoas com outros graus de parentesco trabalhando juntas.

Os percentuais confirmam o que fora dito anteriormente: 52% dos sujeitos respondentes do questionário foram indicados; 36% tiveram seu ingresso por meio de análise de currículo; 8,8% afirmaram ter passado por um processo seletivo, normalmente um processo prático de manuseio de alguma máquina, e 3,2% entraram por outros meios, a exemplo dessas agências de recursos humanos, que encaminham os candidatos ao mercado de trabalho (Gráfico 12).

Pode-se dizer ainda que a empresa X tem uma política de recrutamento de pessoal característica com o padrão tecnológico e o desenvolvimento das forças produtivas do capital mundializado, que dispensa uma qualificação elaborada. Não é exigida experiência anterior, porque

normalmente o critério utilizado é o primeiro emprego, não precisa nem ter experiência. Hoje em dia não tem uma exigência pra um critério. Normalmente a gente tá dando prioridade aos primeiros empregos, né, às pessoas que realmente não têm experiência, que a gente molda, né, de acordo com a empresa (GA¹¹⁸).

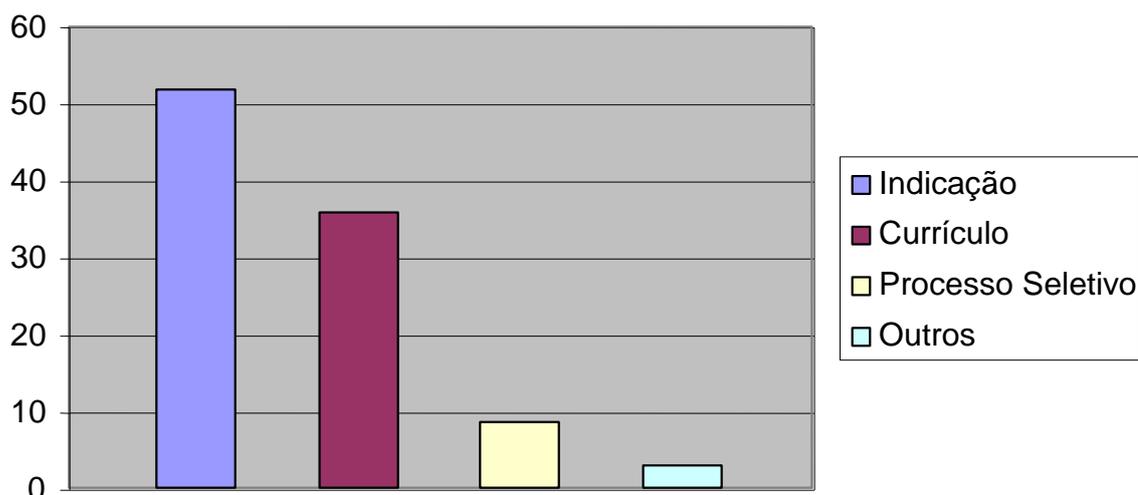


Gráfico 12 – Forma de ingresso na empresa X. Fonte: Questionários.

Esse critério peculiar é endossado quando se verifica qual o perfil do aspirante a emprego nessa empresa. Portanto, “estar dentro do perfil é tanto a questão da idade, hoje a gente pega pessoa só de primeiro emprego. A idade, a gente tem o perfil de idade, a gente só pega pessoa de 18 a 23 anos hoje pra trabalhar, e tem que morar na região” (CP¹¹⁹).

A indicação da faixa etária a respeito de uma média jovem da força de trabalho reflete a política de recrutamento de pessoal da fábrica.

A experiência não é um entrave; e esta opção por pessoas “inexperientes” tem uma intencionalidade clara,

que é a questão dos hábitos. Quando você pega uma pessoa [...] que nunca trabalhou, você molda ela à maneira que você quer, você trabalha ela, você ensina o jeito. Por a gente também trabalhar com produto de altíssima qualidade, então se a gente pega uma pessoa que já trabalhou em outras empresas, ela já vem fazendo no caso o produto errado, ela quer fazer da maneira dela, então a gente tem dificuldade de passar isso pra ela, e quando eu pego uma pessoa que nunca trabalhou, eu moldo ela à minha maneira.

¹¹⁸ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

¹¹⁹ Coordenadora de produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

Então com isso a gente tem ganho, a gente anda aí, é, 50% já duma pessoa que já trabalhou e uma que não sabe, apesar dela não conhecer o trabalho, o manuseio da máquina [...] é mais fácil pra ela pegar nossa maneira (CP¹²⁰).

Começa a estreitar-se o caminho para chegarmos mais próximos à compreensão da educação do corpo que se processa no e pelo trabalho, em que através da associação da capacidade humana de trabalho e o maquinário, o primeiro é submetido ao segundo. Moldar uma mentalidade ou um corpo é docilizar o ser social, torná-lo útil e apto a compor a engrenagem motriz da produção. Por essa razão, o trabalho – atividade humana por excelência –, atrelado a interesses externos a si, esvai-se do seu caráter de liberdade, constituindo-se em ação maquinal e embrutecedora que (des)personaliza o corpo, revelando uma corporalidade unilateral e alienada.

No caso investigado, a própria empresa fornecia o treinamento necessário para habilitar um candidato a um dos seus postos de trabalho. Inferimos que entre os motivos para essa opção por pessoas inexperientes reside o fato da simplicidade das tarefas, que não exigiam uma qualificação muito elaborada. Durante as observações, constatávamos que muitos daqueles trabalhadores não eram costureiros “profissionais¹²¹” e que não sabiam costurar e confeccionar uma camisa por inteiro, mas dominavam apenas uma ou várias operações correspondentes ao seu setor de trabalho, por exemplo, prensar ou modelar o bico da gola.

A jornada de trabalho na empresa X segue o padrão previsto pela legislação brasileira de oito horas diárias e quarenta horas semanais. De segunda-feira a quinta-feira, os trabalhadores entram às 6 horas e saem às 16 horas. Exceto nas sextas-feiras, quando entram no mesmo horário dos dias anteriores, mas saem às 15 horas. Caso aconteça hora extra, o horário de saída é ampliado para as 17 horas, permanecendo o horário de entrada sem alteração. Toda a jornada é matutina e vespertina; não há jornada noturna.

Os números sugerem uma percepção talvez equivocada por parte dos trabalhadores, a saber, confundir dias de hora extra com a jornada normal. Por este motivo, 32% responderam que trabalham até oito horas diárias e 68%, entre oito e dez horas (Gráfico 13). Durante o período da coleta de dados, a fábrica estava num momento de elevada produtividade, de forma que em quase todos os dias acontecia hora extra de segunda a sexta-feira, bem como o trabalho alternado aos sábados. Seria por este razão a divergência numérica, ou a jornada real

¹²⁰ Coordenadora de produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹²¹ Com esse termo referimo-nos às pessoas que costuram em sua própria casa e/ou em seu atelier atendendo a pedidos por encomenda. Mas ainda que alguns dos trabalhadores tenham essa habilidade/qualificação, qual o tempo que dispõem para exercê-la quando não estão na fábrica?

supera as oito horas diárias? Eles consideraram o tempo total de permanência no ambiente de trabalho?

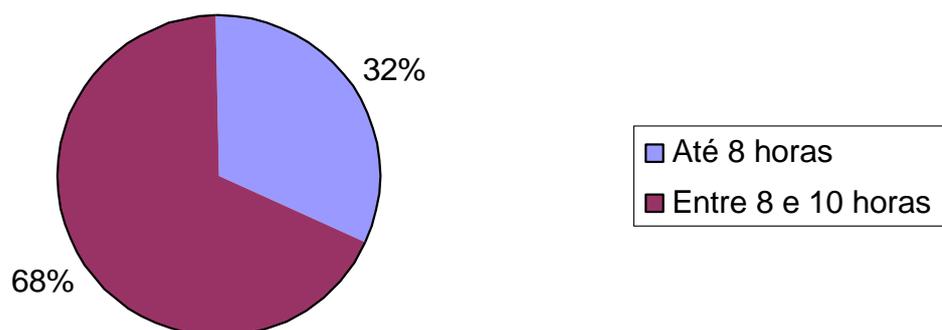


Gráfico 13 – Jornada de trabalho na empresa X. Fonte: Questionários.

Estamos querendo ressaltar que é comum nas indústrias a prática da extensão da jornada de trabalho no capitalismo. Vale lembrar, contudo, que o valor da produção/reprodução do trabalhador pouco se altera, ampliando-se, na realidade, o trabalho excedente que ele realiza e não lhe retorna.

Em condições normais, os seres humanos dormem aproximadamente oito horas. No ambiente de trabalho são despendidas em média mais oito horas da sua existência. Sendo assim, o que lhe resta para exercer outras atividades relacionadas às diversas esferas da sua totalidade humana? O tempo de não-trabalho começa quando o trabalhador deixa o local de trabalho, o que é possível fazer estando-se fadigado após a jornada? Sem falar nas obrigações que devem ser cumpridas em outras instâncias fora do trabalho.

Sobre a política salarial da empresa, 77,6% dos sujeitos afirmaram receber um salário mínimo, e 22,4%, entre um e meio a dois salários mínimos (Gráfico 14).

Dos respondentes que situaram sua resposta entre um salário e meio e dois salários, o teto máximo chega a um salário e meio aproximadamente. Normalmente esses são os encarregados, líderes de produção, etc. Talvez se aproxime desse patamar um multifuncional C.

Até então nada de extraordinário perante as práticas comuns que permeiam o conflito entre capital e trabalho, bem como em relação ao padrão salarial brasileiro¹²² e especificamente do Nordeste.

A própria empresa contrata um número considerável de jovens e responsabiliza-se também pelo treinamento e qualificação dessa mão-de-obra a fim de assumir os postos de trabalho. É possível que esse investimento não seja fortuito, pois, sob o sistema produtor de mercadorias, tudo tem um preço. Seria o salário em questão fruto da ação qualificadora promovida pela própria fábrica?

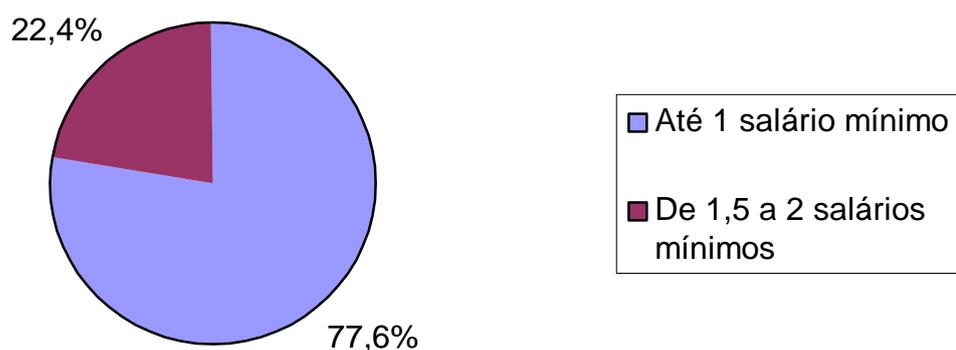


Gráfico 14 – Faixa salarial dos trabalhadores da empresa X. Fonte: Questionários.

O movimento migratório de grandes grupos dos seus países de origem para aqueles em desenvolvimento encena essa busca por uma mão-de-obra barata. Nos limites de um mesmo país, esse movimento também ocorre com a transferência de plantas produtivas do eixo Sul/Sudeste para o eixo Norte/Nordeste. Afinal, “a gente não pode aumentar tanto o preço de custo do produto, se não os clientes reclamam; então temos que ganhar na mão-de-obra barateada¹²³”. Se por um lado as ações da empresa no que tange à organização do trabalho

¹²² Segundo Carvalho (1996), os salários pagos nas indústrias brasileiras estão entre os mais baixos do mundo.

¹²³ Comentário feito por um trabalhador da empresa X, no dia 4 de outubro de 2007 e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados. Ressaltamos que esse deveria ocupar algum posto diferenciado na empresa, pois ele veio de São Paulo e já trabalhava lá. Demonstrou compreender as razões da transferência.

enquadram-se em algumas premissas do fordismo¹²⁴, por outro afinam-se com algumas das características típicas da acumulação flexível, como já foram enunciadas em outra parte desta pesquisa.

Quando questionados sobre a existência de intervalos, pausa da atividade laborativa, os percentuais dão uma indicação instigante, pois 99,2% – o que equivale a 124 sujeitos – afirmaram que existe esse momento e 0,8%, que corresponde a uma pessoa, informou e/ou marcou que não há intervalo, segundo sua opinião (Gráfico 15).

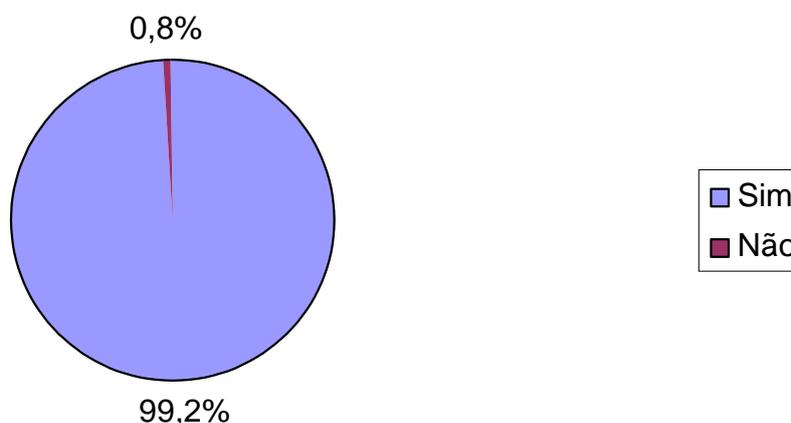


Gráfico 15 – Existência do momento de intervalo. Fonte: Questionários.

Os dados sugerem ao menos duas interpretações: a primeira diz respeito à possibilidade de ter ocorrido um erro na marcação da resposta; a segunda interpretação corresponderia ao entendimento desse trabalhador sobre o que é o intervalo. Talvez ele não considere como intervalos as pausas no trabalho para o café da manhã (15 minutos), o almoço (uma hora), o lanche (15 minutos) e a Ginástica Laboral, que acontece em duas sessões, uma pela manhã e outra à tarde (30 minutos). Estas interrupções não devem ser classificadas como tal, porque ocorrem no próprio ambiente de trabalho, onde não há como se desvincular dele, pois o café, o lanche, o almoço e a Ginástica Laboral são efetuados na própria fábrica. Talvez

¹²⁴ No entanto, Ford entendia que para compensar a rotina e monotonia do trabalho, os trabalhadores deveriam receber bons salários.

por esse motivo uma trabalhadora tenha se expressado desta forma: “quando a gente entra na fábrica, a gente tem que viver só aqui¹²⁵”.

Contudo, por ordem de referência, aparecem como os momentos de intervalo mais citados: o almoço¹²⁶, o café da manhã, o lanche e a Ginástica Laboral. Sobre o lanche, deve se esclarecido que este acontece apenas nos dias de hora extra. Houve uma menção curiosa sobre um momento considerado como intervalo, e não deixa de sê-lo, que foi ir ao banheiro.

Entramos agora no terreno mais complexo sobre os processos de trabalho e a forma como os trabalhadores expressam-se e elaboram suas percepções a esse respeito. A questão refere-se ao fato de terem contraído alguma doença no trabalho.

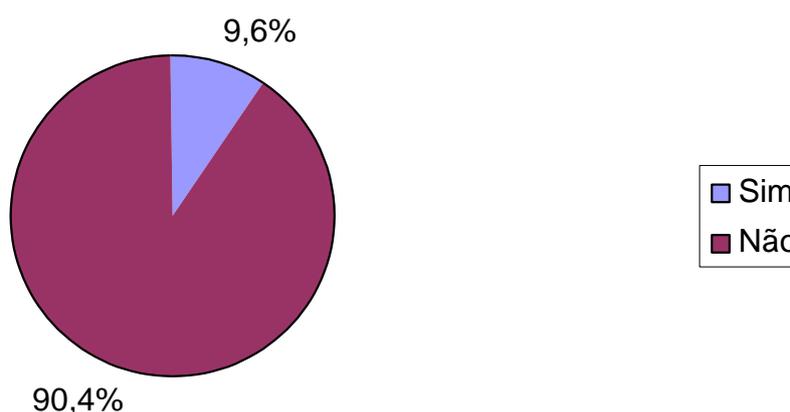


Gráfico 16 – Indicação de doenças contraídas no trabalho. Fonte: Questionários.

Quando expusemos o questionário à gerência administrativa da fábrica, a fim de mantê-la informada sobre os procedimentos da pesquisa, fomos alertados sobre a questão 2.9: “acho muito difícil eles responderem essa questão, eles vão ocultar, ficarão com medo de ser

¹²⁵ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 19 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

¹²⁶ O almoço é oferecido pela empresa que tem um refeitório para essa finalidade. Por ter uma duração mais extensa, normalmente alguns trabalhadores optam em aproveitar o tempo para resolver alguns problemas nesse intervalo. Alguns dos que moram mais próximos à fábrica vão almoçar em casa. O que não pode acontecer com o café, com o lanche e com a Ginástica Laboral.

algum tipo de repreensão pelo fato de estarem doentes. Acho que nenhum funcionário responderá essa questão¹²⁷”.

O alerta era confirmado ao receber a maioria dos questionários. Mas nos surpreendemos quando 9,6% dos sujeitos indicaram ter contraído alguma doença desde que começou a trabalhar na empresa; ao passo que 90,4% não registraram essa situação. Entre as doenças manifestadas, foram destacadas: tendinite, bursite, desvio de coluna, LER/DORT e dores no corpo (ossos e ombros).

Cabe ponderar que não estamos investigando a ocorrência de doenças do trabalho. No entanto, elas materializam a configuração da corporalidade dos trabalhadores na era das máquinas inteligentes, não obstante o alarde acerca da intelectualização dos postos de trabalho sob os auspícios de uma nova Revolução Industrial, conforme o discurso hegemônico em voga.

Contrair alguma doença ao trabalhar não é uma situação apenas comum aos trabalhadores do setor industrial, e muito menos do ramo de confecções. Também no ramo de serviços, como os bancos, o comércio, o processamento de dados, as telecomunicações, etc., e nas mais diversas atividades, como digitadores, montadores de componentes eletrônicos, caixas de supermercado, embaladores, telefonistas, entre outros, são diagnosticados casos de LER/DORT (ALVES, 2004).

É obvio que o setor têxtil e o de confecções também fazem parte dessa lista, visto que as atividades de costurar mangas, golas e punhos, além da passadoria, registram boa parte dos acometidos por doenças do trabalho. Destacamos, mais uma vez, que empresa realiza em alguns setores o rodízio de funções como uma forma de prevenir a incidência dessa patologia.

Esse tipo de doença, embora se manifeste no físico, num impedimento corpóreo da capacidade de o trabalhador colocar em ação sua força de trabalho, tem conseqüências que vão além do físico, enfim, abrange a totalidade do ser social.

Creio ser este o caso, especificamente, das LER, uma vez que o processo de adoecimento repercute em todas as dimensões da experiência vivida dos por elas afetados: na corporalidade, como uma doença muitas vezes incapacitante para atividades não apenas de trabalho, mas da própria vida cotidiana, acarretando, em muitos casos, seqüelas físicas permanentes; na vida profissional, com o afastamento e/ou prejuízo da capacidade laborativa, e toda a carga valorativa advinda desse afastamento/prejuízo para segmentos da população (auto) valorizados em termos dessa capacidade laborativa; na

¹²⁷ Comentário feito pela Gerente Administrativa da empresa X, no dia 4 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

vida psíquica, na medida em que quadros depressivos e/ou ansiedade são freqüentes após o adoecimento, e na própria auto-imagem, auto-representação, sendo recorrentes, após a instalação da doença, rupturas e conflitos identitários [...] (ALVES, 2004, p. 46-7).

Enquanto íamos a campo, num certo dia havia uma trabalhadora na recepção, aguardando ser atendida. Estava com um aparato ortopédico imobilizando a região do seu punho e antebraço (não lembramos qual o lado). Ficamos observando que os colegas à medida que iam se encaminhando para a saída da fábrica – horário do almoço – e a viam, paravam para trocar algumas palavras. Perguntavam como ela estava, o que havia ocorrido. A mulher então tirou o aparelho e expôs o seu punho e mão que estavam muito lesionados, pois os seus dedos não se movimentavam, e as articulações apresentavam-se inchadas, em seguida desabafou: “bastou um ano e três meses aqui pra isso acontecer¹²⁸”.

De maneira semelhante expressou-se uma trabalhadora que reencontramos na fábrica, após o seu licenciamento de quinze dias para tratamento. Quando indagada sobre sua melhora, respondeu: “melhorei, mas quando voltei a trabalhar a dor também voltou, não tem jeito, já estou sentindo esse queimor no braço há três anos e um mês¹²⁹”.

Acreditamos que se confirma o potencial superior das próprias atividades específicas do trabalho, no que tange à educação corporal do trabalhador. A sua corporalidade é afetada de tal forma, que ele se torna suscetível a contrair LER/DORT¹³⁰, entre outras doenças relacionadas ao trabalho. A Ginástica Laboral não pode ser eficaz para todos os casos e situações. Com isso não estamos dizendo que ela não tem aspectos positivos, e que todos os trabalhadores estão fadados à mesma situação, mas sem dúvida é limitada a ação preventiva à qual se propõe.

No entanto, sobre a questão do fornecimento de assistência médica para os trabalhadores eventualmente acometidos por alguma doença do trabalho, detectamos uma certa tensão entre os posicionamentos expressos pela gerência/coordenação e os trabalhadores.

Analisemos primeiro o que afirmam os gestores sobre esse ponto:

¹²⁸ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 24 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados. Não conseguimos identificar se ela estava licenciada ou se já não fazia mais parte do quadro da empresa.

¹²⁹ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 16 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

¹³⁰ Os comentários que os trabalhadores fizeram no dia 24 de setembro de 2007 indicavam que a colega de trabalho encontrada na recepção apresentava essa patologia.

Existe com certeza. Ela passa pela médica, a médica vai encaminhar para o especialista, existe esse programa que a empresa mantém esse contrato com a clínica, na [...] ¹³¹, o [...] ¹³²; ou seja ela qual for, passa por um acompanhamento do especialista caso haja necessidade de exame, consulta, até intervenção cirúrgica a empresa está sempre fazendo o acompanhamento disso. Quando eles retornam do INSS eles recaem sobre aquele projetinho que eu falei no início, de um acompanhamento porque está retornando, como é que ela está recebendo esse trabalhador. Volta para o especialista, faz todo tipo de exame, de como ele vai reagir diante dos funcionários e os funcionários diante dele, já que ele em tese seria uma pessoa, né, com problemas. Enfim, a gente se preocupa bastante, não tenha dúvida (GA ¹³³).

Sim, quando a pessoa reclama, assim, principalmente a gente que tá à frente da batalha, de qualquer tipo de incômodo, a primeira coisa é aquela intervenção ergométrica ¹³⁴ que você falou, a gente orientar se ela tá na postura correta, se a máquina tá adequada ao tamanho dela e tudo mais. Se isso não resolver, a gente, a primeira coisa é encaminhar ela pra médica da empresa, pra que a médica possa fazer um acompanhamento e uma vez encaminhada pra médica, ela tem todo o acompanhamento da médica, não só da médica, como se ela precisar de fazer exames, a empresa dá todo suporte pra essa pessoa (CP ¹³⁵).

Existe o acompanhamento médico nesse padrão anunciado pelas entrevistadas. Mas a tensão a que nos referíamos é condizente com o conflito entre capital e trabalho, manifesto na fábrica observada. Lembremos que tanto a Gerente Administrativa, quanto a Coordenadora de Produção enquadram-se naquele grupo que efetua o trabalho conceptual, gerenciando as atividades. Os trabalhadores da produção, por sua vez, estão inseridos no grupo dos executores. Portanto, apesar de ambos os casos corresponderem aos trabalhadores num sentido geral, circunstâncias diversas colocam-nos em pólos distintos.

Alguns sujeitos expressaram-se assim sobre a questão da assistência:

Hoje existe o acompanhamento da empresa para com o funcionário, ele encaminha a empresa à clínica, e todos os procedimentos são feitos por coordenação da empresa, como pagamento de médicos e tudo, e até, assim, a ligação com o INSS a empresa toma conta (T1 ¹³⁶).

Agora, né, mas há 5 meses atrás não tinha nenhum, eles não se preocupavam de forma nenhuma com o funcionário. O funcionário que tinha que correr atrás de médico, de remédio e outras coisas (T4 ¹³⁷).

¹³¹ Menciona o nome de uma clínica.

¹³² Idem.

¹³³ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

¹³⁴ Mais uma vez a entrevistada se confundiu, e sua intenção talvez fosse dizer *ergonômica*.

¹³⁵ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹³⁶ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹³⁷ Trabalhador nº 4, depoimento colhido no dia 24/9/2007.

Ah, quer saber assistência assim, se eles dão assistência? Eles dão assistência, estão começando agora, antes não, mas agora, né. Pelo menos eu que estou nessa situação né, eles mandam a gente pra o médico, eles compram remédio, sabe, estão tendo mais atenção, antes não, mas agora eles estão tendo mais, né, do jeito deles, mas estão tendo mais (T9¹³⁸).

Há um tempo atrás não. Chegávamos a ponto de arcar com todas as despesas, medicamento, tratamento, a procura de médicos. Nós não tínhamos esse auxílio e um tempo pra cá, eu não sei realmente quem chegou a conseguir isso pra nós. Não sei se foi sindicato, eu não sei bem. Mas nós passamos a ter mais direitos, assim, hoje aquelas pessoas que estão doentes e consta que foi causado por trabalho etc., etc., eles estão tendo acompanhamento médico, é, o tratamento da fisioterapia e até mesmo a medicação. Então hoje nós temos, assim, não totalmente aquele auxílio, né, mas o básico. A empresa está chegando mais próximo do que a gente esperava, né, porque eu particularmente, eu nunca esperei nem um anador [...] (T19¹³⁹).

Outros afirmaram que havia assistência, sem indicar que era algo recente. Confrontado as duas visões antagônicas – gestão/concepção *versus* execução –, aflora a dinâmica do trabalho no capitalismo contemporâneo. Segundo os trabalhadores, a assistência existe, mas foi introduzida há pouco tempo. E antes, como ficavam esses sujeitos caso fossem afetados por alguma doença do trabalho? Para a lógica do capital seria mais cômodo excluir uma peça e/ou mercadoria que não satisfizesse o propósito almejado. Mas ele esbarra justamente no fato de a força de trabalho – essa mercadoria peculiar – estar vinculada ao ser social. Essa é a limitação que a força de trabalho como matéria-prima da exploração impõe ao capital, a saber, a sua unidade, pois, diante do tipo de tarefa exigida em associação com a organização do trabalho, toda a integridade psicofísica está sujeita a algum processo patológico.

Não há como explorar a capacidade de trabalho sem que o possuidor dela também o seja. Não resta ao capital outra alternativa, senão cuidar melhor desse bem precioso, porque mesmo para a configuração financeira do capital, a produção é um momento determinante de sua acumulação e ampliação. Contudo, a doença é vista como responsabilidade do trabalhador. Neste sentido, um comentário revelou-nos uma questão candente: “agora que sou encarregado, vejo as coisas com outros olhos, por exemplo, quando alguém diz que sente alguma dor, os encarregados dos setores tiram as pessoas, e a vontade que a empresa tem é demitir essas pessoas¹⁴⁰”.

¹³⁸ Trabalhador nº 9, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

¹³⁹ Trabalhador nº 19, depoimento colhido no dia 4/10/2007.

¹⁴⁰ Comentário feito por um trabalhador da empresa X, no dia 03 de outubro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

O corpo saudável é produtivo ao passo que o corpo doente é inútil. Portanto, a mentalidade organizacional apresenta insatisfação quando algum trabalhador manifesta determinado problema que o impeça de exercer plenamente a sua função.

Em síntese, essas são algumas características que dão materialidade aos trabalhadores do campo empírico da pesquisa. Não obstante as particularidades que apresentam (sexo, idade, escolaridade, salário, jornada, doenças, etc.), o perfil apresentado circunscreve-as na universalidade inerente aos trabalhadores em um caráter geral – especialmente aqueles que empreendem atividades em que predomina o *esforço muscular-nervoso*.

Agora trataremos mais especificamente das percepções apresentadas pelos sujeitos envolvidos na execução de um programa de Ginástica Laboral (gerência/coordenação – professora de Educação Física – trabalhadores) e como este repercute na corporalidade dos usuários (trabalhadores), como conseqüência da educação do *corpo no e pelo trabalho*.

3.2 – O corpo no e pelo trabalho: a Ginástica Laboral em questão

Adentraremos no terreno que permitirá uma apreensão com substancialidade entre a corporalidade e o trabalho. Ressaltamos que há uma imbricação entre essas questões, razão pela qual esta pesquisa expõe, de forma preliminar, algumas reflexões sobre a educação do *corpo no e pelo trabalho*.

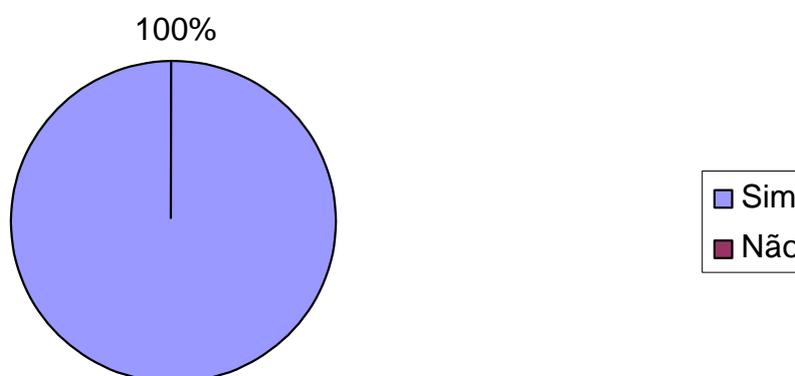


Gráfico 17 – Utilização do momento de pausa para a Ginástica Laboral. Fonte: Questionários.

Os sujeitos componentes da amostra e usuários do programa de Ginástica Laboral oferecido no campo empírico investigado são partícipes em sua totalidade desta atividade física oferecida no ambiente de trabalho, perfazendo um percentual de 100%. Todos os questionários confirmavam a utilização da pausa destinada a essa finalidade (Gráfico 17).

Entre as justificativas sobre o uso desse momento, destacaram-se: “a necessidade de alongar o corpo e os músculos”; “aquecer a musculatura”; “se sentir melhor para trabalhar após a ginástica”; “melhorar o desempenho físico e mental”; “a importância da atividade apesar de não gostar muito”; “movimentar os músculos porque se passa muito tempo sentado”; “prevenir doenças de movimentos repetitivos (LER)”; “evitar certas dores”; “para relaxar”; “para descansar”; “porque a empresa obriga”, etc.

Há uma percepção por parte do trabalhador de que os movimentos realizados antes e no meio da jornada de trabalho promovem algum bem-estar, além do caráter preventivo. Mas o que nos chamou mais atenção foi a utilização do tempo para descansar. O trabalhador pode muito bem fazer corpo mole ou não realizar corretamente os alongamentos durante os quinze minutos da atividade; ou seja, descansar, quando o sentido seria torná-lo mais produtivo.

Uma trabalhadora chegou a afirmar: “sinceramente [...] pra mim tanto faz como não fez, que eu não faço mesmo a ginástica, só enrolo e já era” (T10¹⁴¹).

Essa passagem ilustra que é possível utilizar a pausa para a atividade, descansando, o que reflete as diferentes formas de apropriação dos sujeitos que trabalham e são usuários de um programa de Ginástica Laboral. O “enrolar” aqui deve ser compreendido de duas formas: como resistir e/ou não aceitar passivamente as imposições ou aceitá-las de um modo peculiar.

Contudo, também não reflete os anseios da maioria, pois nem todos queriam isso, alguns gostavam e aguardavam o momento da ginástica com ansiedade.

Para mim é algo assim, de extrema importância, né. É tanto que eu disse a você que é tido como uma obrigação, mas a gente não faz a Ginástica Laboral por obrigação não, a gente sente é vontade de fazer, a gente faz por livre e espontânea vontade. Porque a gente vê que é um benefício a nós mesmos, e nós nos sentimos felizes por saber que os nossos chefes, responsáveis, eles se preocupam com o nosso bem-estar (T1¹⁴²).

Preocupações à parte, a pausa não é fortuita, mas sim uma prática obrigatória na empresa (acreditamos que ela o seja na maioria dos estabelecimentos que a oferecem aos seus trabalhadores), e exige dos trabalhadores *responsabilidade, disciplina e iniciativa*. Nesses

¹⁴¹ Trabalhador nº 10, depoimento colhido no dia 28/9/2007.

¹⁴² Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

termos integra a rotina de trabalho. Tal afirmação é confirmada a seguir sobre o caráter acerca da obrigatoriedade ou voluntariedade dos trabalhadores em aderir a ela.

É obrigatória! É obrigatória, é, no início a adesão realmente foi, foi bem difícil. No início a gente chegava até a advertir funcionários, porque realmente é uma pausa pra alongamento, a gente sabe da importância, a gente sabe que a falta do alongamento pode causar qualquer lesão ao trabalhador, e isso vai recair sobre a empresa. Então é obrigatório [...] se chegar ao ponto de precisar ser advertido, vai ser advertido. Claro que nós temos 300 funcionários, você não consegue ter visão de todos os funcionários, mas os encarregados, os responsáveis, eles com certeza sempre vão, né, chamando a atenção ou coisa parecida, porque eles até às vezes entendem como um momento de descontração, né, às vezes se distrai, um brinca, ou perturba com o outro, mas é obrigatório sim. Já houve casos até de demissões, de uma pessoa que se recusou a fazer e o encarregado chamou atenção, e, no momento que está fazendo a ginástica se perceber, é motivo de uma advertência com certeza (GA¹⁴³).

Em seguida perguntamos o que materializaria essa obrigatoriedade e a resposta foi:

[...] No momento que ele é admitido existe [...] ele assina uma declaração, eu fulano de tal me comprometo a participar da Ginástica Laboral [...] na empresa [...] e assina uma declaração se comprometendo a participar daquela Ginástica Laboral. Administrativamente existe esse documento, que comprova de que ele precisa participar daquela ginástica, ele é obrigado a participar daquela ginástica no momento em que ele é admitido, e que entra na empresa. Mas um motivo do respaldo da advertência, entendeu, mas existe (GA¹⁴⁴).

No entanto, outra condição a respeito de a sua prática ser ou não obrigatória é revelada neste depoimento:

[...] a Ginástica Laboral é uma norma da empresa [...] como ela é uma norma, ela acaba sendo obrigada. Só que a pessoa também tem a opção de não querer, se a pessoa não quiser fazer a ginástica é simples, a gente não força. Só que ela tem que assinar um termo se responsabilizando por não fazer a ginástica, tá (CP¹⁴⁵).

De fato, a obrigatoriedade dessa intervenção sobre o corpo dos trabalhadores assenta-se no caráter do cumprimento de uma medida legal¹⁴⁶. É oferecido esse serviço como uma

¹⁴³ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 09/10/2007.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹⁴⁶ A NR-17 não prevê nos seus artigos a Ginástica Laboral, mas ficou subentendido que ela é um tipo e/ou um complemento ergonômico, por solicitar a inclusão de pausas para descanso, principalmente nos trabalhos em que incide um maior *esforço muscular-nervoso*.

forma de a empresa minimizar o impacto da organização do trabalho ou qualquer problema que o trabalhador eventualmente adquira no posto de trabalho.

A promessa de “maior proteção legal” tem levado algumas empresas a tornar a participação nos programas de GL obrigatória e, em algumas delas, o funcionário assina um documento onde atesta estar ciente da necessidade de realizar a ginástica laboral. Neste caso a empresa está utilizando a participação nos programas de GL como uma proteção contra futuros processos trabalhistas relacionados a LER/DORT. A idéia é a de que, se o funcionário não participar do programa, ele está, conscientemente, colocando sua saúde em risco. Ao invés de promover mudanças nas condições de trabalho que se constituem em agravos à saúde dos trabalhadores, parece fácil e mais “econômico” [...] implantar paliativos. O caso da GL é ainda mais grave, porque a GL, até o momento, não comprovou sua eficácia na prevenção da LER/DORT (MACIEL *et al*, 2005, p. 81).

Não estamos afirmando que a condição da obrigatoriedade da Ginástica Laboral na empresa X é essa, até mesmo porque as respostas dos trabalhadores apontam uma certa ambigüidade sobre o assunto. Mas lembremos que estamos numa sociedade documental e antagônica, portanto, o sentido da obrigatoriedade pode estar em consonância com a análise anteriormente exposta.

Analisemos duas posições distintas de compreender a situação da obrigatoriedade na camisaria, pela ótica do trabalhador. A primeira revela que

na empresa é tido como uma regra, é uma obrigação todo funcionário fazer a Ginástica Laboral. Não, não é permitido ficar parado durante a ginástica não. É obrigatório que cada funcionário faça a ginástica, até porque nós funcionários, nós esperamos com ansiedade o momento da ginástica (T1¹⁴⁷).

Por sua vez, a outra posição entende que “é, não, né, ninguém é obrigado a fazer aquilo que não queira, entendeu? Mas é aconselhável fazer porque você vai dar um melhor desempenho, e com relação a sua saúde no futuro, a Ginástica Laboral vai colaborar” (T6¹⁴⁸).

Trata-se de um investimento que o proprietário da fábrica faz. Ele paga a uma professora de Educação Física por seus serviços prestados nessa área. Sabe-se que os trabalhadores não emitem sua opinião sobre as ações planejadas, eles apenas executam.

Mas será que a ginástica pode colaborar com a “saúde no futuro”? Isso é questionável. Nesse sentido, uma trabalhadora emite com pouco ânimo sua opinião:

¹⁴⁷ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁴⁸ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

Eu acho que os objetivos deles são esses mesmos, é fazer com que [...] logo no começo quando eu comecei a fazer [...] porque a ginástica é isso, é você fazer ela correta, se você fizer, né, mal feita não funciona mesmo. Mas depois que eu vi, que pra mim eu vi que, quando eu comecei a sentir dores e mais dores, dores e mais dores, pra mim não tá [...] sabe, pra mim ela já prestou, porque na verdade eu achava que ela prestava, funcionava pra mim, mas de jeito nenhum. Acho que, não sei, não sei, só isso mesmo (T9¹⁴⁹).

A obrigatoriedade também se confirma como algo contratual para alguns e para outros não. A respeito da existência de um documento que tenha de ser assinado na empresa sobre a adesão do trabalhador à Ginástica Laboral, fora dito: “existe sim, quando a gente entra logo na empresa, a gente assina um termo, dizendo que nós nos comprometemos a fazer Ginástica Laboral. Existe essa prática dentro da empresa” (T1¹⁵⁰).

Essa resposta confirma o que a Gerente Administrativa informou. No entanto, não foi unânime pelos trabalhadores entrevistados essa questão. Vamos ao outro lado da moeda, pois registramos alguns depoimentos em que os trabalhadores admitiam não haver assinado documento algum. Eles devem ter assinado e talvez não se lembrem disso ou ainda não assinaram. Mas é fato concreto a obrigatoriedade explícita e implícita, pois, embora seja uma pausa da atividade específica de trabalho, o caráter da Ginástica Laboral no que concerne ao investimento da empresa é produtivo. Portanto, tudo que está relacionado à produtividade ganha uma conotação coercitiva e deve ser supervisionado para que ocorra.

O relato a seguir exemplifica o papel da supervisão, a fim de garantir a adesão de todos à ginástica: “quando a gente não faz somos chamadas atenção, né. Quando a gente vai no banheiro, às vezes a gente não tá com vontade de fazer, a gente tá um pouco cansada, vão buscar a gente no banheiro, as encarregadas, acontece muito isso” (T20¹⁵¹).

Essa fala caracteriza a Ginástica Laboral como produtiva, mesmo sendo uma pausa das funções específicas do trabalho na camisaria. O trabalhador pode não estar disposto, mas tem de cumprir a pausa produtiva da jornada de trabalho. Entretanto, certos casos chamaram-nos a atenção durante as observações, principalmente na sessão do turno da tarde, quando percebíamos que alguns (um ou outro trabalhador) não participavam. A professora iniciava os exercícios e estes continuavam com a sua tarefa de trabalho, ignorando a ginástica. Será que alguma pendência no que tange à meta a ser cumprida permite ao trabalhador não participar da atividade? Deduzimos que em alguns casos a obrigatoriedade era burlada de forma

¹⁴⁹ Trabalhador nº 9, depoimento colhido no dia 7/9/2007.

¹⁵⁰ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁵¹ Trabalhador nº 20, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

consentida, pois todos viam as pessoas que não estavam fazendo – é bem verdade que se tratava de uma minoria – mas se detinham em outra atividade que não a intervenção corporal.

Como já havíamos mencionado, a Ginástica Laboral acontece de segunda-feira a sexta-feira, em duas sessões diárias, pela manhã das 6 horas às 6h15, e pela tarde das 14 horas às 14h15. A literatura especializada diz que a Ginástica Laboral com relação ao horário de sua aplicação durante a jornada de trabalho pode ser do tipo preparatória (início), compensatória (durante) ou de relaxamento (final) (CAÑETE, 2001; LIMA, 2004). Na empresa pesquisada, a professora de Educação Física disse-nos quais desses tipos são oferecidos aos trabalhadores:

É, atualmente a preparatória, né, que é antes do expediente, deles comecem o expediente. E à tarde a gente dá uma pausa, que seria no caso a ginástica compensatória, a de relaxamento fica sempre no final do expediente. Mas como não há a ginástica de relaxamento que é no final do expediente, à tarde geralmente revezo, né, tem dias que eu faço compensatória, tem dias que a gente faz de relaxamento (P¹⁵²).

Isso foi confirmado, destacando-se nesse caso a iniciativa do investimento que a fábrica realiza, pois, se tomarmos como parâmetro especificamente as indústrias sergipanas, muitas desconsideram a Ginástica Laboral, e outras quando resolvem introduzi-la, fazem-no mais como uma estratégia de *marketing*, pois a frequência da sessão, uma apenas, durante um, dois ou três dias na semana, é insuficiente para alcançar os benefícios esperados.

A Ginástica Laboral faz parte do cotidiano dos trabalhadores investigados, mas mesmo assim para a maioria¹⁵³ – inclusive os que tinham experiência profissional anterior no setor industrial – essa empresa foi a primeira a oferecer-lhes essa atividade. Segundo uma trabalhadora: “[...] sempre trabalhei em indústria. Nenhuma empresa tem! Acho que aqui em Aracaju se tiver algumas, é invisível pra gente, mas a primeira é essa” (T21¹⁵⁴). Existem empresas¹⁵⁵ sergipanas que já incluíram a ginástica na rotina dos seus trabalhadores, mas ainda não é uma atividade massificada nas indústrias e em outros setores, por isso é novidade para muitos e até mesmo para os mais experientes.

¹⁵² Professora de Educação Física, depoimento colhido do dia 18/10/2007.

¹⁵³ Quando dizemos *maioria*, baseamo-nos nas entrevistas. Dos 21 trabalhadores entrevistados, apenas um revelou que já havia participado de Ginástica Laboral em outra empresa que trabalhou. No entanto, não era orientada por um professor de Educação Física, mas por um multiplicador – trabalhador que recebe um treinamento – e passa a orientar/ministras as sessões de Ginástica Laboral na empresa.

¹⁵⁴ Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

¹⁵⁵ Inclusive na averiguação das empresas para comporem o campo empírico da pesquisa, tivemos dificuldades em encontrar indústrias que tivessem implantado um programa de Ginástica Laboral. Existem, mas em número muito reduzido.

Segundo Cañete (2001), quando a empresa e os seus dirigentes estão convictos da necessidade de implantação de um programa de Ginástica Laboral com o suporte de profissionais competentes na sua aplicação, além do esperado aumento da produtividade, é obtida também uma elevação na qualidade.

Isso é o esperado por qualquer empresa, e não seria diferente no caso investigado, de forma que a motivação do investimento pode ser compreendida pelos relatos a seguir:

É como eu lhe falei, talvez não tenha nada específico para lhe falar o que motivou, porque essa visão já vinha desde São Paulo. Então conseqüentemente ele já tinha percebido desde lá, desde a gestão anterior de São Paulo, quando tinha a empresa, ele tinha uma equipe na parte de Ginástica Laboral, não era só um profissional, porque a fábrica era um pouco maior que a nossa, tinha dois andares; ou seja, tinha um profissional em cima, outro profissional em baixo. Eu acredito a título das pausas, que sejam necessárias pela atividade repetitiva. O alongamento que é necessário né. Não teve nada específico, – não sei o que eu poderia lhe responder – mas essa visão já vinha desde o princípio (GA¹⁵⁶).

Revelando um sentido semelhante e ao mesmo tempo diferenciado, a motivação do investimento pode ter sido:

[...] a valorização do funcionário. Porque a empresa, no meu ponto de vista, a empresa quando ela, quando ela pára a produção pra dar a Ginástica Laboral, ela, ela tem uma perda, se você for somar a perda que ela tem de produção é grande, mas de contrapartida tem o benefício pra pessoa, que acaba sendo um custo/benefício, entendeu, e as pessoas se sentem mais valorizadas por isso, elas produzem mais, porque é um relaxamento, depois [...] elas já voltam com aquele pique maior, entendeu? (CP¹⁵⁷).

É perceptível que é uma troca. O investimento tem retorno, e apesar da suposta “perda de tempo”, 30 minutos diários, o que corresponde a duas horas e meia por semana ou a dez horas mensais – o equivalente aproximadamente a um dia de trabalho com hora extra¹⁵⁸ – o resultado que se alcança é satisfatório, se pensarmos o quanto deixou de ser produzido em termos quantitativos. A disposição do trabalhador após a pausa é maior (será?), implicando uma compensação pelo “tempo perdido”.

Na Figura 3 mais adiante, visualizamos o momento do tipo de ginástica preparatória ou de aquecimento, que ocorre no início da jornada de trabalho. Os gestos corporais de boa

¹⁵⁶ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

¹⁵⁷ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹⁵⁸ Um único trabalhador pode produzir numa jornada de 8 horas, algo em torno de 500 a 2.000 peças, a depender da função realizada.

parte dos sujeitos expressavam uma lentidão e sonolência típicas de quando se acorda muito cedo. Nessa sessão pela manhã, aqueles trabalhadores que identificamos como encarregados tinham uma participação mais efetiva, o que normalmente não acontecia pela tarde, quando era possível ver alguns deles preocupados em deixar ajustada alguma pendência durante a pausa destinada à ginástica.



Figura 3 – Sessão de Ginástica Laboral pela manhã na empresa X. Alongamento para os membros superiores. Foto: Roger Carlos Ferreira Alves Santos. Fonte: Acervo pessoal/Observações.

Terminada a atividade, pouco a pouco cada um se encaminhava para o seu posto de trabalho, e paulatinamente o silêncio era tomado pelos sons emitidos pelas máquinas de costura. Iniciava-se então a outra educação do *corpo no e pelo trabalho*, aquela que é inerente à própria atividade executada.

No horário da tarde, a sonoridade era outra. As máquinas e os trabalhadores estavam a pleno vapor, pois reinavam os sons das máquinas funcionando. Porém, quando a professora adentrava o galpão, o barulho ia diminuindo até que a voz e os gestos por ela executados convidavam todos os trabalhadores a repeti-los. Quando terminava, a sonoridade produtiva voltava a reinar, deixando para trás os murmúrios e sorrisos, fazendo prevalecer os sons emitidos pelas máquinas de costura e toda a concentração dispensada pelos sujeitos em ação.

Os gestos e expressões corporais dos trabalhadores, dão-nos fortes indícios de que o momento da pausa à tarde era bastante aguardado. Havia até quem preferisse apenas esse horário, como diz a posição abaixo:

Assim, eu achava que fosse melhor não ter pela manhã e à tarde tivesse pelo menos a meia hora. Eu acho assim, no meu ponto de vista, eu acho bem melhor. Porque pela manhã a gente já chega descansado, né, e o cansaço vem após a carga horária, né, no caso de duas horas, invés de ser 2h15, seria 2h30. No meu ponto de vista, né, porque acho que descansa bastante. Eu mesmo fico bem relaxada após a ginástica (T3¹⁵⁹).

Essas palavras materializam algumas de nossas impressões de campo, justificando-se, pois, que o trabalhador nesse horário, já próximo ao término da jornada – por volta das 14 horas – parecia aderir à ginástica com muito mais entusiasmo do que pela manhã. A explicação reside simplesmente no acúmulo de movimentos repetitivos que o corpo já incorporou até aquela hora, ocasionando o que a percepção do trabalhador apresenta-nos sobre o alívio, o descanso e o relaxamento que os alongamentos promovem (Figura 4).



Figura 4 – Sessão de Ginástica Laboral pela tarde na empresa X. Alongamento para o tronco. Foto: Roger Carlos Ferreira Alves Santos. Fonte: Acervo pessoal/Observações.

Indubitavelmente, a Ginástica Laboral representa uma espécie de educação do corpo. Considerando o ponto de vista do profissional que presta esse serviço na empresa X há cinco

¹⁵⁹ Trabalhador nº 3, depoimento colhido no dia 20/9/2007.

anos, sua visão sobre as dificuldades do início e o momento presente de implantação da atividade expressa bons resultados, segundo o depoimento a seguir:

Ah, eu vejo, eu vejo uma transformação positiva e isso é até satisfatório pra mim, porque tem alunos, tem trabalhadores que chegam pra mim e falam: “ah professora, final de semana eu sinto falta, hoje eu vejo o quanto é importante, às vezes eu tô em casa, minha esposa pede pra eu ensinar a ela”. Então eu vejo que até essa questão da consciência, também, eles tão entendendo, né, e procurando se informar cada vez mais, às vezes independente do período da aula da ginástica, eles me procuram fora desse período pra tirarem dúvidas sobre alguma atividade extra que eles estejam fazendo (P¹⁶⁰).

Endossamos o que foi afirmado aí pela professora de Educação Física. A partir das observações efetuadas, era perceptível o respeito dos trabalhadores por ela, bem como lhe justificavam o motivo caso não pudessem participar da sessão de ginástica naquele dia, além de pedirem informações de como praticá-la em casa e o esclarecimento dúvidas referentes às questões corporais.

Porém, os limites da Ginástica Laboral têm os seus efeitos benéficos analisados com sensatez pela professora de Educação Física, da seguinte forma:

Ah, eu vejo num ponto de vista positivo, só que é um trabalho que a gente vê resultado a longo prazo. Então, a gente tem que fazer um trabalho primeiro de consciência com os trabalhadores, pra que eles se acostumem, né, com a ginástica no ambiente de trabalho, e também terem a consciência de que o resultado não é imediato. Mas que o benefício vem a longo prazo (P¹⁶¹).

Essa atividade, não obstante o caráter diferenciado da empresa X, que abre mão de 30 minutos diários, ainda poderia promover a inclusão de outra sessão de mais 15 minutos. Entretanto, se tomarmos o fato de que muitas empresas contratam o serviço com uma frequência insatisfatória, sem dúvida a Ginástica Laboral oferecida nessa camisaria vai muito além dos programas implantados nas empresas sergipanas.

No entanto, nessa, como em qualquer outra empresa,

[...] o ideal seria implantar os três tipos de ginástica, né. Só que aí vai depender da disponibilidade do empresário, né, de querer abrir mão do tempo, porque pra ele tempo é dinheiro, né. Eles trabalham com produção, então a cada minuto eles produzem X números, né, e pra eles tempo parado, tempo, né, quando dá uma pausa é dinheiro perdido [...] O ideal também

¹⁶⁰ Professora de Educação Física, depoimento colhido no dia 18/10/2007.

¹⁶¹ Idem.

seria se a cada, se o empresário, a cada minuto, digamos, 5, 10 minutos de trabalho, de esforço, eles dessem uma pausa ali mesmo sentados, alongassem aquele grupo muscular que é solicitado durante o movimento, e voltasse depois ao trabalho, né. Então se três é suficiente né, o ideal seria assim, que todos tivessem essa consciência, a cada minuto que percebessem que o músculo tá incomodando, tá mais rígido, tá dolorido, a pessoa mesmo já fizesse um leve alongamento (P¹⁶²).

O entendimento do profissional que presta esse serviço expõe a frequência ideal da atividade, parâmetro do qual a fábrica se aproxima, mas acaba constatando o descompasso entre os interesses dos empresários com as necessidades dos trabalhadores. A NR-17 prevê pausas periódicas, mas em toda empresa que trabalha com metas, estas não são bem-vindas, pois podem comprometer os resultados da produção. Afinal, quem dita o ritmo?

Os efeitos de um bem-estar “imediato” após a prática da Ginástica Laboral, foram confirmados por 98,4% dos sujeitos que responderam ao questionário, à proporção que 1,6% desse total de respondentes marcou que não se sente bem ao término da sessão (Gráfico 18).

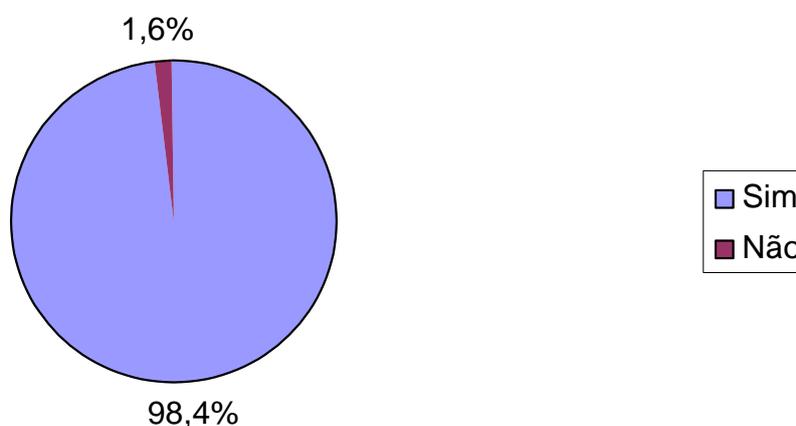


Gráfico 18 – Sensação de bem-estar após a Ginástica Laboral. Fonte: Questionários.

Como já foi exposto, essa atividade corporal está presente na camisaria desde sua fixação em Sergipe; portanto faz parte da cultura de trabalho da empresa, que a cultivava desde São Paulo. Pelo período que tem de implantação, é provável que os trabalhadores percebam alguns benefícios conquistados, conforme explicitam os depoimentos a seguir:

¹⁶² Professora de Educação Física, depoimento colhido no dia 18/10/2007.

[...] atualmente eu observei melhoras no meu corpo, né. Percebi que a ginástica, ela me ajudou [...] Eu confesso que não tinha muita habilidade para me exercitar não, e com o início da Ginástica Laboral, ela me estimulou de certa forma (T1¹⁶³).

[...] só pelo fato de você parar os 10 minutos e descansar o seu corpo e a sua mente, e fazer exercícios que vão alongar o seu corpo, principalmente nas partes que estão doloridas, já muda (T6¹⁶⁴).

[...] observei tanto fisicamente como mentalmente [...] Bom, o corpo fica mais, mais leve, descansado. A carga horária é muito pesada, devido a isso a Ginástica Laboral é fundamental. E mentalmente, que também alivia os pensamentos a gente exercitando (T15¹⁶⁵).

A percepção do trabalhador sobre a Ginástica Laboral é, no geral positiva, assim como a repercussão que ela promove na sua corporalidade. Com isso pretendemos demonstrar que, embora os objetivos declarados dessa atividade estejam associados à organização do trabalho e visem à busca de uma elevada produtividade, a experiência social mediada pelo diálogo com a consciência social desses sujeitos singulares assimila e reconstrói essa intervenção corporal a partir de outros interesses,

pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente [...] (THOMPSON, 1981, p. 16).

Os trabalhadores da empresa X, usuários de um programa de Ginástica Laboral não são objetos inertes e passivos, lembremos que “[...] as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 1998a, p. 36). O ser social resiste e persiste em meio à reificação que lhe é imposta, movimenta-se e encontra as brechas que lhe possibilitam extrair uma experiência significativa e enriquecedora, transcendendo o que inicialmente fora projetado para lhe coagir. Ressaltemos que “se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe” (THOMPSON, 1987, p. 10).

¹⁶³ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁶⁴ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

¹⁶⁵ Trabalhador nº 15, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

Sendo constituinte de procedimentos científicos e racionais, os exercícios (alongamentos) propostos pela Ginástica Laboral promovem alguns benefícios, mas “é fundamental que haja uma tomada de consciência e que medidas urgentes, como a renovação das formas de organização de trabalho, sejam adotadas o mais rápido possível” (CAÑETE, 2001, p. 96).

A lucidez dessa passagem expressa também uma fragilidade. Será possível renovar organização de trabalho no capitalismo? Se a resposta for afirmativa, haverá uma forma com interesses centrados nas aspirações e anseios dos trabalhadores? Há limites para as “boas” iniciativas enquanto prevalecer o trabalho sob a tutela do capital, pois o conflito acentua-se e as mudanças da organização do trabalho com sua aparência renovada conservam em sua essência o mesmo objetivo de extrair mais-valia de forma ampliada, explorando a força de trabalho.



Figura 5 – Sessão de Ginástica Laboral pela tarde na empresa X. Massagem em grupo. Foto: Roger Carlos Ferreira Alves Santos. Fonte: Acervo pessoal/Observações.

Não obstante o condicionamento ocasionado pela disciplina do tempo de trabalho que está submetida à Ginástica Laboral, conferindo-lhe um caráter rotineiro, os trabalhadores encontraram nessa atividade algum prazer. Uma maneira diferenciada de relacionar-se com seu corpo, de realizar movimentos que lhes ocasionem uma outra percepção corporal, que os aproximem uns dos outros. Ao acompanharmos as sessões, havia um tipo de atividade em

grupo – uma massagem –, e era visível que aquele momento causava alguma alegria e satisfação aos trabalhadores, mesmo diante das limitações e formas de cerceamento que o próprio ambiente de trabalho suscita (Figura 05).

No que tange à melhoria da finalidade a que se destina um programa de Ginástica Laboral – o aumento da produtividade –, os trabalhadores exprimem os seguintes entendimentos:

Sim, melhorou, melhorou porque como eu já tinha dito, né, foi, é fundamental todos os exercícios que a gente faz durante a ginástica, porque tanto no desenvolvimento da gente na máquina, no local de trabalho, como fora, você sente mais disposto, bem mais disposto pra trabalhar (T15¹⁶⁶).

Melhorou, melhorou. Melhorou porque a gente fica com o corpo, parece que a gente fica com o corpo mais leve, o corpo, a gente desenvolve um pouco mais, é para o meu serviço, eu ando muito no setor e a gente fica com um pouco mais de disposição também, né. Principalmente de manhã quando a gente chega, que é [...] o corpo vem um pouco, é, retraído e com a ginástica, a gente solta um pouco mais (T5¹⁶⁷).

Melhorou, porque meu trabalho, ele é um trabalho, assim, físico, e com movimentos repetitivos, né, exaustivos e a ginástica ajudou sim a melhorar (T1¹⁶⁸).

Melhora com certeza, porque quando você faz a ginástica, você tá renovando as suas energias, você tá renovando os movimentos do seu corpo, pra dar o melhor desempenho na sua produção. Então, com certeza altera, entendeu (T6¹⁶⁹).

Alguns dos trabalhadores atribuem à ginástica efeitos que contribuem para o aumento de sua disposição e energia no trabalho. Eles apontaram qual o real sentido dessa intervenção corporal: uma pequena parada, a fim de obter uma grande produtividade. Essa é a sua diretriz.

A responsável pela aplicação dessa intervenção corporal analisa a iniciativa da empresa em adotar os programas de Ginástica Laboral da seguinte forma:

Eu acho interessante, né. Seria, seria mais interessante ainda se todos tivessem essa visão, né, porque o empresário, eu acho que ele tem muito mais despesa quando o trabalhador é afastado por algum problema de saúde, as indenizações geralmente são altíssimas. Então, acho que a despesa acaba sendo maior do que ele aderir a um programa de Ginástica Laboral, com o

¹⁶⁶ Trabalhador nº 15, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

¹⁶⁷ Trabalhador nº 5, depoimento colhido no dia 24/9/2007.

¹⁶⁸ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁶⁹ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

intuito de prevenir né, se preocupando com a saúde do trabalhador. Eu acho que é até produtivo, né, quando você tem um trabalhador com saúde ele produz mais (P¹⁷⁰).

Esse depoimento ratifica mais uma vez qual a diretriz norteadora da adoção desses programas. Para os proprietários, trata-se de uma relação custo/benefício, até porque saúde é essencial para a *ordem e progresso* sociais, ao passo que

a doença transforma-se no desequilíbrio da suposta harmonia social, impossibilitando o *curso normal* da vida e impedindo o cumprimento dos papéis e obrigações sociais. Um indivíduo doente é uma pessoa que não trabalha, é um peso social (DELLA FONTE, 1996, p. 42 Grifos da Autora).

Embora a perspectiva da prevenção que a Ginástica Laboral pode promover esteja lastrada num caráter pragmático-utilitário, peculiar ao conflito entre capital e trabalho, entendemos que o papel dos professores de Educação Física prestadores desse serviço não fica restrito a essa função. Constatamos durante as observações efetuadas na empresa X que, mesmo diante das limitações do espaço fabril, a professora desenvolvia com os trabalhadores uma relação pedagógica *para além* dos objetivos atribuídos à ginástica, no intuito da produtividade.

Quando questionada sobre a potencialidade da Ginástica Laboral na promoção de mudanças de hábitos, a professora de Educação Física respondeu:

Acredito que sim, e essa resposta eu tenho pessoalmente, né, com eles chegando até mim, falando que quando vão fazer uma outra atividade, lembram-se de se alongar, de se exercitar. Os meninos lá têm time de futebol, aquecem antes, eles procuram sempre se informar, né. Até pra quem nunca praticou antes nada, né, nenhuma atividade, eles se sentem interessados e curiosos a saber sempre mais (P¹⁷¹).

Percebemos uma permuta na adesão do trabalhador à ginástica. Ele, ao ter contato com a professora e a atividade, tem a oportunidade de assimilar outras informações que podem contribuir no seu cotidiano além dos limites da fábrica.

Mas qual a educação do *corpo no e pelo trabalho* que prevalece? Faz cinco anos que a empresa X mantém o programa aqui no estado, mas os resultados estão sendo obtidos? Com certeza.

¹⁷⁰ Professora de Educação Física, depoimento colhido no dia 18/10/2007

¹⁷¹ Idem.

Um deles, é, seria a questão de não ter tanto problema de LER, entendeu? De tanto afastamento, as pessoas não reclamar tanto, de não ter tantas faltas por dor. Eu avalio mais ou menos por aí, e até a questão, assim, porque as pessoas às vezes chegam dormindo para trabalhar, quando elas fazem a ginástica, elas já entram pra trabalhar com pique. Então quando não tinha a ginástica, as pessoas demoravam muito pra acordar, entendeu. Hoje já não, elas já entram pra empresa, ela tem a ginástica, ela já vai pra produção acordada (CP¹⁷²).

É condizente com o propósito ao qual se destina o investimento feito; ou seja, evitar a incidência de LER/DORT e os afastamentos, além de aquecer e despertar o trabalhador para as demandas diárias do trabalho.

Os sujeitos, usuários do programa de Ginástica Laboral, também expressam suas opiniões sobre investimento e iniciativa da empresa, da seguinte forma:

Avalio bem, primeiro porque é um pouco de descanso, porque duas horas da tarde a gente pára 15 minutos, descansa um pouquinho, né? Porque como a gente dá produção, tem que ser rápido, não pode demorar, então já é um descansinho, um pouquinho, né, pelo menos um pouco a gente descansa (T7¹⁷³).

Boa, porque com essa Ginástica Laboral, a pessoa, o funcionário, ele evita a famosa LER, evita outras doenças por causa dos movimentos repetitivos (T14¹⁷⁴).

É bom, pelo menos descansa, assim, um pouco o corpo daquele movimento que tá fazendo o dia todo. Eu gosto (T13¹⁷⁵).

Bem, a iniciativa, é que eu admiro muito, porque não são todas as empresas que querem perder 10 minutos de sua produção pra fazer Ginástica Laboral, e dão importância à ginástica entendeu? [...] (T6¹⁷⁶).

O trabalhador percebe o papel preventivo da ginástica, além da confirmação do descanso que ela proporciona. Também entendem a oferta da atividade como uma atitude admirável. Ao abrir mão de alguns minutos de produção para a Ginástica Laboral, quem ganha mais, a fábrica ou o trabalhador?

É factível que,

¹⁷² Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹⁷³ Trabalhador nº 7, depoimento colhido no dia 29/9/2007.

¹⁷⁴ Trabalhador nº 14, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

¹⁷⁵ Trabalhador nº 13, depoimento colhido no dia 1º/10/2007.

¹⁷⁶ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

enraizadas nas condições sociais, políticas e econômicas [...] as relações com a corporalidade refletem o sentimento de inadequação, perplexidade e despersonalização do homem contemporâneo e trazem em si o irracionalismo, presente em todas as instâncias da vida humana. Por um lado, o homem moderno, com a ciência e a técnica, adquiriu um enorme poder sobre o seu corpo, combatendo doenças e prolongando a vida. Os produtos da moderna tecnologia abrem ao homem inúmeras formas de locomoção e comunicação, que lhe permitem ultrapassar os limites de sua corporalidade, criando novas concepções de espaço e tempo e abrindo também novas possibilidades de realização de atividades corporais. Por outro lado, além do fato de que essas possibilidades só atingem uma minoria, o homem moderno sofre as conseqüências do *stress*, padecendo grande parte da humanidade de doenças psicossomáticas e de doenças causadas pela falta de movimentos (GONÇALVES, 1994, p. 27 Grifo da Autora).

Entre as doenças características da modernidade, incluem-se as LER/DORT, que são causadas por excesso de movimentos, em postos de trabalho cujas atividades são desgastantes, repetitivas e monótonas, como numa indústria de confecções. Entretanto, a Ginástica Laboral vem promovendo uma diminuição do número de trabalhadores acometidos por doenças do trabalho e pedidos de licenças, conforme indicam os depoimentos a seguir:

Com certeza, a própria atividade já proporciona um tipo de sei lá, um movimento repetitivo em decorrência com aquela máquina, ou aquela atividade, a probabilidade é tanta. Agora, assim, eu acredito que em contrapartida, com o número de funcionários que a gente tem, né, eu não acredito que seja um número grande, a gente tem realmente um número de afastamentos pelo INSS, por causa de doenças, às vezes por causa de acidentes, tipo, um funcionário foi atropelado na frente da fábrica, enfim, existe um número, mas não é significativo de jeito nenhum, porque num mundo de 300 funcionários, se eu lhe disser que a gente tem 15 pessoas hoje afastadas pelo INSS, dentre elas tem licença maternidade, tem doença, enfim, é, existe? Existe! Mas não é um número significativo que chame a atenção, não. Existir, existe, como a M, que eu lhe falei, que vai precisar passar por uma cirurgia de um tendão, mas já é um problema dela desde a infância. Enfim, tem, mas não é significativo no total do número dos funcionários não, até porque muitas delas são mulheres, né, ou se afastam por licença. Não é muito significativo, vamos dizer que a gente tem umas 15, 20 pessoas hoje afastadas na empresa (GA¹⁷⁷).

Sim, com certeza! Principalmente [...] porque desde quando a gente começou, no início o pessoal não se importava muito com a Ginástica Laboral, entendeu? Então, só que como a gente foi fazendo, assim, muita orientação com as pessoas, então elas começaram a fazer mais da maneira adequada e como uma prevenção né. Como a gente pega pessoas que nunca trabalharam e a gente vem com ela já orientando ela e mostrando que isso é importante pra ela, então há menos chance da pessoa buscar afastamento com certeza. Já deu pra notar a diferença (CP¹⁷⁸).

¹⁷⁷ Gerente Administrativa, depoimento colhido no dia 9/10/2007.

¹⁷⁸ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

O primeiro comentário assinala a questão dos movimentos repetitivos e da atividade desenvolvida pela mediação do trabalhador com a máquina. Mas em vista da quantidade de trabalhadores, não há um número elevado de pessoas com as citadas doenças, o que foi indicado quantitativamente pelos questionários¹⁷⁹. O segundo enfatiza a importância das orientações e recomendações transmitidas aos trabalhadores, ressaltando a eficácia da política do primeiro emprego, no sentido de promover uma maior conscientização do trabalhador.

Mas o esforço e a repetição não são fatores unilaterais para a incidência das LER/DORT. Conforme a indicação de pesquisas, eles não são suficientes para a aquisição e o desenvolvimento dessas doenças; elas são originadas pelas condições e organização do trabalho (LIMA, 1997a *apud* ALVES, 2004).

Na camisaria existem a combinação entre o instrumento de trabalho (maquinário), o objeto de trabalho (a matéria-prima) e a atividade humana (trabalho). Esses componentes agregados ao tipo de trabalho requerido pela empresa seriam os responsáveis por afetar a corporalidade do trabalhador, pois atendem aos princípios da organização do trabalho.

No mundo do trabalho a corporalidade é cerceada; não ultrapassa a sua capacidade em potencial. É preciso lembrar sobre a docilização dos corpos, que esta é iniciada através da submissão da mente, a fim de anular a resistência corporal à exploração (DEJOURS, 1992).

Cumpriria a Ginástica Laboral essa função? Embora seja classificada como uma intervenção corporal, existe todo apelo que atua também no aparelho mental dos trabalhadores, contribuindo ao processo de disciplina e docilidade da organização do trabalho.

O entendimento fragmentário que se expressa no trabalho é meramente esquemático, porque, para subjugar um trabalhador, seu cérebro, braços e pernas, músculos e nervos, a organização do trabalho lança mão de uma elevada compreensão de totalidade, docilizando-o em partes.

Todavia, os efeitos benéficos da Ginástica Laboral não são percebidos por todos com unanimidade. Alguns não atribuem a essa prática qualquer mudança em suas vidas, e muito menos creditam a ela alguma melhoria no aumento da produtividade no trabalho, como expressam estas passagens destacadas:

Não observei não, no entanto, eu só mexo mais com os braços, aí não tem muito movimento, assim, pra dizer a ginástica ajudou [...] (T13¹⁸⁰).

¹⁷⁹ Consultar Gráfico 16, p. 134.

¹⁸⁰ Trabalhador nº 13, depoimento colhido no dia 1º/10/2007.

Não observei alteração. Em relação à produtividade não! Mas só em relação à questão de [...] qualidade, de não desenvolvimento de dores (T17¹⁸¹).

Não, o meu desempenho não necessita da ginástica, né, eu já tenho por conta própria, tanto faz fazer como não, o meu desempenho é o mesmo (T19¹⁸²).

Melhorar com a prática não, porque a minha função é meter a cara mesmo, sabe, aí nem sei se é a ginástica ou não é. Mas é a minha função mesmo, teve serviço, eu tô lá, entendeu? Então, isso aí pra mim, nem, não observo não, porque se tiver serviço eu dou até mais da meta que eles pedem. Pra mim tanto faz! (T21¹⁸³).

A Ginástica Laboral provoca um aumento na capacidade produtiva dos trabalhadores? O desempenho em relação à tarefa a ser executada não se vincula diretamente à ginástica. A capacidade da força de trabalho realiza-se de acordo a habilidade média de que o seu possuidor dispõe, no ritmo e tempo ditados pela organização do trabalho.

Se um trabalhador deve cumprir a meta/hora de 190 peças, afirmamos que a Ginástica Laboral não é determinante para o alcance desse propósito. Após participar da primeira sessão pela manhã, o trabalhador dirige-se ao seu posto de trabalho e põe em ação sua atividade peculiar. Produzir ou não o número previsto independe da ginástica. No caso da tarde, quando seu corpo sente todo o acúmulo da jornada de trabalho, a pausa destinada à ginástica serve mais como um descanso, um relaxamento. Mas não se pode atribuir que a ampliação da produtividade guarda uma relação causal com a Ginástica Laboral.

Apesar disso, reafirmamos aqui nossa posição a respeito de essa atividade constituir-se num momento que transcende os benefícios fisiológicos, psicológicos e sociais que lhe são atribuídos pragmaticamente. É o que denominamos de ganhos ocultos, que são aqueles percebidos pelos trabalhadores, e normalmente não estão condicionados às diretrizes que norteiam a implantação dos programas de Ginástica Laboral, pois, dentro dos propósitos da organização do trabalho, “o trabalhador é, de certa maneira, despossuído de seu corpo físico e nervoso, domesticado e forçado a agir conforme a vontade de outro” (DEJOURS, 1994, p. 27).

Ao exercitar-se, alongar e relaxar através da dinâmica inerente à ginástica, o trabalhador não esquece que está no trabalho, e age forçadamente para satisfazer uma vontade

¹⁸¹ Trabalhador nº 17, depoimento colhido no dia 3/10/2007.

¹⁸² Trabalhador nº 19, depoimento colhido no dia 4/10/2007.

¹⁸³ Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

alheia. A Ginástica Laboral também se torna maçante, a ponto de uma das expectativas da empresa X com relação a ela ser:

Varição. Eu acredito assim, que a expectativa da empresa, no meu ponto de vista, deveria ser mais variada, e, ela acaba, assim, como é uma coisa diária, sendo monótona [...] a pessoa vai enjoando de fazer aquilo. Então, se você não começar a pegar no pé mesmo, e começar um pouco, assim, a insistir pra que as pessoas façam, elas acabam relaxando e não fazendo. Então, no meu ponto de vista, é que deveria ser mais diversificada a ginástica, pra que pudesse trazer mais ânimo pras pessoas (CP¹⁸⁴).

Essa expectativa também é cultivada pelos trabalhadores usuários da atividade dentre os quais, um manifestou-se assim: “a Ginástica Laboral tá muito repetitiva, rotineira, eu acho que poderia ter mais inovação. A professora poderia mudar, fazer uns 15 minutos de dança, de forró, mudar. Todo mundo quando começa, já sabe o que vai fazer, já faz sem ânimo¹⁸⁵”.

No entanto, a Ginástica Laboral materializa os próprios aspectos da organização do trabalho, que minam pouco a pouco o ânimo dos trabalhadores. Como afirmamos em outra parte do texto, a atividade em questão faz parte da rotina de trabalho. Nesse ponto, a professora não tem muitas opções em relação aos exercícios, pois todos os manuais ditam aqueles movimentos determinados para o pescoço, os membros superiores e inferiores, o tronco, etc. A ginástica não tem compromisso algum com possibilidades de variação.

Vejamos agora como o trabalhador percebe sua disposição corpórea ao iniciar a jornada de trabalho. O início desta jornada caracteriza-se pela primeira sessão de Ginástica Laboral do tipo preparatória e/ou aquecimento, 71,2% se sentem bem nesse primeiro momento, 21,6% começam o dia um pouco cansados e 7,2% já chegam cansados para trabalhar (Gráfico 19).

Isso reflete que a maioria tem uma boa recuperação de sua integralidade mental e física, mas também acena com a fadiga, como sendo um estado permanente da corporalidade de uma parcela equivalente a 28,8% dos sujeitos.

A fadiga pode ser entendida como um desgaste e constitui-se num dos transtornos mais estudados por psicólogos do trabalho, ergonomistas e psicofisiologistas. A fadiga mental é indissociável da fadiga física, por essa razão adota-se, atualmente a expressão “cansaço geral” para representá-las (CAÑETE, 2001, p. 62-3) .

¹⁸⁴ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

¹⁸⁵ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 28 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados.

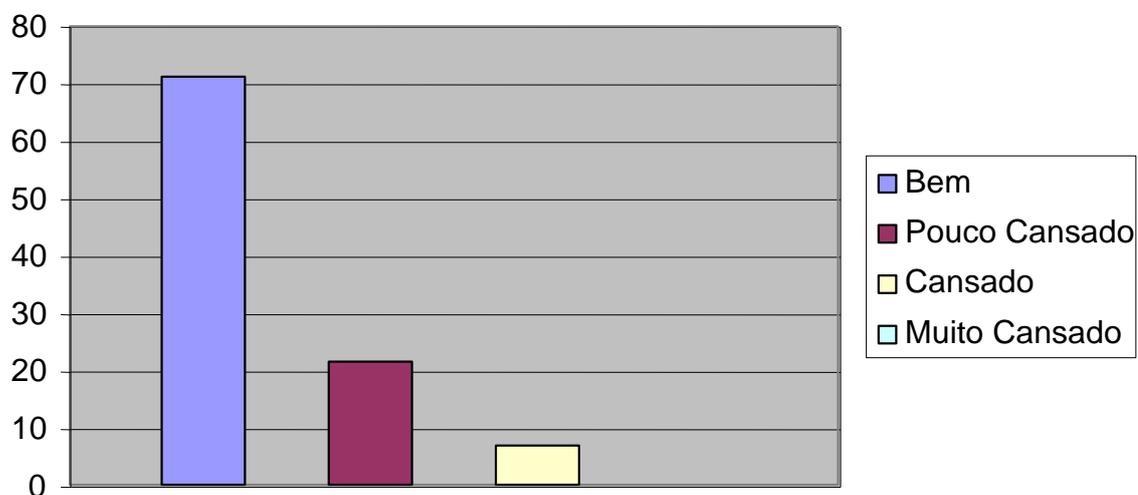


Gráfico 19 – Disposição dos trabalhadores no início da jornada de trabalho. Fonte: Questionários.

Se os trabalhadores indicam começar o dia com um certo cansaço, lógico que este não se restringe a um tipo especificamente físico ou mental. O braço ou o punho que “queima” – segundo expressão utilizada pelos trabalhadores – afeta essas pessoas em sua totalidade. Também deve ser ponderado que as exigências e pressões psíquicas inerentes ao trabalho repercutem no físico do trabalhador, a exemplo das cobranças¹⁸⁶ por metas. O que o incomoda fisicamente – como dores em partes do corpo não se desvincula da sua dimensão espiritual.

Respondendo ao que normalmente lhe tirava a concentração, disse-nos uma trabalhadora:

[...] pra mim é assim, no caso, é, de ser chamada atenção, me tira a concentração, se eu chegar a ver assim, cara feia de encarregado, algo assim, isso mexe com a gente, o sentimento. Porque normalmente quando viemos trabalhar, a gente quer dar o melhor né, e muitas vezes você não é reconhecido pelo que você faz e aquilo mexe muito. E outras vezes tira até, é, no momento o seu estímulo de trabalhar, porque aquilo mexeu com você (T19¹⁸⁷).

¹⁸⁶ Apesar das cobranças, todos os entrevistados informaram que há um bom relacionamento entre os colegas e os superiores (encarregados diretos), sugerindo um ambiente de trabalho agradável. Mas existem outras razões para esse “bom” relacionamento.

¹⁸⁷ Trabalhador nº 19, depoimento colhido no dia 4/10/2007.

Esse depoimento demonstra como estão relacionados o físico e o mental, pois, quando uma atitude de um encarregado repercute no seu sentimento, o estímulo para o trabalho – a produtividade – também pode ser afetado.

Mas entre as competências desejadas para conquistar um lugar na empresa, a concentração é muito valorizada, porque

[...] o que eu mais levo em consideração quando eu tô fazendo o teste com a pessoa é principalmente a questão da concentração. A pessoa tem que ser aquela pessoa que tem que tá bem concentrada no que ela faz, e assimilar rápido o conteúdo que a gente tá passando pra ela. Então, o que eu mais visio é a questão da concentração, e assim, a habilidade. Concentração e habilidade é fundamental [...] (CP¹⁸⁸).

Diante do que está expresso nesse depoimento, explicita-se para o capital que quanto mais o trabalhador fica absorvido na realização da sua atividade, melhor trabalhador será. Concentração e habilidade significam no trabalho industrial, não desperdiçar tempo.

O trabalho na camisaria, devido a sua racionalização e organização, não deixa muitos espaços para o trabalhador perder a concentração. As atividades exigiam atenção ao que se fazia, porque se mais adiante fosse detectado qualquer problema de qualidade, tudo precisaria ser refeito, posto que se tratava de uma cadeia integrada em suas partes constituintes e diversas.

Observemos agora como eles expressaram as sensações gravadas no corpo após a jornada de trabalho.

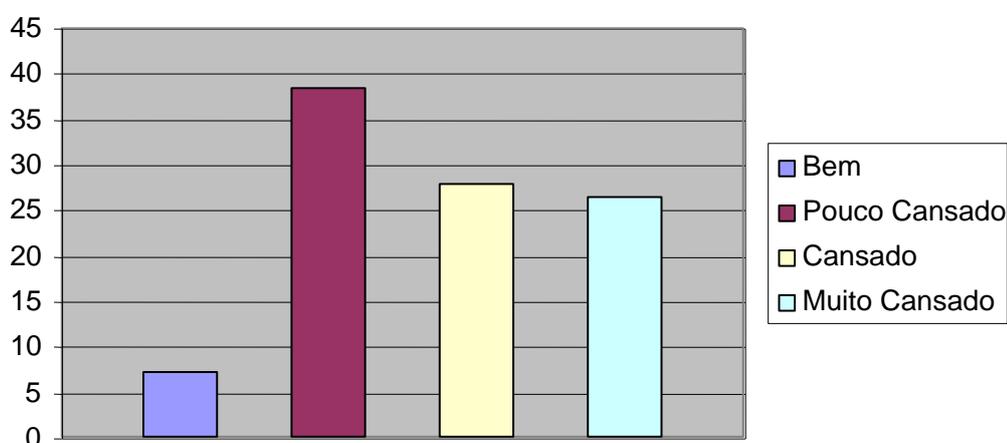


Gráfico 20 – Disposição dos trabalhadores ao final de jornada de trabalho. Fonte: Questionários.

¹⁸⁸ Coordenadora de Produção, depoimento colhido no dia 17/10/2007.

Ao término do dia de trabalho, 7,2% afirmaram estar bem; 38,4% sentem-se um pouco cansados; 28% dizem-se cansados e 26,4% percebem-se muito cansados (Gráfico 20). Diante da rotina e características do trabalho da indústria de confecções, confirma-se o fato de a maioria apresentar algum cansaço ou estado de fadiga que não pode ser evitado pela Ginástica Laboral.

Comentando se havia ou não disposição para a realização de outras atividades no âmbito do lar, após a jornada, as respostas expressaram os sentimentos a seguir:

Não, na verdade não [...] mas temos que fazer, somos obrigadas né, dona de casa, temos que fazer. Disposição a gente nunca tem, tamos muito cansada, somos obrigadas (T20¹⁸⁹).

A única coisa que eu tenho é tomar banho, tomar café e cama. Mas tem que fazer, né. Temos que fazer, a gente faz ali na base do empurrão (T21¹⁹⁰).

Disposição a gente não, faz porque tem que fazer, né. Agora dizer assim, eu tô disposta pra fazer. Logo no começo da semana, na segunda, na terça ainda dá pra ir, a quarta é aos empurrões, na quinta e sexta já é mesmo dizendo assim, vou fazer porque tenho que fazer, mas disposição meu amigo, não tem não, brabo, não tem mesmo [...] não tem, não tem mesmo, é complicado colega, é complicado, é complicado (T9¹⁹¹).

Tenho porque sou obrigada, tenho que cuidar da minha casa, isso já é minha rotina (T7¹⁹²).

Me deitar na cama e botar as pernas pra cima [...] só isso e mais nada. Nem pra tomar café, a gente se entrega muito ao trabalho e esquece o lazer de casa (T9¹⁹³).

Quando eu chego em casa, eu confesso que eu não tenho muita disposição em si, eu vou ao curso estudar, mas disposição, assim, na área de fazer exercícios físicos eu não tenho não, só para estudar mesmo [...] (T1¹⁹⁴).

As posições relatadas associadas aos números indicam o óbvio, enfim, o que é comum no que tange à percepção da disposição dos trabalhadores quando terminam a jornada. As mulheres¹⁹⁵, ao chegarem a casa, normalmente assumem outro posto de trabalho relacionado às tarefas domésticas, ao cumprimento do papel de mãe e de mulher. Este pode

¹⁸⁹ Trabalhador nº 20, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

¹⁹⁰ Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

¹⁹¹ Trabalhador nº 9, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

¹⁹² Trabalhador nº 7, depoimento colhido no dia 26/9/2007.

¹⁹³ Trabalhador nº 8, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

¹⁹⁴ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁹⁵ Todos esses depoimentos foram de mulheres.

ser um dos fatores que servem para justificar o fato de 80 mulheres trabalhadoras assinalarem no questionário que o seu estado após o trabalho é um pouco cansada, cansada ou muito cansada.

Em outros casos, todo tempo utilizado quando estão em casa é empregado para o descanso e a recuperação. Ainda é registrado o uso das energias remanescentes para o estudo.

A partir do exposto é visível que o trabalho em meio ao contexto de avanços tecnológicos de diversas ordens permanece com o seu sentido de *labour*, pois este absorve todas as energias do trabalhador, de forma que no tempo liberado do trabalho as outras atividades ganham uma conotação de obrigação, ao passo que deveriam ser livres, visto que estão desvinculadas do trabalho. O tempo para o capital é antagônico à premissa marxiana, que o concebia como o espaço para o desenvolvimento do ser social.

O homem é uma totalidade psicofísica, as atividades/funções de trabalho socialmente determinadas podem lhe desgastar mais o físico ou intelecto, porém, não há uma sobreposição, porque ambos os componentes explorados mais acentuadamente em um ou outro aspecto, nas fases do capitalismo, pertencem a um ser social unitário e indivisível.

Isto posto, analisemos qual o tipo de desgaste que o trabalhador percebe ao final da sua jornada de trabalho, quando emprega parte do seu tempo para outrem. A divisão social do trabalho fragmenta o homem em sua totalidade, de maneira que ele expressa uma percepção a respeito do tipo de desgaste que a sua função de trabalho lhe promove.

Os questionários indicaram que 63,2% dos sujeitos admitiram sentir ao final da jornada de trabalho maior desgaste físico; 16,8% perceberam um maior desgaste mental e 20% afirmaram que o desgaste é tanto físico quanto mental (Gráfico 21).

Entre as justificativas mais citadas para o desgaste físico, destacaram-se: “a posição de trabalho”; “muito tempo em pé” ou “muito tempo sentado”; “um só ritmo de trabalho”; “muitos movimentos corporais”; “esforço e repetição de movimentos”; “o esforço no pedal da máquina”; “o fato de realizar apenas duas operações”, etc.

Em relação ao desgaste mental, foram mencionados os motivos: “responsabilidade na qualidade para dar produção”; “a produtividade que precisa cobrar das costureiras”; “a concentração exigida na atividade”; “o estresse e a pressão por causa da produção”, etc.

Os que afirmaram sentir tanto o desgaste físico quanto o mental, situaram as seguintes razões para este problema: “ser rápido e não errar”; “a repetição de um mesmo movimento e a atenção que deve ser mantida”; “o cansaço e as reclamações”, etc.

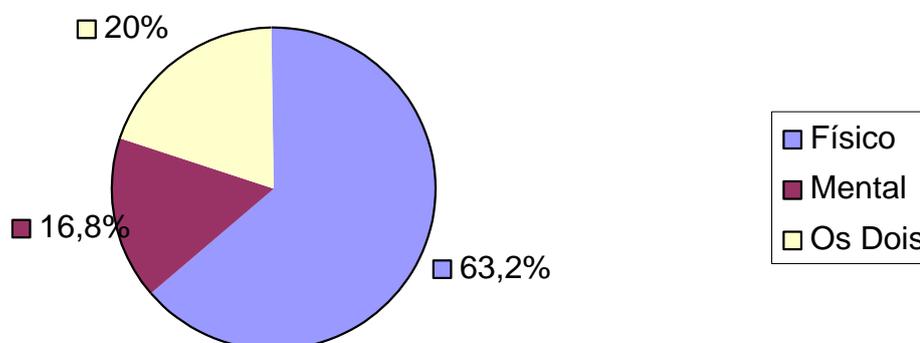


Gráfico 21 – Tipo de desgaste percebido ao final da jornada de trabalho. Fonte: Questionários.

Com os depoimentos buscamos ampliar qual o entendimento acerca do tipo de esforço empregado na sua atividade como um todo, não restringindo a percepção do desgaste ao final da jornada. Alguns sujeitos entendem que o trabalho efetuado requer mais esforço físico, expressando-se assim:

É o esforço físico com certeza! É a produtividade, a questão da meta, a gente precisa atingir uma meta, então a gente tem que correr atrás do tempo, junto com a operação que a gente faz para poder conseguir a meta (T1¹⁹⁶).

Físico. Tem que ser rápida, porque tem que dar 350 peças, tem que ser bem rápida [...] (T13¹⁹⁷).

Físico. Porque a gente tá se esforçando pra dar a produção, e dar o máximo da gente (T18¹⁹⁸).

Físico. Porque a gente tem que botar pra frente mesmo as camisas que tiver [...] É produzir as quantidades de camisa que tiver, a gente tem que começar a passar, senão atrasa todo mundo (T21¹⁹⁹).

Físico, mais físico, o mental tem que ter em todas atividades que a gente faz, mas o físico é mais esforçado. Por tá em pé o dia todo, tá movimentando os

¹⁹⁶ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

¹⁹⁷ Trabalhador nº 13, depoimento colhido no dia 1º/10/2007.

¹⁹⁸ Trabalhador nº 18, depoimento colhido no dia 4/10/2007.

¹⁹⁹ Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

braços, por você também ter que ter atenção no que você está fazendo, então isso acaba prejudicando tanto sua mente como o físico e chega no final do dia, você tá no português, um bagaço [...] (T8²⁰⁰).

As observações permitem-nos afirmar que em termos de atividade, é um trabalho em que predomina um maior *esforço muscular-nervoso*; ou seja, físico. A produção e o cumprimento de metas tornam a atividade uma verdadeira “maratona”, que a cada hora, os trabalhadores tentam atingir ou quebrar os seus “recordes”. No entanto, como bem observou o trabalhador nº 8, ao final da jornada, a carga de exigência física do trabalho afeta o mental, já que o dispêndio de esforço físico não está desvinculado da mente de quem o executa. Eis a mente subjugada.

Vamos aos depoimentos dos sujeitos que atribuem uma maior exigência mental ao trabalho realizado na camisaria:

Mental. Porque o trabalho que eu exerço, a função que eu exerço, ele dá as fichas técnicas, no caso do trabalho burocrático pras encarregadas, pra elas exercerem na fábrica, então eu tenho que olhar minuciosamente cada detalhe, cada referência, então é um trabalho mental (T6²⁰¹).

Mental, mental porque eu trabalho resolvendo problemas, procurando problemas e resolvendo problemas o dia inteiro. Então a gente que trabalha com ser humano é muito complexo, você tem que convencer aquela pessoa, você tem que explicar, você tem que mostrar, senão as pessoas não aceitam que você está mostrando. Então você tem que, que mostrar e fazer como é certo, mostrar porque ele está errando e como tem que ficar. Então não adianta falar só que está errado, se você não sabe ensinar o certo. Então o meu trabalho é esse, falar o que tá errado e ensinar como fazer o certo (T12²⁰²).

Físico na verdade quase nenhum, agora mental eu diria que 98%. Passo o tempo todo, eu tenho dois, três, dois setores pra comandar, são quase 50 pessoas, tem que, ou seja, tem que pensar por todo mundo, tem que sempre tá na frente deles, sempre adiantando o que eles vão fazer, adianta, se possível adianta até o que vai ser feito no outro dia. Tem que ter tudo em mente, isso é mais um esforço mental do que físico. Físico eu fico mais de um lado pra outro, pra não deixar ninguém parar (T11²⁰³).

Entre as atividades da camisaria existem aquelas que, mesmo não sendo caracterizadas como dispêndio de uma *elaboração intelectual-cerebral* em sentido *lato* (concepção), devido à rotina do trabalho, fazem com que a percepção dos sujeitos apreenda um maior emprego da

²⁰⁰ Trabalhador nº 8, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

²⁰¹ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

²⁰² Trabalhador nº 12, depoimento colhido no dia 28/9/2007.

²⁰³ Trabalhador nº 11, depoimento colhido no dia 28/9/2007.

dimensão mental. A esse grupo talvez se enquadrem os encarregados, os líderes de produção, etc. Nesse caso, a qualidade mais requerida pelo trabalho é a concentração, além da habilidade. Estes já devem ter assimilado não só a educação do *corpo no e pelo trabalho*, mas também os valores subjacentes que compõem a mentalidade norteadora da organização do trabalho. Ser minucioso, detalhista, resolver problemas, mostrar e fazer o que é correto, pensar por todo mundo, adiantar as tarefas do dia seguinte, eis o ideal do ser social educado.

Mesmo lotados na produção ou apoio à produção, há também aqueles sujeitos que admitem um duplo esforço com relação à função desempenhada. Neste sentido, vejamos suas impressões:

Os dois, tanto físico como mental [...] mental, porque eu tenho que pensar, pensar em planos, arquitetar planos pra melhorar a produção do meu setor, é, acompanhar a questão de produção, pensar sempre no dia seguinte, sempre no dia seguinte, na semana seguinte, no mês seguinte e mudar sempre os planos numa rapidez muito grande. E físico, porque eu tenho que zelar pela organização do meu setor e ele trabalha com camisas, com muitas camisas. Então eu tenho que muitas vezes sair conduzindo 70 camisas, 100 camisas ao mesmo tempo nos meus braços, isso é um esforço físico. Não só por causa disso, mas porque eu tenho que me deslocar em toda a fábrica e muitas vezes num tempo muito pequeno (T17²⁰⁴).

Os dois. Mental porque você tem que se concentrar no que tá fazendo, né, é, você não pode, até o minimozinho de um ponto, já vem mexendo com seu, né, mentalismo. E físico, porque você tem que correr, muitas das vezes além do que o seu corpo pode dar pra atingir a meta que eles pedem. Então eu acho que trabalha os dois juntos, mental e físico (T19²⁰⁵).

Mais uma vez é mister, elaborar planos e antecipar o dia seguinte. É muito provável que o trabalhador, quando está fora do ambiente de trabalho, reserve parte de seus pensamentos para os problemas pendentes da fábrica. A concentração é inclusive uma das competências/exigências que a responsável pelo recrutamento de pessoal considera para contratar.

No entanto, mesmo a atividade de planejar aliada à concentração no tipo de trabalho exigido numa camisaria põe o físico também em ação; afinal é preciso correr para atingir as metas.

A educação do *corpo no e pelo trabalho* abrange a totalidade dos sujeitos. Não basta apenas saber fazer com agilidade e rapidez, mas acima de tudo incorporar esses valores em sua própria essência. Eis o *habitus* cultivado.

²⁰⁴ Trabalhador nº 17, depoimento colhido no dia 3/10/2007.

²⁰⁵ Trabalhador nº 19, depoimento colhido no dia 4/10/2007.

Ao serem questionados sobre suas percepções em relação ao caráter da atividade de trabalho na camisaria, se era monótona ou criativa, alguns dos trabalhadores apreenderam sua função como criativa, apesar da aparência repetitiva que constatamos.

Analisemos os pontos de vista acerca da criatividade do trabalho desempenhado:

Criativo com certeza! Quando eu cheguei lá, eu queria aprender outras coisas que eu nem me imaginava fazendo e hoje eu faço [...] Quando eu cheguei na empresa eu não sabia costurar, pode-se atribuir que eu aprendi a costurar lá. Hoje eu manuseio algumas máquinas que eu nunca me imaginei trabalhando com elas, e assim, a questão da qualidade em si, eu atribuo à empresa, eu dou mais importância à qualidade aquilo que eu faço (T1²⁰⁶).

Criativo [...] Porque cada dia é uma coisa nova, cada dia é uma coisa diferente que eu faço, uma referência, um detalhe novo que aparece, então eu tenho que tá sempre renovando, nunca é igual, nada é igual, todos os dias, então é criativo e eu gosto [...] (T6²⁰⁷).

Criativo! É criativo porque, é, nós trabalhamos sempre diferente. Num dia não é igual ao outro, é, a gente trabalha com tecido. Então, tecido e produtividade, nenhum dia é igual ao outro em relação à produtividade, em relação ao tecido. Às vezes entram tecidos bons e portanto eu tenho que ficar tranqüilo, as minhas funcionárias fazem o processo numa rapidez muito grande, então não me preocupo. Outras vezes não, no dia seguinte já pode entrar tecido muito ruim e eu tenho que tá pensando em planos pra não acumular produção, pra não baixar a produtividade, pra deixar o setor organizado, pra cuidar na limpeza, que eu também faço limpeza (T17²⁰⁸).

Sobre uma mesma questão, são construídas várias visões. Dizemos isso pois nas observações efetuadas no campo empírico o trabalho realizado aparentava muita monotonia, caracterizado pela realização de operações repetidas ao longo da jornada. Ao nosso olhar não havia muito espaço para criatividade, pois o trabalho era todo pré-determinado.

Apesar da constatação de que o trabalho é monótono, os pontos de vista anteriormente expostos são passíveis de duas explicações: a primeira relaciona-se ao aprendizado de um ofício realizado pelo treinamento obtido na própria fábrica, visto que, como a maioria é composta por pessoas de uma faixa etária jovem, que, inclusive, experimenta o primeiro emprego, há uma certa confusão entre criatividade e qualificação para determinada tarefa; a segunda diz respeito aos saberes tácitos dos trabalhadores. O seu trabalho acaba assumindo um caráter criativo, porque, mesmo diante do cerceamento imposto, o trabalhador consegue preservar suas marcas e traços próprios, imprimindo-os aos processos de trabalho, apesar de

²⁰⁶ Trabalhador nº 1, depoimento colhido no dia 19/9/2007.

²⁰⁷ Trabalhador nº 6, depoimento colhido no dia 25/9/2007.

²⁰⁸ Trabalhador nº 17, depoimento colhido no dia 3/10/2007.

todas as limitações. É admissível que “mais especificamente, isso significa aquilo que está sendo usado pelos operadores para enfrentar o que, na produção, não pode ser obtido pela execução estrita das instruções” (DEJOURS, 2005, p. 43).

Portanto, “o trabalho é uma atividade que, no senso ergonômico do termo, convoca o funcionamento do corpo inteiro no exercício da inteligência que se emprega para encarar aquilo que não é dado pela organização (prescrita) do trabalho” (BÖHLE; MILKAU *apud* HEROLD JUNIOR, 2006, p. 74).

Nos casos anteriormente descritos, o trabalhador nº 1 deveria produzir 71 peças por hora. Os trabalhadores nºs 6 e 17 não cumpriam metas estipuladas, mas implicitamente tinham de contribuir para que elas fossem alcançadas. Essa diferença de ocupação dos postos relaciona-se à ênfase que cada sujeito atribuiu para definir o trabalho como criativo, visto que sua totalidade psicofísica era empregada na resolução dos problemas e situações não previstos pelo plano de trabalho.

Mas nem todos apreendem da mesma forma. Vamos aos relatos que consideraram o trabalho monótono:

Monótono [...] Porque todo dia é a mesma coisa, você não tem outra coisa a fazer, a não ser ver aquelas lindas camisas na sua frente e revisar [...] Você não tem outra maneira de fazer, não tem outra atividade, aqui você entra enxergando camisa e sai enxergando camisa (T8²⁰⁹).

Monótono, mesmo, não tem como. Porque todo dia a mesma coisa, todo dia a mesma coisa, não muda nada, nada, a não ser as cores das camisas [...] porque o resto é tudo a mesma coisa, aí é horrível. Embora pelo menos eu gosto do que faço entendeu? Se não fosse tanta exigência, pra mim seria ótimo, entendeu, mas a exigência cada dia que passa tá ficando pior, e pior, aí se torna, né, sabe, cansativo demais, demais mesmo (T9²¹⁰).

Monótono com certeza! Porque todo dia a mesma coisa, repetido, aí não tem, não tem como, todo dia a gente faz aquele mesmo trabalho, aquela mesma coisa, monótono demais (T20²¹¹).

É monótono, chega dá vontade às vezes de jogar pro ar [...] Sério [...] é tanta camisa do lado que você, virgem, olhe, dá vontade de pegar tudo ói, e soltar (T21²¹²).

²⁰⁹ Trabalhador nº 8, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

²¹⁰ Trabalhador nº 9, depoimento colhido no dia 27/9/2007.

²¹¹ Trabalhador nº 20, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

²¹² Trabalhador nº 21, depoimento colhido no dia 5/10/2007.

O trabalho repetitivo como aquele da indústria de confecções é monótono, conforme a visão desses sujeitos. Os trabalhadores nºs 8 e 9 desempenhavam a função de revisores e cumpriam a meta hora de 75 peças cada um. Já os trabalhadores nºs 20 e 21 costuravam, e suas metas/hora eram, respectivamente, 110 e 140 peças.

A percepção de quem está ocupando essas funções ilustra como o trabalhador é submetido pela organização do trabalho. Além de o teor da atividade ser pouco agradável, ainda existem as exigências cotidianas que tornam a atividade mais enfadonha.

Consideramos que todo trabalho humano manifesta-se pelo envolvimento de ações mentais e corpóreas. Isso quer dizer que “o trabalho manual envolve percepção e cognição; o trabalho mental não é possível sem as funções corporais” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 188). Ou seja, em certos tipos de trabalho, o físico é mais afetado em detrimento da mente e vice-versa, mas indubitavelmente o trabalhador é desgastado em sua totalidade, pelo consumo diário da sua força de trabalho. Recordando a análise gramsciana, por mais degradante que seja o trabalho, permanece preservada uma mínima parcela de atividade intelectual criadora.

Contudo, os movimentos repetitivos de uma linha produtiva numa indústria de confecções são uma intervenção dirigida no e pelo trabalho, plasmando, através da “pedagogia da fábrica”, os corpos essenciais às demandas produtivas vigentes. O papel da corporalidade na redefinição de muitas práticas no seio dos ambientes de trabalho, a partir dos argumentos discursivos que afirmam para o trabalhador, a busca de uma melhor qualidade de vida, mais saúde, maior satisfação, confina-se às diretrizes da organização do trabalho, portanto, um trabalho alienante, (re)produz igualmente uma corporalidade alienada.

3.3 - Repercussões da Ginástica Laboral no tempo liberado do trabalho

Como será que esse trabalhador que compõe o campo empírico investigado realiza sua catarse e utiliza o seu tempo de lazer? Quais os espaços freqüentados para esse fim? A prática da Ginástica Laboral exerceu alguma influência nas opções e escolhas das atividades dos trabalhadores durante o seu tempo livre

Os dados demonstram que há uma considerável parcela dos trabalhadores que freqüentam espaços destinados ao lazer, 52,8%, sendo que 47,2% não freqüentam (Gráfico 22).

Não obstante um número significativo indicar não freqüentar espaço algum, seria possível isso? Não freqüentar nenhum espaço para o desenvolvimento do lazer quer dizer que esses sujeitos não empreendem essa atividade em suas vidas?

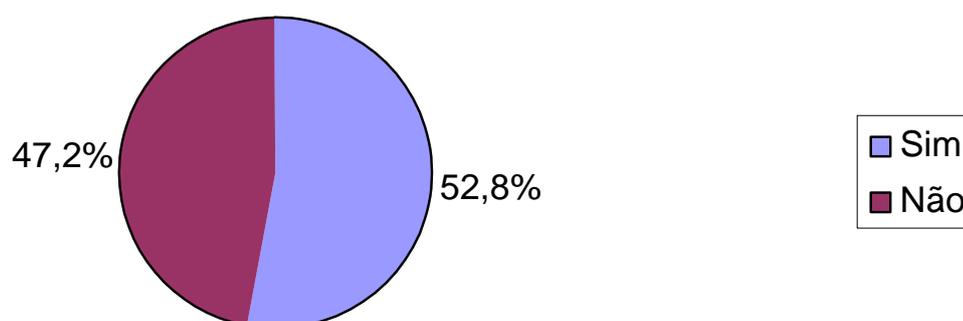


Gráfico 22 – Indicação dos espaços freqüentados para o desenvolvimento do lazer. Fonte: Questionários.

Para muitos trabalhadores pode ser realidade uma vida sem muito sentido fora do trabalho, assim como ela o é no trabalho; logo, uma é o reflexo da outra. Mas há um limite. É certo que alguma forma de lazer seja experienciada, agregada aos interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais (MARCELLINO, 1996). Isso confirma que o lazer não se resume a atividades desenvolvidas fora do ambiente doméstico, por exemplo, ler um livro ou assistir a um filme, algo que pode ser feito em casa e que faz parte dos interesses intelectuais e artísticos do lazer.

Entretanto, deve ser ponderado que,

em uma sociedade em que a força de trabalho é comprada e vendida, o tempo de trabalho torna-se aguda e antagonisticamente dividido a partir do tempo de lazer, e o trabalhador suspira pelo tempo “livre” a que dá extraordinário valor, enquanto a hora do trabalho é considerada tempo perdido ou desperdiçado [...] O preenchimento do tempo ocioso também se torna dependente do mercado, que inventa continuamente divertimentos passivos, entretenimentos, e espetáculos que se ajustam às restritas circunstâncias da cidade e são oferecidos como sucedâneos da própria vida (BRAVERMAN, 1980, p. 237).

Entre os espaços freqüentados para essa atividade durante o não-trabalho, indicados pelos entrevistados, foram mencionados: praia, clube, shows, shopping e cinema, passeios,

viagens e até ida à igreja²¹³ (interesses culturais, sociais e turísticos). Apareceu também a prática esportiva, principalmente a do futebol (interesses físicos).

A faixa etária composta por muitos jovens sinaliza para esse usufruto do tempo de lazer compatível com a idade. Ainda que esse se vincule à esfera do consumo, não deixa de cumprir o importante papel ao desenvolvimento humano.

Para Baudrillard (1995), a era do consumo generalizada na lógica da mercadoria personifica o tempo da alienação radical não exclusivamente do trabalho, mas de todas as esferas da vida social. O autor entende que a objetividade e subjetividade estão espetacularizadas e prontas para serem consumidas.

O ponto de vista do pensador francês é uma evidência, mas a alienação da vida social, tanto no trabalho quanto no tempo livre, também apresenta um ponto de resistência. Nas palavras de outro francês, D. Bensaïd, acerca do domínio da alienação sobre o trabalho assalariado, ocorre um momento de inflexão que engendra um processo de socialização *forçosamente ambivalente*²¹⁴,

como ocorre no esporte de competição, a submissão ao princípio do rendimento e do resultado não consegue apagar completamente todo o resto de inspiração lúdica: se o espetáculo desportivo se reduzisse a uma pura exploração do corpo, seria incapaz de cumprir sua função de comunhão consensual (BENSAÏD, 2000, p. 100).

Esse processo de socialização também se estende ao tempo livre, quando os trabalhadores conseguem transcender a lógica do consumo em voga, e este materializa o “[...] tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural” (MARCELLINO, 1986, p. 15-6).

Logo, os espaços assinalados como freqüentados, têm em potencial a constituição de um tempo cultivador de outros valores, não meramente produtivos, pois estes já são cultivados no trabalho.

É bom lembrar, porém, que

[...] a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o sexo, o acesso ao espaço, a questão da violência crescente nos grandes centros urbanos, entre

²¹³ Não consideramos a ida à igreja como um lazer, e segundo a literatura sobre o assunto não é. Citamos apenas o que apareceu como resposta em algumas justificativas dos questionários.

²¹⁴ Bensaïd atribui a expressão *forçosamente ambivalente* a Christophe Dejours, *Souffrance en France*, Seuil, 1998. De alguma forma Marcellino (1996, p. 22) aproxima-se desse entendimento com relação ao lazer, ao “[...] salientar que a simples prática não significa participação, assim como nem todo ‘consumo’ corresponde necessariamente à passividade”.

outros fatores, limitam o lazer a uma minoria da população, principalmente se considerarmos a frequência na prática e sua qualidade (MARCELLINO, 1996, p. 24).

Não bastasse isso, em alguns casos o tempo livre é cerceado quando, por exemplo, a pessoa precisa trabalhar nos feriados. Ao referir-se à mentalidade cultivada pelos proprietários da empresa X, uma trabalhadora afirmou o seguinte:

Eles vivem pra trabalhar, a gente trabalha pra viver, por isso eles não entendem quando a gente não quer fazer hora extra, ou não trabalhar nos feriados e nos sábados. Amanhã cabeças vão rolar! Quem vai querer trabalhar no feriado?²¹⁵

Sua opinião sinalizava um elemento crucial para que ocorra a fruição do lazer: o tempo. E muitas vezes o trabalhador não tem “[...] o tempo de ter o tempo livre de ser²¹⁶”.

Destaca-se ainda a participação da fábrica na organização de alguns momentos de lazer para os trabalhadores. A esse respeito, veja-se este depoimento:

[...] eu também fico responsável com a parte de lazer dos funcionários. Então geralmente em datas comemorativas, eu organizo festas, reuniões, momentos de descontração, de lazer, aí aproveito faço dinâmicas de grupo, brincadeiras onde eles possam ter maior contato um com o outro, né. Distrair a mente, se divertir, brincar. Então, eu, eu também fico responsável por essa outra parte, né, de desenvolver o momento de lazer pros funcionários. Geralmente a gente utiliza o espaço nas datas comemorativas²¹⁷.

Qual o sentido em organizar esses momentos? Seria a constituição de uma coesão, identidade e unidade afetivo-social entre os trabalhadores e a camisia? Reafirmamos que apesar de os interesses patronais terem uma intencionalidade bem definida para com essas ações, os trabalhadores conseguem extrair delas outras significações que não meramente as relacionadas ao controle do seu tempo livre.

No que tange à prática de alguma atividade física fora da empresa, quer dizer, além da Ginástica Laboral, houve um equilíbrio se considerarmos os 125 respondentes. Destes 55,2% indicaram não praticar atividades físicas fora da empresa, ao passo que 44,8% assinalaram praticar (Gráfico 23).

²¹⁵ Comentário feito por uma trabalhadora da empresa X, no dia 6 de setembro de 2007, e registrado no diário de campo empregado durante a coleta de dados. Era uma quinta-feira, véspera do feriado de 7 de Setembro.

²¹⁶ Trecho da música de VALLE, P. S., VALLE, M. Capitão de Indústria. Intérprete: Os Paralamas do Sucesso. In: Os Paralamas do Sucesso. **9 Luas**. São Paulo: EMI-Odeon, 1996. Cd (Faixa 5)

²¹⁷ Professora de Educação Física, depoimento colhido no dia 18/10/2007.

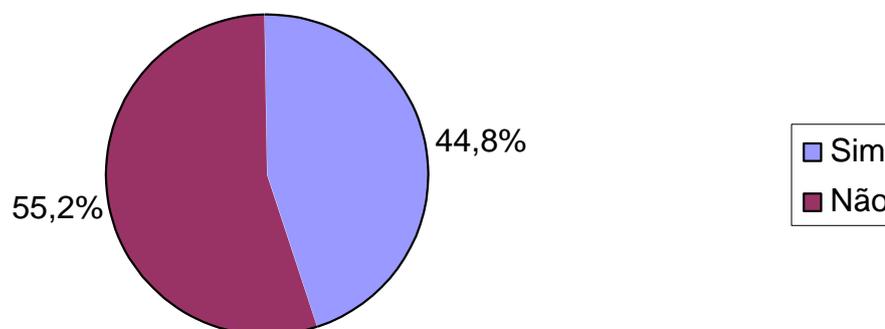


Gráfico 23 – Adesão dos trabalhadores à prática de atividades físicas fora do trabalho. Fonte: Questionários.

Entre as atividades informadas aparecem: caminhadas, dança, exercícios realizados em casa, musculação, ginástica aeróbica, ciclismo (bicicleta), lutas e até atividades domésticas. Mas o futebol e o futsal são os mais praticados quando os trabalhadores não estão na fábrica, principalmente pelos homens.

Outra vez é evidenciado o índice relacionado à idade dos trabalhadores, o que lhes proporciona cultivar hábitos não-sedentários com a prática de atividades físicas.

Mas o maior percentual foi daqueles que não praticam atividades físicas fora do trabalho. Dos 69 sujeitos que corresponderam ao percentual de 55,2%, 61 eram mulheres, o que confirma mais uma vez a questão da dupla jornada, tanto formalmente, no espaço de trabalho, quanto em casa, no espaço doméstico.

É possível admitir uma certa relação entre esses dados, com o fato da disciplina curricular Educação Física não ter atuado no sentido da fixação de um *habitus* relacionado à prática de atividades físicas. Com isso não estamos reduzindo seu papel pedagógico, mas esse *habitus* deveria ser um dos elementos que a educação do corpo na escola teria de contemplar.

Sobre uma eventual influência da Ginástica Laboral oferecida na empresa, na participação dos trabalhadores à prática de atividades físicas no tempo livre, os dados a seguir indicam um resultado contraditório, comparando-o com a discussão anterior.

Dos sujeitos investigados, 51,2% confirmaram a influência da Ginástica Laboral na prática de atividades físicas no tempo livre, e 48,8% não se sentiram influenciados pela ginástica (Gráfico 24).

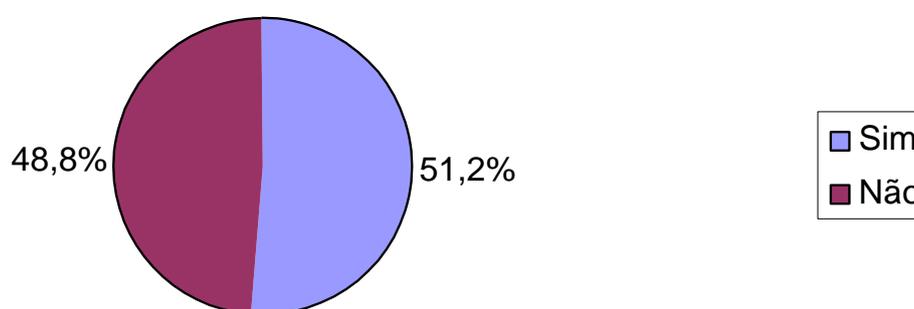


Gráfico 24 – Indicação sobre a influência da Ginástica Laboral na prática de atividades físicas fora do trabalho. Fonte: Questionários.

É revelador o fato de a Ginástica Laboral influenciar na prática de atividades no tempo livre, mas isso não significa que haja uma adesão plena. Uma possível explicação pode estar relacionada ao sexo; ou seja, as mulheres – maioria – podem se sentir estimuladas a praticar atividades físicas, o que não quer dizer que isso efetivamente aconteça.

Algumas justificativas para afirmar a influência e a realização das atividades foram: “a disposição após a Ginástica Laboral me deu ânimo para freqüentar uma academia”; “tudo que eu faço na ginástica é útil no futebol”; “às vezes faço em casa” e “à noite e ao acordar faço todos os alongamentos”.

Concretamente apareceu uma maior quantidade de trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, que reconheceram a influência ocasionada pela Ginástica Laboral, mas não praticam atividades físicas durante o não-trabalho, por alegarem falta de tempo.

Mas essa alegação não corresponde ao motivo principal. A fadiga ocasionada pela monotonia física e psíquica oriunda da organização do trabalho não pode ser simplesmente

superada com a adoção de programas de Ginástica Laboral e a inserção dos trabalhadores a essa atividade.

A fadiga como um estado permanente dos corpos produtivos, na resposta de uma trabalhadora acerca da pergunta sobre a sua disposição para fazer atividades fora do ambiente de trabalho, tem um elemento que possibilita certa compreensão para o fato de a Ginástica Laboral causar alguma influência, mas ao mesmo tempo não garantir que ocorra efetivamente uma adesão às atividades físicas após a jornada de trabalho. Quanto a esta questão ela expressou-se assim: “bom, no momento não, não porque se leva muito tempo aqui na fábrica, é, praticamente eu passo quase 12 horas aqui, então chego em casa, é descanso” (T15²¹⁸).

Para quem ficou uma jornada inteira de trabalho efetuando movimentos repetitivos algumas centenas de vezes, ou andando de um lado para o outro, a fim de fazer deslanchar a produtividade, não é fácil dispor-se a cumprir outra etapa de exercícios e/ou atividades físicas fora do trabalho. É certo que o sentido dessas atividades teria outra conotação, mas as energias foram exauridas. No e pelo trabalho o corpo recebeu a educação necessária a sua composição de engrenagem do processo produtivo, o qual a Ginástica Laboral em sua dimensão unilateral e limitada está vinculada aos objetivos do capital na modelagem do trabalhador.

Contudo, a Ginástica Laboral demonstra potencialidades para além das suas diretrizes norteadoras explícitas. Se por um lado no trabalho a vontade de participar e envolver-se na atividade pode ser cerceada e imposta pelas próprias condições da sua organização, por outro lado, “o crescimento da consciência social, tal como a mente do poeta, não pode jamais, em última análise, ser planejado” (THOMPSON, 1991, p. 84).

A Ginástica Laboral prefigura também como um foco de resistência, visto que não há como controlar sua assimilação e reconstrução, mediada pelo diálogo entre a experiência social e a consciência social dos trabalhadores que dela são usuários, a partir dos seus próprios interesses. Limitar-nos-emos a essas análises, para no próximo espaço realizarmos a síntese das principais constatações obtidas com a presente pesquisa.

²¹⁸ Trabalhador nº 15, depoimento colhido no dia 2/10/2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *tour de force* erigido com vistas a alcançar a essência do fenômeno eleito por esta pesquisa chega ao seu momento de pôr em evidência as conquistas obtidas através do emprego de procedimentos analítico-rationais, a fim de aproximarmo-nos sucessivamente da verdade. Eis a razão do *trabalho do conceito*.

Entendemos que

o progresso da ciência não é um simples avanço linear, cada estágio determinando a solução de problemas anteriormente implícitos ou explícitos nele, e por sua vez colocando novos problemas. Este avanço também prossegue pela descoberta de novos problemas, de novas maneiras de enfocar os antigos de novas maneiras de enfrentar ou solucionar velhos problemas, de campos de investigação inteiramente novos, de novos instrumentos práticos e teóricos de investigação (HOBSBAWM, 2003, p. 384)

Ao lançarmo-nos nesta empreitada, estávamos cientes de que pisávamos num terreno ainda pouco desbravado. Mas ao assumir os riscos de enveredar por novos caminhos, não o fizemos sozinhos. O aporte teórico-metodológico iluminou os períodos obscuros, conduzindo-nos paulatinamente ao âmago das questões postas que precisavam ser desvendadas.

Diante da iminente desintegração do trabalho como categoria ontológica central – segundo alguns renomados intelectuais – e do festejado contexto das novas tecnologias, contraditoriamente observa-se *pari passu* uma crescente implementação tecnológica no desenvolvimento de intervenções corporais sobre os trabalhadores dos setores industrial e de serviços. A ergonomia legalizada através da NR-17 e os programas de Ginástica Laboral exemplificam essa situação.

Será que o trabalho perde sua importância para a extração da mais-valia via produção, e a microeletrônica suaviza os efeitos do *esforço muscular-nervoso* em detrimento de uma *elaboração intelectual-cerebral*?

O real indica-nos que a humanidade não está trabalhando menos – o essencial *direito à preguiça* como preconizava P. Lafargue não é vislumbrado pelos produtores –, ao contrário: amplia-se a inserção de mão-de-obra em formas de trabalhos cada vez mais controladas e precarizadas; ou seja, o aprofundamento da obtenção da mais-valia pela acentuada exploração do trabalho. Nesse ínterim, os trabalhadores e seus corpos são protagonistas desse processo.

A invasão das inovações tecnológicas aos processos de trabalho não implica a substituição do trabalho humano pelas máquinas ditas inteligentes. De fato ocorre uma

redução do trabalho vivo com a introdução da tecnologia, porém, máquinas realizam a transferência de valor, não são geradoras de valor, para isso ocorrer é imprescindível o uso da força de trabalho.

É bem verdade que o sentido da maquinaria é eliminar quantidades significativas de forças produtivas (especialmente no que diz respeito à força de trabalho), mas ainda existem determinados contextos em que, mesmo com as “novas tecnologias”, opta-se pelo emprego e exploração do *esforço muscular-nervoso* da força de trabalho, priorizando o seu componente manual em parte e/ou grande parte do processo produtivo. A indústria de confecções que nos subsidiou como campo empírico exemplifica esse caso, devendo ser ressaltado que ela possuía o que há de mais avançado e moderno no mercado no que concerne ao maquinário para costura industrial.

Nesses termos ponderamos que a pesquisa em foco constituiu-se num empenho a fim de compreender alguns aspectos referentes ao corpo. Deve ser evidenciado que foi sobre bases distintas – e isto se refere ao fato de guiarmo-nos por uma perspectiva de totalidade – a fim de apreender o corpo em sua concreticidade. Então, a abordagem não foi um estudo detalhado sobre o corpo, mas aproximou-se de uma investigação que buscou evidenciar prismas do *corpo no e pelo trabalho*.

Interessam-nos especificamente os impactos provocados pela organização do trabalho na corporalidade dos trabalhadores de uma indústria de confecções, os quais eram usuários de um programa de Ginástica Laboral. Fomos à realidade concreta observar o fenômeno no processo de *vida real* dos sujeitos envolvidos.

Portanto, a mediação entre a teoria e os dados coletados *in loco* permite-nos afirmar que o programa de Ginástica Laboral implantado na empresa X representa um dos aspectos da educação do *corpo no e pelo trabalho*, haja vista que sua implantação tem aproximadamente cinco anos, acontecendo durante toda a semana de trabalho, em duas sessões diárias, equivalendo a duas horas e meia de pausa obrigatória semanalmente, agregada à jornada de trabalho.

Apontamos que as características repetitivas e rotineiras dos movimentos executados por costureiros e costureiras, passadores e passadoras, etc. consubstanciam-se num outro aspecto da educação do *corpo no e pelo trabalho*, pois a disciplina e concentração exigidas aos sujeitos na realização das tarefas propiciam a prevalência de um *habitus* corporal fixado. Nesse caso, esta é uma influência que se impõe sobre a corporalidade dos sujeitos, devido à fadiga ocasionada e às cobranças inerentes ao cumprimento de metas, típicas da organização

do trabalho sob o capital, representando uma das conseqüências à suscetibilidade de LER/DORT nos trabalhadores.

A acentuada exploração do componente manual nesse tipo de trabalho – camisaria – requer do trabalhador a obtenção de algumas qualificações relacionadas ao corpo que labora, além do *savoir faire* específico para passar, pregar botões, costurar golas, mangas, punhos, etc. É mister toda uma disciplina postural ao executar sua tarefa de pé ou sentado, a forma adequada de manusear os instrumentos de trabalho, etc. Todas essas qualificações são fornecidas pela própria empresa X, motivo pelo qual há uma política distinta de recrutamento de pessoal que opta predominantemente por jovens entre os 18 e os 23 anos, preferencialmente sem experiência anterior. O sentido desse critério assenta-se num fato peculiar: o empreendimento da moldagem e docilização dos corpos conforme a mentalidade da fábrica.

É mais fácil submeter os sujeitos e seus corpos a essa condição, a fim de que estes assimilem “o jeito” inerente à organização do trabalho na produção de camisas com padrão internacional de qualidade. As relações sociais e as exigências técnico-operacionais do processo produtivo exercem um papel fundamental aos atributos que os trabalhadores devem desenvolver.

Confirmamos, no caso investigado, que a educação do corpo proveniente da escola, por meio da disciplina Educação Física, não é determinante para preparar corporalmente os trabalhadores. Isso quer dizer que pelo discurso da preparação para o mundo do trabalho, a importância dessa disciplina curricular não se sustenta nesse âmbito. Embora o trabalho seja o princípio educativo que ordena a organização da escola, a qualificação para exercer a costura industrial é fornecida pelo próprio trabalho.

A empresa X provê tanto a qualificação específica para ocupação dos seus postos treinando os sujeitos – o que não deixa de ser também uma educação do corpo – quanto a qualificação corporal, através dos projetos ergonômicos e da Ginástica Laboral. São duas esferas da educação do *corpo no e pelo trabalho*, mas que possuem uma única finalidade.

Inferimos que há um processo de cooptação e submissão dos corpos, a partir do enquadramento que visa domar inicialmente a mentalidade, impingindo uma superficial mas eficiente unidade afetiva da maioria dos trabalhadores com os princípios da organização do trabalho. O passo seguinte é mantê-los na execução de ações monótonas e previamente planejadas que os deixam completamente absortos enquanto as desenvolvem.

Mas para compensar essa monotonia, há uma pausa obrigatória – além das refeições – destinada à Ginástica Laboral. Os trabalhadores param obrigatoriamente – apesar de às vezes

ter sido observado alguns trabalhadores executando sua função enquanto acontecia a ginástica. Ainda verificamos que a Ginástica Laboral torna-se, com o tempo, parte da rotina para os sujeitos que são usuários do programa, constituindo-se numa ação maquinal tanto quanto o trabalho. Portanto, a sua premissa básica de elevação da capacidade produtiva não é confirmada.

A fábrica de camisas segue correta e rigidamente os preceitos necessários a fim de educar os corpos que nela atuam. Prevalece uma “pedagogia da fábrica”, cuja finalidade é cultivar corpos produtivos. Investe-se em cadeiras e demais equipamentos ergonômicos, estudos e cálculos dos movimentos peculiares à atividade e ainda a colaboração dos alongamentos propostos durante as sessões de Ginástica Laboral. Não estamos questionando a validade desses procedimentos, mas sim tão-somente sua efetividade num sentido substancial na promoção de benefícios reais para os trabalhadores.

As pesquisas desenvolvidas com esse intento não apontam uma comprovação válida do aumento da produtividade com a prática da ginástica, apesar de ser inegável que ela provoca um bem-estar ao trabalhador.

Na empresa X pela manhã ocorre a ginástica preparatória, que alonga e aquece os músculos e os ânimos para o início da jornada. Poder-se-ia considerá-la a primeira ação produtiva do dia. No período da tarde acontece a ginástica compensatória, às vezes mesclada com relaxamento, a fim de aliviar a fadiga provocada pelo peso da carga de trabalho que se aproxima do final. Quando nos referimos ao peso da carga de trabalho, não estamos exagerando. Um trabalhador na camisaria, aquele que eventualmente ganhará um bombom de chocolate, pode chegar a produzir em média entre 500 e 2.000 peças por dia, a depender da sua tarefa, equivalendo à mesma quantidade de movimentos repetitivos e específicos.

É contestável então o suposto caráter preventivo da Ginástica Laboral. Sua função é *compensatória*, visto que é uma pausa legalmente sugerida, científica e estrategicamente calculada para atenuar a insatisfação dos trabalhadores com sua atividade. A camisaria investe maciçamente no seu programa de ginástica, engendrando a faceta *sui generis* deste – além do caráter compensador – no que tange à quantidade de sessões diárias (duas) e a frequência semanal (todos os dias²¹⁹).

Detectamos que os sujeitos empregam mais acentuadamente o componente manual na produção de camisas, não obstante alguns apresentarem a percepção que em determinadas funções e situações há um maior desgaste mental, ou os dois simultaneamente.

²¹⁹ Durante o período em que estávamos coletando dados fomos informados que as sessões de Ginástica Laboral não aconteciam apenas, aos sábados e feriados.

Essa cisão dos componentes do trabalho em dois (um manual e outro intelectual) é esquemática. Não há como um trabalhador costurar os punhos de uma camisa sem desgastar-se integralmente. É certo que as atividades podem não exigir grandiosas elaborações mentais, até mesmo porque a direção, o controle e a regulação do processo não são determinados pelo executante, mas pela equipe que desempenha o trabalho conceptual. Indubitavelmente o trabalhador empenha durante a atividade o seu cérebro, os seus nervos, os seus membros e os seus músculos, que não deixam de ser afetados em sua totalidade pela educação do *corpo no e pelo trabalho*.

A grande barreira que o capital encontra é justamente o possuidor da força de trabalho, pois as máquinas mais leves e inteligentes, principalmente na camisaria, não ampliam o capital (mais-valia) sem consumir trabalho vivo. Assim, mesmo na era da mundialização do capital, o circuito *circulação-produção-consumo* não pode prescindir da exploração da capacidade de trabalho de homens e mulheres.

Esse é um dos motivos de se investir em programas de Ginástica Laboral, revestido agora de uma função *utilitarista*, a fim de atenuar os males provocados ao corpo do trabalhador, pois estar fadigado é a condição permanente que se aloja no corpo da maioria dos seres sociais que ocupam postos semiqualeificados do ponto de vista da execução das tarefas.

O investimento não é fortuito, mas revestido de uma peculiar intencionalidade típica de uma sociedade classista, embora seja verdade que o trabalhador de hoje não use um boné característico que o distinga dos demais, e o futebol seja cultuado tanto pelo empresário quanto pelo mecânico que faz manutenção nas máquinas de costura. Contudo, as evidências permitem-nos afirmar que a implantação, a aplicação e a manutenção do programa de Ginástica Laboral na camisaria, no que tange a sua obrigatoriedade, vinculam-se à possibilidade de a empresa resguardar-se legalmente, caso algum trabalhador apresente um quadro patológico de LER/DORT. Emerge a sua função *moralista*, ao culpabilizar o trabalhador por um eventual problema que possa acometê-lo, haja vista que as medidas preventivas são tomadas; portanto, a falha ou o adoecimento são provenientes do *fator humano* inerente aos trabalhadores.

Visualizamos que os sujeitos partícipes da pesquisa são objetos da educação do corpo ocasionada pela rotina de movimentos inerentes à atividade e também dos alongamentos propostos pela ginástica. Esta última tem limites que dizem respeito ao *habitus* que se incorpora, porque sua influência não é capaz de transcender o *habitus* construído pelas exigências das tarefas executadas. Ao longo de sua jornada de trabalho, os trabalhadores

realizam uma grande quantidade de movimentos específicos que superam em volume e intensidade aqueles realizados nas sessões de Ginástica Laboral.

Os costureiros e costureiras, por exemplo, trabalham sentados o dia inteiro à frente de máquinas pneumáticas, seguram o tecido com cuidado e passam pela agulha, pressionando o pedal para acionar o seu mecanismo de funcionamento durante oito horas diárias, quando não fazem hora extra, o que inevitavelmente ampliará esse tempo.

A Ginástica Laboral, por sua vez, representa o momento em que eles se levantam, alongam os músculos, relaxam da tensão e realizam movimentos distintos em relação as suas atividades específicas. Mas seu tempo de realização não ultrapassa trinta minutos diários.

O *habitus* corporal fixado é aquele oriundo das ações de trabalho que (re)modelam a corporalidade dos trabalhadores muitas vezes com mutilações, deformações e doenças do trabalho como as LER/DORT.

Não obstante todas as considerações indicarem um caráter negativo, há de ponderar-se que estamos falando de um fenômeno humano-social, e isto significa que os sujeitos não absorvem inerte e passivamente todas as ações efetuadas pela organização do trabalho, no intuito de enquadrá-los. Eles resistem aos propósitos estabelecidos para a ginástica, e conseguem imprimir um sentido diverso daquele que fora inicialmente programado.

A esse respeito constatamos que a Ginástica Laboral na empresa X tem um caráter paradoxal e/ou *forçosamente ambivalente*, pois, apesar de não suplantar a educação proveniente das ações de trabalho, transcende em muitos aspectos as funções *compensatória*, *utilitarista* e *moralista* que norteiam a diretriz do programa.

Identificamos que no tempo de trabalho a intervenção corporal não servia exclusivamente para aumentar a produtividade ou prevenir as LER/DORT. Além dessas finalidades, a pausa para a ginástica era um momento em que havia diálogo entre os trabalhadores. Eles conversavam enquanto faziam a atividade, o que era muito difícil de acontecer no desenvolvimento das tarefas específicas. Para alguns, materializava-se a chance de experimentar movimentos que lhes proporcionavam outras percepções e sensações corpóreo-motrices, enfim, um prazer legítimo, ainda que num período curto, mas significativo do ponto de vista da quebra do ritmo imposto pela organização do trabalho.

Outros até resistiam, demonstrando que não há como planejar a consciência do ser social, mesmo na ocorrência da Ginástica Laboral. Assumidamente (porém disfarçadamente) “enrolavam”; abstinham-se de qualquer vínculo com a produtividade. O mais incrível é que isso acontecia no próprio local de trabalho e na frente dos encarregados.

Quanto ao tempo liberado do trabalho, percebemos uma certa influência da ginástica naqueles que optavam pelo campo dos interesses físicos do lazer (prática esportiva em geral), quando alongavam antes e após a atividade. Alguns faziam alongamentos em sua própria casa, ao acordar e ao deitar. No entanto, os mais interessantes foram os incentivos latentes, pois o fato de terem sido incentivados a praticar alguma atividade física durante o tempo liberado do trabalho, não correspondia à adesão plena, mas sim ao reconhecimento da necessidade. A falta de tempo foi a principal alegação que impedia a prática. Porém, nota-se uma repercussão positiva *para além* dos seus objetivos declarados. Ressalte-se que no trabalho e fora dele permanece uma sociabilidade humano-social *pseudoconcreta* e *fetichizada*.

Isto posto, inferimos que ao ser introduzida a Ginástica Laboral nos diversos locais de trabalho, fábricas, escritórios, canteiros de obras da construção civil, clínicas, repartições públicas, bancos, etc. não são ocultados os reais interesses que subjazem aos programas desta atividade física; ou seja, sua prestimosa contribuição ao processo de docilização e moldagem dos corpos produtivos funciona também como uma espécie de válvula de escape para atenuar os resultados agressivos que a organização do trabalho provoca na corporalidade, além de um forçado sentimento de coesão e de demonstração da preocupação da classe patronal para com os seus empregados. Apesar disso, são abertas outras possibilidades que não estavam previstas em relação aos corpos que se educam no e pelo trabalho.

Detectamos que a pausa da intervenção sobre o corpo é orientada por um profissional qualificado – na empresa X trata-se de uma professora licenciada em Educação Física. Dessa forma ocorre uma interlocução entre os sujeitos envolvidos (professora e usuários), na qual se desenvolve uma relação pedagógica revestida de outros sentidos e significados opostos aos interesses empresariais.

Mesmo com todas as limitações impostas a essa atividade, como suas diretrizes, sua realização no próprio local de trabalho, a exposição dos trabalhadores, etc., ela consegue encetar possibilidades de uma reflexão dos sujeitos no sentido da importância da dimensão corpóreo-motriz ao seu processo de *vida real*. Afinal de contas, para agir de acordo com as finalidades erigidas pela consciência e vontade humanas, todas as dimensões do ser social manifestam-se de forma articulada e unitária, nas expressões estéticas, éticas e lúdicas que podem ser vivenciadas através de sua corporalidade.

Deve ser enfatizado que a empresa pesquisada segue a tendência nacional e global no que se refere à introdução das inovações tecnológicas e organizacionais; por essa razão deixamos claro que as críticas aqui endossadas não foram direcionadas aos seus proprietários

e funcionários ligados ao trabalho conceptual (gerentes e coordenadores); constitui tão-somente numa reflexão sobre o *modus operandi* que vigora no acirrado confronto entre capital e trabalho no capitalismo contemporâneo.

Poder-se-ia afirmar que a singularidade constatada nos trabalhadores da camisaria e usuários de um programa de Ginástica Laboral, que realizavam operações que lhes exigiam um maior *esforço muscular-nervoso*, integra-se à totalidade dos muitos trabalhadores brasileiros que enfrentam no seu dia-a-dia de trabalho condições e situações semelhantes às apresentadas.

Um pesquisador se faz ao caminhar, e desta maneira prestamos reconhecimento a nossa incompletude, assumindo toda responsabilidade pelas limitações e lacunas que o estudo apresenta. Estamos cientes de que algumas questões deveriam ter sido mais exploradas em detrimento das que foram eleitas, e que certos elementos poderiam ter sido priorizados em vez dos que aqui foram analisados. Mas o olhar que lançávamos aos fenômenos correspondia às impressões que nossa incipiente percepção conseguia captar durante a produção do texto e a coleta de dados, momento em que precisávamos selecionar e registrar o que era apreendido como relevante às explicações que a pesquisa deveria contemplar.

Há algo válido em tudo isso: o ampliar de fronteiras para novos estudos que possam ir além do que apresentamos. Os estudos do *corpo no e pelo trabalho* podem ser enfocados no sentido de buscar compreender como os trabalhadores de postos mais intelectualizados têm sua corporalidade afetada pela reestruturação produtiva; ou ainda: quais as características da educação do *corpo no e pelo trabalho* observáveis nos trabalhos precarizados como camelôs, carregadores de feira, garis, etc. Como também buscar aprofundar o papel dos projetos ergonômicos como uma recomendação legal (NR-17), e o caráter que as empresas imprimem ao adotá-los. Novos objetos e questões não faltam.

Eis que nos encontramos novamente no ponto de partida. A realidade e sua dinâmica estão diante dos nossos olhos, suscitando problemas variados que requerem compreensão. Lancemo-nos então em busca de novas respostas, pois não há outra alternativa para aqueles que uma vez ousaram aventurar-se a percorrer as sendas do conhecimento. *Labor omnia vincit improbus*²²⁰.

²²⁰ *Um trabalho perseverante vence tudo*. Fragmentos de dois versos das *Geórgicas* de Virgílio (I, 144-145). In: Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. V. 3, nº 3, 2005. p. 409-428

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. Trabalho e superfluidade. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 35-44

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

ARAGÃO, L. M. de C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 1999.

ARANHA, L.; DIAS, N. S. R. Trabalho e educação frente às novas determinações da crise estrutural do capitalismo. In: **Práxis educacional**. Nº 1. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2005. p. 39-55

ASSUNÇÃO, A. A. Ciclos curtos e repetitivos de trabalho: o caso de uma fábrica de metais. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 179-188

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMGARTEN, M. Tecnologia. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 311-318

BENSAÏD, D. Trabalho e emancipação. In: LÖWY, M.; BENSAÏD, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 84-100

BIANCHETTI, L. As novas tecnologias e o devassamento do espaço-tempo do saber tácito dos trabalhadores. In: AUED B. W. (Org.) **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 133-149

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar**. Espírito Santo: Proteoria, 2001. p. 67-79

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1980.

BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 15-43

BRUNO, L. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, L. (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 91-123

CAÑETE, I. **Humanização**: desafio da empresa moderna: a ginástica laboral como um caminho. 2ª ed. São Paulo: Ícone, 2001.

CARVALHO, S. H. F. de. **Ginástica laboral**: ponto de vista. Instituto de ciência da saúde/UNIP, 2003. Disponível na World Wide Web: <http://www.saudeemovimento.com.br> Acesso em 10 de agosto de 2006.

CARVALHO, R. de Q. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 93-127

CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 309-311

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A mundialização do exército de reserva. In: **Revista eletrônica “O Comuneiro”**. nº 3 – setembro, 2006. Disponível na World Wide Web: http://www.ocomuneiro.com/artigos_01_francois.htm Acesso em 15 de julho de 2007.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

_____. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. p. 21-32

_____. **O fator humano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

2007 ano da Ginástica Laboral. In: **Revista E.F. (CONFEEF)**. Nº 22, ano VI. Dezembro de 2006.

EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, T. T. (Org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 230-253

FIES. **Sergipe: dinâmica recente e perspectivas do setor industrial**. Aracaju, 2007.

FINE, B. Acumulação primitiva. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 2-3

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed. 8ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

GODELIER, M. Trabalho. In: **Enciclopédia Einaudi**. Modo de produção Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, vol. 7. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. p. 11-62

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 375-413

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Trabalho e interação. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2001a. p. 11-43

_____. Técnica e ciência como “ideologia”. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2001b. p. 45-92

_____. Conhecimento e interesse. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 2001c. p. 109-147

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 15ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. In: HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito; Estética: a idéia e o ideal; Estética: o belo artístico e o ideal, Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores). p. 5-75

HOBSBAWM, E. A produção em massas de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 271-316

_____. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21ª ed. rev. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1986.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KUENZER, A. Z. **A pedagogia da fábrica**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise de economia mundial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LARANGEIRA, S. M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 123-127

LEITE, E. M. Reestruturação produtiva, trabalho e qualificação no Brasil. In: Bruno, L. (Org.) **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1995. p. 146-187

LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, D. G. de. **Ginástica laboral**: metodologia de implantação de programas com abordagem ergonômica. Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2004.

LÚKACS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACIEL, R. H. et al. Quem se beneficia dos Programas de Ginástica Laboral. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2005, vol. 8. p. 71-86

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 2. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 1. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998b.

MINAYO, M. C. de. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: MINAYO, C. G. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 27-41

NOZAKI, H. T. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho: o caso do trabalho do professor de Educação Física. In: **II Seminário de Epistemologia e Educação Física Escolar**, 2007, Santa Maria. Conhecimento em Educação Física Escolar: no movimento das transformações do mundo do trabalho, 2007. V. 1. p. 1-18

OFFE, C. Trabalho como categoria ontológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Vol. 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41

_____. Crescimento do setor de serviços. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1994. p. 131-165

OLIVEIRA, P. A. B. Ergonomia. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 89-97

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEQUENO DICIONÁRIO enciclopédico Koogan Larousse. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
RUSSELL, B. O elogio do lazer. In: RUSSELL, B. **O elogio do lazer**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p.1-20

SALERNO, M. S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETTI, C. J. et al. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 54-76

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 13-24

SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasiliense, 1995.

SCHWARZ, R. Um livro audacioso. In: KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise de economia mundial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 9-15

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, A. M. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas, SP: Autores Associados; Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SOARES, C. L. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

_____. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, C. L. (Org.). **Corpo e história**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 109-129

TABORDA DE OLIVEIRA, M. A. **Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984)**: entre a adesão e a resistência. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 44-93

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TESES E DISSERTAÇÕES

ALVES, N. C. R. **Corpos entre saúde e trabalho**: a construção sociopolítica da LER como doença. Belo Horizonte, MG, 2004. 214f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

CRUZ, M. H. S. **Modernização do trabalho e tradição**: estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais de Sergipe. Salvador, BA, 1999. 302f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

DELLA FONTE, S. S. **Cultura corporal e saúde**: um discurso ideológico. Piracicaba, SP, 1996. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba.

HEROLD JUNIOR, C. **As relações entre corpo e trabalho**: contribuição crítica à educação. Curitiba, PR, 2006. 138f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

KOSE, J. I. **A organização do trabalho de taquígrafos parlamentares**: um estudo sobre o desenvolvimento de LER/DORT (Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) – O serviço de taquigrafia como uma linha de montagem. São Paulo, 2005. 212f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública.

LONGEN, W. C. **Ginástica Laboral na prevenção de LER/DORT?** Um estudo reflexivo em uma linha de produção. Florianópolis, SC, 2003. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, C. de O. **Repercussão de um programa de ginástica laboral na qualidade de vida de trabalhadores de escritório**. Florianópolis, SC, 2005. 184f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

MILITÃO, A. G. **A influência da ginástica laboral para a saúde dos trabalhadores e sua relação com os profissionais que a orientam**. Florianópolis, SC, 2001. 73f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

MUROFUSE, N. T. **O adoecimento dos trabalhadores de enfermagem da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais**: reflexo das mudanças no mundo do trabalho. Ribeirão Preto, SP, 2004. 298f. Tese (Doutorado em Enfermagem). Universidade de São Paulo – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

OLIVEIRA, R. M. R. de. **Abordagem das Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho: LER/DORT** no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo – CRST/ES. Rio de Janeiro, 2001. 165f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública.

JORNAIS

CORREIO ESPORTIVO. Malhação no trabalho: ginástica laboral é forma de combater sedentarismo e estresse cotidiano. In: **CORREIO DE SERGIPE**. Aracaju. Domingo, 26.08.2007. p. 4

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **LEI nº 10.793**, de 1º de dezembro de 2003. Brasília, 2003. Disponível na World Wide Web: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis Acesso em 25 de abril de 2004.

_____. **MANUAL DE APLICAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA Nº 17**. 2ª ed. Brasília: MTE, SIT, 2002. Disponível na World Wide Web: http://www.mte.gov.br/seg_sal/pub_cne_manual_nr17.pdf Acesso em 20 de junho de 2007.

_____. **NORMA REGULAMENTADORA 7**. NR 7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (107.000-2). Portaria nº 3.214 de 08/10/1978. Disponível na World Wide Web: http://www.met.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_7.asp Acesso em 24 de abril de 2007.

_____. **NORMA REGULAMENTADORA 17**. NR 17 – Ergonomia (117.000-2). Portaria nº 3.751 de 25/11/1990. Disponível na World Wide Web: http://www.met.gov.br/legislacao/normas_regulamentadoras/nr_17.asp Acesso em 24 de abril de 2007.

_____. **POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR**: proposta para consulta pública. Brasília, 2004. Disponível na World Wide Web: http://www.mte.gov.br/seg_sal/default.asp Acesso em 8 de janeiro de 2007.

ENTREVISTAS/DEPOIMENTOS

TRABALHADOR Nº 1. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 19/9/2007.

TRABALHADOR Nº 2. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 20/9/2007.

TRABALHADOR Nº 3. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 20/9/2007.

TRABALHADOR Nº 4. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 24/9/2007.

TRABALHADOR Nº 5. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 24/9/2007.

TRABALHADOR Nº 6. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 25/9/2007.

TRABALHADOR Nº 7. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 26/9/2007.

TRABALHADOR Nº 8. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 27/9/2007.

TRABALHADOR Nº 9. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 27/9/2007.

TRABALHADOR Nº 10. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 28/9/2007.

TRABALHADOR Nº 11. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 28/9/2007.

TRABALHADOR Nº 12. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 28/9/2007.

TRABALHADOR Nº 13. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 1º/10/2007.

TRABALHADOR Nº 14. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 2/10/2007.

TRABALHADOR Nº 15. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 2/10/2007.

TRABALHADOR Nº 16. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 3/10/2007.

TRABALHADOR Nº 17. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 3/10/2007.

TRABALHADOR Nº 18. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 4/10/2007.

TRABALHADOR Nº 19. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 4/10/2007.

TRABALHADOR Nº 20. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 5/10/2007.

TRABALHADOR Nº 21. Setor de produção da empresa X. Entrevista concedida em 5/10/2007.

GERENTE ADMINISTRATIVA da empresa X. Entrevista concedida em 9/10/2007.

COORDENADORA DE PRODUÇÃO da empresa X. Entrevista concedida em 17/10/2007.

PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA que ministra as sessões de Ginástica Laboral na empresa X. Entrevista concedida em 18/10/2007.

ANEXOS

SERVIÇO PÚBLICO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DSS/ 096 /07

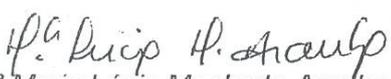
Data: 09/08/07

Prezada Senhora,

Venho solicitar de Vossa senhoria a permissão para que Roger Carlos F. Alves Santos, aluno do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, tenha acesso a essa empresa com vistas à realização de sua pesquisa de mestrado, sob a minha orientação. A referida pesquisa se intitula como "A educação corporal no processo de qualificação do trabalhador: a Ginástica Laboral em exame".

Contando com a vossa atenção e colaboração, agradecemos desde já.

Atenciosamente,


Profª Drª Maria Lúcia Machado Aranha
Chefe do Departamento de Serviço Social/CSS/UFS

Ilmª. Srª.

Gerente Administrativo

ANEXO B**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Instrumento: Questionário aplicado aos (às) trabalhadores(as)

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Sexo: () masculino () feminino

1.2 Idade: _____ anos.

1.3 Grau de Escolaridade

() Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo

() Curso técnico () Superior incompleto () Superior completo

() Pós-graduação (Lato Sensu)

() Pós-graduação (Stricto Sensu)

1.3.1 Durante o período em que você estudou havia aulas de Educação Física em sua escola?

() SIM () NÃO

1.3.2 Você freqüentava as aulas de Educação Física? Caso a resposta seja negativa, justifique/explique o motivo pelo qual não freqüentava.

() SIM () NÃO

Justificar/explicar o motivo de não ter freqüentado:

1.3.3 Você praticou algumas das atividades abaixo quando frequentou a escola? (pode marcar mais de uma resposta):

- () JOGOS () ESPORTES () GINÁSTICA () DANÇAS () LUTAS
 () OUTRAS () NENHUMA DESSAS ATIVIDADES

Especificar/detalhar qual atividade:

1.4 Estado Civil

- () Solteiro (a)
 () Casado (a)
 () Viúvo (a)
 () Separado/divorciado (a)
 () Outros

2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

2.1 Qual sua função e seu setor na empresa? _____

2.2 Qual sua área de trabalho?

- () Produção/operacional () Apoio produção/operacional

2.3 Há quanto tempo você trabalha na empresa? _____

2.4 Há quanto tempo você exerce a função atual? _____

2.5 Qual a forma através da qual você ingressou na empresa?

- () Indicação () Análise de currículo () Processo seletivo () Outros

2.6 Quantas horas você trabalha diariamente?

- () Até 6 horas () Até 8 horas () Entre 8 e 10 horas

2.7 Qual a sua faixa salarial?

() Até um salário mínimo () De 1,5 a 2 salários mínimos () Acima de 2 salários mínimos

2.8 Existe algum momento de descanso/intervalo no seu trabalho?

() SIM () NÃO.

Qual?/Quanto tempo?

2.9 Você contraiu algum problema de doença após começar a trabalhar na empresa?

() SIM () NÃO. Qual (is)? _____

3. INFORMAÇÕES SOBRE A PRÁTICA DA GINÁSTICA LABORAL

3.1 Na empresa você usa/utiliza o momento de pausa para a prática da Ginástica Laboral?

() SIM () NÃO. Por quê? _____

3.2 Você se sente bem após a prática da Ginástica Laboral?

() SIM () NÃO.

4. INFORMAÇÕES GERAIS

4.1 Qual seu turno de trabalho?

() Manhã () Tarde () Noite () Manhã/tarde () Tarde/noite

4.2 Como você se sente no início do seu turno de trabalho?

() Bem () Pouco cansado () Cansado () Muito cansado

4.3 Como você se sente no final do seu turno de trabalho?

() Bem () Pouco cansado(a) () Cansado(a) () Muito cansado(a)

4.4 Você percebe um maior desgaste físico ou mental ao final do seu turno de trabalho?

() Físico () Mental () Os dois

Por quê? _____

5. HÁBITOS FORA DO TRABALHO

5.1 Você frequenta algum (uns) espaço (s) para o desenvolvimento do lazer?

() SIM () NÃO. Qual(is)? _____

5.2 Você pratica alguma atividade física fora da empresa (caminhada, corrida, futebol, dança, lutas, outras)?

() SIM () NÃO. Qual? _____

5.3 A Ginástica Laboral ofertada no seu trabalho influenciou você de alguma forma a praticar alguma atividade física no seu tempo livre?

() SIM () NÃO.

Justificar.

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Instrumento: Roteiro da entrevista realizada com os (as) trabalhadores(as)

- 1 – Você observou algum tipo de mudança em sua vida com a prática da Ginástica Laboral?
- 2 – Sua produtividade e/ou o seu desempenho no trabalho melhorou com a prática da Ginástica Laboral ou não observou alteração?
- 3 – Você é obrigado(a) a fazer a Ginástica Laboral? Caso você não queira fazer, é permitido continuar trabalhando ou ficar parado durante o tempo em que acontece a Ginástica Laboral?
- 4 – Você já trabalhou no ramo industrial antes? Nesse seu emprego anterior havia a prática da Ginástica Laboral?
- 5 – Como você avalia a iniciativa da empresa em oferecer Ginástica Laboral aos (às) trabalhadores(as)?
- 6 – A função que você ocupa lhe exige mais esforço físico ou mental? Por quê?
- 7 – Seu trabalho é minucioso, exige-lhe um elevado nível de concentração, por exemplo, se você erra a operação, ou se não cumpre a meta estabelecida irá comprometer o resultado? Então, após costurar, cortar, passar, refilar, revisar, distribuir, etc. um certo número de peças, ou realizar um certo número de movimentos e/ou atividades específicas da sua função alguma parte do seu corpo chega a doer?
- 8 – Existe algum momento em que você perde a concentração no que está fazendo? O que normalmente lhe tira a concentração?
- 9 – Em sua opinião o seu trabalho é monótono ou criativo? Por quê?
- 10 – Quais atributos e/ou habilidades você aprendeu e utiliza em sua função atual (organização, habilidade/agilidade manual, operação de outras máquinas, desempenho de outras funções, comunicação, cuidados com o corpo)?
- 11 – Como é seu relacionamento com seu (sua) encarregado(a) imediato(a)?
- 12 – Como é seu relacionamento com os demais colegas?
- 13 – Quando você volta para casa tem disposição para fazer outras coisas/outras atividades?
- 14 – Caso seja constatada alguma doença proveniente do trabalho, há um acompanhamento/assistência individual para o (a) trabalhador(a)?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Instrumento: Roteiro da entrevista realizada com a gerência/coordenação

- 1 – O mundo do trabalho passa constantemente por um processo de modernização. Nesta empresa o que foi e/ou vem sendo implantado em termos de modernização no aspecto tecnológico (automação/informatização, aquisição de novos equipamentos, etc.)?
- 2 – No que se refere à modernização nos aspectos organizacionais e de gestão, o que foi e/ou está sendo implantado?
- 3 – Quais os impactos referentes à modernização tecnológica e organizacional observados no trabalho e nos(as) trabalhadores(as)?
- 4– Quais os critérios adotados para o recrutamento do pessoal?
- 5 – Há algum plano de progressão do(a) trabalhador(a) na empresa? Se há, quais os critérios?
- 6 – Quais as competências mais valorizadas no atual contexto do trabalho – especificamente no trabalho requerido pela empresa – qualificações informais, experiência profissional anterior, histórico de saúde, etc.?
- 7 – Quais os itens referentes às qualificações sociais necessárias no atual mundo do trabalho e nos postos de trabalho desta empresa (habilidades e atributos reconhecidos e desejáveis)?
- 8 – Os cuidados com relação ao corpo enquadrar-se-iam em um tipo de competência desejada ao (à) trabalhador(a), no sentido da aquisição de uma disciplina corporal (postura correta e demais cuidados necessários a fim de evitar LER/DORT)?
- 9 – Foi observada uma redução no número de trabalhadores(as) doentes e com entrada em pedidos de licenças por contraírem LER/DORT?
- 10 – A empresa realiza algum tipo de intervenção ergonômica, conforme prever a *Norma Regulamentadora N° 17* do Ministério do Trabalho e Emprego?
- 11 – Quais as principais ações desenvolvidas pela empresa no sentido de fornecer assistência social ao (à) trabalhador(a)?
- 12 – Caso o (a) trabalhador(a) apresente algum problema relacionado à manifestação de LER/DORT, existe acompanhamento específico para esse(a) trabalhador(a)?
- 13 – Desde qual período (ano) a empresa investe em um programa de Ginástica Laboral?
- 14 – O que motivou a empresa a investir na adoção de um programa de Ginástica Laboral?
- 15 – Como se avaliam os resultados obtidos com esse investimento?

16 – A adesão à prática da Ginástica Laboral por parte do(a) trabalhador(a) é obrigatória ou voluntária?

17 – Quais as expectativas da empresa com relação à Ginástica Laboral?

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Instrumento: Roteiro da entrevista realizada com a professora de Educação Física

- 1 – Há quanto tempo você trabalha com Ginástica Laboral? Você trabalha de forma autônoma ou vinculada a alguma entidade que presta esse serviço?
- 2 – Como você analisa os efeitos da Ginástica Laboral para o (a) trabalhador(a)?
- 3 – No início da implantação da Ginástica Laboral havia alguma resistência por parte do(a) trabalhador(a) em realizar essa atividade?
- 4 – Há quanto tempo o programa de Ginástica Laboral está implantado? Como você observa a adesão dos(as) trabalhadores(as) atualmente, se comparada com o início?
- 5 – Você apontaria algum tipo de dificuldade na implantação de um programa de Ginástica Laboral?
- 6 – Para você, a Ginástica Laboral consegue promover uma mudança de hábitos no(a) trabalhador(a), ou seja, influencia sua conduta com relação ao corpo fora do expediente de trabalho?
- 7 – Como você analisa a iniciativa da(s) empresa(s) com a adoção desse(s) programa(s)?
- 8 – Para surtir os benefícios bio-fisiológicos propostos, quantas sessões seriam suficientes durante a semana? A frequência da prática da Ginástica Laboral na empresa é satisfatória para esses benefícios?
- 9 – A Ginástica Laboral aplicada com relação ao horário classifica-se em Ginástica Preparatória ou de Aquecimento (início da jornada de trabalho), Ginástica Compensatória (durante a jornada de trabalho) e o Relaxamento (GL realizada no final da jornada de trabalho). Qual/Quais dessa (s) você aplica na empresa?
- 10 – Seria possível implantar a Ginástica Laboral em três momentos (no início, meio e fim da jornada)? Traria mais benefícios aos (às) trabalhadores(as) ou já não faria diferença?
- 11 – A Ginástica Laboral aplicada com relação ao objetivo classifica-se em Ginástica corretiva ou postura e Ginástica de compensação. A empresa solicita-lhe esse tipo de intervenção? Caso existisse a solicitação, essa forma seria mais eficiente do que a convencional?
- 12 – A literatura especializada ainda apresenta um tipo de Ginástica Laboral que se aproxima de um programa de condicionamento físico, como por exemplo a Ginástica Terapêutica e a Ginástica de Manutenção ou Conservação. Ambas são realizadas em um local apropriado, preferencialmente fora do espaço de trabalho, ou a empresa tem que dispor de uma sala especial para essa intervenção. Seria possível implantá-las nas empresas já que em média o

tempo de uma sessão poderia durar de 30 a 90 minutos, além de ser necessário um trabalho mais personalizado. Qual sua opinião a esse respeito?

13 – Além da Ginástica Laboral, a empresa solicita-lhe a realização de outras atividades corporais com os (as) trabalhadores(as)?